

CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS



Universidade
Federal
Fluminense



CNPq PROPPi

Ciências Sociais Aplicadas

DIREITO, POLÍTICAS CULTURAIS E DIREITO AUTORAL: A NOÇÃO DE AUTORIA EM DISPUTA

Amanda Louise Santana Siqueira (Bolsista) e Adriana Dias Vieira (Orientadora)

Departamento de Direito Privado / Faculdade de Direito – Niterói



INTRODUÇÃO:

A pesquisa teve como objetivo a compreensão das principais disputas presentes no campo dos direitos autorais e das políticas culturais no Brasil, com foco na noção de autoria. A autoria está ligada a direitos como o acesso à cultura, o acesso à informação, dentre outros. Ademais, está ligada às políticas culturais, que foram desenvolvidas de diferentes formas ao longo dos governos brasileiros mais recentes. É um tema debatido por inúmeras ciências, que deve ser analisado de forma interdisciplinar.

O conceito de autoria pode ser amplo ou restritivo. As decisões judiciais, as normas do direito brasileiro, as políticas públicas voltadas para a cultura — todas envolvem diferentes noções de autoria, sendo necessário um estudo atento das definições mais frequentes. Considerando que ela está no centro de diversos debates, surge a necessidade de compreender quais são as características e limites atribuídos à autoria, partindo de decisões

judiciais e de obras que versam sobre o tema.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A primeira etapa da pesquisa consistiu em revisão de literatura, e a segunda etapa consistiu em pesquisa jurisprudencial. Foram encontradas 35 decisões do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que versam sobre direitos autorais. Dentre elas, 12 tensionam a noção de autoria, sendo objeto da presente pesquisa.

Tabela 1: Decisões do STJ sobre direitos autorais.

Ano	Nº de casos
1998	1
2014	3
2015	2
2016	7
2017	2
2018	2
2019	1
2020	2
2021	3
2022	8
2023	3

Com a análise dos casos, foram encontradas diversas definições acerca das obras passíveis de proteção autoral. Destacam-se as frequentes menções à originalidade e à criatividade, apresentadas como requisitos. Outrossim, as decisões estudadas se amparam nos artigos 11 e 12 da Lei 9.610/98, que definem o conceito de autor e descrevem as formas possíveis para a sua identificação.

Há de se enfatizar a existência de possíveis lacunas na noção de autoria defendida pela jurisprudência majoritária. Criações associadas à cosmovisão indígena, que advém de práticas coletivas e ancestrais, podem ter a sua proteção autoral prejudicada. Com isso, surge a necessidade de um conceito de autoria ampliado, capaz de abarcar outras possibilidades de criação. Essa urgência foi explorada com a análise do caso *Kisêdjê v. Grandene*.

Cabe ressaltar que a produção cultural brasileira foi profundamente impactada pelos avanços tecnológicos das últimas décadas. O caso *Millôr X Editora Abril* está inserido nesse contexto, abordando as possibilidades de acesso trazidas pela mídia digital. A discussão acerca das plataformas de *streaming* de música, presente no caso *ECAD X Oi FM*, demonstra como a legislação autoral tem sido adaptada a esse cenário de constantes transformações.

CONCLUSÕES:

Após a análise dos dados coletados durante a pesquisa, é possível refletir sobre como a noção

de autoria é discutida em rígidos moldes tradicionais, que por vezes afastam a proteção autoral de obras produzidas em contextos específicos.

Na contemporaneidade, harmonizar as novas tecnologias de acesso à cultura e a proteção aos direitos dos autores constitui um grande desafio. Nesse sentido, Lemos (2005) aponta que um sistema alternativo de propriedade intelectual auxiliaria nas questões relacionadas ao acesso à cultura, desde que fosse idealizado de modo a garantir uma remuneração mais justa aos autores e detentores de propriedade intelectual.

Por fim, é preciso pensar em outro direito autoral. A formulação de legislação autoral centrada em noções de autoria mais fluidas e menos individualizadas, assim como a implementação de políticas públicas capazes de abarcar uma maior diversidade de manifestações e produções culturais, são medidas que devem ser discutidas.

AGRADECIMENTOS:

Agradeço à professora Adriana Dias Vieira pela oportunidade, ensinamentos e apoio. Também gostaria de agradecer ao CNPQ e à UFF pelo financiamento desta pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. Lei 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Disponível em:

<[https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9610.](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9610.htm)

htm> Acesso em: 01 jul. 2024.

LEMOS, Ronaldo. Direito, tecnologia e cultura.

Rio de Janeiro, FGV, 2005.



Ciências Sociais Aplicadas

**PROGRAMAS DE GESTÃO DE DOCUMENTOS E DE INTEGRIDADE PÚBLICA PARA O
ACESSO À INFORMAÇÃO: MUNICÍPIOS DO RIO DE JANEIRO NO CONTEXTO
BRASILEIRO**

**Letícia Meirelles Neumann (bolsista), Alexandre Faben Alves (orientador), Ana Célia
Rodrigues (Supervisora)**

**Departamento de Ciência da Informação/Curso de Arquivologia/IACS/ Grupo de Pesquisa
Gênese Documental Arquivística UFF CNPq**

INTRODUÇÃO:

O presente projeto de pesquisa propõe o estudo das ações empreendidas por municípios fluminenses para o acesso à informação, a partir da análise de Programas de Gestão de Documentos e Programas de Integridade Pública implementados. A pesquisa é orientada pelo Pós-Doutorando Alexandre Faben sob a supervisão da Profa. Dra. Ana Célia Rodrigues, e integra a produção dos Grupos de Pesquisa Gênese Documental Arquivística, UFF/CNPq e Arquivos, Gestão de Documentos e Governança Pública, Unirio/CNPq.

Em pesquisa recente, desenvolvida no âmbito do doutorado no PPGCI/UFF, (Faben, 2023) discute como a gestão de documentos pode contribuir para a integridade pública da administração municipal brasileira, com vista ao ODS 16 da Agenda 2030 da ONU. Apresenta o cenário do Programa de Gestão de Documentos e do Programa de Integridade Pública na Cidade do Rio de Janeiro e os seus

instrumentos norteadores, inovando na aplicação do método de identificação arquivística ao estudar os documentos e informações públicas no contexto da gestão de documentos, e demonstrar a pertinência deste estudo para gerar requisitos para o plano de integridade pública.

O Programa de Gestão de Documentos (PGD) possibilita a definição de parâmetros para realizar procedimentos e operações técnicas que garantam o reconhecimento, a padronização e a recuperação de documento e informações, além de definir diretrizes para eliminações criteriosas e contribuir com a preservação do patrimônio documental, conferindo transparência para estimular a integridade e fortalecer a relação entre a administração pública e os cidadãos.

Assim, pretende-se, com esta pesquisa, ampliar o debate científico ao responder à seguinte questão: Qual o cenário da implementação dos Programas de Gestão de Documentos e de Integridade Pública nos municípios do Rio de

Janeiro e como contribuem para a efetividade do direito de acesso à informação?

Coerente com esta questão, o objetivo da pesquisa é compreender o cenário sobre a implementação de Programas de Gestão de Documentos e Programas de Integridade Pública como contribuição para o acesso à informação nos municípios do Rio de Janeiro.

Nesse sentido, a pesquisa tem relevância, pois no Brasil é possível perceber diversas vulnerabilidades socioeconômicas, destacando-se a pobreza e a corrupção, sendo a integridade pública condição essencial para diminuir desigualdades.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A pesquisa foi realizada a partir de levantamento bibliográfico nos repositórios de acesso aberto BRAPCI e Oasisbr para realizar a revisão de literatura sobre os temas abordados na pesquisa: gestão de documentos, integridade pública, transparência, acesso à informação, governança pública e governança arquivística. A BRAPCI foi escolhida por ser uma base de pesquisa voltada para a Ciência da Informação e a Oasisbr foi utilizada por recuperar conteúdos científicos em repositório de acesso aberto. Com o material levantado realizou-se a leitura e análise dos textos para a discussão teórica.

Em seguida, foi realizado o mapeamento de dados, observando as singularidades de cada município do Estado do Rio de Janeiro, participante do Programa Time Brasil¹. De acordo com a Controladoria-Geral da União

(CGU), o Time Brasil foi estabelecido em 2019 com objetivo de auxiliar estados e municípios no aprimoramento da gestão pública e no fortalecimento do combate à corrupção, possuindo três eixos como base: a transparência, a integridade e a participação social.

Os municípios participantes do Time Brasil devem elaborar um plano de ação que estabelecerá algumas ações, sendo elas: 1. Ações de Transparência, 2. Ações de Integridade, 3. Ações de Participação Social.

No Estado do Rio de Janeiro, apenas 5 (cinco) municípios integram o Time Brasil, sendo eles: Rio de Janeiro, Niterói, Resende, Três Rios e Teresópolis. Entre eles o único que possui Programa de Gestão de Documentos é o município do Rio de Janeiro.

O Município de Niterói possui Programa de Integridade Pública institucionalizado e todas as secretarias apresentam o plano de integridade publicado e disponível online, por outro lado, apenas a Secretaria de Municipal de Fazenda apresenta plano de classificação e tabela de temporalidade publicada, apesar do município não possuir um Programa de Gestão de Documentos Institucionalizado.

CONCLUSÕES:

É possível perceber a relevância que a gestão de documentos possui para a governança pública, sobretudo com relação a transparência e o acesso à informação, sobretudo na esfera municipal. A Gestão de Documentos pode amparar os municípios na construção de uma gestão municipal eficiente.

¹ Disponível em:
<https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/time-brasil>. Acesso em 01 de out 2024.

AGRADECIMENTOS:

Agradeço ao Professor Alexandre Faben, orientador, e a Profa. Ana Célia Rodrigues, supervisora, pela oportunidade de participar do projeto de pesquisa desenvolvido. Agradeço a PROPPI/UFF por financiar a bolsa por meio do edital PIBIC PDUFF, apoio aos pós-doutorandos 2023-2024, fundamental para a realização desta pesquisa e pelo despertar da vocação científica.



Ciências Sociais Aplicadas

Laboratório de ensino, pesquisa e extensão na Arquivologia - LEPEAR: ESTUDO DE CASO DO ACERVO JOSÉ PEDRO PINTO ESPOSEL

Michelle Domingues; Clarissa Moreira dos Santos Schmidt

Departamento de Ciência da Informação – Instituto de Arte e Comunicação Social – GCI/IACS

INTRODUÇÃO:

Documentos de arquivo são produzidos e acumulados por uma instituição ou indivíduo no curso de suas atividades. Sendo assim, pode-se dizer que são instrumentos e resultado de uma ação. Esses documentos são produzidos para cumprir uma demanda imediata e são acumulados naturalmente. Desde o momento de sua produção, o documento de arquivo carrega o efeito probatório, daquilo que originou a ação.

No que tange aos estudos teóricos e a prática arquivística, no âmbito dos arquivos pessoais houve delonga. O conceito de arquivo era voltado somente para documentos produzidos e acumulados por instituições, no exercício de suas funções.

Embora arquivos institucionais e pessoais sejam conjuntos orgânicos, autênticos e produtos do desempenho das atividades de seus produtores, por um longo período somente os arquivos institucionais tiveram tratamento de acordo com a teoria arquivística. Arquivos pessoais eram guardados em bibliotecas e tratados como coleções ou descritos individualmente. Quando eram descritos individualmente, a relação que os documentos tinham entre si e com o todo

não era considerada. Significa dizer que o caráter orgânico da produção documental era perdido.

Ancona Lopez (2003), ao refletir acerca dos arquivos pessoais, afirma que as funções arquivísticas de classificação e descrição geralmente são feitas após a morte do titular do fundo. São funções que não podem ser dissociadas, mas “somente a descrição arquivística garante a compreensão ampla do conteúdo de um acervo; possibilita tanto o conhecimento como a localização dos documentos que o integram” (Ancona Lopez, 2003, p. 75-76).

Para garantir o acesso aos documentos, com as informações preservadas, esses devem estar íntegros fisicamente. Uma das medidas indispensáveis para garantir melhorias nas condições do acervo é a higienização dos documentos e acondicionamento adequado, estabilizando os documentos e protegendo do processo de degradação.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

José Pedro Pinto Esposel teve papel importante na institucionalização da Arquivologia no Brasil. Foi o fundador da Associação dos Arquivistas



Brasileiros – AAB em 1971 e do curso de Arquivologia na Universidade Federal Fluminense em 1978 (Schmidt, 2012).

Na Universidade Federal Fluminense, além da docência, Esposel ocupou numerosos cargos, como: diretor do Instituto de Ciências Humanas e do Instituto de Arte e Comunicação Social, membro do Conselho Universitário e diretor do Núcleo de Documentação. Foi o fundador do Arquivo Central.

Além do magistério, desempenhou atividades administrativas no Banco do Brasil e no Banco Central do Brasil como responsável pelo setor de arquivo.

Após tratamento e descrição do acervo pessoal de Esposel ao longo do período de iniciação científica, o resultado final foi apresentado através de uma linha do tempo com acontecimentos de sua vida.

Imagem 1: Recorte da linha do tempo

<i>Data</i>	<i>Acontecimento na vida Esposel</i>	<i>Contexto geral</i>	<i>Fonte</i>
1931	Nascimento		Curriculum Vitae (1970 a 1973 e 1982)
1939-1943	Estudou no Externato Balsadont - Niterói, RJ		Curriculum Vitae (1970 a 1973 e 1982)
1944-1947	Estudou no Colégio Bittencourt Silva- Curso Ginasial, Niterói, RJ	1946-1960 - Criado em 1946, a Faculdade de Filosofia Fluminense é vinculada a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFERJ) pela Lei 3.948 de 18 de dezembro de 1960.	Curriculum Vitae (1970 a 1973 e 1982)
1948-1950	Estudou o Curso Científico no Colégio Bittencourt Silva, Niterói, RJ		Curriculum Vitae (1970 a 1973 e 1982)
1951-1955	Formou-se Bacharel em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas do Rio de Janeiro (GB)		Curriculum Vitae (1970 a 1973 e 1982)
1952	Aprovado em concurso público realizado em 16 e 17 de fevereiro de 1952 para o Banco do Brasil S.A., Rio de Janeiro		Curriculum Vitae (1971 a 1972 e 1982)
1952-1966	Funcionário do Banco do Brasil S.A.		Curriculum Vitae (1971 a 1972)
1953-1955	Presidente, em duas gestões, do Diretório Acadêmico da Faculdade de Ciências Jurídicas do Rio de Janeiro		Curriculum Vitae (1972)
1964	Faz o curso de extensão universitária "Direito Penitenciário" promovido pela Universidade do Brasil (GB)	1966-1961 - Governo de Juscelino Kubitschek no Brasil	Curriculum Vitae (1970 a 1972 e 1982)
1964-1969	Noticiário da Revista Edificações		Curriculum Vitae (1972)

CONCLUSÕES.

No campo dos arquivos é necessário entender o conceito do seu objeto, assim como seus atributos. Os documentos de arquivo atendem às demandas imediatas e servem como prova das ações do produtor do acervo. Diante disso, é fundamental compreender quem é o produtor,

assim como o contexto de produção do documento.

Durante um longo período, a teoria arquivística

concentrou-se nos arquivos institucionais, desconsiderando os arquivos pessoais. Esses acervos eram tratados de forma inadequada, como documentos bibliográficos. Isso ocorreu por não haver a compreensão de que arquivos pessoais também são conjuntos orgânicos e autênticos.

O tratamento adequado é essencial para garantir não apenas o acesso a esses documentos, mas também a preservação da integridade.

Diante disso, nossa pesquisa pretendeu organizar e dar acesso ao arquivo pessoal do professor José Pedro Pinto Esposel. Por fim, reconhecer e valorizar os arquivos pessoais como parte do patrimônio é fundamental para a preservação da memória.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANCONA LOPEZ, André Porto. Arquivos pessoais e as fronteiras da arquivologia. Gragoatá, Niterói, v. 8, n. 15, dez. 2003. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/33404>. Acesso em: 14 mar. 2024.

SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. Arquivologia e a construção do seu objeto científico: concepções, trajetórias, contextualizações. 2012. Tese (Doutorado em Cultura e Informação) - Escola de

Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

doi:10.11606/T.27.2012.tde-02072013-170328.

Disponível em:

https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-02072013-170328/publico/ClarissaMSSchmidt_revisada.pdf. Acesso em: 13 mar. 2024.

AGRADECIMENTOS:

Agradeço ao CNPq e à UFF pela bolsa concedida e à minha orientadora, Clarissa Schmidt, pela oportunidade, apoio e todo o conhecimento que foi compartilhado durante a pesquisa.



Ciências Sociais Aplicadas: Direito

PROJETO RODRIGO: PARA A PREMATURIDADE E PELA VIDA

Discente: Isabela Aparecida Bolsoni

Orientadora: Prof.^a Dra. Márcia Michele Garcia Duarte

Departamento de Direito de Niterói

INTRODUÇÃO:

O presente artigo tem como finalidade apresentar o trabalho desenvolvido no “Projeto Rodrigo: para a Prematuridade e pela Vida”. Atualmente, o grupo de pesquisa tem objetivo de desenvolver ações coordenadas de pesquisa e extensão em torno da temática dos direitos e garantias de bebês e nascituros. As ações desenvolvidas pelo projeto ocorrem por meio virtual e contínuo de reuniões para discussão de bibliografias sobre os direitos humanos fundamentais, direito à vida e à saúde integral, psicologia materno-infantil, ciclo de lives aberto ao público e compartilhamento das principais mudanças na legislação por meio da rede social.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

O Projeto Rodrigo: para a Prematuridade e pela Vida aborda a temática sobre os direitos e garantias dos nascituros e bebês. A preservação do direito dos nascituros é o início da garantia à vida. Para Mendes Berti(2009), sem garantia da vida do nascituro, não haverá recém-nascido, nem criança, nem adulto, nem idoso. O direito à vida é um direito fundamental resguardado no artigo 5º da Constituição Brasileira. Segundo Bobbio (1992), o reconhecimento e a proteção dos direitos fundamentais são as bases das atuais Constituições democráticas. Entre os vários

estudos importantes realizados pelo presente grupo de pesquisa, destacam-se reflexões sobre o direito à saúde da gestante e do nascituro. O pré-natal (acompanhamento médico e realização dos exames), é um ponto importante a ser destacado, pois a gestante tem direito ao atendimento gratuito e de boa qualidade fornecido pelo SUS. O Ministério da Saúde recomenda a realização de seis consultas médicas para favorecer o nascimento seguro para o bebê. A Lei 11.804/08 de 5 de novembro de 2008 disciplina o direito aos alimentos gravídicos e como ele será exercido pela mulher gestante. A lei abrange os valores suficientes para cobrir as despesas durante o período de gravidez referentes a alimentação especial, assistência médica e psicológica, exames complementares, internações, parto e medicamentos. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) garante proteção à maternidade. A partir do início da gravidez, a gestante não pode ser desligada da empresa sem justa causa. O benefício se estende até 5 meses após o parto. Esse direito é uma forma de proteger a mulher e a criança. Além disso, também reflexões sobre os direitos e garantias do bebê e da lactante. A Lei 14.154/21 aperfeiçoou o Programa Nacional de Triagem Neonatal (PNTN), por meio do estabelecimento de rol mínimo de doenças a serem rastreadas pelo teste do pezinho. Por meio da coleta de

algumas gotas de sangue do pé do recém-nascido, é possível detectar doenças genéticas, endócrinas e metabólicas. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece a proteção e o apoio do aleitamento materno. Segundo o artigo 9º do ECA, é dever do governo, das instituições e dos empregadores garantir condições propícias ao aleitamento materno. Ao pensar na proteção do nascituro, da gestante e do bebê buscamos defender os direitos referentes à dignidade da pessoa humana. Para Moraes (2023), a dignidade é um valor espiritual e moral inerente à pessoa, que se manifesta singularmente na autodeterminação consciente e responsável da própria vida e que traz consigo a pretensão ao respeito das demais pessoas”. Desse modo, a proteção dos direitos e garantias dos recém-nascidos e nascituros é um assunto de extrema relevância para a sociedade brasileira, pois constitui uma das primeiras garantias constitucionais dos cidadãos brasileiros. O desenvolvimento pleno da gestação constitui um direito fundamental, que é o direito à vida. O Sistema Único de Saúde (SUS) está em evolução constante na construção de políticas públicas e legislação para proteger o bebê e a gestante, desde a concepção. Como resultados do Projeto Rodrigo, apontam-se: ciclo de lives abertas e gratuitas com docentes especialistas (pelo YouTube, com objetivo de difundir direitos básicos e orientações) sobre mediação nos casos de família, o direito de acesso à água, saúde da mulher, gestante e puérpera no sistema prisional, a união estável e o registro civil das pessoas naturais, Custus Vulnerabilis: a defensoria como guardiã dos vulneráveis,

Defensor Dativo: acesso à justiça por pessoas hipossuficientes. Além disso, as publicações em redes sociais, contendo explicações sobre alterações na legislação e informações sobre saúde do bebê e da gestante. Pode-se destacar: Novos Direitos das Gestantes (Lei nº 14.598, de 14 de junho de 2023), Política Nacional de Saúde Bucal (Lei nº 14.572, de maio de 2023), Bolsa-atleta para Gestantes e Puérperas (Lei nº 14.614, de 03 de julho de 2023), a divulgação da lista de espera por vagas nos estabelecimentos de educação básica, inclusive em creches (Lei nº 14.685 de 20 de setembro de 2023), Método Canguru, (Portaria nº 1.683 de 12 de julho de 2007), Naturalidade afetiva (Lei nº 13.484, de 26 de setembro de 2017) e ampliação de assistência psicológica às mulheres no período da gravidez, do pré-natal e do puerpério (Lei nº 14.721/2023).



Figura 1 e 2 : Postagem sobre o Método Canguru no Projeto Rodrigo/Instagram



Figura 3 e 4: Postagem sobre o Teste do Pezinho no Projeto Rodrigo/Instagram

CONCLUSÕES:

O Projeto Rodrigo destaca a importância de refletir sobre os direitos e garantias de bebês, nascituros e gestantes. Nesse sentido, a pesquisa desenvolvida contribuiu diretamente para a conscientização de questões essenciais relacionadas à vida e à saúde, evidenciando o desenvolvimento progressivo da legislação e das políticas públicas voltadas à proteção dos mais vulneráveis na sociedade brasileira. Por meio de pesquisas bibliográficas e análise de materiais jurisprudenciais relacionados à gestação, prematuridade, infância e saúde

pública, o estudo gerou a produção de conteúdos e o compartilhamento de informações atualizadas. Além disso, promoveu a conscientização de gestantes e seus familiares sobre seus direitos, o que contribuiu para a difusão do conhecimento e a proteção

AGRADECIMENTOS:

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa de Pesquisa de Iniciação Científica (PIBIC), a UFF e a UERJ.

À professora Márcia Michele Garcia Duarte pela oportunidade e por sua orientação na construção desse trabalho.





Ciências Sociais Aplicadas

ESTUDOS DE USUÁRIOS DA INFORMAÇÃO NO BRASIL: MAPEAMENTO DE MÉTODOS E TÉCNICAS PARA COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Luis Felipe Costa Pessanha e Suellen Oliveira Milani

Departamento de Ciência da Informação

INTRODUÇÃO:

Os estudos de usuários da informação oferecem elementos estruturantes para os fazeres da Biblioteconomia. Os bibliotecários precisam identificar as necessidades, desejos e demandas informacionais dos usuários para oferecerem um atendimento apropriado. Com o objetivo de manter os produtos e os serviços das bibliotecas e sistemas de informação alinhados ao perfil de seus usuários reais e atrativos para os usuários potenciais, os estudos de usuários devem ser constantemente avaliados e aperfeiçoados na medida em que surgem novas demandas sociais e tecnológicas. Para implementar mudanças é preciso conhecer o que se tem à disposição, dessa forma essa pesquisa tem o objetivo de identificar os métodos e as técnicas para coleta e análise de dados para a realização de estudos de usuários da informação. Para tanto, foi conduzida uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa, que se valeu de uma pesquisa bibliográfica na base de dados Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) nos últimos vinte anos. Para a análise dos documentos recuperados, foi realizada uma leitura técnica do resumo, último parágrafo da Introdução e seção de metodologia, em busca de dados sobre as seguintes categorias de análise: tipo de estudo,

escopo do estudo, público-alvo, número de respondentes, métodos, técnicas de coleta de dados, e técnicas de análise de dados. Os resultados evidenciam os principais aportes metodológicos utilizados para a realização de estudos de usuários da informação em pesquisas acadêmicas brasileiras na contemporaneidade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A partir das buscas empreendidas foram recuperados 97 documentos e, após análise preliminar para verificar a aderência aos objetivos da pesquisa, chegou-se a um *corpus* de análise composto por 80 pesquisas de mestrado e doutorado em Ciência da Informação defendidas entre 2003 e 2023.

O tipo de estudo predominante no *corpus* analisado é o de comportamento informacional, com 60 ocorrências, seguido pelos estudos de usuários, com 14 ocorrências. Os estudos de práticas informacionais correspondem a três pesquisas, enquanto os estudos de experiência do usuário foram realizados em duas pesquisas e apenas um estudo se valeu de revisão de literatura.

No que diz respeito ao escopo das pesquisas, 24 delas tiveram como foco as universidades brasileiras seguidas de portais (11), redes

sociais digitais (10), empresas (8), bibliotecas (7), institutos de pesquisa (5), hospitais/clínicas (4), arquivos (3), jogos (2), comunidades discursivas (2), rádio (1) e editoras (1).

Em relação ao público-alvo dos estudos analisados, tem-se: alunos (15), docentes (10), usuários de biblioteca (7), usuários de redes sociais (6), gestores (5), profissionais da saúde (5), bibliotecários (4), sujeitos com necessidades especiais (4), usuários de arquivo (4), usuários especialistas em informática (4), usuários de sistemas (3), arquivistas (2), usuários de informação pessoal financeira (2) e usuários de portal (2).

Foi possível observar a diferença no alcance e participação dos sujeitos das pesquisas do *corpus* uma vez que uma delas contou com 7706 respondentes, enquanto outra contou com apenas três respondentes.

Em relação aos métodos identificados, constatou-se uma predominância de metodologias mistas. Em muitos casos, o método utilizado não estava explicitado, sendo assim foi necessária uma análise mais exaustiva do documento. Os métodos identificados são: estatística descritiva (42), estudo de caso (33), análise documental (21), levantamento/*survey* (20), análise de conteúdo (16), pesquisa documental (7), *sense making* (6), modelo de comportamento informacional (4), fenomenologia (3), incidente crítico (3), modelo semântico de comportamento informacional (2), método quadripolar (2), netnografia (2), revisão de literatura (2), e modelo comportamental de Wilson (2).

Para aplicar os métodos são necessárias técnicas e ferramentas de coleta e análise de

dados, as quais foram identificadas separadamente. Na categoria de técnicas de coleta de dados, identificou-se o questionário (53) e a entrevista (44), seguidos pela observação (15). Outras técnicas identificadas são: incidente crítico (10), grupo focal (2), e pesquisa documental (2).

Dos estudos analisados, 63, isto é, 70% contaram com interpretação dos próprios autores em relação aos dados e 13 se valeram da análise de conteúdo. Também foram observadas as seguintes técnicas: Teste Qui-quadrado (3) e Análise SWOT (2).

CONCLUSÕES:

A literatura da Biblioteconomia e de Ciência da Informação analisada trouxe os elementos necessários para responder aos objetivos traçados. Registra-se que, em alguns documentos, a definição imprecisa dos métodos ou técnicas utilizadas na pesquisa exigiu uma análise do texto completo, assim como observou-se a ausência de informações sobre o número de respondentes em algumas pesquisas.

Destaca-se a presença de métodos contemporâneos, como a netnografia, bem como o estudo voltado a comunidades de usuários específicas, como idosos, pessoas LGBTQIA+ e pessoas com deficiência.

Por fim, a partir dos resultados desta pesquisa, alguns questionamentos emergiram, principalmente a respeito das semelhanças e diferenças entre os métodos utilizados para a realização de estudos de usuários do Brasil e internacionalmente.





Grande Área: Ciência Sociais Aplicadas

TÍTULO DO PROJETO: MAPEAMENTO DA DINÂMICA IMOBILIÁRIA ENQUANTO FERRAMENTA DE ANÁLISE E PRODUÇÃO DE SUBSÍDIOS PARA A GESTÃO PÚBLICA DO SOLO URBANO.

Autores: Rubens Carvalho, Luiz Bastos e Matheus Appariz
Unidade: Departamento de Urbanismo (TUR) e Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) – UFF

INTRODUÇÃO

Este projeto integra uma pesquisa que vem sendo desenvolvida no Grupo de Pesquisa em Geografia Urbana e Urbanismo – GEONIT/UFF e junto ao Observatório Nacional de monitoramento e avaliação de Dinâmicas Imobiliárias e Fundiárias – ONDi, registrado no CNPq como um projeto em rede voltado à formulação de políticas públicas para o desenvolvimento humano e social.

Com o apoio do PIBIC no ciclo de 2023 a 2024, a pesquisa analisa a dinâmica imobiliária em Niterói a partir de sua relação com a política urbana, em especial o zoneamento e os instrumentos de uso e ocupação do solo. O objetivo é entender as transformações do ambiente construído da cidade à luz da legislação urbanística vigente nos últimos 30 anos, contribuindo para o debate sobre o planejamento e a produção do espaço na perspectiva da justiça espacial.

A escolha de Niterói como estudo de caso é estratégica, devido à aprovação da nova Lei Urbanística (Lei nº 3905/2024), que dispõe um novo conjunto de regras de parcelamento e

uso e ocupação do solo para a cidade, mas tem sido alvo de críticas, por propor mudanças que podem levar ao adensamento construtivo excessivo em áreas já valorizadas da cidade. Essas críticas reforçam a necessidade de investigar os impactos dessas normativas na paisagem e no cotidiano da cidade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nos últimos 30 anos, o desenvolvimento urbano de Niterói seguiu um modelo de planejamento regional. O Plano Diretor de 1992 (Lei nº 1157/1992) dividiu a cidade em cinco regiões de planejamento, baseadas em semelhanças paisagísticas e socioespaciais. Embora essa estrutura tenha permitido a preservação de características locais, também ajudou a consolidar e reforçar as diferenças socioespaciais gerais da cidade.

A estrutura do planejamento começou a ser alterada com o Plano Diretor de 2019 (Lei nº 3385/2019), que introduziu um novo modelo baseado em macrozonas. As regiões foram mantidas, mas tiveram a sua importância no planejamento diminuída, já que as diretrizes

para o desenvolvimento urbano passaram a ser dispostas pelas novas (macro)zonas.

Posteriormente, a Lei Urbanística (2024) aprofundou as diretrizes de planejamento do plano diretor, detalhando os critérios de uso e ocupação para cada área da cidade, por meio de “zonas de uso”.

Para analisar os impactos desses modelos na produção do espaço na cidade, tomamos as próprias legislações como fontes de dados, sobre as quais foram constituídas bases que assistiram à produção de material gráfico e cartográfico.

Observamos que, de maneira geral, o modelo regional influenciou diretamente a dinâmica imobiliária na cidade, favorecendo a verticalização nas áreas centrais e a expansão da ocupação para as periferias.

Para avançar na análise, estabelecemos um recorte na região Norte, uma área de expansão urbana próxima da área central, que é marcada por conflitos socioespaciais, ao mesmo tempo em que desperta interesse do poder público para transformação imobiliária.

Na escala da região, observamos que o novo modelo de planejamento proposto no Plano Diretor (2019) permite visualizar melhor as diferenças socioespaciais na estrutura geral da cidade, já que as macrozonas são definidas de acordo com os objetivos do desenvolvimento urbano e a intensidade de uso e ocupação prevista para cada localidade.

Na escala do bairro e do lote, observamos que a Lei Urbanística (2024) define como zonas de

maior intensidade de uso e ocupação as áreas situadas no entorno dos eixos viários que historicamente assistiram à estruturação da ocupação urbana na cidade. O incentivo para adensamento construtivo e populacional junto aos eixos de transportes, por sua vez, está alinhado com correntes de planejamento que propõem um uso mais eficiente da infraestrutura instalada como forma de favorecer a diminuição das desigualdades socioespaciais.

A escala do lote, por fim, serviu para análise dos parâmetros de ocupação, que neste estudo se concentrou no gabarito das edificações. Observamos que a Lei Urbanística (2024) aumentou a altura máxima permitida em um pavimento na região Norte, especialmente para edifícios mais altos. Isso despertou nossa atenção, já que desde a legislação anterior a atribuição de gabarito elevado, de até 12 pavimentos para algumas localidades da região, não resultou na produção imobiliária esperada, sendo necessário avançar nessa investigação.

CONCLUSÕES

A transição do modelo de planejamento alterou a compreensão da cidade no que se refere ao ambiente construído, já que as áreas urbanas passaram a ser classificadas segundo a lógica do desenvolvimento. O estudo da região Norte revelou que, embora o novo modelo não tenha alterado significativamente os parâmetros locais, ele corroborou o entendimento de que a região possui áreas de interesse para a transformação imobiliária.

A pesquisa enfrentou desafios teórico-metodológicos, como o acesso, a coleta e a sistematização dos dados e a compatibilização das informações obtidas com as escalas espaciais de análise. A análise na escala do lote, por exemplo, foi crucial para a realização de comparativos dos parâmetros de ocupação, já que as legislações se utilizavam de diferentes unidades espaciais.

Entendemos, assim, que este estudo traz contribuições teóricas e metodológicas importantes para a análise da política urbana na perspectiva da produção do espaço, oferecendo subsídios que servem tanto para debates acadêmicos, como para a formulação de políticas urbanas voltadas para um desenvolvimento urbano mais equilibrado e socialmente justo.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao CNPq pelo apoio através da concessão de bolsa de iniciação científica, à Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFF e, em especial, ao Departamento de Urbanismo (TUR) e ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU), pelo suporte logístico. Agradecemos também aos membros do GEONIT/UFF pelas valiosas contribuições ao longo da pesquisa.





Ciências Sociais Aplicadas

INVERSÕES URBANAS: CARTOGRAFIAS DA REPRODUÇÃO SOCIAL

Livia dos Santos Sacramento e Mariana Cristina de Souza Pio

**Departamento de Urbanismo/ Escola de Arquitetura e Urbanismo
/GPDU/URB.ANAS.**

INTRODUÇÃO:

O projeto é vinculado ao CNPQ e a FAPERJ, ambos coordenados pela professora Rossana Brandão, tendo como bolsista FAPERJ a aluna Mariana Pio que também contribui com a pesquisa. Este trabalho se estendeu por um período de mais de dois anos, buscando compreender e analisar a precariedade urbana enfrentada por mulheres residentes da área portuária do Rio de Janeiro e suas práticas espaciais. Por meio da interseccionalidade, consideramos os contextos urbanos específicos, e desenvolvemos cartografias experimentais como um método de compreensão do funcionamento da reprodução social nesse território.

O objetivo principal do trabalho é questionar a centralidade da vida e a dinâmica social produtiva em relação à vida reprodutiva, destacando a importância dessa inversão de foco. O resumo apresenta os avanços da pesquisa no último ano e as descobertas obtidas ao longo deste processo, com ênfase no produto final que inclui o diálogo com uma escola e com mulheres moradoras de uma ocupação da área portuária do Rio de Janeiro a fim de produzir um jogo que serve como uma ferramenta didático-pedagógica para o desenvolvimento do letramento de jovens e

crianças a respeito da reflexão dos papéis sociais e da articulação entre as problemáticas urbanas e o trabalho do cuidado, essencialmente responsabilidade feminina na sociedade atual.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

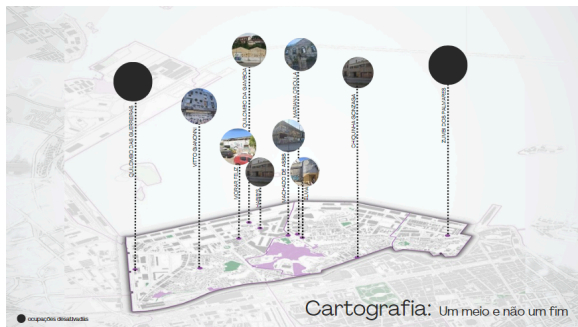
Nos dias de hoje, aliado às premissas neoliberais, os padrões do desenho urbano perpetuam narrativas hegemônicas que tratam os problemas sociais urbanos com descaso. O Projeto Porto Maravilha, o Morar Carioca e o atual Reviver Centro são exemplos de projetos que mostram como a presença do Estado no centro e área portuária do Rio de Janeiro agem para a garantia dos interesses do capital financeiro e imobiliário.

Historicamente, o urbanismo brasileiro imita padrões europeus e norte americanos com um grande esforço em trazer uma europeização e aburguesamento para a sociedade brasileira. Desde antes da Reforma Pereira Passos, a primeira grande intervenção urbana na cidade do Rio de Janeiro, acontecida entre os anos de 1902 e 1906 e inspirada na reforma de Paris por Georges-Eugène Haussmann, temos relatos de violências urbanas sofridas particularmente por mulheres que são relatadas no livro “A condição feminina e formas de violência”.

Segundo Silvia Federici (2023), o capitalismo é o maior responsável pelo nascimento de problemas como a desigualdade racial e de gênero. Explora o trabalho humano e gera desigualdades que resultam em adoecimento físico e mental, principalmente de mulheres racializadas que em grande maioria exercem dupla jornada, cuidando da família sem nenhuma remuneração por esse trabalho. De acordo com Nancy Fraser (2023), o trabalho do cuidado não remunerado gera uma crise multifacetada de dimensões econômicas, ambientais e políticas que não pode analisada de forma isolada por apenas um desses aspectos.



Fotografia da oficina de cartografia social © Acervo Urb.ANAs



Cartografia sobre ocupações da área portuária. Fonte © Livia Sacramento e Mariana Pio (2023).

Na fase atual do desenvolvimento do projeto, a cartografia social é apresentada aos alunos e utilizada como forma de apresentar as visões e experiências deles no território da área portuária. Segundo a socióloga Ana Clara Ribeiro, de maneira geral, as grandes corporações controlam a cartografia. Assim, a análise realizada apenas a partir da perspectiva hegemônica e masculina historicamente estabelecida como frequentemente acontece em estudos realizados por muitos intelectuais brasileiros, é uma das causas que perpetuam equívocos na nossa história (LIMA, 2000 apud RIBEIRO, 2002). Essas perspectivas descontextualizadas ignoram outras narrativas e experiências vividas no espaço, especialmente por classes mais vulneráveis.

Por meio de desenhos e textos elaborados de forma participativa e colaborativa, os alunos não somente são convidados a uma reflexão sobre a leitura territorial do espaço onde eles estão inseridos, mas também de servir como o tabuleiro do jogo que estamos elaborando, junto ao corpo docente e discente do CE Reverendo Hugh Clarence Tucker e da professora Diana Helene, pesquisadora externa da FAU/UFAL.

CONCLUSÕES:

A luta por condições mínimas de vida sem apoio estatal representa uma construção coletiva na busca de resistir e reivindicar o direito à cidade. As histórias de moradia das mulheres evidenciam práticas que desafiam interesses dominantes e modelos urbanísticos impostos, refletindo uma cultura política e técnica que

persiste no urbanismo e desafia a luta feminina pelo direito à cidade.

Observamos que, em vez de se limitarem às políticas excludentes, as mulheres promovem mudanças rápidas nas interações sociais e nas rotinas urbanas. A valorização de suas histórias de moradia revela a força desses corpos femininos, frequentemente marginalizados. Superar preconceitos relacionados a gênero, raça e condição social mostra que essas mulheres, apesar dos estigmas, desafiam o destino imposto e as contradições enfrentadas. Nossas conclusões enfatizam a importância da renovação das ciências sociais, incorporando diálogos como a cartografia social e a educação popular. A partir da interação entre as trajetórias residenciais de mulheres na área portuária do Rio de Janeiro e alunos locais, nossas pesquisas extensionistas destacam a importância da reprodução social na vida urbana dessas mulheres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

RIBEIRO, Ana Clara T. Dança de sentidos: na busca de alguns gestos. IN [BRITTO, F. B. & JACQUES, P. B.] **Corpocidade**: debates, ações e articulações. Salvador: UFBA, 2010, p. 24-40.

FEDERICI, Silvia. **Além da pele**: repensar, refazer e reivindicar o corpo no capitalismo contemporâneo. São Paulo: Editora Elefante, 2023.

FRASER, Nancy. Crise do cuidado? Sobre as contradições sociorreprodutivas do capitalismo contemporâneo In: BHATTACHARYA, T. (org.).

Teoria da reprodução social: remapeando a classe, recentralizar a opressão. São Paulo: Ed. Elefante, 2023, p. 17-44, p. 45-70

AGRADECIMENTOS:

Agradecemos ao CNPq e Faperj pelo apoio à pesquisa e às professoras Isabel Cardoso (UERJ) e Diana Helene (UFAL), além do grupo de pesquisa e estudos URB.ANAS.





Grande área do conhecimento: Ciências Sociais e Aplicadas

TÍTULO DO PROJETO: CONSIDERAÇÕES SOBRE A SUSTENTABILIDADE E AS PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS DOS EQUIPAMENTOS DE HOSPEDAGEM DAS PRAIAS DE JACUECANGA E DA BISCAIA EM ANGRA DOS REIS - RJ.

Autores: João Pedro Souza da Silva; Wilson M. Lopes Júnior

Departamento: Geografia e Políticas Públicas - DGP

INTRODUÇÃO:

Azevedo (2014) diz que o turismo é uma atividade econômica que consome recursos naturais, ele pode impactar negativamente o meio ambiente se não for planejado. Reconhecendo a importância da preservação ambiental para o turismo, surge uma nova demanda: o turismo sustentável.

Hanai (2012) argumenta que a sustentabilidade no turismo deve ser consolidada por meio de um equilíbrio entre três dimensões: econômica, sociocultural e ambiental. Swarbrooke (2002) afirma que, além de ser economicamente viável, o turismo sustentável contribui para a preservação dos recursos.

Para alcançar o turismo sustentável, é fundamental abordar a sustentabilidade nos meios de hospedagem, uma vez que estes desempenham um papel crucial na adoção de práticas que podem reduzir o impacto ambiental causado pelo turismo.

Schenini *et al.* (2012, p. 2) destacam que os meios de hospedagem "[...] usam recursos naturais e, ao utilizá-los, provocam sua redução, representando significativo impacto ambiental". Esses impactos variam desde o elevado consumo de água e a geração de resíduos sólidos até o consumo excessivo de energia.

Diante do exposto, esta pesquisa tem como objetivo analisar as pousadas sob a ótica do seu funcionamento e das ações relacionadas às questões socioambientais nas praias de Jacuecanga e da Biscaia, no município de Angra dos Reis-RJ. Nesse contexto, as praias de Jacuecanga e da Biscaia, situadas no corredor turístico da Ponta Leste, foram selecionadas para o estudo.

Para atender aos objetivos propostos, foram adotados métodos quantitativos e qualitativos. Foram realizadas pesquisas em bases oficiais, pesquisa bibliográfica, pesquisas de campo e serão realizadas entrevistas semiestruturadas com gestores de pousadas nas áreas estudadas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A pesquisa ainda está em andamento, porém, alguns dos objetivos específicos já foram alcançados. O objetivo "a", que consiste na identificação e catalogação de pesquisas científicas sobre sustentabilidade em meios de hospedagem no município de Angra dos Reis, já foi cumprido. Inicialmente, foram identificados vinte artigos científicos, mas, após a aplicação de filtros rigorosos na perspectiva da revisão bibliográfica, apenas quatro desses artigos

foram selecionados, conforme os seguintes títulos: Projeto de Proposta de Gestão Ambiental no Vila Galé Eco Resort de Angra dos Reis.; A sustentabilidade na perspectiva dos equipamentos de hospedagem da área central de Angra dos Reis – RJ.; Os impactos ambientais e o processo de gestão integrada: experiências na Vila de Abraão–Ilha Grande, Angra dos Reis.; Pousadas turísticas e o seu posicionamento referente as questões sustentáveis na Vila do Abraão-Ilha Grande, RJ. Outro objetivo alcançado foi o "b", que consiste em identificar o número de pousadas presentes na área de estudo. Para isso, foram realizadas pesquisas *in loco* e consultas ao site do Cadastur - Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos. Por meio do primeiro procedimento, foram encontradas onze pousadas, enquanto apenas duas foram identificadas pelo segundo método.

A próxima etapa da pesquisa envolve a realização de entrevistas com os gestores das pousadas, com o objetivo de atender aos objetivos restantes: c) Analisar o entendimento ambiental dos gestores; d) Identificar as ações sustentáveis implementadas pelas pousadas; e) Reconhecer as dificuldades enfrentadas na implantação dessas ações.

CONCLUSÕES:

Embora ainda em andamento, a pesquisa já evidencia a complexidade da relação entre turismo e sustentabilidade, ressaltando a importância de equilibrar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental, especialmente em locais fortemente dependentes da atividade turística, como Angra

dos Reis-RJ. A continuidade da pesquisa, será crucial para aprofundar a compreensão das práticas adotadas e dos desafios enfrentados, proporcionando uma visão mais detalhada de como os meios de hospedagem podem contribuir para um turismo sustentável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- AZEVEDO, Á.S. de C.. A educação ambiental no turismo como ferramenta para a conservação ambiental. *Amazônia, Organizações e Sustentabilidade*, v. 3, n. 1, p. 77-86, 2014.
- HANAI, F.Y. Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade do turismo: conceitos, reflexões e perspectivas. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, Taubaté - SP, v. 8, n. 1, p. 198-231, jan-abr/2012.
- SCHENINI, P. C.; LEMOS, R. N.; SILVA, F. A. da. Sistema de Gestão Ambiental no segmento hoteleiro. *Revista Intr@ciência*. p.1-18, 2012.
- SWARBROOKE, J. Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental. Aleph, 2002.

AGRADECIMENTOS:

Agradeço a FAPERJ pelo financiamento com a Bolsa de Iniciação Científica – IC.





Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

TÍTULO DO PROJETO: O FINANCIAMENTO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL NEOLIBERAL

Autores: Ludmilla Rangel da Silva Trugilho (Estudante-colaborada/bolsista de iniciação científica da FAPERJ); Yan Dantas Amaral (estudante-bolsista PIBIC/CNPq); Robson Roberto da Silva (professor-orientador).

Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Serviço Social de Niterói (SSN)/ Escola de Serviço Social (ESS)

INTRODUÇÃO:

Este trabalho resultou do projeto de pesquisa “O Financiamento da Política de Assistência Social no Brasil Neoliberal”, que também contou com a bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). O projeto de pesquisa buscou identificar as principais tendências do financiamento da política de assistência social no Brasil, considerando as particularidades dos governos nacionais de diferentes matizes neoliberais, que estiveram no poder entre os anos 1990 e 2022. Para alcançar esse objetivo geral, a metodologia da pesquisa orientou-se pelo materialismo histórico-dialético, que considerou os aspectos quantitativos e qualitativos. Tal pesquisa foi realizada a partir do levantamento da legislação sobre o financiamento da política de assistência social nos sites de órgãos públicos; e também a partir do levantamento bibliográfico sobre esse tema produzido pelo Serviço Social, em especial a partir do catálogo de dissertações e teses da

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e dos periódicos online da área do Serviço Social informados na Tabela Qualis da CAPES. Decidiu-se por priorizar essa produção por entender que essa categoria profissional participa do processo de construção e efetivação da legislação sobre a política pública de assistência social e por compreender que ela congrega importantes reflexões sobre o tema.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A área da assistência social, tradicionalmente, foi marcada pela ausência de planejamento fiscal, condicionado à execução de ações à existência de sobras orçamentárias; e pela inexistência, na estrutura orçamentária dos governos nacionais e subnacionais, de uma rubrica específica para o financiamento e de fundos públicos, o que dificultava o controle social democrático (SILVA, 2014). A pesquisa procurou, assim, demonstrar por meio do

levantamento dos principais marco-jurídicos dessa política pública de assistência social, as características centrais do seu financiamento. De um modo geral, essa legislação aponta que o financiamento desta área integra o orçamento da seguridade social e que é de responsabilidade dos três níveis de governo e da sociedade; aponta também que existe a necessidade de criação de fundos para o financiamento compartilhado entre os entes da federação; de critérios de partilha, de transferência e de transparência de recursos; de incentivos financeiros à gestão; de criação e unificação dos blocos de financiamento; e de aplicação de penalidades para o descumprimento de medidas administrativas. Além disso, a pesquisa identificou um significativo aumento da produção bibliográfica no âmbito do Serviço Social, principalmente nos governos estaduais e municipais. Estudo publicado por Silva (2014) chamava atenção para a importância de pesquisas sobre o financiamento nesta área nos governos regionais e locais, pois analisavam mais o financiamento com base no orçamento federal. Na pesquisa constatou-se 1 tese e 8 dissertações sobre o financiamento da política de assistência social nos governos nacionais. Porém, a maioria dos trabalhos trata do financiamento dessa política social nos governos estaduais ou municipais (31 dissertações e 3 teses). Nos periódicos online identificou-se 8 artigos que tratam do financiamento da política de assistência social/SUAS nos governos nacionais. Nos governos estaduais e municipais o número é menor, foram encontrados apenas 4 artigos. Em

síntese, a maioria dos trabalhos analisam o financiamento no momento da criação e implementação do SUAS e/ou no período pós golpe institucional de 2016; e destacam que as medidas de ajuste fiscal vêm impactando o financiamento desse sistema descentralizado e participativo.

CONCLUSÕES:

A partir da pesquisa que originou este trabalho pôde-se notar que a legislação sobre a política pública de assistência social no país, apesar das suas contradições, vem buscando enfrentar as formas tradicionais do financiamento nessa área social. Porém, muitos são os desafios advindos, principalmente, do ajuste fiscal, que prioriza o pagamento de juros e amortizações da dívida pública. No âmbito da produção bibliográfica sobre o financiamento nessa área social identificou-se um aumento de trabalhos sobre as experiências estaduais e municipais, mas o cofinanciamento aparece como um dos principais problemas do SUAS. A participação da União neste cofinanciamento tem sido maior do que as demais esferas de governo, pois é a principal responsável pelos benefícios e programas assistências de transferência monetária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

SILVA, J. A. F. **Fundo público e serviço social: conexão entre a lógica orçamentária e o exercício das competências e atribuições do assistente social no SUAS.** 2014. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de

Serviço Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2014.

AGRADECIMENTOS:

Agradeço à FAPERJ e à UFF; ao professor-orientador; e ao colega, bolsista PIBIC/CNPQ, com quem partilhei essa experiência.



Imagem 1: Imagem
PIBIC



Grande área do conhecimento: Direito

TÍTULO DO PROJETO: EDUCAÇÃO E DESCOLONIZAÇÃO: O DIREITO À EDUCAÇÃO INDÍGENA E A REFORMA CURRICULAR DO POVO MUNDURUKU

Autores: Bruna Alves Silva e Wilson Madeira Filho

Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Direito Público/Faculdade de Direito/Universidade Federal Fluminense

INTRODUÇÃO:

A presente pesquisa teve como tema o direito à educação indígena, estando em uma agenda de pesquisas junto ao povo Munduruku realizadas pelo Laboratório de Justiça Ambiental (LAJA), da Faculdade de Direito da UFF. Mais precisamente, a pesquisa contribuiu com revisão de literatura acerca das temáticas do direito à educação indígena, do currículo indígena e da relação entre educação e descolonização, dando subsídios ao trabalho de campo que foi realizado pelo Laboratório de Justiça Ambiental junto ao povo Munduruku.

A terra indígena Munduruku está reconhecida e demarcada, a partir do Decreto 25 de fevereiro de 2004, localizada no município de Jacareacanga/estado do Pará, com área que abrange um total de 2.382 mil ha, dividido em 115 aldeias, com uma população de cerca de 6.518 pessoas, de acordo com dados do Instituto Socioambiental (ISA, 2022), sendo margeada pelos Rios Teles Pires, Jururuena e Tapajós

A pesquisa se dá junto à organização dos professores Munduruku em torno da Associação

Arikico - Associação dos Educadores Indígenas Mundurukus/Alto Tapajós, que têm atuado na reivindicação de seus direitos educacionais indígenas, dentro de uma agenda de lutas empreendida pelos grupos de resistência do povo Munduruku, principalmente no que tange à criação de um Currículo Escolar Indígena e de um Plano Político Pedagógico Indígena para suas escolas, dentro da proposição de uma escola indígena diferenciada e intercultural, prevista na legislação brasileira.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A pesquisa de PIBIC acompanha a agenda de pesquisas do Laboratório de Justiça Ambiental (LAJA) da UFF, junto a pesquisadores de mestrado e doutorado que atuam junto aos Munduruku. Em especial, a bolsista atuou nas etapas de revisão de bibliografia e transcrição e sistematização das entrevistas realizadas em trabalho de campo junto aos educadores Munduruku.

Quanto à etapa de revisão de literatura, foi realizado o levantamento de todos as dissertações e teses de doutorado acerca dos Munduruku, e de temas correlatos, no banco de

teses e dissertações da CAPES. Foram pesquisados trabalhos com o descritor de busca “munduruku”, e com o descritor “Jacareacanga” (município onde está localizado a TI Munduruku). Foram localizados 204 trabalhos, que estando sendo catalogados conforme sua temática (de acordo com as palavras chaves e resumos). O levantamento bibliográfico está sendo utilizado como apoio ao conjunto de pesquisas do Laboratório de Justiça Ambiental junto aos Munduruku.

Além disso, na metodologia de elaboração do currículo indígena desenvolvida pelos Munduruku, um dos tópicos iniciais trata justamente do levantamento bibliográfico das pesquisas e publicações realizadas pelos *pariwat* acerca da história Munduruku. Pretende-se que este levantamento seja entregue como uma devolutiva junto à organização de educadores indígenas Munduruku.

Além do levantamento bibliográfico, a bolsista de PIBIC trabalhou junto a pesquisador de doutorado nas transcrições e sistematizações das entrevistas realizadas junto a educadores Munduruku e outros agentes em trabalho de campo. As entrevistas foram realizadas com o presidente e a vice-presidente da Arikico, - Associação de Educadores Munduruku do Alto Tapajós/PA, com educadores vinculados à associação, e com professores da escola municipal da sede, em Jacareacanga.

CONCLUSÕES:

A pesquisa acompanhou a luta dos educadores indígenas dentro das terras munduruku na cidade de Jacareacanga e nas aldeias do Alto Tapajós, PA, que buscam formular um Plano Pedagógico Indígena e um Currículo Indígena para as escolas das aldeias, um que, diferente do que é observado atualmente e seguindo a premissa da Constituição de 88, garanta espaço para a diversidade cultural dentro da escola, dando espaço para as disciplinas esperadas para um viver indígena.

As entrevistas feitas nessa pesquisa nos mostram um pouco do que é o trabalho dessas lideranças e militantes pela escola indígena de forma que esta perca a face da invasão cultural (Freire, 2019, p. 205-225) e possa tornar-se uma escola instrumento de descolonização. Longe de ser apenas o cumprimento da legislação, a luta dos educadores indígenas se insere em uma agenda de lutas de natureza cosmopolítica (Munduruku; Cordeiro; Sousa, 2022) empreendida pelos movimentos de resistência do povo Munduruku, junto à luta pelo território e contra a exploração de garimpeiros em sua terra. Assim, a pesquisa tem como objetivo geral a compreensão dos processos de resignificação e descolonização da escola através dos direitos educacionais indígenas.

No que tange aos Munduruku, conforme apontado por Ademir Kaba Munduruku, Maria Audirene Cordeiro e João Messias Sousa (p. 138-146), o surgimento das associações modernas dos Munduruku na defesa de seu território envolve estratégias etnopolíticas e cosmopolíticas das lideranças Munduruku,

expressos nos encontros Pusuruduk's, que definiram a centralidade da luta educacional junto às demais lutas pela defesa do território e da vida Munduruku.



AGRADECIMENTOS:

Agradecemos à Edivaldo Poxo Munduruku e Mariza Kaba Munduruku, assim como aos demais educadores Munduruku que contribuíram com a presente pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ISA. Instituto Socioambiental. **Terra indígena Mundurucu**. São Paulo: Instituto Socioambiental, [2022]. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3770#demografia>. Acesso em: 27 out. 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 68. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

MUNDURUKU, Ademir Kaba; CORDEIRO, Maria Audirene de Souza; SOUSA, João Messias da Silva. Por entre os rios da vida e da morte: o movimento indígena dos mundurukus do Alto Tapajós/PA. *In*: MILHOMENS, Lucas (org.). **Comunicação, questão indígena e movimentos sociais: reflexões necessárias**. Embu das Artes: Alexa Cultural; Manaus: EDUA, 2022. p. 131-153).



CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

RECUPERAÇÃO E FALÊNCIA DE INSTITUIÇÕES SIMPLES: UMA LEITURA DA LEI Nº 11.101/2005 PARA ALÉM DA TEORIA DA EMPRESA

MATHEUS SANTOS BARRETO

DEPARTAMENTO DO CURSO DE DIREITO DO INSTITUTO DE

CIÊNCIAS DA SOCIEDADE DE MACAÉ

INTRODUÇÃO:

O presente projeto propõe uma releitura da atual Teoria da Empresa adotada pelo ordenamento jurídico brasileiro como fundamento de seu Direito de Empresa. A pesquisa aborda a referida teoria sob o enfoque da Lei nº 11.101/2005 (Lei de Recuperação e Falências), que, conforme redação do seu artigo 1º, aplica-se aos empresários e sociedades empresárias.

Todavia, o projeto busca demonstrar a necessidade de uma revisão do supracitado artigo, com base na tese de que a lei exclui de seu âmbito de aplicação as sociedades que, embora não se enquadrem como empresárias, exercem importante papel no desenvolvimento socioeconômico do país. Desta forma, a partir da problemática exposta, verifica-se uma demanda por uma releitura da atual Teoria da Empresa, no intuito de superar a mera formalidade da definição do conceito de empresário a fim de valorizar e preservar as entidades que possuam

relevância econômica, em atendimento aos princípios da função social da empresa e de seus desdobramentos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Desenvolveu-se, inicialmente, um estudo sobre o conceito de empresário adotado atualmente pelo Direito de Empresa brasileiro, definido no artigo 966 do Código Civil (Lei nº 10.406/2002)¹, bem como do parágrafo único deste artigo².

A pesquisa apontou que os textos destes dispositivos apresentam inconsistências, assentadas no fato de inexistir razão para a presença da expressão “profissão intelectual”, uma vez que toda profissão já presume um grau de intelectualidade para seu exercício, bem como pelo fato de que o legislador não definiu o que significa “elemento de empresa”. Esta investigação inicial já denota para uma fragilidade do conceito de empresário, utilizada como ponto de partida para a problemática geral.

¹ Art. 966. Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.

² Parágrafo único. Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.

Em seguida, o trabalho segue para a etapa da pesquisa que consiste na análise da Lei nº 11.101/2005 (Lei de Recuperação e Falências – LRF), que tem por objeto a tutela dos institutos da recuperação judicial e da falência para os empresários e sociedades empresárias, conforme redação de seu artigo primeiro. Ocorre que tal dispositivo afasta do âmbito de sua aplicação as entidades que não se enquadram como empresárias, hipótese que foi posteriormente confirmada por fontes jurisprudenciais, a exemplo do julgamento da Apelação Cível nº 0366159-63.2008.8.19.0001 pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, bem como da súmula nº 49 editada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, cuja redação afirma expressamente que a LRF não se aplica às sociedades simples (não empresárias). Contudo, por meio de um estudo jurisprudencial, foi possível constatar que, assim como as sociedades empresárias, as sociedades simples ou não empresárias também geram impactos positivos para a sociedade e para economia, a partir da geração de empregos, circulação de capital, manutenção da fonte produtora e dos interesses de seus credores.

A fim de ilustrar esta hipótese, a pesquisa trouxe como exemplos os casos da Casa de Portugal, da Universidade Cândido Mendes e da cooperativa Unimed Petrópolis, instituições não empresárias que tiveram seus pedidos de recuperação judicial deferidos em primeira instância, sob a premissa geral de que a preservação de tais entidades é de interesse social, tendo em vista os reflexos positivos que o seu funcionamento acarreta para a sociedade.

Sendo assim, não seria produtivo restringir o seu acesso ao recurso da recuperação judicial.

Ademais, no mesmo sentido, a pesquisa também concluiu que a proposta de estender o tratamento da Lei nº 11.101/2005 às sociedades não empresárias também está em consonância com os princípios inscritos na própria lei em seu artigo 47, quais sejam, a preservação da empresa, de sua função social e o estímulo à atividade econômica. Portanto, trata-se da tese da interpretação teleológica da norma, que busca se atentar para a real intenção que teve o legislador ao criá-la.

CONCLUSÕES:

Os resultados obtidos foram sintetizados em duas teses principais.

A primeira tese é a de que a atual Teoria da Empresa adotada pelo ordenamento jurídico brasileiro necessita de uma revisão, assentada em reduzir ou mesmo eliminar o distanciamento conceitual entre sociedades empresárias e sociedades simples ou não empresárias, considerando que ambas desenvolvem atividades que geram projeções positivas na economia e na sociedade.

A segunda tese, complementar à primeira, consiste na proposta de reformulação do artigo 1º da Lei nº 11.101/2005 às sociedades não empresárias, para que também sejam estendidas a elas o acesso aos institutos de recuperação judicial e da falência, em conformidade com o próprio espírito da norma, que consagra a preservação da atividade econômica como um de seus princípios basilares, insculpido em seu artigo 47.





Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

TÍTULO DO PROJETO: INVENTÁRIO DE VALORES URBANOS NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO [VIGÊNCIA 2023-2024]

Autoras: Alessandra Borges Barbosa (bolsista)

Ricarda Lucilia Domingues Tavares (orientadora)

Departamento de Arquitetura – TAR/EAU

INTRODUÇÃO:

Este resumo apresenta os resultados do projeto de pesquisa “Inventário de Valores Urbanos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro [vigência 2023-2024]”, que a exemplo de propostas anteriores, aprofunda pesquisas, metodologias e análises da tese de doutorado da proponente (TAVARES, 2016). Em abordagens anteriores, o objeto de estudo dava ênfase à relação entre o formal e o informal na cidade do Rio de Janeiro, a abordagem atual estende o recorte ao município de São Gonçalo, mais especificamente ao conjunto de bairros que compõem o Complexo do Salgueiro. Como instrumentos de reflexão e análise, a elaboração de Mapas de Valores Urbanos, ou seja, sínteses cartográficas com o registro do levantamento de informações oficiais sobre o território estudado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Na pesquisa foram definidos dois recortes geográficos como estudos de caso: o município de São Gonçalo e o Complexo do Salgueiro, localizado no 1º Distrito (Sede). O foco se concentrou no detalhamento dos bairros que o constituem (Palmeiras, Itaoca, Fazenda dos

Mineiros, Salgueiro, Itaúna, Luiz Caçador e Recanto das Acácias), considerando-se diferentes contextos e interações escalares.

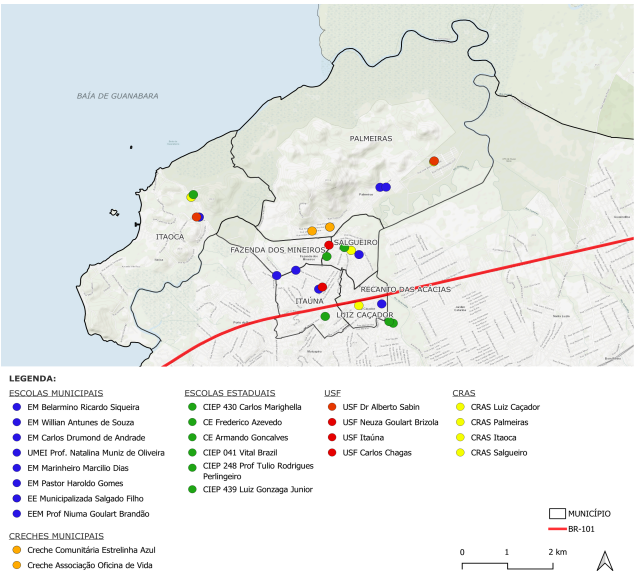
As três escalas territoriais (município, complexo e bairros) foram trabalhadas cartograficamente, com ênfase na distribuição de infraestrutura e na localização e abrangência de equipamentos públicos. Foram levantadas informações para análise do atendimento ou não de demandas nas localidades, e a partir disso, foram produzidos mapas com a localização dos equipamentos públicos em funcionamento (escolas municipais, creches municipais, escolas estaduais, USF e CRAS). Os mapas conferiram materialidade às informações previamente organizadas (oficiais e coletadas *in loco*) e geraram possibilidades de análise dos territórios estudados.

O Complexo do Salgueiro possui uma diversidade de equipamentos distribuídos em seis de seus sete bairros, que proporcionam o acesso a alguns serviços públicos, embora estejam mais concentrados no Salgueiro e em Itaúna. A precariedade da infraestrutura é um dos maiores problemas desse conjunto de bairros.

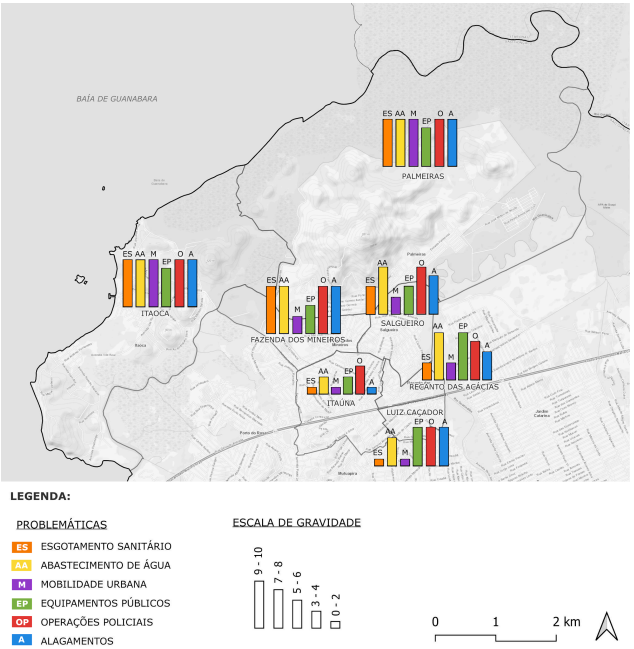
Os mapeamentos produzidos (localização dos equipamentos e síntese das problemáticas urbanísticas) permitiram a visualização das

situações críticas identificadas no Complexo do Salgueiro, avaliadas comparativamente segundo níveis de gravidade crescente, de 0 a 10. É importante reforçar que essa avaliação foi realizada por meio de visitas de campo, do conhecimento empírico prévio dos bairros e, também, a partir de conversas informais com os moradores. O bairro de Itaúna apresenta as melhores condições, enquanto Itaoca e Palmeiras apresentam as situações mais críticas.

Para habitar e resistir em um território historicamente negligenciado pelos poderes públicos, algumas famílias têm implementado tecnologias sociais em suas casas. Além disso, coletivos atuantes na área auxiliam os moradores nesse cotidiano tão hostil, oferecendo soluções práticas e sustentáveis que frequentemente se baseiam em conhecimentos transmitidos de geração em geração.



Distribuição de equipamentos públicos nos bairros do Complexo do Salgueiro.



Mapeamento das problemáticas em infraestrutura, levantadas no Complexo do Salgueiro.

CONCLUSÕES:

Ao final desta vigência da pesquisa, tornam-se relevantes algumas considerações “conclusivas”. No que se refere às dificuldades encontradas, destaca-se o acesso restrito a informações sobre o município de São Gonçalo e os bairros em estudo, pois a prefeitura e demais órgãos locais não disponibilizam de maneira transparente seus dados, ou mesmo não os produzem.

Ademais, é importante a ênfase dada à escala de bairro, no caso, dos bairros do Complexo do Salgueiro, que permitiu observar com maior precisão a qualidade dos equipamentos urbanos distribuídos na área de estudo, no caso, as escolas estaduais e municipais, creches municipais, USF e CRAS, bem como serviços urbanos; sem perder de vista a interação com outras escalas (distrito e município). Por fim, a elaboração dos mapeamentos permitiu aguçar a percepção da estudante envolvida na pesquisa para as desigualdades de acesso a bens e serviços públicos, mas principalmente em relação à ausência ou insuficiência de políticas públicas que possam interferir nessa realidade. Assim, trata-se de uma proposta metodológica visando a potencializar a capacidade de reflexão e atuação na reivindicação de direitos coletivos.

AGRADECIMENTOS:

Os agradecimentos são direcionados aos responsáveis diretos pelo desenvolvimento desta pesquisa. Ao CNPq e à PROPPI-UFF, o meu reconhecimento pelo fomento e divulgação do conhecimento produzido na academia. Por fim, à minha orientadora, Ricarda Tavares, agradeço pela oportunidade, pelos ensinamentos compartilhados durante o processo e principalmente pelo comprometimento em fazer ciência com o objetivo de impactar positivamente a qualidade de vida das pessoas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

TAVARES, R. L. D. *O valor do lugar e o lugar do valor na formação e afirmação das favelas cariocas*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), PPGAU-UFF, Niterói, 2016.





Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

**TÍTULO DO PROJETO: DOCUMENTOS PRIVADOS DE PRESIDENTES DA REPÚBLICA:
MAPEAMENTO DOS ARQUIVOS PRESIDENCIAIS CUSTODIADOS NA CIDADE DO RIO DE
JANEIRO (RJ)**

Autores: Renato de Mattos; Karoline Praça Campos

Departamento/Unidade: GCI/IACS/UFF

INTRODUÇÃO:

A importância dos conjuntos documentais produzidos e acumulados por pessoas físicas é atestada pela legislação brasileira que trata da preservação do patrimônio arquivístico nacional, a exemplo da Lei nº 8.394/1991, que reconhece o interesse público e social dos arquivos privados dos presidentes da República e dispõe sobre a organização e o acesso a esses documentos. No entanto, parte dos arquivos presidenciais está dispersa em instituições públicas e privadas e, por vezes, a documentação de um mesmo titular se encontra fragmentada em arquivos, museus e centros de memória. A inexistência de planos interinstitucionais voltados à divulgação dos acervos é agravada pela ausência de guias, inventários e outros instrumentos de pesquisa capazes de reunir e compilar informações sobre a localização, as características e a composição dos arquivos presidenciais, impondo-se, assim, como um dos principais óbices à difusão do potencial informacional de parcela importante do patrimônio arquivístico nacional. Ao

constatarmos que quase a metade dos acervos presidenciais brasileiros se concentra na capital fluminense, o presente projeto objetiva o mapeamento dos arquivos custodiados por instituições sediadas no município do Rio de Janeiro (RJ) por meio da elaboração de instrumento de pesquisa contendo informações pormenorizadas acerca dos acervos, incluindo o nível de tratamento, a representatividade dos conjuntos documentais, as condições de acesso, bem como as abordagens teórico-metodológicas que fundamentaram as diferentes práticas de conservação, organização e descrição.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Em que pese o estágio preliminar da pesquisa em tela, alguns resultados parciais obtidos assumem importância significativa acerca da temática. Dentre eles, sublinhamos o mapeamento e a identificação dos arquivos presidenciais preservados em instituições sediadas na cidade do Rio de Janeiro. Com efeito, os dados acima reunidos evidenciam a dispersão da documentação de um mesmo

titular em instituições de custódia dotadas de naturezas jurídicas distintas (públicas e privadas) e de perfis distintos (arquivos, museus, centros de memória e bibliotecas).

Conforme já mencionado, a fragmentação das parcelas dos arquivos presidenciais obsta o acesso e a efetiva exploração do potencial informacional dos documentos. Nesse sentido, espera-se que a publicização dos dados relativos aos arquivos presidenciais custodiados pelas instituições sediadas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro concorra para a promoção de atividades voltadas à difusão de parcela relevante do patrimônio histórico-cultural brasileiro. Pretende-se, ainda, que a divulgação e a publicação do potencial informacional dos documentos produzidos e acumulados por titulares de cargos públicos no exercício de seus mandatos por meio de instrumento de pesquisa em formato digital contribua para que os respectivos acervos atendam efetivamente o “interesse público e social” previsto na Lei nº 8.394/1991.

CONCLUSÕES:

Embora os arquivos presidenciais sejam compreendidos como fontes representativas da história da República brasileira, a dispersão e a fragmentação dos conjuntos documentais em distintos órgãos públicos e privados, somado à ausência de planos interinstitucionais voltados à divulgação dos acervos reforçam a “invisibilidade” dos acervos. Nesse sentido, fundamentando-se nas contribuições de Antonia Heredia Herrera (1991) e Heloísa Bellotto

(2006), a proposta parte do pressuposto de que o objetivo primordial dos arquivos é, por meio da aplicação dos princípios teórico-metodológicos da Arquivologia, dar o amplo acesso à informação, seja aquela considerada indispensável ao processo decisório e para o funcionamento das atividades governamentais ou das empresas privadas e pessoas físicas, seja aquela essencial aos cidadãos para a compreensão e (re)construção de sua história e de sua identidade.

Com efeito, segundo Heredia Herrera (1991), a forma mais adequada para que um determinado corpus documental seja acessível é por meio da elaboração de instrumentos de pesquisas capazes de difundir os arquivos para além do universo de interesse de pesquisadores acadêmicos e dos administradores, atraindo, igualmente, um público diversificado, como estudantes do ensino fundamental e médio. Nesse sentido, acredita-se que a construção de instrumento de pesquisa dedicado aos arquivos presidenciais preservados na região metropolitana do Rio de Janeiro faculta não apenas a amplificação das consultas realizadas por usuários especializados, das áreas de História, Ciências Sociais e Direito, entre outros, como, também, a inserção de segmentos da sociedade pouco familiarizados com os arquivos e sua importância social como repositório do patrimônio documental brasileiro e potencial promotor de ações culturais e educativas.

AGRADECIMENTOS:

Agradecemos ao PIBIC/UFF pelo financiamento da pesquisa, bem como aos profissionais

responsáveis pela organização e tratamento dos acervos presidenciais preservados por instituições públicas e privadas sediadas na cidade do Rio de Janeiro (RJ).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CAMARGO, Ana M. de A; GOULART, Silvana. *Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais*. São Paulo: IFHC, 2007.

HEREDIA HERRERA, Antonia. *Archivística General: Teoria y práctica*. 5º ed. Sevilla, Espanha: Diputación Provincial de Sevilla, 1991.

MATTOS, Renato de; PEREIRA, Adriana A. Discussões em torno dos arquivos pessoais face à teoria arquivística. *Biblos*, v.33, p.75-91, 2020.

MATTOS, Renato de. Entre o interesse público e o privado: natureza jurídica e amparo legal dos acervos presidenciais brasileiros. In: MATTOS, R. de; FONSECA, Vitor M. M. da; CAMPO, L. M. C.; FREITAS, L. S. (Org.). *Tendências de pesquisa no PPGCI/UFF: abordagens e perspectivas*. São Paulo: Tikinet, 2020, p. 106-122.

MATTOS, Renato de; MENDES, Juliana M. Arquivos pessoais e patrimônio: a Declaração de Interesse Público e Social como instrumento de patrimonialização de arquivos. *Ágora*, v.31, p.1-21, 2021.





Ciências Sociais Aplicadas

A FORMAÇÃO JURÍDICA: A PRETENZA E A VERDADEIRA CRISE DO ENSINO JURÍDICO

Priscila Petereit de Paola Gonçalves / Bruna da Rocha Jacintho

Departamento de Direito de Macaé (MDI) /ICM

INTRODUÇÃO:

Este projeto de pesquisa propõe-se a abarcar diferentes áreas do conhecimento para apreender a formação jurídica no Brasil na Primeira República, em especial no privilegiado momento de análise da transição entre Império e República. Trata-se, então, de adotar uma preocupação presente para entendê-la à luz da História e verificar sua novidade ou historicidade. Para tanto, será analisado o Projeto de Lei nº 97 de 1894, que tentava regulamentar a unificação do curso de ciências jurídicas e sociais com a extinção dos cursos especiais de Ciências Sociais e de Notariado, e a regulamentação severa das faculdades livres, como um dos pontos de partida para a análise da formação jurídica. Propõe-se a análise do referido Projeto de Lei como um dos pontos de partida para a análise da formação jurídica, mas se pretende aprofundar uma análise sobre sua composição, trajetórias intelectuais dos parlamentares e continuidades das discussões. Desse modo, pretende-se interrogar se crise do ensino jurídico seria atualmente uma depressão passageira numa formação outrora de excelência, da mesma forma como se procura entender como uma formação precária, em tempos pretéritos, foi capaz de garantir a construção do Estado, de uma burocracia

nacional, de intelectuais e atividades profissionais do Direito.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

O Decreto nº 1232h de 1890 promoveu uma nova divisão no curso de Direito, passando este a ser dividido em ciências jurídicas, ciências sociais e notariado. As faculdades livres continuaram a poder conferir aos seus alunos os respectivos títulos de bacharéis em Direito, desde que se obtivessem as aprovações exigidas pelos estatutos de cada instituição. Porém, em outubro de 1894, foi constituída uma comissão na Câmara dos Deputados com o objetivo de debater a qualidade do ensino jurídico. Francisco Veiga (Presidente), Augusto Freitas (relator), Dino Bueno, Pedro Vergne, Gonçalves Ferreira, Augusto Montenegro, Paulino de Sousa Júnior e Anísio Auto de Abreu foram os membros que compuseram a referida comissão. A comissão, instituída para a elaboração de um projeto de reforma do ensino jurídico nas faculdades de Direito, redigiu o Projeto de Lei nº 97 de 1894, a fim de, posteriormente, debetê-lo na Câmara dos Deputados. Resumidamente, o projeto de lei visava reformular o ensino jurídico, principalmente no tocante aos ideais do ensino livre, materializados pelas Reformas de 1879 (Leôncio de Carvalho) e de 1890 (Benjamim

Constant). Para o grupo, o ensino jurídico havia se tornado uma “fantasia”, diante, principalmente, do esvaziamento das faculdades e da deficiência na apreensão dos conteúdos disciplinares, fatos que caracterizariam uma verdadeira crise do ensino do Direito. Neste sentido, o projeto propunha: (i) a unificação do curso de ciências jurídicas e sociais, com a extinção dos cursos especiais de ciências sociais e de notariado; (ii) uma regulamentação mais severa das faculdades livres; (iii) a frequência obrigatória dos alunos matriculados nos cursos de Direito; (iv) criação de novas cadeiras de direito civil e criminal; (v) elevação para seis anos do tempo de formação no curso de Direito.

Ao fim do debate, aprovou-se a Lei nº 314 de 1895, a qual reestruturou o currículo dos cursos de Direito, reorganizando o ensino jurídico. A reforma representou uma maior rigorosidade às disposições das reformas anteriores, como, por exemplo, (i) reestabelecendo a frequência dos alunos, através de um livro especial que ficaria sob a guarda do próprio professor; (ii) prova de frequência mínima de 30 alunos por dois anos; (iii) além de estipular a nomeação pelo Governo de um fiscal para cada Faculdade Livre.

Em resumo, pode-se concluir que, já no início da República, a crise do ensino jurídico foi pauta dos debates legislativos. A questão que fica evidente é que muitos dos componentes elencados como centrais para a crise na formação jurídica na Primeira República são também ainda hoje reivindicados por muitos estudiosos. A baixa frequência dos alunos, a falta de absorção dos conteúdos programáticos, o trânsito entre faculdades na tentativa de

avaliações menos rigorosas, a decadência do professorado e as nomeações “injustas” de professores, são alguns dos exemplos que, de alguma maneira, ainda permeiam a discussão atual sobre o ensino jurídico. É neste sentido que se busca desnaturalizar a ideia de que a crise do ensino jurídico é algo, estritamente, atual, em contraposição a uma formação pretérita de excelência.

CONCLUSÕES:

Foi observado que de fato a crise do ensino jurídico não pode ser elencada como fenômeno exclusivo da atualidade, dada sua antiguidade. Isso não significa que a crise possa ser resumida a uma historicidade linear e monocausal. Muito pelo contrário, cada discurso de crise obedeceu a contextos e interesses próprios e multifacetados. Nos debates parlamentares analisados os tópicos mais imediatamente perceptíveis versam sobre a frequência a aulas, o contato com o professorado. Nas faculdades livres essa interação era reduzida, o que municiava apologistas devido à majoração de formandos, assim como os opositores, que viam aí uma transgressão aos ritos necessários para a formação jurídica.

Elenca-se algumas conclusões da presente pesquisa: (i) a formação em Direito nunca teria sido uma formação de excelência, pois desde o Império brasileiro até a República é possível encontrar narrativas que buscam enfrentar a crise do ensino jurídico no país, o que é confirmado e descrito pelas fontes primárias; (ii) qualquer excelência ou predominância do curso de Direito durante o Império brasileiro ocorreu

dada a necessidade de formação de quadros para a composição da burocracia estatal; (iii) a Primeira República foi marcada por esforços para a expansão do ensino jurídico no país; (iv) com o advento da República e, principalmente, a partir da década de 1930, não somente ocorreu a proliferação de outras faculdades de Direito no país, como também se iniciou um período de ampliação da formação acadêmica maior e mais abrangente; (v) os cursos de Direito, após a década de 1930, sofreram um processo de perda da centralidade na composição de quadros para a burocracia estatal, em especial devido à profissionalização de outras áreas, como contabilidade, economia e administração.





Ciências Sociais Aplicadas

HISTÓRIA DAS AGÊNCIAS DE NOTÍCIAS BRASILEIRAS E DAS AGÊNCIAS DE NOTÍCIAS ESTRANGEIRAS NO BRASIL (1959-2024)

João Pedro de Almeida Sabadini (bolsista); Pedro Aguiar Lopes de Abreu (orientador)

Departamento de Comunicação Social, IACS/UFF

INTRODUÇÃO:

O objetivo da pesquisa é compor uma história das agências de notícias brasileiras e das agências de notícias estrangeiras atuantes no Brasil, de forma a fornecer um referencial coeso a ser incorporado à historiografia do jornalismo no país. Incluem-se aqui dois ramos distintos, porém somados: as agências de notícias estrangeiras que operaram no Brasil e/ou forneceram serviços à imprensa brasileira e as agências de notícias fundadas no Brasil e geridas por brasileiros de 1958 até 2024. A fase anterior, de 1874 a 1958, foi contemplada na vigência do PIBIC 2022/2023.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

O estudo baseia-se em pesquisa hemerográfica, tendo como fontes os acervos da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, pelos quais foram realizadas consultas em busca de informações. O intervalo pesquisado foi dividido em períodos, para os quais se localizaram as seguintes quantidades de registros sobre agências:

- 1959-1969: 17 (brasileiras), 17 (estrangeiras)
- 1970-1979: 14 (brasileiras), 15 (estrangeiras)
- 1980-1989: 11 (brasileiras), 9 (estrangeiras)
- 1990-1999: 17 (brasileiras), 9 (estrangeiras)
- 2000-2009: 3 (brasileiras), 1 (estrangeiras)
- 2010-2019: 0 (brasileiras), 1 (estrangeiras)
- 2020-2024: 0 (brasileiras), 0 (estrangeiras)

Os registros localizados foram tabulados em 14 planilhas, indexados, analisados e embasaram a construção de uma narrativa histórica sobre as agências de notícias operantes no Brasil entre 1959 e 2024.

Durante os anos analisados, eventos cruciais moldaram a trajetória das principais agências de notícias internacionais e brasileiras, destacando tanto o crescimento quanto o declínio de algumas delas. Em junho de 1962, o presidente da Reuters, John L. Burgess, mencionou que a agência havia distribuído telegramas para mais países do que em qualquer outro momento desde sua fundação, em 1841. Esse marco evidencia o grande momento pelo qual a Reuters passava na época, consolidando sua influência global.

Poucos anos depois, em outubro de 1965, o Diário de Notícias resgatou a trajetória de Carlos Lacerda, destacando sua passagem por várias agências noticiosas. Lacerda, em 1942, dirigiu a Agência ADA e, em 1943, estagiou na agência Brasília Press, preparando-se para assumir a Agência Meridional a convite de Assis Chateaubriand. Em julho de 1967, o jornal trouxe novas informações sobre Lacerda, mencionando que ele foi convidado por Chateaubriand para comandar as empresas dos

Diários Associados, consolidando seu nome no cenário jornalístico brasileiro.

Em junho de 1968, o Jornal do Commercio celebrou os 50 anos da United Press International (UPI) no Brasil, ressaltando que a agência começou suas operações no país em 19 de maio de 1918.

Em abril de 1978, uma reunião histórica em Estocolmo reuniu representantes das seis maiores agências de notícias internacionais - AP, UPI, Reuters, TASS, Agência Nova China e AFP - sob o apoio da Unesco, para debater questões relacionadas à infraestrutura da coleta e disseminação de informações globais, marcando uma busca por maior cooperação entre as agências de todo o mundo.

Nos anos 1980, a UPI continuou a ser destaque, inaugurando em fevereiro de 1981 um sistema de distribuição de notícias via satélite, mostrando o avanço tecnológico da agência. Em 1984, foi anunciado um acordo de fusão entre a Reuters e a UPI para criar um serviço fotográfico mundial, fortalecendo ambas as agências. No ano seguinte, uma nota de 1985 confirmou a fundação da AFP em 1835, comemorada com o lançamento de um balão, marcando o sesquicentenário da agência.

Além disso, a AFP expandiu seus serviços fotográficos em 1985, conforme indicado em uma matéria comemorativa de 1995. No Brasil, a Agência Estado se destacou ao ser a primeira agência brasileira a ingressar na internet, com um site criado em 1995. A partir de 1996, seus

serviços passaram a ser acessíveis globalmente através de várias plataformas (www.agemedia.com [nos EUA], www.agemedia.com.br [no BR] e www.embratel.net.br/infoserv/agemedia [na Embratel]), demonstrando a modernização das agências no país.

Por fim, em julho de 1997, o Jornal do Brasil anunciou o encerramento das atividades do bureau da UPI no Rio de Janeiro, devido a irregularidades financeiras. O jornalista Antônio Praxedes, ex-UPI, publicou um texto no mesmo jornal comentando o fim da agência no Brasil.

CONCLUSÕES:

O levantamento feito até agora demonstrou a continuidade institucional na primeira geração de agências de notícias brasileiras (AAT > CTI > SEOP > AA), bem como o envolvimento pessoal do jornalista e político Quintino Bocaiuva nessa linha de sucessão, ambas informações inéditas na literatura da área, em particular na historiografia da imprensa brasileira.

A segunda parte da pesquisa, na vigência 2023/2024, contemplou o intervalo de 1958 até o ano de 2024, quando se deu o sesquicentenário das agências de notícias no Brasil. Na coleta de dados concluída, foi possível verificar o aumento expressivo da reprodução de materiais de agências estrangeiras na imprensa brasileira a partir da Segunda Guerra Mundial, outro dado igualmente inovador. Estas são contribuições a pesquisa para a produção de conhecimento sobre a dinâmica histórica do jornalismo no Brasil.





Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

TÍTULO DO PROJETO: COMUNICAÇÃO PARA A HEGEMONIA POPULAR E O COMUM EM CONTEXTO DE CRISE POLÍTICA NA AMÉRICA LATINA: UM ESTUDO SOBRE AS REDES GLOBAIS DE MOVIMENTOS POPULARES CLOC, VIA CAMPESINA E ALBA MOVIMENTOS

Autores: PABLO NABARRETE BASTOS e GABRYELLA ELOI CÂMARA

Departamento/Unidade/Laboratório: Universidade Federal Fluminense. Instituto de Arte e Comunicação Social. Departamento de Comunicação Social.

INTRODUÇÃO:

O objetivo geral deste projeto de Iniciação Científica é compreender como a CLOC, a Via Campesina e a ALBA Movimentos se articulam como aparelhos populares de hegemonia e atuam em suas lutas proporcionando engajamento com o comum a partir da América Latina, em contexto de crise política. Como objetivos específicos, destacamos: contribuir com uma perspectiva dialética do conceito de engajamento, localizando-o como parte da totalidade e como categoria de análise estratégica para compreender as relações entre a materialidade dos discursos e a vinculação social, afetiva e gustativa dos sujeitos com aparelhos privados de hegemonia, com ênfase em sua organização e circulação em processos de mediação e plataforma; e analisar como as redes de organizações populares CLOC, Via Campesina e ALBA Movimentos utilizam suas plataformas digitais para produzir discursivamente uma noção do comum e como organizam seus discursos, suas lutas e contribuem com a formação da opinião pública em contexto de crise política na América Latina.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Compreendemos como aparelhos populares de hegemonia as “organizações e instituições cujos processos de formação política e produção simbólica contribuem para a construção de um projeto de poder popular” (Bastos, 2023, p. 115). Investigando a presença digital da Via Campesina, de sua instância continental na Coordenação Latino-americana de Organizações do Campo (CLOC-VC) e da ALBA Movimentos em contexto de crise, buscamos registros da mediação teórica e política sendo estabelecida por um projeto popular a guiar suas práticas discursivas e ações, com potencial para superar a condição de insulamento. Tratando o engajamento como um conceito vinculativo (Bastos, 2022) e a noção de engajamento com o comum como núcleo teórico da comunicação (Sodré, 2014), realizamos a análise interpretativa dos resultados da pesquisa empírica.

CONCLUSÕES:

Os esforços dedicados à extensão de seus processos de formação e comunicação política contribuem exponencialmente para a influência da esfera pública, utilizando as plataformas digitais como meio. Se entendemos plataformas

tal qual conceituadas por Poell, Nieborg e van Dijck como “infraestruturas digitais (re)programáveis que facilitam e moldam interações personalizadas entre usuários finais e complementadores, organizadas por meio de coleta sistemática, processamento algorítmico, monetização e circulação de dados” (2020, p. 4), percebemos que uma das problemáticas do uso das plataformas de mídias sociais está nas suas construções algorítmicas para promover a “neutralização das tensões do comum” (Sodré, 2014, p. 233) em favor da monetização de dados, dificultando o deparar do usuário com opiniões adversas à sua própria bolha. Identificamos a “dialética da insularidade” (Bastos, 2023) como a tendência ao insulamento da comunicação comunitária praticada por movimentos sociais. Como forma de superação dessa conjuntura, propõe-se assim a ideia do engajamento com o comum, compreendendo o comum como um princípio político (Dardot; Laval, 2017) e como núcleo ontológico e epistêmico da comunicação (Sodré, 2014) (Bastos, 2024). Nossa pesquisa empírica demonstra que parte do sucesso dessa superação, partindo de uma atuação engajada com o comum, está na soma do *bios* virtual com a vida real, mesmo diante de todas as contradições, e não na exclusão de um ou outro do agir comunicacional. As plataformas de articulação populares, os movimentos de movimentos, enquanto atuam como aparelhos populares de hegemonia, promovendo esta articulação em suas práticas de comunicação. Sem a internet como ferramenta de organização e circulação de suas lutas, partindo de uma atuação ao nível regional, estariam insuladas

entre si pelas fronteiras das nações. Por outro lado, sem os encontros presenciais, a atuação na internet limita-se à autorreferência, insulada por ser uma existência sem experiências de trocas, sem relações e sem formação de vínculos mais concretos e profundos, que possibilitam a articulação em torno de um comum político emancipatório.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BASTOS, P. N. Hegemonia e engajamento em contexto de mediatização e plataformação. **Liinc em Revista**, [S. l.], v. 18, n. 2, p. 2022b.

BASTOS, Pablo Nabarrete. Dialética da insularidade: Notas para compreensão da hegemonia popular. **Compólitica**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 99–120, 2023.

BASTOS, P. N. Os níveis do comum e as disputas por hegemonia. **Revista FAMECOS**, [S. l.], v. 31, n. 1, p. e43812, 2024.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum**. São Paulo: Boitempo, 2017.

POELL, Thomas; NIEBORG, David; VAN DIJCK, José. Plataformização. **Revista Fronteiras – Estudos Midiáticos**. 22(1):2-10 janeiro/abril 2020.

SODRÉ, M. **A ciência do comum**: Notas para o método comunicacional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

AGRADECIMENTOS:

Agradecemos ao CNPq e à UFF pela bolsa, que proporcionou condições adequadas ao desenvolvimento da pesquisa.





Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

TÍTULO DO PROJETO: SUSTENTABILIDADE NO MERCADO DE SEGUROS: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA BRASILEIRA

Autores: Mirian Picinini Méxas e Lucas Melo Rodrigues

Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Ciências

Atuariais e Finanças/ Faculdade de Administração e Ciências Contábeis

INTRODUÇÃO:

A proposta geral desta pesquisa se concentra em analisar importância da sustentabilidade no mercado de seguros no Brasil. Foi apresentada a importância da ESG (*Environmental, Social and Governance*) para o mercado de seguros e identificados os fatores críticos para a implantação da sustentabilidade neste mercado.

METODOLOGIA:

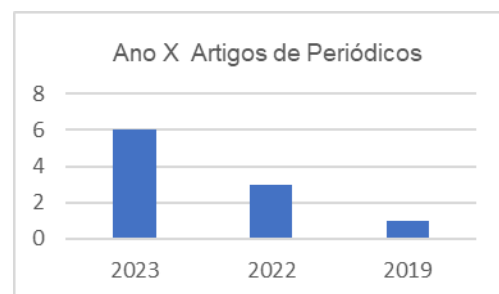
Realizou-se um estudo bibliométrico nas bases *Scopus* e *Web of Science*, entre outubro e dezembro de 2023, sendo selecionados 10 artigos, cuja análise possibilitou identificar a importância do ESG no mercado de seguros e os principais fatores críticos para sua implantação. A partir da análise realizada, criou-se um questionário utilizando a ferramenta *Microsoft Forms*, que foi enviado aos entrevistados através do *link* gerado na própria ferramenta. A entrevista teve como alvo pessoas atuantes no mercado de seguros nos mais diversos segmentos, e foi realizada no período de 10/06 até 15/06 de 2024. A coleta e

análise das respostas aconteceu de forma anônima. A pesquisa de campo reuniu 10 respondentes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Como resultado da análise bibliométrica, observa-se, no Gráfico 1, que o maior número de publicações sobre o tema foi em 2023 (seis artigos), ocorrendo um crescimento no número de publicações sobre este tema.

Gráfico 1 – Publicação por ano



Fonte: Dados de pesquisa (2024)

Com relação aos países de publicação dos artigos, a Itália (5 artigos) e China (4 artigos), seguido de Coreia do Sul (1 artigo), possuem o maior número de artigos sobre o tema aqui estudado.

Após a análise dos artigos selecionados, tornou-se factível listar a importância do ESG no mercado de seguros e os fatores críticos para sua implementação.

Como **importância**, pode-se citar: fundamental para a sustentabilidade dos negócios a longo prazo, a criação de valor compartilhado e o impacto positivo na sociedade e no meio ambiente; melhora da reputação da empresa e enquadramento com as regulamentações.

No que diz respeito aos **fatores críticos**, pode-se destacar: comprometimento da alta administração; desenvolvimento de produtos e serviços sustentáveis; gestão de riscos ambientais e sociais; transparência e comunicação; capacitação e envolvimento dos colaboradores; custo de implementação; políticas fiscais complexas.

Como resultado da pesquisa de campo, referente ao perfil das 10 pessoas que responderam ao questionário, observa-se, quanto ao nível de senioridade dos entrevistados, que a maioria é estagiário (30%), seguido de plenos (20%) e gestores (20%). Quanto à distribuição do tempo em que cada entrevistado está na atual empresa, a maioria está de 1 a 3 anos (40%), pertence à área de resseguros (50%), são das cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Depois foram feitas duas perguntas abertas: a) Quais são as principais vantagens/importância você acredita que as empresas como a que você atua, terão em adotar práticas sustentáveis? b) Quais são os fatores críticos você acredita que empresas como a que você atua, terão que enfrentar em adotar práticas sustentáveis?

Na última parte do questionário se fez uso das vantagens e fatores críticos levantados nas duas questões anteriores e também nos artigos pesquisados na literatura. Foi feita uma classificação baseada na escala *Likert* de cinco pontos de concordância.

A primeira sentença diz sobre a maturidade do setor de seguros ao tema sustentabilidade. A classificação “Concordo parcialmente” recebeu a maioria dos pontos.

Sobre o comprometimento da alta administração da empresa com práticas ESG, observa-se que as respostas “Nem concordo nem descordo”, “Concordo Parcialmente” e “Concordo Totalmente” obtiveram a mesma pontuação.

Sobre o envolvimento dos colaboradores com práticas ESG, a classificação “Nem concordo, nem descordo” recebeu o maior número de pontos.

Em relação à literatura ser robusta quanto ao tema sustentabilidade no mercado de seguros, a maioria dos respondentes respondeu “Nem concordo, nem descordo”.

Sobre as práticas sustentáveis melhorarem a reputação da empresa, a classificação “Concordo Totalmente” recebeu a maioria dos pontos.

Sobre a possibilidade de a sustentabilidade ajudar na criação de valor da empresa junto aos *stakeholders*, a classificação “Concordo Totalmente” recebeu o maior número de votos. Finalmente, a sentença que diz sobre a sustentabilidade ter impacto no valor das ações de uma seguradora, a maioria dos respondentes respondeu “Concordo Totalmente”.

CONCLUSÕES:

Por meio da análise realizada a partir de uma revisão da literatura, observa-se a importância e a atualidade da temática da sustentabilidade no mercado de seguros. Destaca-se uma tendência de crescimento da abordagem desse assunto nos próximos anos, visto que se percebe que essa questão esteve muito mais em evidência nos últimos dois anos e, sobretudo, em 2023. Com o aumento da frequência de eventos climáticos cada vez mais severos, essa discussão tende a aumentar e tomar conta dos fóruns mundiais.

Considera-se que, ao longo dos anos, haja um aumento dessas pesquisas em periódicos científicos e em conferências internacionais nos campos de sustentabilidade e seguros. Nota-se, ainda, que no que tange às publicações, a Itália e China têm se destacado, pela quantidade de artigos dentro dos repositórios pesquisados. Verificou-se também a carência de artigos relacionados a esse tema no Brasil, o que é um alerta para a comunidade acadêmica brasileira se aprofundar nesse assunto.

A partir da análise qualitativa dos artigos selecionados por meio da análise bibliográfica, tem-se o desejo de colaborar com novas concepções e conhecimentos, propiciando a expansão dessa temática no âmbito acadêmico, social e financeiro e sugerindo ações a fim de esclarecer os pontos necessários para minimizar a complexidade da tomada de decisão das empresas.

AGRADECIMENTOS:

Fica aqui o agradecimento ao CNPQ pela concessão de bolsa de Iniciação Científica dentro do Programa Institucional (PIBIC), direcionadas ao graduando, conforme os termos do edital e da Resolução Normativa 017/2006 do CNPq, por meio do EDITAL PIBIC/CNPq/UFF 2023/2024 da PROPPi.





Grande área do conhecimento Ciências Sociais Aplicadas

TÍTULO DO PROJETO: SISTEMAS DE PROTEÇÃO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA: A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA ARGENTINA, BRASIL E MÉXICO EM FOCO

Autores: Lucas de Souza Carvalho, Mônica de Castro Maia Senna (orientadora)

Departamento/Unidade/Laboratório Departamento Serviço Social Niterói (SSN)/ Escola de Serviço Social (ESS), Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social (PPS), Núcleo de Análise e Avaliação de Políticas (NAP)

INTRODUÇÃO:

Este trabalho apresenta parte dos resultados da pesquisa, cujo objetivo geral foi identificar as respostas de governos nacionais para responder às demandas sociais postas a partir da crise econômica instalada em 2008, em meio à crise estrutural do capitalismo, a instabilidades políticas e ao aprofundamento do neoliberalismo. A proposta inicial era examinar as políticas de assistência social dirigidas aos segmentos populacionais pobres e vulneráveis no Brasil, Argentina e México. No processo de desenvolvimento do estudo, porém, a experiência mexicana foi substituída pelo caso escocês. Tal mudança se deve à necessidade percebida em fazer um contraponto das experiências latino-americanas com a realidade de um país com sistema de proteção social consolidado, porém também afetado pela crise econômica de 2008.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Os sistemas de proteção social dos três países têm semelhanças e dissimilaridades igualmente significativas. Demonstram ter sido fortemente

influenciados pela confluência de fatores históricos e políticos que marcam suas formações históricas, sobretudo pelas crises cíclicas do capital, as quais moldam a cultura social, política e econômica, determinando as características de cada aparato estatal voltado ao enfrentamento da questão social.

Na Escócia, a implantação da seguridade social se deu após a Segunda Guerra Mundial. A devastação daí resultante fez o Reino Unido caminhar para a reconstrução econômica e social, o que contribuiu para definir a abrangência do Welfare State desenvolvido no país durante a maior parte do século. O símbolo principal dessa era é o National Health Service (NHS), primeiro sistema universal e integral de saúde no mundo. Cada país que compõe o Reino Unido é responsável pela gestão de seu sistema. Mas anos de governos neoliberais da chamada era Thatcher implantaram reformas pró-mercado. Mesmo a sucessão por um período de governos trabalhistas, apesar de sua oposição ao partido conservador, encontrou um cenário político e social onde o neoliberalismo que marcou a década passada tinha se tornado comum e enraizado. A crise de 2008 levou ao retorno do partido conservador e ao fortalecimento da política neoliberal e da

austeridade e no mar de reformas dos sistemas de proteção social que marcou a década seguinte, na maior parte de teor monetarista.

No Brasil, a instauração da noção de seguridade social pode ser traçada no fim da ditadura nos anos 1980, com a crescente crise do regime e as pressões impostas pelas lutas populares que resultaram no fim da ditadura e na promulgação da Constituição Federal de 1988. A nova Carta Magna é marcada por ampliação de garantias sociais estendidas à população. Os pilares da seguridade social no país são a previdência social, a assistência e a saúde. A saúde é um aspecto particularmente notável do sistema, com a criação do Sistema Único de Saúde, o maior sistema público de saúde universal do mundo e seus princípios de igualdade e integralidade marcam um avanço significativo para a seguridade social no país. A escala dentro do qual esse conjunto opera também fica nítida no programa Bolsa Família, instituído no começo do século XXI e se tornando o maior programa de transferência de renda condicionada do mundo. Esse ciclo é encerrado com o Golpe de 2016, quando o governo Temer, abertamente neoliberal, prontamente deu início a reformas amigáveis às pressões do mercado. Seu sucessor, Jair Bolsonaro, ainda mais explicitamente neoliberal e conservador, teve o governo marcado pelo aprofundamento ainda maior de tais reformas, as quais caminharam em direção a um efetivo desmonte.

No país vizinho, a Argentina, o Estado tem sido fortemente influenciado pelo legado neoliberal das décadas recentes, associado a frequentes crises econômicas em grande parte da segunda

metade do século XX. Até então, grande parte da população era incluída no sistema de proteção social, mas por meio do seguro social atrelado ao mercado formal de trabalho, com características altamente segmentadas, mas progressivamente excludentes com as mudanças no mundo do trabalho, com aumento do desemprego e da informalidade. Em cenário semelhante ao Brasil, o fim da onda rosa dos anos Kirchner foi marcado por crises econômicas significativas e aumento da dependência argentina a órgãos multilaterais financeiros marcadamente neoliberais, impondo reformas restritivas aos sistemas de proteção social.

CONCLUSÕES:

Nesses três cenários fica nítido como o peso de anos e décadas sob o receituário neoliberal resultou em uma cultura social, econômica e política onde essa ideologia é enraizada e viabilizada até durante governos não explicitamente aderentes, restringendo o alcance dos sistemas de proteção social que passam a responder às demandas da lógica de mercado. O estudo de suas histórias é tão relevante para uma análise comparativa de seus sistemas de proteção social quanto os próprios sistemas.

AGRADECIMENTOS:

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e ao programa PIBIC pela concessão da bolsa de iniciação científica.





Ciências Sociais Aplicadas: Direito

O COMBATE À CORRUPÇÃO E A ESTRITA OBSERVÂNCIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Gabriel Duarte Vilela e Heron Abdon Souza

Instituto de Ciências da Sociedade de Macaé/Departamento de Direito de Macaé

INTRODUÇÃO:

As operações de combate à corrupção tiveram profundo impacto na vivência política do Brasil e do mundo, sendo amplamente exploradas no meio político, acabaram por gerar alguns dos fatos políticos mais impactantes da política brasileira e latino-americana. A Operação Lava Jato foi a mais emblemática dessas investigações, sendo responsável por lidar com alguns dos nomes mais importantes da vida pública do continente. Tal operação, entretanto, se utilizou de métodos irregulares e ilícitos para obter resultados pré-determinados, isto é, promotores e juízes se utilizaram de artifícios para condenar, e fazer condenáveis, réus sem seguir a legislação penal e processual vigente, para além disso, tais sentenças não seriam apenas viciadas de maneira formal, mas também material, visto que o *modus operandi* utilizado não produziu, necessariamente, resultados que refletem a realidade.

O *modus operandi* empregado nessas investigações buscava, ainda, se utilizar do apelo popular de alguns réus para promover os membros das operações, havendo uma atração dos juízes e promotores por uma glória e notoriedade a despeito daqueles que condenavam.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Torna-se evidente que, diante de uma série de erros e irregularidades, que compunham a metodologia utilizada pelas operações na busca de resultados específicos, sem qualquer respeito as normas jurídicas postas e ao Estado Democrático de Direito, seria necessário que houvesse revisões, reversões e anulações de sentenças e atos processuais, sendo certo que os processos estavam imbuídos de um latente *Lawfare*. Tal fato ocorreu no processo do, à época, ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no âmbito do Supremo Tribunal Federal, que viu suas condenações serem anuladas diante da imparcialidade do juiz e da incompetência do juízo.

Dentre os pilares fundamentais dessa estratégia, tem-se o uso da mídia para tornar os réus condenáveis. O juiz acabava por liberar informações descontextualizadas para a imprensa, que criava manchetes e prejudicava a imagem dos réus com a opinião pública. A tática é visível quando se observa o vazamento das conversas em áudio entre Dilma Rousseff, à época Presidente da República, e Lula, o recorte dos áudios entregues a imprensa acabou por gerar uma impressão por parte do público de que o ex-presidente buscava fugir de

possíveis condenações ao se refugiar em um cargo de ministro de Estado, tal delineamento mostrou-se equivocado quando o áudio completo foi divulgado, contudo, o dano na imagem de Lula e da presidente já estava consumado.

Outra evidência dessa metodologia está presente nos vazamentos das mensagens trocadas entre promotores de justiça e o juiz da Lava Jato, Sergio Moro, tais mensagens denotam como o Ministério Público era guiado por Moro, de maneira que o objetivo, tanto do juiz quanto do *Parquet*, era unicamente condenar, deturpando-se o Estado de Direito, em nome de propósitos particulares de um grupo.

Houve, ainda, o caso envolvendo o advogado Rodrigo Tacla Duran, que denunciou membros da Operação Lava Jato por supostamente terem realizado extorsões contra réus para que confessassem crimes que não teriam cometido e implicassem outros investigados, mesmo que estes não tivessem nenhuma relação com as supostas ilegalidades. Duran afirmou que cobraram uma quantia alta em dinheiro para que ele assumisse uma série de delitos e recebesse uma pena menor por seus atos. Tal afirmação, se comprovada, seria a prova final de que os processos conduzidos por essas operações de combate à corrupção na realidade seriam um verdadeiro foco de ilicitudes.

CONCLUSÕES:

Analisando os acontecimentos expostos, pode-se perceber que o poder judiciário atuou de maneira incompatível com o ordenamento

jurídico brasileiro e com o Estado Democrático de Direito em sua totalidade, as reversões sofridas no STF, que causaram anulações de condenações e atos processuais, nada mais são do que uma correção daqueles atos ilícitos cometidos contra réus. O *modus operandi* “lavajatista” foi o grande causador de desrespeitos reiterados aos direitos fundamentais de investigados, em outros países da América Latina também é possível observá-lo e compreender seus objetivos, geralmente ligados a grupos políticos opositores. As ilegalidades cometidas objetivando-se condenar por condenar são a mais clara, a metodologia utilizada com envolvimento da mídia e o apelo a um dito “interesse público” são a mais clara demonstração de que nesses casos esteve e continua configurado o *Lawfare*.

AGRADECIMENTOS:

Agradeço ao CNPQ e à UFF, que proporcionaram apoio para presente pesquisa. Agradeço, também, ao Professor Heron Abdon Souza pela oportunidade, por sua orientação, dedicação e incentivo, que foram essenciais para a conclusão desse trabalho.





Ciências Sociais Aplicadas

DESIGUALDADES NO SISTEMA DE RECOMPENSA ACADÊMICO:

ESTUDO CIENTOMÉTRICO DAS PUBLICAÇÕES COM

AGRADECIMENTOS INDEXADAS NA SCIELO

José Ricardo Almeida Cid Sampedro, Gonzalo Rubén Alvarez

Departamento de Ciência da Informação/Instituto de Arte e Comunicação

Social/Universidade Federal Fluminense

INTRODUÇÃO

A pesquisa teve como objetivo geral analisar como as práticas de agradecimentos em artigos indexados na SciELO refletem as desigualdades no sistema de recompensa acadêmico. Analisou-se: (a) presença de agradecimentos, observando a distribuição dos tipos de apoio agradecidos nos artigos dos periódicos Manuscrito das Ciências Humanas e Estudos Econômicos das Ciências Sociais Aplicadas, (b) existência de correlação ou não entre os agradecimentos e publicações por indivíduo agradecido que constitui a elite nos artigos de ambos os periódicos e (c) existência de correlação ou não entre os agradecimentos e citações por indivíduo agradecido que constitui a elite nos artigos de ambos os periódicos. Com auxílio de indicadores cientométricos, buscou-se identificar não só os indivíduos, mas também os financiadores agradecidos que constituem o grupo elitizado, analisando a sua produtividade mediante a aplicação da Lei do Elitismo (Price, 1976)¹. O problema de pesquisa relacionou-se às seguintes questões: (1) existe uma elite de indivíduos (e financiadores) agradecidos em

textos com agradecimentos inseridos pelos autores nas suas publicações? (2) como está constituída a elite, caso ela exista? (3) essa elite representa um décimo do total de indivíduos (e financiadores) agradecidos e é responsável pela metade dos agradecimentos recebidos por parte dos autores das publicações conforme o enunciado da Lei do Elitismo?

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em nível de indivíduos agradecidos evidenciou-se a existência de uma elite nos artigos com agradecimentos (de natureza financeira e não financeira) de ambos os periódicos, porém pouco representativa e produtiva. No periódico Manuscrito, o grupo de elite representa apenas 5,4% dos indivíduos agradecidos, detendo tão só 20,4% dos agradecimentos. No Estudos Econômicos, observa-se uma situação similar, a elite representa apenas 2,9% dos indivíduos agradecidos, sendo detentora de apenas 9,5% dos agradecimentos. Comparativamente, esses resultados encontram-se bastante distantes do enunciado pela Lei do Elitismo (10,0% dos autores mais produtivos são responsáveis por 50,0% das publicações). Pôde-se constatar em

¹ PRICE, D. J. S. **O desenvolvimento da ciência**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1976.

ambos os periódicos, por meio do Coeficiente ρ de Spearman, ausência de correlação positiva forte entre agradecimentos, publicações e citações no conjunto de indivíduos agradecidos elitizado, sugerindo que nem sempre os mais agradecidos são os mais produtivos e os mais citados. Complementarmente, foi confirmada em ambos os periódicos, a falta de adequação dos dados ao Princípio de Pareto, já que 20,0% dos indivíduos agradecidos não é detentor de 80,0% dos agradecimentos recebidos. A respeito dos financiadores agradecidos, o grupo de elite é representativo e produtivo, superando, inclusive, os valores enunciados pela Lei do Elitismo. No periódico *Manuscrito*, a elite representa 16,7% dos financiadores agradecidos, detendo 58,7% dos agradecimentos. No *Estudos Econômicos*, observa-se uma situação similar, a elite representa 13,2% dos financiadores agradecidos, sendo responsáveis por 77,0% dos agradecimentos. No periódico *Manuscrito*, verificou-se que 20,0% dos financiadores mais agradecidos receberam apenas 64,7% dos agradecimentos, confirmando-se, novamente, a falta de adequação dos dados ao estabelecido pelo Princípio de Pareto. A situação é diferente nos artigos com agradecimentos do periódico *Estudos Econômicos*, uma vez que 20,0% dos financiadores agradecidos detêm 80,9% dos agradecimentos.

CONCLUSÕES

A Lei do Elitismo demonstrou ser aplicável a dados sobre agradecimentos no contexto dos artigos dos dois periódicos analisados: *Manuscrito* e *Estudos Econômicos*. No entanto, devem ser

apontadas, nesta pesquisa, suas limitações para estabelecer o ponto de corte dos indivíduos ou financiadores mais agradecidos. Nesse sentido, a necessidade de aplicação de critérios auxiliares de corte (elite restrita e elite ampla) (Lima *et al.*, 2017)² torna-se necessária. Em nível de indivíduos agradecidos, as duas generalizações (Lei do Elitismo e Princípio de Pareto) não puderam ser validadas de acordo com seus enunciados nos artigos com agradecimentos de ambos os periódicos, mas permitiu compreender que na ciência existe um grupo mais produtivo e outro menos em termos do número de publicações, citações e agradecimentos recebidos no contexto do sistema desigual de recompensa acadêmico. Em outras palavras, vale dizer que as colaborações e influências não autorais relacionadas aos pequenos produtores, formalmente agradecidas nos artigos, também são importantes para o avanço da ciência, tal como se manifesta no campo da Filosofia e Economia. O lado inovador do trabalho deve ser destacado, sugerindo-se a continuidade e ampliação da pesquisa, incluindo periódicos de outras áreas e disciplinas.

² LIMA, L. F. M. *et al.* Proposta de um critério auxiliar para a determinação da elite científica. In: ENCONTRO IBÉRICO EDICIC, 8., 2017, Coimbra. **Anais [...]**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2017. p. 301-310.

AGRADECIMENTOS

Ao CNPq pelo financiamento e à UFF pelo apoio institucional.





Ciências Sociais e Aplicadas

REPRESENTAÇÃO DA FORMA E SUAS RELAÇÕES COM A CRIAÇÃO PROJETUAL

Bolsista: Luiza D'Elia e Orientadora: Luciana Nemer

TAR / TCA / Grupo de Pesq. Análise e Representação da Forma

INTRODUÇÃO:

O objetivo da pesquisa em conjunto com o GARF nos últimos meses foi expandir e atualizar seu acervo, revendo obras que levaram a uma análise aprofundada sobre o Ensino de Arquitetura no Brasil. Com base em artigos, livros e outros materiais previamente estudados e publicados pelo grupo, o objetivo foi compreender o processo projetual e estabelecer uma comparação com o processo da educação projetual nos cursos de Arquitetura e Urbanismo. A pesquisa levantou dados que permitem uma análise realista dos prós e contras das novas tecnologias na formação dos futuros (as) arquitetos (as), questionando as possibilidades de integração dessas tecnologias ao ensino superior.

Além disso, o estudo destacou a relação entre metodologias tradicionais de produção projetual e abordagens mais modernas, utilizando como referência tanto a observação das atividades na Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFF, quanto estudos apresentados por autores renomados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Entre as questões mais abordadas nos últimos meses de pesquisa, a mais primordial foi os processos da criação projetual. No livro “Uma Introdução ao Projeto Arquitetônico” de Silva (1984) discute o surgimento do projeto arquitetônico ligado ao processo evolutivo das sociedades, envolvendo a racionalização das atividades humanas e a divisão do trabalho, o que evidencia que a arquitetura está muito mais intrínseca na história da humanidade do que pensamos. Assim, o estudo da representação e suas tecnologias na arquitetura é fundamental, pois, como afirma Martinez (2000), o projetista cria o objeto enquanto o representa e com o tempo, a representação torna-se um registro essencial para a preservação da memória patrimonial de uma sociedade.

Fazendo uma conexão com o processo projetual, patrimônio na arquitetura, e os dias atuais, foi analisado também o impacto das ferramentas digitais em ascensão na arquitetura e na engenharia. O uso de novas tecnologias, como o BIM, tem sido fundamental para o registro detalhado de construções históricas no Brasil, destacando a importância de integrar essas ferramentas na formação dos arquitetos. Além disso, o rápido avanço de softwares baseados em inteligência artificial, que permitem a criação de renders e layouts de

projetos de forma ágil, levanta questões éticas e a necessidade de regulamentação para garantir o uso responsável dessas tecnologias no campo da arquitetura.

CONCLUSÕES:

Em conclusão, a pesquisa desenvolvida com o GARF permitiu uma análise aprofundada sobre o ensino de arquitetura no Brasil, destacando o equilíbrio necessário entre metodologias tradicionais e modernas na formação dos arquitetos. A evolução das ferramentas digitais, como o BIM e a inteligência artificial, trouxe avanços significativos no registro e no processo projetual, além de gerar novas possibilidades para o ensino. No entanto, a integração dessas tecnologias no currículo acadêmico também levanta desafios, tanto no aspecto técnico quanto no ético, exigindo uma reflexão crítica sobre o uso responsável dessas inovações. O estudo, ao explorar essa relação entre tradição e modernidade, aponta para a importância de preparar futuros arquitetos que sejam capazes de utilizar essas tecnologias de forma criativa e consciente, contribuindo tanto para o avanço da profissão quanto para a preservação da memória cultural e patrimonial da sociedade.

AGRADECIMENTOS:

Agradeço especialmente à professora orientadora do laboratório, Luciana Nemer Diniz, cuja vasta experiência e perseverança foram fundamentais para o pleno desenvolvimento da pesquisa e das atividades realizadas no Grupo de Pesquisa Análise e Representação da

Forma. Um agradecimento também ao PIBIC pelo apoio fundamental que possibilitou a participação da bolsista em todas as etapas do processo de estudo mencionado.





Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

TÍTULO: EDUCAÇÃO SUPERIOR E SERVIÇO SOCIAL: ANÁLISE DA FORMAÇÃO EM CURSOS PRESENCIAIS PRIVADOS E À DISTÂNCIA

Autores: Érica de Moraes e Silva Muniz

Orientadora: Profa. Dra. Larissa Dahmer Pereira

Escola de Serviço Social/Gragoatá/Núcleo de Pesquisa e

Extensão em Trabalho, Educação e Serviço Social - TEIA

INTRODUÇÃO:

Em fevereiro de 2024, participei de um processo seletivo para bolsista de Iniciação Científica vinculada ao Núcleo de Pesquisa e Extensão em Trabalho, Educação Superior e Serviço Social – TEIA, coordenado pela Profa. Dra. Larissa Dahmer Pereira. Fiquei em segundo lugar e integrei o grupo de pesquisa de forma voluntária.

Minha primeira atividade realizada foi a participação no grupo de estudos semanais e presenciais às quartas-feiras, iniciado em março de 2024. Para as discussões, analisamos os seguintes textos: os capítulos XXIII, XXIV e XXV do livro “O Capital” (Marx, 2013), “O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história” (Fontes, 2010), “O Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo” (Lênin, 2011) e os capítulos sobre Hobbes e Locke do livro “Os Clássicos da Política” (Weffort, 2011). Cada participante ficou responsável por apresentar um texto e/ou capítulo a cada encontro, e problematizá-lo, garantindo uma aproximação teórica essencial para a inserção na parte mais analítica da pesquisa.

Em junho de 2024, realizamos uma atividade de revisão de dados de 1995 a 2020 já sistematizados e revisados numa planilha eletrônica por outros pesquisadores do TEIA.

Inicialmente fiquei responsável pela revisão dos dados referentes aos anos de 2003 e 2017, com foco no quantitativo de cursos, vagas, candidatos, ingressantes, matrículas e concluintes nos cursos de Serviço Social com base na organização acadêmica, na natureza jurídica e na modalidade de ensino a partir das Sinopses Estatísticas da Educação Superior disponibilizadas anualmente pelo INEP. Após a finalização desta primeira revisão de dados, o grupo trocou os anos e fiquei responsável pelos anos de 2003, 2016 e 2020.

No item a seguir apresentaremos alguns achados da pesquisa relacionados a essas atividades de Iniciação Científica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

O Brasil é um país marcado pela condição de dependência, que atinge o cotidiano na política, na sociedade e na economia. Essa dinâmica afeta de maneira ainda mais latente as políticas públicas e os direitos sociais, consequentemente, a educação superior.

Em 1990, no contexto de ascensão de governos de corte neoliberal e influenciado pelas ideias presentes no Consenso de Washington, o Brasil adotou diversas medidas de contrarreforma do Estado, por intermédio de decretos e emendas constitucionais (Silva

Jr, Sguissardi, 2020). Tais medidas impulsionaram a privatização das empresas públicas e a mercantilização da educação superior.

Outro aspecto marcante para a educação superior foi a abertura do capital financeiro na administração e controle dos grandes grupos educacionais. Esse movimento permitiu às associações e agrupamentos em 2001 e, em 2007, a entrada desses grupos e redes na atividade especulativa (Sguissardi, 2015).

Os cursos de Serviço Social não fogem dessa dinâmica de mercantilização da educação superior brasileira. Nos primeiros anos após sua criação nos anos 1930, a formação era amplamente dominada pela perspectiva religiosa, sendo a Igreja Católica responsável pela criação de grande parte dos cursos de Serviço Social na época (Pereira, 2018). Mas, com o avanço de políticas de corte neoliberal, o Serviço Social e outros cursos nas áreas de Ciências Sociais e Humanas foram considerados grande fonte de exploração/lucratividade devido ao baixo custo operacional. Tal processo favoreceu a criação de novos cursos privados presenciais na década de 1990 e à distância no final dos anos 2000.

CONCLUSÕES:

Frente a esses apontamentos, nota-se a tendência histórica, no Brasil, de mercantilização da educação superior frente à fragilização do setor público e o aumento do Ensino à Distância como estratégia de ampliação de lucratividade.

Para continuidade na Iniciação Científica, no segundo semestre de 2024, planejamos coletar informações sobre os projetos

pedagógicos dos cursos presenciais privados de Serviço Social para avaliar mudanças e impactos na formação profissional.

REFERÊNCIAS:

FONTES, V. M. G. *O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história*. EPSJV/UFRJ, 2010.

LÊNIN, V. I. *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*. Campinas, SP: FE/UNICAMP, 2011.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2013, Livro I.

PEREIRA, L. D. *Educação e Serviço Social: da Igreja ao empresariado*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2022.

SGUISSARDI, V. Educação Superior no Brasil. Democratização ou massificação mercantil?. *Educação & Sociedade*, 36(133), 867–889, 2015.

SILVA Jr., J. dos R.; SGUISSARDI, V. *Novas faces da educação superior no Brasil: reforma do Estado e mudança na produção*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

VALE, A. A.; KATO, F. B. G. ; PEREIRA, L. D. Capitalismo dependente, formação social brasileira e padrão educacional rebaixado: subsídios para uma reflexão sobre a formação dos assistentes sociais brasileiros. In: Ramos, A.; Barboza, D. R.; Pereira, L. D.; Pereira, T. D. (Org.). *Desenvolvimento, formação social brasileira e políticas públicas: subsídios analíticos para o Serviço Social*. 1ed.

Uberlândia: Navegando, 2019, v. 1, p. 101-117.

WEFFORT, F. C. *Os clássicos da política*. vol 1. São Paulo: Editora Ática 2011.





Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas
TÍTULO DO PROJETO: MÍDIA, JUVENTUDE E SUICÍDIO: UM
ESTUDO SOBRE A COBERTURA DA MORTE AUTOPROVOCADA
DURANTE O SETEMBRO AMARELO

Autores: Manuela Lucena Santos Martins (bolsista) e Larissa de
Morais Ribeiro Mendes (orientadora)

Departamento/Unidade/Laboratório: Depto. de Comunicação Social

INTRODUÇÃO:

Essa pesquisa teve como objetivo analisar, de modo quantitativo e qualitativo, o conteúdo relacionado ao suicídio publicado nos jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo*, veículos tradicionais, em contraste com os jornais *Metrópoles* e *Terra*, nativos digitais, durante o mês de setembro, em que ocorre a campanha Setembro Amarelo.

A hipótese era que, estimulados pela campanha, os veículos conseguiriam assumir um maior protagonismo em relação à causa do combate ao suicídio, e se aproximariam mais das orientações da OMS para o tratamento do tema, se mostrando mais comprometidos com o combate ao suicídio, como problema de saúde pública. Queríamos ainda verificar se a distinção de abordagens entre os veículos tradicionais e os nativos digitais seria minimizada no período.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A amostra foi formada por matérias que continham as palavras *suicídio* ou *Setembro Amarelo* no seu corpo; a coleta foi feita a partir dessas palavras chave na ferramenta de

pesquisa dos veículos. A partir dessa coleta, 168 matérias passaram para a fase de análise quantitativa, em que todo o conteúdo foi classificado em fichas de análise das publicações, de modo a nos permitir entender os padrões da cobertura do suicídio pela mídia em cada veículo analisado.

A partir dessa análise ficou evidente que a campanha Setembro Amarelo influenciou o conteúdo publicado. Do total de matérias, 37 citavam a campanha, e na maior parte delas houve a menção de recomendações de auxílio. A partir da análise qualitativa, percebeu-se que houve a criação de conteúdo adicional para a campanha, todos os veículos apresentaram matérias com foco principal no Setembro Amarelo, incluindo matérias informativas sobre a campanha e algumas sobre saúde mental com foco na prevenção ao suicídio.

Os veículos de mídia variaram em sua abordagem quanto ao suicídio e Setembro Amarelo, com diferenças significativas na qualidade da cobertura e no respeito às recomendações da OMS. O *Terra* teve o maior percentual de notícias com recomendação de amparo. No entanto, a maior parte delas apresentava recomendações de auxílio, mas

ainda havia falta de respeito às diretrizes da OMS, especialmente em matérias detalhadas sobre casos de suicídio, como o de Walewska Oliveira, que foi coberto de forma sensacionalista.

Ao contrário do *Terra*, em que a maioria tratava o suicídio como fato secundário. O material da *Folha de S. Paulo* focava em relatos pessoais e no impacto do suicídio na vida dos familiares, alinhando-se bem com as recomendações da OMS. Embora a cobertura sobre o Setembro Amarelo tenha sido eficaz, apenas um número limitado de matérias ofereceu recomendações de auxílio. Houve também uma falta de sensibilidade em algumas reportagens sobre suicídios.

O *Metrópoles* foi o veículo que mais desrespeitou as recomendações da OMS. A cobertura sobre Setembro Amarelo foi extensa, mas repetitiva. Muitas matérias apresentaram o suicídio de forma detalhada e sensacionalista, além disso, poucas ofereceram recomendações de auxílio, e o tratamento do suicídio frequentemente não respeitou a sensibilidade necessária.

Já no *O Globo*, houve predomínio de matérias com suicídio como tema secundário. A cobertura incluiu discussões sobre o impacto cultural do suicídio e a saúde mental. Entretanto, muitas matérias ignoravam as recomendações da OMS e apenas uma das 33 analisadas continha recomendação de auxílio.

Em suma, a inclusão de informações de apoio foi inconsistente, com algumas publicações oferecendo recursos úteis, enquanto outras falharam em fornecer suporte adequado.

CONCLUSÕES:

Em uma primeira análise, conclui-se que o Setembro Amarelo influencia apenas nas matérias adicionais do período, em que a ocasião da campanha é diretamente abordada. As demais notícias sobre o tema, indiferentes às singularidades do mês em que são publicadas, mantêm os padrões anteriores, muitas vezes desrespeitando as recomendações da OMS e produzindo conteúdos possivelmente prejudiciais para leitores que possam estar lidando com dificuldades de saúde mental.

Contudo, o esforço para criar materiais que auxiliam a amplificação da campanha, os quais discorrem sobre meios para prevenir o suicídio e ajudar pessoas que podem estar sofrendo, é evidente nesse período. Essa iniciativa da mídia é essencial para que esse tema delicado seja abordado e, como uma questão de saúde pública, combatido. Portanto, seria extremamente positivo se esse tipo de conteúdo fosse amplificado e diversificado para que informações úteis para a saúde mental alcancem o máximo de leitores possíveis, aumentando as chances de ajudar alguém em necessidade de auxílio, em oposição a ser desencadeador de emoções negativas. O suicídio deve ser combatido com informações, não com o silêncio.

AGRADECIMENTOS:

Nada disso teria sido possível sem a orientação da professora Larissa de Moraes, que me guiou durante todo o processo, sabendo a melhor forma para me introduzir na pesquisa e no

jornalismo, universos que ainda eram desconhecidos para mim. Com a sua ajuda consegui evoluir meus conhecimentos e ter meu primeiro contato com o mundo acadêmico, o que foi uma experiência extremamente gratificante, que proporcionou grande desenvolvimento pessoal. A experiência como bolsista foi transformadora e fundamental para meu crescimento acadêmico e pessoal. A possibilidade de explorar um campo diferente e superar desafios me proporcionou uma visão mais ampla e crítica sobre a pesquisa científica e a comunicação.





Arquitetura e Urbanismo

ESTUDOS PARA O ESTABELECIMENTO DE EDIFÍCIOS COM BALANÇO ZERO DE ENERGIA NO BRASIL (NZEB BRASIL) –

Parte 7 (Clima Urbano)

**Professora Dra. Louise L. B. Lomardo e Bolsista Gabriela A. de
J. Oliveira - Laboratório de Conservação de Energia e Conforto
Ambiental – Ombudsman da Cidade 2/UFF**

INTRODUÇÃO:

O presente projeto destina-se a estudar o microclima urbano em Niterói em função das alteração de densidade urbana.

Niterói é vem sofrendo com o grande avanço imobiliário e decorrente verticalização, além da retirada da vegetação nativa para edificações o que gerou um impacto na qualidade do ar e no volume de emissão dos gases do efeito estufa – GEEs e na temperatura do ar.

É importante frisar que, com a recente PL 3905/2024 - nova Lei urbanística de Niterói que regulamenta sobre os parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo na cidade, Niterói pode sofrer grandes transformações, além de gerar mudanças em sua morfologia como a verticalização e, assim, provocar modificações no microclima urbano. Nesse sentido, a área de estudo para essa etapa do projeto é o bairro de Piratininga, localizado na região Oceânica de Niterói, em particular a região ZUM+4 (Zona de Uso Misto), na qual está direcionada ao uso misto. Os edifícios poderão ter um embasamento mais 4 pavimentos tipos de 3m de pé direito e cobertura, dando um total de 18m de altura.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

No presente estudo, foi utilizado o *software* ENVI-met 5.01, que é uma ferramenta de modelagem do microclima urbano 3D, utilizada para projetar e analisar os impactos gerados pela urbanização. Ele permite estudar os impactos na temperatura do ar, umidade do ar, ventos, PMV (voto médio predito de conforto), dispersão de poluentes, em função de alterações dos materiais, dos volumes construídos e da arborização.

Foi escolhida uma área residencial em Piratininga (Figura 1) na área que fica na Av. Almirante Tamandaré, com a esquina da Rua Jom José Naegele e da Rua Comendador Tomás Lima (Figura 1). A área simulada possui 150 m x 150 m, com cerca de 22.500 m², tendo sido adotado no modelo computacional um grid de 3m x 3m x 3m (dx x dy x dz).



Figura 1: Área de estudo Piratininga
Fonte: Elaboração própria

As simulações foram feitas com o software ENVI-met, para dois diferentes cenários: o Caso 0 reflete a situação atual da área de estudo em termos de materiais, volume construído e arborização. Já o Caso 1, apresenta a morfologia urbana proposta da Lei do Uso do Solo da Lei N°3905, que seria a de edifícios com 6 pavimentos, embasamento e cobertura. Considerando que cada pavimento tenha 3 metros de altura, dá um total de 18 metros. Para a escolha do dia da simulação, foi utilizado os mesmos dados climáticos do último relatório, foi o dia 27 de janeiro de 2021 devido ter sido o dia mais quente do verão de 2021, obtido pela Estação Meteorológica A627 - Niterói (INMET, 2022). Vale ressaltar que as seis primeiras horas da simulação não devem ser consideradas, por fazer parte do processo de calibragem do modelo.



Figura 2: Pontos P1, P2 e P3 na área de estudo
Fonte: Elaboração própria

Vale destacar que todos os dados extraídos dos mapas e gráficos foram extraídos na localização indicada na Figura 5 estão à altura de 1,25m, ou seja, uma altura que configura o nível dos pedestres.

No ponto P1, um dos locais definidos para a extração dos dados simulados horários, está bem próximo à praia, o que o submete a uma ventilação maior e um menor sombreamento. Assim, tanto o Caso 0 (linha azul) como o Caso 1 (linha vermelha) tiveram resultados muito aproximados com as temperaturas do ar ao longo do dia com uma diferença de apenas 0,2°C, às 13h para o dia 27 de Janeiro de 2021, como é mostrado na figura 3, a seguir.

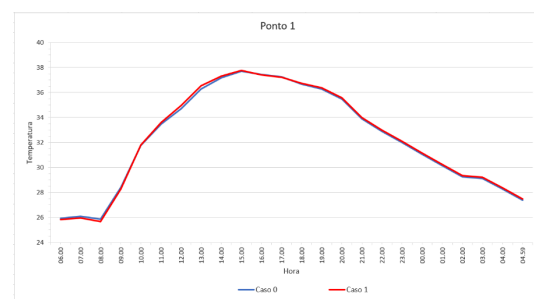
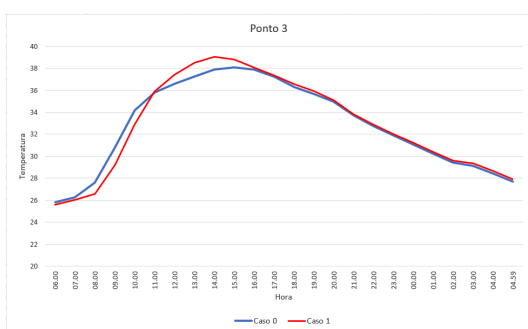
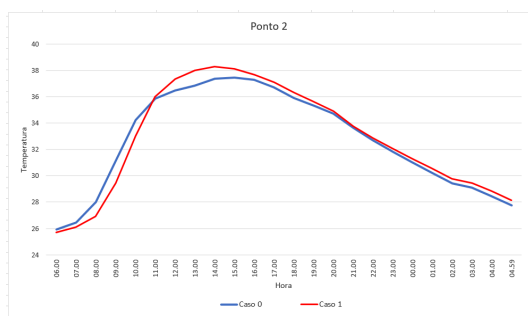


Figura 3: Gráfico da temperatura do ar no ponto P1
Fonte: Elaboração própria

Já para os pontos P2 e P3, localizados nas ruas transversais à Av. Almirante Tamandaré, os resultados da temperatura do ar nas curvas relativas aos cenários do Caso 0 (linha azul) e Caso 1 (linha vermelha) são apresentados nos gráficos apresentados nas Figuras 4 e 5, a seguir. A maior diferença de temperatura do ar para os diferentes cenários foi de 1,0°C, às 13h do dia 27 de Janeiro de 2021.



Figuras 4 e 5: Gráficos da temperatura do ar nos pontos P2 e P3.
Fonte: Elaboração própria

Nos mapas apresentados nas figuras 6 e 7, a seguir, é apresentada a distribuição espacial das temperaturas do ar para a altura de 1,5m do chão, para os dois cenários (Caso 0 e Caso 1) em diferentes horários (12h e 15h).

O horário das 15h é quando a temperatura máxima do ar do dia é apresentada para ambos os cenários, atingindo 39°C para o Caso 1.

Observa-se ainda que no Caso 1 as temperaturas do ar das vias internas (Rua Jom

José Naegele e rua Comendador Thomaz Lima) são mais elevadas do que o caso 0.

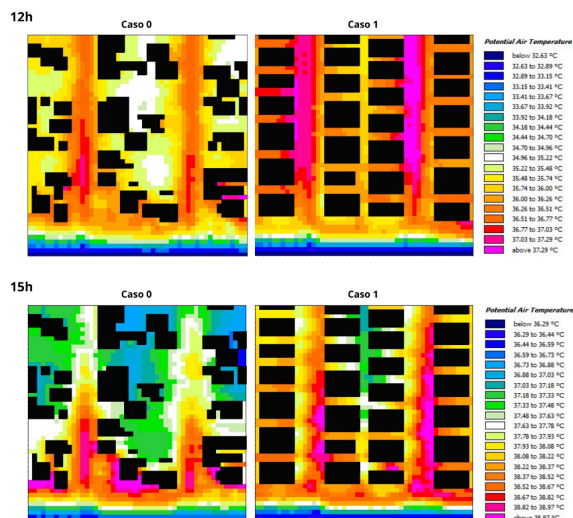


Figura 6 e 7: Mapas e legenda das temperaturas do ar para os Casos 0 e 1 às 12h e às 15h
Fonte: Elaboração própria

Nos cenários após o pôr do sol, referentes a 18h, 21h e 24h (Figuras 8, 9 e 10), percebe-se a progressiva diminuição da temperatura do ar, especialmente para o Caso 0, que obteve sempre um melhor resultado do que o caso 1, tendo uma diferença de quase 0,4°C.

Além disso, é possível observar que a temperatura do ar ficou mais baixa na maior parte do mapa do Caso 0, quando o comparamos ao cenário do Caso 1 (adensamento maior). Nesse sentido, a concentração de tons avermelhados e alaranjados em torno das edificações com mais pavimentos (conforme a lei prevê), ocorrem mais para o Caso 1 do que para o Caso 0.

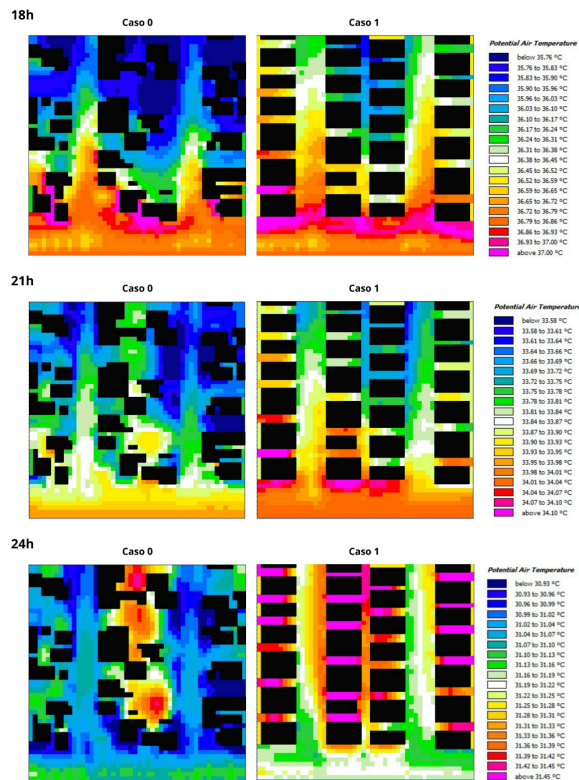


Figura 8, 9 e 10: Mapas e legenda das temperaturas do ar para os Casos 0 e 1 para 18h, 21h e 24h.
Fonte: Elaboração própria

CONCLUSÕES:

A partir dos dados apresentados no presente estudo, pode-se concluir que a Lei Urbanística 3905/2024 possui o impacto significativo no microclima e na formação de ilhas de calor na região de Piratininga. Desse modo, por meio das análises dos resultados iniciais, com o uso do *software* Envi-Met, já foi possível identificar através de cenários da alteração da geometria urbana resultados de microclima e conforto térmico para diferentes pontos e horários ao longo do dia. Pretendemos continuar a avaliar outros cenários para aprofundarmos nossas avaliações, pois dentro de um contexto de aquecimento global e eventos climáticos

extremos, é importante contribuir para mitigar essa elevação também dentro do contexto urbano.

AGRADECIMENTOS:

Agradecemos ao CNPq, à FAPERJ e ao programa PDPA da PMN, que apoiaram o projeto de estudo do microclima urbano por meio de bolsas de pesquisa PIBIC e de mestrado, bem como permitiram o uso do *software* Envi-MET e a compra de computadores e de nobreaks.



Imagem 1: Imagem PIBIC



Sociais Aplicadas

NITERÓI SAUDÁVEL: SOL, ENERGIA LIMPA E CHUVAS NO ESPAÇO URBANO.

Professora Dra. Louise L. B. Lomardo e Bolsista Nathália Silva Barreto - Laboratório de Conservação de Energia e Conforto Ambiental

INTRODUÇÃO:

Esta pesquisa aborda a influência das questões climáticas na qualidade de vida urbana e na saúde da população do município de Niterói. O presente estudo investiga a gestão do espaço urbano para promover o conforto ambiental, focando na produção de energia limpa. Destaca-se o uso da energia solar nos telhados de edifícios públicos, visando reduzir a emissão de carbono, além de divulgar informações técnicas e incentivar a população de Niterói a gerar energia limpa em seus próprios telhados.

Os edifícios, que representam quase metade do consumo elétrico no Brasil, apresentam grande potencial para a geração de energia solar. Por isso, esta pesquisa possui o objetivo de auxiliar a transformação de escolas municipais selecionadas, em edifícios NZEB (Edifícios de Energia Zero), através da autogeração de energia com a instalação de placas solares.

A partir disso, foi realizado um estudo detalhado sobre o sombreamento dos telhados de seis escolas, priorizando estruturas metálicas, que facilitam a instalação dos sistemas fotovoltaicos.

O que resultou em 6 unidades selecionadas: Unidade Municipal de Educação Infantil (UMEI) Zilda Arns; UMEI Rosalda Paim; UMEI

Governador Eduardo Campos; Escola Municipal Antineia Silveira Miranda; UMEI Dr. Paulo César Pimentel e Escola Municipal Marcos Waldemar de Freitas Reis. Após a seleção, elaborou-se um levantamento arquitetônico, além de dados sobre hábitos e posse de equipamentos elétricos. A Secretaria de Educação foi contatada para fornecer os registros de consumo de energia, permitindo a comparação entre os dados estimados e os reais.

Para entender a operação dos edifícios, desenvolveu-se uma planilha em que categorizou-se os dispositivos elétricos de cada escola. Além disso, também foi desenvolvido um roteiro de entrevistas, para entrevistarmos o corpo administrativo de cada escola, a fim de ajustar os dados às condições reais de uso.

Com esses dados, o consumo de cada escola foi classificado em: iluminação, climatização, ventilação, refrigeração, informática e outros. No clima quente e úmido do Rio de Janeiro, a climatização foi o maior consumidor de energia em todas as escolas.

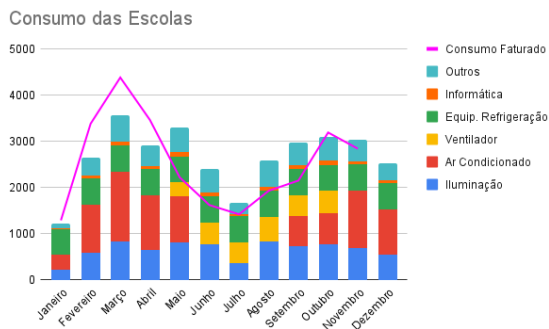


Imagem 1: Gráfico Consumo Faturado x Consumo Estimado (Elaboração própria).

Comparando os dados reais com os estimados, observou-se uma consistência, validando as estimativas. Assim, confirmou-se a necessidade de garantir a autossuficiência energética dos seis telhados. Para estimar a produção de energia fotovoltaica, utilizou-se o programa PVWATTS, do Laboratório Nacional de Energia Renovável dos EUA, que identificou as escolas com maior potencial de superar seu consumo energético.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Após a realização do teste nas seis escolas, foi verificado que apenas três delas têm capacidade de geração de energia que exceda seu consumo, tornando-as candidatas a edifícios NZEB, capazes de gerar toda a energia que consomem. Além disso, foi observado que o excedente de energia produzido poderia ser direcionado para a rede pública, reduzindo o consumo de outros edifícios pertencentes ao município. A imagem a seguir apresenta um exemplo de planilha de comparação da UMEI Rosalda Paim, entre consumo faturado e produção energética estimada pela calculadora

online PVWATTS. Observa-se nesse caso o excedente anual de 4606 kWh.

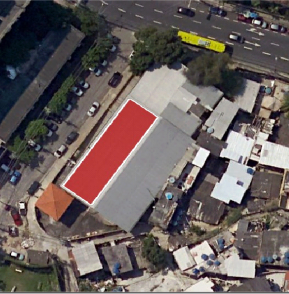
DADOS PVWATTS CALCULATOR		
Azimute	310°	TELHADO 
Inclinação	10	
Área (m²)	280	
Potencia (kWdc)	42.1	
Latitude	22.9° S	
Longitude	43.17° W	
Tipo de módulo	Padrão	
Tipo de matriz	Fixa	
Perdas do sistema	14.08%	
Eficiência do inversor	96%	
Fator de capacidade de corrente contínua	16.4%	
Fonte de dados meteorológicos		
Aeroporto Santos Dumont, RJ/BR		
Distância da fonte	5.47 km	
Endereço: rua Dr. Celestino, 78 Centro, Niterói		

Imagem 2: Parâmetros para simulação de consumo energético UMEI Rosalda Paim (Elaboração própria).

	MÊS	CONSUMO FATURADO (kWh)		
		hora ponta	hora fora ponta	total
UMEI ROSALDA PAIM	JUNHO 2023	290,22	5174,4	5464,62
	MAIO 2023	254,1	4544,4	4798,5
	ABRIL 2023	308,62	7056	7364,62
	MARÇO 2023	247,38	4586,4	4833,78
	FEVEREIRO 2023	252,84	2646	2898,84
	JANEIRO 2023	363,13	5392,8	5755,93
	DEZEMBRO 2022	241,33	4846,8	5088,13
	NOVEMBRO 2022	234,95	5014,8	5249,75
	OUTUBRO 2022	254,35	3486	3740,35
	SETEMBRO 2022	301,98	3914,4	4216,38
	AGOSTO 2022	241,92	2856	3097,92
	JULHO 2022	258,97	3007,2	3266,17
		CONSUMO TOTAL ANUAL (kWh)		
				55775
		CAPACIDADE DE GERAÇÃO (kWh)		
				60381
		EXCEDENTE DE GERAÇÃO (kWh)		
				4606

Imagem 3: Potencial de produção energética UMEI Rosalda Paim (Elaboração própria).

Com base nas contas de luz fornecidas pela Prefeitura Municipal de Niterói, foi possível estimar o custo para a instalação de sistemas fotovoltaicos. Primeiro, verificou-se o consumo mensal de energia (kWh) de três escolas selecionadas. Dividiu-se o custo mensal de cada escola pelo consumo para obter o custo médio da energia (kWh). Em seguida, calculou-se o custo anual da conta de luz, multiplicando o somatório do consumo anual

pelo custo médio. Utilizando o software PVWATTS, foi determinada a potência de ponta de cada escola, que foi multiplicada pelo custo de instalação do sistema fotovoltaico (GREENER, 2024). O valor total da instalação foi dividido pelo custo anual, resultando, assim, no tempo de retorno do investimento em anos, sem a adição de juros, de em média 1 ano e meio. Especificamente no caso das escolas Paulo César Pimentel e Waldemar de Freitas, o tempo de retorno do investimento, estimado em cinco anos, pode ser abreviado para 1 ano e meio, quando levado em conta o valor da energia excedente produzida.

ESCOLAS SELECIONADAS	Escola Municipal	Rosalda Paim	Eduardo Campos	Paulo César Pimentel e Waldemar de Freitas
	Consumo Mensal de energia (kWh)	5.464,62	3.346,39	3.460,00
	Custo Mensal de Energia (R\$)	10.992,47	7111,04	4.021,35
	Consumo Anual de Energia (kWh)	55.755,00	41.330,00	29.680,00
	Potencial de Geração Anual de Energia (kWh)	60.380,00	77.970,00	103.550,00
	Custo Anual da Conta de Luz Estimado (R\$)	112.208,00	87.825,77	34.495,28
	Custo do Sistema Instalado (R\$)	113.670,00	148.770,00	189.810,00
	Tempo de Retorno de Investimento (anos)	1,01	1,69	5,5

Imagem 4: Custo estimado do Sistema nas escolas selecionadas (Elaboração própria).

CONCLUSÕES:

O presente estudo ressalta não apenas a viabilidade da implementação de sistemas fotovoltaicos nesses locais, mas também a possibilidade de contribuição para outros edifícios municipais. Esse potencial de geração excedente fortalece a autossuficiência

energética das escolas e apresenta uma oportunidade valiosa para mitigar os desafios energéticos enfrentados por comunidades urbanas, o que contribui para a construção de cidades mais sustentáveis e resilientes. Este estudo demonstra, portanto, o papel crucial que a energia solar pode desempenhar na promoção da eficiência energética e na redução da dependência de fontes não renováveis. Ele também destaca o impacto positivo que as iniciativas de geração distribuída podem ter na construção de um futuro energético mais equitativo e sustentável.

AGRADECIMENTOS:

Os autores do artigo agradecem o apoio recebido da Prefeitura do Município de Niterói, através do Projetos de Desenvolvimento Aplicados (PDPA). Agradecem também, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) pelas bolsas de iniciação científica.

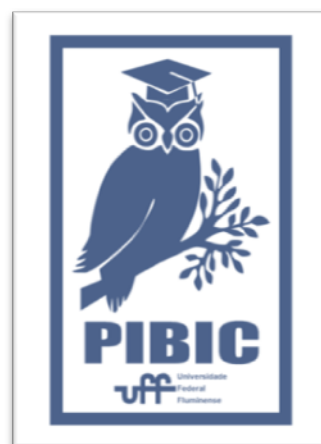


Imagem 5: Imagem PIBIC



Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

TÍTULO DO PROJETO: ANÁLISE DA LIMITAÇÃO DA ACESSIBILIDADE EM ESPAÇOS URBANOS COMO FATOR RESTRITIVO PARA A FRUIÇÃO TURÍSTICA DAS PESSOAS COM MOBILIDADE REDUZIDA

Autores: Marcello de Barros Tomé Machado (orientador) e Victoria Quarterolle (bolsista)

Departamento/Unidade/Laboratório: FTH - Faculdade de Turismo e Hotelaria

INTRODUÇÃO:

O projeto está vinculado ao grupo de pesquisa Disturb - Fatores restritivos ao Turismo, que realiza pesquisas em duas frentes, sendo elas Turismo & Segurança Pública e Turismo & Acessibilidade. O projeto tem como tema “A limitação da acessibilidade em espaços urbanos como relevante fator restritivo para a fruição turística das pessoas com mobilidade reduzida” com o foco na percepção dessas pessoas sobre as cidades de Paraty, Búzios e Petrópolis.

O principal objetivo dessa pesquisa foi analisar a acessibilidade de destinos turísticos urbanos, delimitando territorialmente este estudo nas cidades de Paraty, Petrópolis e Armação dos Búzios. Estes três municípios envolvem importantes regiões turísticas do estado do Rio de Janeiro (Costa Verde, Serra Verde Imperial e Costa do Sol), com singularidades e limitações à acessibilidade distintas.

A definição dos municípios e regiões ocorreu antes da proposta do edital deste projeto. Para alcançar o objetivo da pesquisa optou-se por uma abordagem qualitativa descritiva, para analisar a acessibilidade dos espaços turísticos, dividida em três etapas. A primeira etapa foi o

levantamento bibliográfico, durante este período foram feitas leituras sobre o tema em questão buscando um maior conhecimento sobre a abordagem metodológica com enfoque neste tema, fizemos reuniões semanais para poder discutir sobre a relevância destes trabalhos para a pesquisa. Com isso, conseguimos uma lista de referências bibliográficas que nos auxiliaram no projeto e que podem auxiliar em pesquisas futuras

Na segunda etapa, pautado no norteador do “nada sobre nós sem nós”, ocorreram as entrevistas com PCD 's (pessoas com deficiência) e MR (pessoas com mobilidade reduzida) para balizar nosso questionário e foram feitas reuniões com a secretária municipal de turismo das cidades pesquisadas para buscar a autorização e apoio das prefeituras ao longo do processo. Durante essas visitas nas cidades, utilizamos elementos da pesquisa de observação com base etnográfica, para observar o ambiente e perceber os elementos importantes, por exemplo se havia circulação de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida que é um sinal claro de destinos acessível ou não, e acessibilidade disponível nos espaços de uso público, em edificações, equipamentos e

mobiliários. Para isso utilizamos equipamentos para medir os ângulos das rampas, o tamanho das portas para ter uma noção sobre o nível de acessibilidade dos locais, nada muito significativo, apenas para ter um norteador.

Na terceira etapa elaboramos o questionário, baseado nas entrevistas realizadas para formular as perguntas, este foi elaborado durante reuniões semanais com o grupo de pesquisa. O questionário foi feito para incluir as três cidades abordadas e também tanto a visão do turista quanto do morador, já que temos como objetivo ser inclusivo, não poderíamos tirar a visão dos próprios moradores sobre a acessibilidade encontrada no local onde vivem.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Infelizmente durante as visitas às cidades foi possível identificar que não teríamos público suficiente para uma pesquisa *in loco*, por isso durante as reuniões com o grupo de pesquisa DISTURB definimos que iríamos abordar instituições e associações de apoio a pessoas com deficiência e mobilidade reduzida visando um maior público respondente. Para isso, fizemos um levantamento de instituições que atuavam nas cidades de Niterói, Rio de Janeiro, Paraty, Búzios e Petrópolis para que eles compartilhassem nosso questionário com seu público a partir do Google Forms ([PESQUISA TURISMO & ACESSIBILIDADE - Rio de Janeiro](#))

Realizamos um teste do questionário no evento Dia D, que é um feirão de vagas de empregos para pessoas com deficiência e segurados do

programa de reabilitação do INSS que aconteceu no dia 23 de maio de 2024, na cúpula do Caminho Niemeyer. A princípio escolhemos utilizar a plataforma Jotform já que poderíamos aplicar o questionário sem precisar de internet. Infelizmente neste dia não conseguimos muitas respostas já que muitas das pessoas com deficiência ali presentes nunca haviam viajado. Também foi muito importante para identificar melhorias que precisavam ser feitas no questionário, por exemplo o enunciado das questões.

Devido a greve, houve um atraso na tabulação e análise dos dados, porém em análises preliminares foi possível destacar que mais de 50% das notas dadas para a acessibilidade das cidades de 1 a 5 ficou entre 1 e 3. Isso mostra que a maioria dos respondentes acredita que a cidade ou é pouco acessível ou tem média acessibilidade.

CONCLUSÕES:

É possível concluir que como as cidades apontadas, são consideradas cidades históricas é devido a isso muitas vezes existe dificuldade em tornar as edificações, os espaços públicos e equipamentos de cunho turístico, acessíveis. Um exemplo dessa dificuldade aconteceu em Búzios, onde o Prefeito queria substituir o piso de paralelepípedo pelo piso intertravado que é de concreto e queria deixar as ruas do mesmo nível que as calçadas. Ele sofreu grande represália pois iria mudar a estética da cidade. Infelizmente devido a greve ocorreu um atraso na tabulação dos dados, porém já é possível destacar que os respondentes da pesquisa

apontam diferentes níveis de acessibilidade entre as cidades. Isso mostra que existe muito o que melhorar nessas cidades para torná-las acessíveis ao público.

AGRADECIMENTOS:

Agradeço ao professor Marcello Tomé pela orientação, a toda a equipe do Disturb e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).



Imagem 1: Imagem
PIBIC



ANÁLISE DAS LOAS ESTADUAIS DE 2021 E 2022 COMO ANÁLISE DE ISONOMIA DAS PARTES NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO: A POLÍTICA CRIMINAL EMPREGADA NA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS DO MPS, DEFENSORIAS PÚBLICAS, MAGISTRATURA E POLÍCIA JUDICIÁRIA.

MARIANA DE LIMA CAETANO DO VALLE

FACULDADE DE DIREITO DE VOLTA REDONDA – INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS DE VOLTA REDONDA (VDI-VCH-UFF)

INTRODUÇÃO:

A pesquisa intitulada "Análise das LOAs estaduais de 2021 e 2022 como análise de isonomia das partes no Processo Penal brasileiro" teve como objetivo verificar a política de destinação de recursos públicos e sua influência na isonomia das partes envolvidas no Processo Penal brasileiro. O estudo focou em analisar como a distribuição de recursos entre as Defensorias Públicas, Ministério Público, Magistratura e Polícia Judiciária pode afetar o equilíbrio necessário para assegurar a paridade de armas entre defesa e acusação, que é um princípio fundamental em sistemas acusatórios.

Com base no princípio da isonomia e na importância da ampla defesa, a pesquisa buscou responder se a distribuição orçamentária entre essas instituições reflete um tratamento equânime das partes no processo penal. A análise foi conduzida em torno da

distribuição percentual dos recursos previstos nas Leis Orçamentárias Anuais (LOAs) de 2021 e 2022, comparando o investimento estatal em cada uma das instituições.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Os resultados da pesquisa revelaram uma considerável desigualdade na distribuição de recursos públicos entre as instituições analisadas. Em 2021, os Ministérios Públicos Estaduais receberam R\$17.963.993.128, enquanto as Defensorias Públicas Estaduais receberam apenas R\$5.636.441.707. Em 2022, essa diferença permaneceu significativa, com os Ministérios Públicos Estaduais recebendo R\$19.072.213.037, comparado aos R\$6.589.129.459 destinados às Defensorias Públicas Estaduais. Tais dados revelam que em média os Estados brasileiros disponibilizam cerca de 3 vezes mais orçamento para o Ministério Público do que para a Defensoria

Pública. Essa disparidade orçamentária foi observada em todas as 27 unidades federativas do Brasil, com exceção do Distrito Federal.

Essa distribuição desigual reflete-se diretamente na capacidade das instituições de exercerem suas funções constitucionais. A Defensoria Pública, responsável por defender cidadãos que não podem arcar com os custos de um advogado particular, enfrenta severas limitações devido à falta de recursos. Essa situação compromete a efetividade da defesa, resultando em uma clara violação dos princípios de isonomia e ampla defesa.

Além disso, a pesquisa identificou que 48% das comarcas brasileiras não possuem atendimento da Defensoria Pública, o que exacerba ainda mais a desigualdade no acesso à justiça. Mesmo com o aumento dos orçamentos de 2021 para 2022, a diferença entre as instituições permaneceu estável, indicando que as mudanças orçamentárias não foram suficientes para corrigir o desequilíbrio existente.

O estudo também destacou o impacto negativo da falta de participação da Defensoria Pública na fase investigativa do processo penal, situação que favorece uma postura inquisitorial, na qual as instituições de acusação, como o Ministério Público e a Polícia Judiciária, dominam o processo. Isso não só perpetua a desigualdade entre as partes, mas também compromete a imparcialidade do sistema de justiça penal.

CONCLUSÕES:

A pesquisa concluiu que a isonomia das partes no Processo Penal brasileiro, embora prevista na Constituição, não é assegurada na prática devido à acentuada disparidade orçamentária entre as instituições que compõem o sistema de justiça. A Defensoria Pública, essencial para a defesa dos direitos de cidadãos de baixa renda, recebe significativamente menos recursos do que o Ministério Público, comprometendo sua capacidade de oferecer uma defesa eficaz e, conseqüentemente, prejudicando o direito à ampla defesa.

Para garantir uma verdadeira paridade de armas no processo penal, é necessário um investimento substancial na Defensoria Pública, equiparando-a ao Ministério Público em termos de recursos financeiros, tecnológicos e estruturais. Somente assim será possível assegurar que todos os cidadãos tenham acesso a uma defesa justa e eficiente, independentemente de sua condição socioeconômica.

A pesquisa sugere que uma reforma orçamentária e estrutural é imprescindível para fortalecer a Defensoria Pública e promover uma justiça penal mais equitativa e alinhada aos princípios constitucionais. A adoção de políticas públicas que garantam um tratamento isonômico entre as instituições de acusação e defesa é fundamental para o funcionamento adequado do sistema acusatório e para a preservação dos direitos fundamentais dos indivíduos processados.

AGRADECIMENTOS:

A realização desta pesquisa só foi possível graças ao apoio e orientação de diversas pessoas e instituições. Em primeiro lugar, gostaria de expressar minha profunda gratidão ao **Professor Leonardo Costa de Paula**, cuja orientação, paciência e expertise foram essenciais para o desenvolvimento deste trabalho. Suas valiosas sugestões e constante incentivo foram fundamentais para que eu pudesse concluir esta pesquisa com sucesso.

Gostaria também de agradecer à **Universidade Federal Fluminense**, em especial à Faculdade de Direito de Volta Redonda e ao Instituto de Ciências Humanas e Sociais, por fornecerem o ambiente acadêmico propício e os recursos necessários para a realização deste estudo. Agradeço ainda ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC, por me conceder a oportunidade de aprofundar meus estudos e contribuir para o desenvolvimento do conhecimento na área jurídica.

Por fim, sou grata a todos os colegas, amigos e familiares que, de alguma forma, colaboraram direta ou indiretamente para a conclusão deste trabalho. A todos, meu muito obrigada.





Ciências Sociais Aplicadas

DESAFIANDO O MASCARAMENTO SOCIAL EM AMBIENTES ORGANIZACIONAIS: UMA REVISÃO SOBRE AS MOTIVAÇÕES

Autores: Thaila Silva de Oliveira e Fernanda Galvão Ribeiro

Departamento de Administração e Administração Pública / Instituto de Ciências Humanas e Sociais

INTRODUÇÃO:

A colonialidade persiste mesmo após o fim das estruturas coloniais formais, influenciando as relações de poder, controle cultural e epistemológico, perpetuando desigualdades sociais (QUIJANO, 1993). No campo da administração, modelos baseados em capitalismo e eurocentrismo perpetuam essas desigualdades (ABDALLA; FARIA, 2017). A visão limitada de diversidade como mera gestão de diferenças contrasta com a necessidade de uma abordagem mais profunda, que leve em conta a interseccionalidade e a desconstrução das desigualdades (FRAGA et al., 2022). A diversidade deve transcender representações numéricas, promovendo inclusão e equidade social conforme objetivos da Agenda 2030 da ONU (UNITED NATIONS, 2023).

A neurodiversidade, conceito que valoriza as diferentes formas de funcionamento cerebral, ganha relevância no viés laboral (LEOPOLDINO, 2016) e reconhecer as complexidades enfrentadas pelo público neurodiverso é crucial para promover inclusão (AMARAL, 1998; KRZEMINSKA et al., 2019). No entanto, a pesquisa prática sobre neurodiversidade e trabalho ainda é escassa e

carece de conselhos aplicáveis no âmbito organizacional (DOYLE; MCDOWALL, 2022). O mascaramento, ação para ocultar aspectos próprios, é uma estratégia comum entre neurodiversos para melhorar suas interações sociais (HULL et al., 2017). Contudo, pode causar impactos consideráveis na saúde mental (CAGE; TROXELL-WHITMAN, 2019; RAYMAKER et al., 2020).

Este estudo realizou uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL) sobre neurodiversidade, mascaramento e o ambiente organizacional, usando a base Web of Science (WoS). A prevalência significativa de transtornos do neurodesenvolvimento e a dificuldade enfrentada por neurodivergentes em processos seletivos destacam a relevância de pesquisas nesta área (ZEIDAN et al., 2022; SONG et al., 2021; BLACKBURN, 2023).

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A revisão da literatura indica que a maioria das pesquisas se concentra nas complexidades da infância, negligenciando o desenvolvimento na fase adulta e o ambiente laboral (ZIN; FONSECA, 2019), cabendo haver investigações sobre a inclusão e a permanência

no mercado de trabalho para indivíduos neurodiversos.

Os dados coletados até março de 2024, analisados com o software VosViewer, mostram que as palavras-chave se agrupam em torno de "autismo". Termos como "masking" e "camouflaging" emergem como áreas de interesse recente, indicando crescente atenção às estratégias de adaptação.

A análise geográfica das publicações sobre o tema, quando vista sob a perspectiva da decolonialidade, evidencia como essas influências moldam a produção acadêmica e a prática científica. Essa abordagem permite uma crítica mais profunda das epistemologias vigentes e destaca a necessidade de promover uma ciência mais inclusiva e equitativa.

A tabela 1 compila os estudos sobre as motivações para o mascaramento de indivíduos autistas no contexto profissional. Os dados mostram que a pressão social, o estigma e a busca por aceitação propiciam a ação do mascaramento, uma prática exaustiva, mas utilizada para evitar discriminação e assegurar a empregabilidade. A análise detalhada dos artigos aprofunda a compreensão das nuances dessa experiência.

Tabela 1 - Resumo dos artigos selecionados

AUTOR/ANO DA PUBLICAÇÃO	ARTIGO	MOTIVAÇÕES PARA MASCARAMENTO/CAMUFLAGEM
Finn, M; Flower, RL; Leong, HM; Hedley, D. (2023)	If I'm just me, I doubt I'd get the job': A qualitative exploration of autistic people's experiences in job interviews	A busca por evitar experiências negativas e a pressão social para se adaptar levam ao mascaramento.
Cleary, M; West, S; Kornhaber, R; Hungerford, C. (2023)	Autism, Discrimination and Masking: Disrupting a Recipe for Trauma	A experiência de estigma e a busca por segurança e aceitação motivam o mascaramento.
Doyle, N; McDowall, A; Waseem, U. (2022)	Intersectional Stigma for Autistic People at Work: A Compound Adverse Impact Effect on Labor Force Participation and Experiences of Belonging	A tentativa de reduzir o estigma e aumentar as oportunidades, embora exaustiva, impulsiona o mascaramento.
Cage, E; Troxell-Whitman, Z. (2019)	Understanding the Reasons, Contexts and Costs of Camouflaging for Autistic Adults	A falta de compreensão e a busca por reconhecimento no trabalho levam ao mascaramento, especialmente entre mulheres autistas.
Pryke-Hobbes et al (2023)	The workplace masking experiences of autistic, non-autistic neurodivergent and neurotypical adults in the UK	A necessidade de se adaptar às normas sociais e evitar consequências negativas motiva o mascaramento.
Arnold et al. (2023)	Towards the measurement of autistic burnout	A pressão para se conformar às expectativas neurotípicas e a busca por aceitação profissional impulsionam o mascaramento.
Gemma, N. (2021)	Reconceptualising 'reasonable adjustments' for the successful employment of autistic women	O desejo de não ser visto como estranho e a pressão para parecer normal levam ao mascaramento.
Loo et al. (2023)	Exploring autistic adults' psychosocial experiences affecting beginnings, continuity and change in camouflaging over time: A qualitative study in Singapore	A busca por aceitação social e o desejo de ter um bom desempenho no trabalho motivam o mascaramento.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2024).

O estudo revela que o mascaramento de indivíduos neurodiversos está influenciado por fatores de gênero, raça, classe social e orientação sexual e as motivações para o mascaramento incluem estigmas, discriminação e a necessidade de adaptação a ambientes organizacionais, como entrevistas de emprego e manutenção de posições formais.

Ambientes organizacionais são os principais fatores que contribuem para o mascaramento. A baixa contratação de neurodiversos e o desconhecimento sobre neurodiversidade perpetuam estereótipos e dificultam a inclusão no mercado de trabalho. Davies et al. (2023) e Nicholas et al. (2015) evidenciam a dificuldade dos neurodivergentes nas entrevistas, além da alta taxa de desemprego entre eles (AUSTIN; PISANO, 2017)

O mascaramento resulta em consequências negativas para a saúde mental, como estresse, ansiedade e exaustão (CAGE; TROXELL-WHITMAN, 2019) e a falta de preparo das organizações para lidar com a neurodivergência, (LINDSAY et al., 2019), contribui para desafios.

Recomenda-se a implementação de práticas inclusivas e programas de conscientização, ajuste nos processos seletivos e treinamento de recrutadores, tornando o processo mais adaptativo e menos estressante (HULL et al., 2017; BARGIELA et al., 2016). Ambientes que valorizam a diversidade e oferecem apoio melhoram a satisfação e o desempenho dos neurodiversos (RAYMAKER, 2020)

CONCLUSÕES:

O objetivo principal deste trabalho foi analisar a produção científica sobre neurodiversidade, mascaramento e o ambiente de trabalho, destacando que o crescente interesse se deve ao amadurecimento de uma grande população de crianças e adolescentes neurodivergentes enfrentando barreiras significativas para inclusão no mercado de trabalho.

A crescente relevância da diversidade nas organizações, impulsionada pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU e o aumento dos diagnósticos tardios de neurodivergentes, reflete um aumento recente no interesse pelo tema. No entanto, o crescimento das publicações ainda é modesto, indicando a necessidade de uma maior compreensão acadêmica e práticas mais inclusivas.

É fundamental enfrentar preconceitos, desinformação e modelos padronizados de seleção, já que a falta de compreensão e apoio dos empregadores perpetua ambientes de trabalho não inclusivos, sendo relevante a adoção de abordagens sensíveis às diferenças para se tornar mais inclusiva.





Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

TÍTULO DO PROJETO: TRABALHO E AÇÃO SINDICAL EM TEMPOS DE PANDEMIA

Autoras: Milena Gabriela Delphim da Silva, Isabelle Cristina da Costa Lopes, prof^a Maria Cristina Paulo Rodrigues

Departamento: Departamento de Serviço Social - UFF Niterói

INTRODUÇÃO:

Nossa pesquisa, intitulada "Trabalho e Ação Sindical em Tempos de Pandemia", é um desdobramento de estudos desenvolvidos desde 2018 sobre os impactos da Reforma Trabalhista de 2017 para trabalhadores e sindicatos. O objetivo é analisar como os sindicatos têm atuado para manter seu papel e legitimidade, enfrentando desafios de representação e de organização, frente à precarização do trabalho.

A pandemia da COVID-19 trouxe consequências econômicas, sociais e políticas, afetando desigualmente os países e atingindo duramente os trabalhadores. No Brasil, a crise sanitária encontrou um cenário já deteriorado para o campo do trabalho, fruto de políticas neoliberais adotadas desde os anos 1990 e da crise político-institucional pós-2016. A destituição da presidenta Dilma Rousseff e as reformas subsequentes, como a PEC do Teto dos Gastos Públicos, a Lei da Terceirização e a Reforma Trabalhista, agravaram a precarização do trabalho. A eleição de Jair Bolsonaro intensificou os ataques aos direitos trabalhistas, com a Reforma da Previdência e a Carteira de Trabalho verde e amarela, além de medidas específicas durante a pandemia. No contexto de

perdas de direitos e do uso intenso das novas tecnologias, buscamos compreender como os sindicatos têm atuado para manter sua capacidade de organização, dando destaque ainda ao papel das mídias sociais, principalmente durante o período pandêmico, marcado por dificuldades de comunicação e acesso direto à categoria.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Utilizamos a teoria dos recursos de poder (Schmalz, 2017; Colombi et al., 2022) para analisar a realidade de quatro sindicatos no Rio de Janeiro: Sindicato dos Petroleiros Norte Fluminense; Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações; Sindicato dos Bancários e Sindicato dos Comerciantes. Esta teoria está baseada na perspectiva de que, mesmo num contexto desfavorável aos trabalhadores, os sindicatos são capazes de elaborar estratégias de enfrentamento. E considera quatro tipos de poder: estrutural, associativo, institucional e social, refletindo a posição dos assalariados no sistema econômico, a organização coletiva, a capacidade de diálogo com outras instituições e grupos sociais.

A pesquisa empírica envolveu questionários aplicados em 2019, análise de Acordos e

Convenções Coletivas entre 2017-2024, estudo dos sites sindicais em dois períodos (2019/2020 e 2020/2021) e entrevistas com dirigentes sindicais entre 2023 e 2024. A análise apontou uma intensificação da precarização do trabalho, com impactos diferenciados por setor. Os Comerciais enfrentaram demissões em massa, enquanto os Petroleiros tiveram um impacto menor. A sindicalização também variou significativamente: Petroleiros (95%), Bancários (75% em bancos privados e 30% nos públicos), Telecom (10% a 60%, dependendo dos segmentos) e Comerciais (5%).

Os Acordos Coletivos analisados mostraram diferenças na quantidade e qualidade das cláusulas. Petroleiros e Bancários, com Acordos Nacionais, mantiveram mais benefícios, enquanto os Comerciais e segmentos terceirizados do Sinttel-Rio enfrentaram maior pressão patronal. Cláusulas específicas sobre trabalho remoto, combate ao assédio e violência, e reconhecimento de relações homoafetivas foram incluídas, refletindo novas demandas no contexto pandêmico.

As estratégias sindicais incluem a insistência no processo negocial, parcerias com o Ministério Público do Trabalho, ações na Justiça do Trabalho, mobilizações tradicionais e uso intensificado das redes sociais. A adaptação às mudanças tecnológicas foi essencial, além da busca por parcerias e diálogo com a sociedade, fortalecendo seu poder social e legitimidade.

A partir da análise do uso das mídias sociais pelos sindicatos durante a pandemia, constatou-se que plataformas como Instagram,

Facebook, YouTube e X (antigo Twitter) foram amplamente utilizadas. Os sindicatos dos Bancários, Petroleiros e Telecomunicações, em especial, adotaram uma postura mais ativa nas redes, buscando engajar suas bases e influenciar o debate público. Por meio de postagens focadas em temas como campanhas salariais, denúncias e eventos de mobilização, os sindicatos conseguiram ampliar sua presença digital e adaptaram suas estratégias de comunicação, utilizando as redes sociais como uma extensão de suas ações tradicionais de mobilização.

CONCLUSÕES:

Em conclusão, a pandemia da COVID-19 acelerou a reconfiguração das dinâmicas de trabalho e trouxe novos desafios para os sindicatos, especialmente no Brasil, onde o cenário de precarização já era agravado por políticas neoliberais e crises institucionais. No entanto, apesar das adversidades, os sindicatos continuam a desenvolver estratégias para se adaptar, defender os direitos dos trabalhadores e ampliar sua presença nas mídias sociais. O uso das redes sociais, como observado na análise dos quatro sindicatos estudados, revelou-se uma ferramenta crucial para mobilização, engajamento e comunicação, permitindo que essas entidades mantenham sua relevância e impacto social em meio a um cenário de desafios.

REFERÊNCIAS:

COLOMBI et al. *Panorama do Sindicalismo no Brasil: 2015-2021*. 1ª ed. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2022. Pdf.

SCHMALZ, Stefan. *Los recursos de poder para la transformación sindical*. Nueva Sociedad - Especial Sindicatos, octubre de 2017.





Ciências Sociais e Aplicadas

**A PARTICIPAÇÃO FEMININA EM PODCASTS MASCULINISTAS COMO
FORMA DE VALIDAÇÃO DE DISCURSOS MACHISTAS: ESTUDO DE**

CASO SOBRE O PODCAST PINK & PILL

Gabriela Cardoso Maio dos Santos

**Instituto de Artes e Comunicação Social/Departamento de Estudos Culturais e
Mídia/Núcleo de Estudos em Poder, Subjetividade e Mídia – NEPSEM**

INTRODUÇÃO:

O discurso masculinista tem ganhado cada vez mais força nas redes sociais nos últimos anos, impulsionado por algoritmos que contribuem para a viralização desse tipo de conteúdo dentro e fora das chamadas bolhas dos grupos de ódio da extrema direita. No entanto, ao contrário do que se espera dessas discussões, caracterizadas pela “defesa do direito dos homens” — estes, que se sentem oprimidos perante o avanço dos movimentos feministas — e que, na maioria das vezes, servem de pretexto para a proferição de falas misóginas, foi observado um fenômeno peculiar dentro do contexto dos podcasts masculinistas brasileiros: a crescente participação feminina, utilizada estrategicamente com o intuito de validar esse discurso.

O presente trabalho está relacionado com uma das fases da pesquisa da professora e orientadora Mayka Castellano sobre o masculinismo e a cultura de aconselhamento e tem como objetivo analisar a presença feminina nesses espaços, bem como discutir suas implicações no que diz respeito à forma que suas falas repercutem como validação dessa

ideologia e ao engajamento gerado a partir desse fenômeno. Para a análise, foi escolhido o podcast Pink & Pill, comandado pelo *host* Thiago Schutz, considerando sua relevância para dentro do movimento conhecido como *redpill*.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Foi feito um levantamento de dados acerca da participação feminina no podcast utilizando a plataforma de vídeos YouTube, examinando os vídeos publicados entre 14 de março de 2022 e 2 de maio de 2024. É importante ressaltar aqui que o Pink & Pill possui dois canais na plataforma: o canal oficial, que reúne todos os podcasts na íntegra; e o canal de cortes, cujos vídeos postados são retirados estrategicamente do programa e alvos de intensa edição. Tais fragmentos possuem um maior potencial de propagação em comparação com as entrevistas completas e são divulgados isoladamente com o intuito de dar ênfase a alguma fala ou manifestação (LEAL et al., 2024). Para o intervalo de tempo analisado, a amostra conta com 83 episódios do podcast e 1009 cortes, ou vídeos curtos.

A partir da análise inicial, foi identificada a presença de 48 mulheres em 43 episódios diferentes do Pink & Pill, ou seja, mais da metade dos podcasts. Enquanto no canal de cortes, elas aparecem em 541 vídeos, aproximadamente 54% do total. Esses dados revelam uma contradição do movimento, que ao mesmo tempo que se baseia no ódio e desprezo às mulheres e as toma como seres inferiores a serem subjugados, também precisa lhes ceder espaço e voz para que seus enunciados sejam validados e suas teses “confirmadas”.

No que tange ao engajamento, os cortes em que há presença feminina possuem grande repercussão na plataforma e é importante ressaltar que, de todos os vídeos postados até o momento do levantamento, os dez mais assistidos do canal de cortes contavam com pelo menos uma entrevistada mulher. Tendo em vista que a participação delas é muito benéfica para o podcast em si, também está sendo feita a análise desses vídeos curtos citados, bem como o de seus comentários, a fim de entender melhor essa dinâmica que pode ser considerada um tanto contraditória e o motivo pelo qual esses vídeos acumulam tantas visualizações comparados àqueles que contam somente com entrevistados homens. Os principais elementos levados em consideração são os assuntos e temas abordados, as convidadas presentes e a forma que é estabelecida a relação entre host e entrevistada.

CONCLUSÕES:

Dessa maneira, fica evidente que a presença feminina em podcasts masculinistas desempenha um papel fundamental na disseminação dessas ideologias. Enquanto a participação dessas mulheres não pode ser resumida apenas a um certo alinhamento com essas ideias propagadas, tendo em vista que elas dispõem de ganhos monetários a partir dessa exposição, os enunciados proferidos por elas como forma de validação de argumentos, um tanto prejudiciais para a sociedade como um todo, ela acende um alerta para a maneira que esses movimentos operam dentro do YouTube e demais plataformas de redes sociais, se aproveitando de um protagonismo cedido ao gênero oposto e a tração gerada a partir dele.

AGRADECIMENTOS:

Gostaria de agradecer à professora e orientadora Mayka Castellano, que me concedeu a oportunidade de trabalhar no projeto e também ao CNPq pela bolsa de Iniciação Científica.





Ciências Sociais aplicadas

COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA: QUESTÃO DE ESTRUTURA OU DE LINGUAGEM

Maria Cecília Brandão da Silva

Departamento de Ciência da Informação - GCI

INTRODUÇÃO:

A disseminação de informação é pauta imprescindível ao se falar de ciência, visto que o avanço da pesquisa se orienta especialmente à transmissão de conhecimento, tanto aos pares (Comunicação Científica – CC) quanto aos leigos (Divulgação Científica – DC).

A CC “é indispensável à atividade científica, pois permite somar os esforços individuais dos membros das comunidades científicas. Eles trocam continuamente informações com seus pares, emitindo-as para seus sucessores e/ou adquirindo-as de seus predecessores” (TARGINO, 2000, p. 10). Assim, “é a comunicação científica que favorece ao produto (produção científica) e aos produtores (pesquisadores) a necessária visibilidade e possível credibilidade no meio social em que produto e produtores se inserem” (TARGINO, 2000, p. 10).

A DC se apresenta no momento da disseminação dos trabalhos científicos. A DC engloba a “[...] utilização de recursos, técnicas, processos e produtos (veículos ou canais) para a veiculação de informações científicas, tecnológicas ou associadas a inovações ao público leigo” (BUENO, 2009 *apud* SANTOS-D’AMORIM., 2021, p. 25). Portanto, a

DC retrata a assimilação do fazer científico para a sociedade a quem serve, promovendo a linguagem adequada para o entendimento desta população, acessibilidade ao conteúdo científico e integração das questões sociais ao progresso da ciência. Nossa hipótese é que no âmbito da Ciência da Informação, CC é estrutura, visando a troca entre pares e DC é linguagem, visando toda a sociedade.

Isso posto, objetivou-se compreender as semelhanças e distinções entre a CC e a DC, no campo da Ciência da Informação (CI), determinando suas características estruturais e aplicações sociais, para que – se assim identificado – se traduzam como unidades individuais, mas que se complementam.

Para a realização deste estudo, aplicamos revisão sistemática de literatura e análise terminológica. As buscas foram feitas nas bases de dado: OasisBR, Scielo e Redalyc.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

As buscas resultaram em 38 artigos. Foram destacados para análise 77 trechos dos artigos. A maior parte dos artigos confirma a hipótese ao vincular a ideia da CC ao ciclo de construção do conhecimento científico como uma estrutura padronizada. Alguns outros pontos percebidos

que categorizam a CC, segundo esses autores, são: o direcionamento à comunidade acadêmica, especialista; a publicação em canais formais, como periódicos; a troca de conhecimentos entre pesquisadores; e, especialmente, a validação pelos pares.

Contudo, alguns trechos abordaram a CC sob o termo “disseminação”, caracterizando a comunicação entre especialistas como um modelo de disseminação de informação restrita, apenas para público interno.

Quanto a DC, embora muitos trechos concordem com a nossa hipótese, ou seja, reafirmam o caráter da divulgação enquanto meio de tradução e transmissão de informação técnico-científica à sociedade leiga, houve também algumas concepções que apontam discrepâncias com seu entendimento. Em consonância com nossa hipótese, o conceito de DC tem o sentido amplo de divulgar, sendo excedente aos muros da academia e de unidades de informação especializadas. Entretanto, boa parte dos artigos utiliza o termo “divulgação” para qualquer forma de difusão de informação, mesmo quando restrita à comunidade acadêmico-científica.

Além disso, alguns se detêm à ideia de “divulgação” para classificar publicações informais, incompletas ou parciais, não formalizadas e/ou padronizadas e, em alguns casos, sem validação por pares. Houve, ainda, trechos em que os termos “divulgação” e “disseminação” se relacionavam ao propósito de transmissão de conhecimento, mas com finalidades diferentes: divulgação como difusor de informação a todos os públicos e

disseminação como difusor de informação aos especialistas.

Durante a análise, algumas características observadas apontam que há um terceiro entendimento dos autores que associam a Comunicação Científica junto da Divulgação Científica. Nessa categorização, enquadram-se os casos em que os termos “divulgação” e “disseminação” atendem a mesma função, e os casos em que o processo de comunicação científica, como um todo, atesta em sua estrutura a função da CC como disseminadora de informação científica a todos os públicos, leigos e especialistas.

CONCLUSÕES:

Concluimos que as concepções de Divulgação Científica e Comunicação Científica possuem diferenças, embora possam se relacionar e até mesmo completar. A maior parte concordou com nossa hipótese, na qual se caracteriza DC como linguagem e CC como estrutura. Logo, presume-se que de fato a CC é uma estrutura organizada e padronizada, voltada para o público especialista, enquanto a DC é realmente um processo de transmissão de conhecimento científico aos leigos. Ainda que esta percepção esteja clara, também há uma certa ambiguidade presente nas definições de CC e DC por parte dos autores que abordam o tema, por exemplo na separação dos termos “divulgação” e “disseminação” como sentidos diferentes.

REFERÊNCIAS:

SANTOS-D'AMORIM, K. A comunicação científica em movimento: das origens aos debates atuais. **BRAJIS**, Marília, v. 15, 2021.

TARGINO, M. G. Comunicação científica: uma revisão de seus elementos básicos. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 10, n. 2, 2000.



Ciências Sociais Aplicadas

DIREITO, POLÍTICAS CULTURAIS E DIREITO AUTORAL: A NOÇÃO DE AUTORIA EM DISPUTA

Amanda Louise Santana Siqueira (Bolsista) e Adriana Dias Vieira (Orientadora)

Departamento de Direito Privado / Faculdade de Direito - Niterói



INTRODUÇÃO:

A pesquisa teve como objetivo a compreensão das

principais disputas presentes no campo dos direitos autorais e das políticas culturais no Brasil, com foco na noção de autoria. A autoria está ligada a direitos como o acesso à cultura, o acesso à informação, dentre outros. Ademais, está ligada às políticas culturais, que foram desenvolvidas de diferentes formas ao longo dos governos brasileiros mais recentes. É um tema debatido por inúmeras ciências, que deve ser analisado de forma interdisciplinar.

O conceito de autoria pode ser amplo ou restritivo. As decisões judiciais, as normas do direito brasileiro, as políticas públicas voltadas para a cultura — todas envolvem diferentes noções de autoria, sendo necessário um estudo atento das definições mais frequentes. Considerando que ela está no centro de diversos debates, surge a necessidade de compreender quais são as características e limites atribuídos à autoria, partindo de decisões judiciais e de obras que versam sobre os direitos autorais.

Além disso, é fato que a produção cultural brasileira foi profundamente impactada pelos

avanços tecnológicos das últimas décadas. Há de se questionar se os requisitos impostos à proteção autoral são capazes de abarcar a diversidade de bens culturais brasileiros. A primeira etapa da pesquisa consistiu em revisão de literatura, e a segunda etapa consistiu em pesquisa jurisprudencial.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Em um primeiro momento, houve leitura da bibliografia indicada pela orientadora; foram realizados fichamentos sobre as obras. Em um segundo momento, houve a realização de pesquisa jurisprudencial. Foram encontradas 35 decisões do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que versam sobre direitos autorais. Dentre elas, 12 tensionam a noção de autoria, sendo objeto da presente pesquisa.

Ano	Nº de casos
1998	1
2014	3
2015	2
2016	7
2017	2
2018	2
2019	1

2020	2
2021	3
2022	8
2023	3
2024	1

Tabela 1: Decisões do STJ sobre direitos autorais.

Ao longo da pesquisa, houve a análise de diversas definições acerca das obras passíveis de proteção autoral. Destacam-se as frequentes menções à originalidade e à criatividade, apresentadas como requisitos. Outrossim, as decisões estudadas costumam discutir os artigos 11 e 12 da Lei 9.610/98, que definem o conceito de autor e descrevem as formas possíveis para a sua identificação.

Em relação às obras centradas em políticas culturais, destaca-se a existência de momentos de ampliação e restrição do conceito de cultura, questão discutida por Dias (2021). É notável que as diferentes políticas culturais de cada governo são responsáveis por esses fenômenos, que afetam a elaboração de políticas públicas voltadas para a cultura.

Nas obras centradas em direito e tecnologia, há de se enfatizar a significativa mudança dos temas em debate. Em décadas passadas, os principais embates estavam centrados na ampliação do acesso à *internet*. Na atualidade, predominam as discussões sobre fenômenos surgidos no ambiente digital.

CONCLUSÕES:

Após a análise dos dados coletados durante a pesquisa, é possível refletir sobre como a noção de autoria é discutida em rígidos moldes

tradicionais, que por vezes afastam a proteção autoral de obras produzidas em contextos específicos. Considerando a longa existência de formas de autoria fluidas, como as vistas em certas comunidades indígenas, verifica-se a necessidade de um direito autoral ampliado.

Ademais, em um contexto de frequentes evoluções digitais, harmonizar as novas tecnologias de acesso à cultura e a proteção aos direitos dos autores também é uma questão relevante. Lemos (2005) aponta que um sistema alternativo de propriedade intelectual auxiliaria nas questões relacionadas ao acesso à cultura, desde que fosse idealizado de modo a garantir uma remuneração mais justa aos autores e detentores de propriedade intelectual.

As demandas geradas pelas múltiplas interações em discussão devem ser objeto das políticas públicas voltadas para a cultura. Na visão de Dias (2021), é necessário discutir o que está em jogo quando se mobiliza a noção de política pública de cultura, ou de política pública cultural. Expressa que há uma certa maleabilidade na noção de política pública, e alerta que esse uso, sem grandes preocupações com definições precisas, mostra como a noção de política pública de cultura não é alvo de muitas problematizações (p. 178).

É preciso pensar em outro direito autoral. O estabelecimento de políticas culturais baseadas em noções ampliadas de cultura, a formulação de legislação autoral centrada em noções de autoria mais fluidas e menos individualizadas, assim como a implementação de políticas públicas capazes de abarcar uma maior diversidade de manifestações e produções

culturais, são medidas que devem ser discutidas.

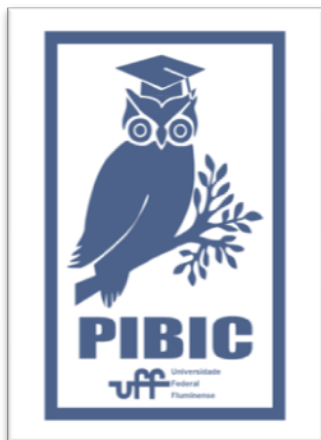
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. Lei 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.

Disponível em:
<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9610.htm> Acesso em: 01 jul. 2024.

DIAS, Caio Gonçalves. A cultura que se planeja: políticas culturais, do Ministério da Cultura ao governo Bolsonaro. Rio de Janeiro: Mórula, 2021. 296 p.

LEMONS, Ronaldo. Direito, tecnologia e cultura. Rio de Janeiro, FGV, 2005.





CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CONSERVADORISMO E SERVIÇO SOCIAL: AS INFLUÊNCIAS
CONTEMPORÂNEAS NO PROCESSO DE PRODUÇÃO DO
CONHECIMENTO E NO TRABALHO PROFISSIONAL
ADRIANA RAMOS E JUAN CARLOS SIQUEIRA CARDOSO
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS

INTRODUÇÃO:

Este trabalho objetiva apresentar alguns resultados da pesquisa realizada pelo Núcleo de Estudos dos Fundamentos do Serviço Social sobre a relação contemporânea entre o Serviço Social e o pensamento conservador. O Serviço Social brasileiro, historicamente, nasce sob a égide do humanismo cristão, na década de 1930, e ao longo dos anos subsequentes performa, em todo o seu cariz, a face religiosa, além de exercer o ideal punitivista e o controle social. Produto da apropriação do Positivismo e suas diversas expressões no campo das Ciências Sociais, o que Yazbeck (2020) denomina de um arranjo teórico-doutrinário. Essa postura é perpassada pelos períodos ditatoriais, responsáveis pela acentuação de inúmeras mazelas e perseguição constante ao pensamento crítico a essa sociabilidade. Contraditoriamente, é nesse horizonte que os germes marxianos ganham fôlego para propor uma nova forma de leitura social, sob o respaldo do materialismo histórico-dialético.

Ao localizar a profissão na divisão sócio-técnica do trabalho, nota-se como os rebatimentos socioeconômicos, principalmente o movimento sistêmico de crise do capital, inferem diretamente no Serviço Social. Assim sendo, ao se debruçar sobre o subsídio marxiano e da tradição marxista, essa forma de

leitura da realidade confere a categoria profissional condições de análises mais fundamentadas criticamente bem como propostas de enfrentamento a esta árdua conjuntura.

Mas ainda que tenha ocorrido este movimento, não significa dizer que não há resquícios reatualizados de conservadorismo na profissão. Por fim, é preciso compreender as influências conservadoras contemporâneas no processo de produção do conhecimento e no trabalho profissional.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Desde o período inicial de sistematização da pesquisa, em Outubro de 2023, realizaram-se pesquisas, leituras e debates sobre os textos, objetivando o mapeamento das produções que, em nossa hipótese, apresentariam tendências conservadoras em suas discussões. Partindo desse estudo a proposta foi a construção de artigos para a socialização dos resultados.

Nesse sentido, utilizou-se das ferramentas de pesquisa on-line para construir um acervo com os materiais necessários para essa discussão. Dessa forma, foram encontrados os seguintes materiais: nove produções que contêm um diálogo crítico com o conservadorismo, sendo seis artigos, uma

dissertação de Mestrado (2020) e duas teses de Doutorado (2021). No que denominamos de tendências conservadoras localizamos um conjunto de materiais: cinco *lives* disponíveis no canal do *YouTube*, todas com a presença do professor Edson Oliveira, que caminham na mesma perspectiva, denominada pelo autor de “As 23 teses” do chamado “Serviço Social Libertário”¹, além de um trabalho de conclusão de curso, e dois livros publicados pelo professor, demonstrando assim a sua essência extremamente conservadora.

Mediante a densidade de textos, foram necessárias reuniões para que pudessem ser alinhadas à divisão de tarefas. Nesse âmbito, uma das primeiras elaborações, foi um artigo: “A defesa de um debate crítico frente às tendências conservadoras no Serviço Social brasileiro”² para ser apresentado no V Congresso Latinoamericano de Trabajo Social Crítico na Colômbia.

Em um segundo momento, pensando a importância do projeto ético-político do Serviço Social, e a sua atualidade, foi construído um segundo artigo para o compartilhamento dessas informações obtidas por meio da atual pesquisa. Nessa lógica, com o título “O Serviço Social e as novas expressões do conservadorismo”, o material encontra-se submetido ao XVIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social e aguardando o resultado.

Caminhando para a próxima etapa da pesquisa, foi definida a construção de um novo

artigo com a temática sobre a pós-modernidade e as suas expressões conservadoras no Serviço Social.

CONCLUSÕES:

Em vista de toda reflexão até aqui, entendemos que não findou-se o campo de disputa existente dentro do Serviço Social, tampouco há possibilidades concretas, dentro dessa sociabilidade, para tal. Essa relação estrutural do capitalismo e a sua instabilidade demonstram como o conservadorismo é um pilar central de sua sustentação, além de “[...] o pensamento conservador [ser] uma expressão cultural [...] particular de um tempo e um espaço sócio-histórico muito preciso: *o tempo e o espaço da configuração da sociedade burguesa* [...]” (Escorsim Netto, 2011, p. 40-41, grifos da autora).

Sendo assim, essa pesquisa tem como objetivo resgatar e analisar como esses entraves impedem a plenitude da proposição que se respalda pela ciência e o pensamento crítico, além de captar como esse pensamento conservador chega aos espaços sócio-ocupacionais.

AGRADECIMENTOS:

À Adriana Ramos e aos meus guias por prestarem a mim todo o suporte necessário para a minha construção como ser.

REFERÊNCIA

ESCORSIM NETTO, Leila. *O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica*. São Paulo: Cortez,

¹ Há a compreensão, da nossa parte, que “Serviço Social Libertário/Clínico/disruptivo” possui a mesma essência conservadora no que se refere às referências teóricas que utiliza.

² Além de ter propiciado uma nota de 94.5, o que se configura como acima da média

2011.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos do Serviço Social e o enfrentamento ao conservadorismo. *in Revista Libertas*, Juiz de Fora, v. 20, n. 2, p. 293–306, jul./dez. 2020.





CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
ESTRATÉGIA DEMOCRÁTICO-POPULAR E OS GOVERNOS LULA: UMA ANÁLISE
COMPARATIVA DOS GOVERNOS (2002-2010) E (2023-2026) PARA O ATENDIMENTO AOS
DIREITOS SOCIAIS VOLTADOS AO SEGMENTO LGBTQIA+

Adrianycce A. Silva de Sousa; Gabe Moreira Thomaz (Gabriel Moreira Thomaz)

Escola de Serviço Social/Departamento de Serviço Social/NUTSS

INTRODUÇÃO:

O presente artigo reflete acerca da relação entre a estratégia democrático popular, os Governos Lula (2003-2010) e (2023-2026), possíveis avanços para a pauta LGBTQIA+ nestes governos. Nosso pressuposto é de que, nos Governo Lula, a estratégia democrático-popular se realiza por meio de uma democracia de cooptação, cujas consequências são de grande impacto nas formas de enfrentamento da classe trabalhadora em geral face à luta de classes no país e, em particular, sob a pauta da população LGBTQIA+. Nossa pesquisa, balizada no método materialista histórico-dialético, e realizada por meio de revisão bibliográfica e análise documental, identifica a ênfase, na via democrática, nos Governos Lula, como a única forma de acesso possível dos trabalhadores, enquanto classe social, aos direitos. Dessa forma, compreendemos como a contraface desse processo uma tendência de esvaziamento mais crítico e autônomo da classe trabalhadora e, do segmento LGBTQIA+, em particular.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Como parte da “nova esquerda” e da estratégia democrático-popular, uma ênfase democrática assumiu centralidade no PT e nos governos petistas.

Neste contexto, como bem expresso por Mansur (2021), a estratégia democrático-popular é realizada, mas também metamorfoseada, e, a democracia tomada como historicamente intimidada para seu desenvolvimento, tornando necessário “superar a inviável hegemonia política existente no Brasil, a partir da incorporação de milhares aos frutos do desenvolvimento” (MANSUR, 2021, p. 60).

Sobre o segmento LGBTQIA+ enraizou-se a concepção de que o importante era perseguir o possível. Sendo este possível, identificado como um conjunto de condições que, supostamente, poderiam ser efetivadas de imediato, sem necessidade de transformações societárias de caráter mais amplo.

Na análise dos documentos identificamos duas questões: uma primeira, que se refere a articulação que, nos governos Lula, vai expressar a estratégia democrático-popular, na efetivação das reformas que a burguesia não realizou, e, que para o segmento LGBTQIA+ essas “reformas” são fundamentadas a partir de uma concepção de Direitos Humanos na qual,

os Direitos Humanos constituem condição para a “prevalência da dignidade humana”, e que devem ser promovidos e protegidos por meio de esforço conjunto do Estado e da sociedade civil. Uma segunda, diretamente associada a primeira, quando a especificidade das lutas do segmento LGBTQIA+, - que expressam opressões concretas, - não são generalizadas para a compreensão da necessidade da emancipação humana, sendo diluídas numa visão acrítica de sociedade civil que se articula-se harmonicamente a um Estado também que aparece como “arbitro” desprovido de luta de classes.

Em ambos os casos, se para a classe trabalhadora em geral, os governos Lula significaram o apaziguamento da luta de classe face a resignação na esfera do cidadão consumidor, quer nos parecer, que estas determinações para o segmento LGBTQIA+ particularizam-se ainda mais num resignar-se apenas ao “direito a ter direitos” como analisou Santos (2005) restringindo, no nosso entendimento, a questão ao formalismo e a participação democrática, esvaziado pela institucionalidade, via conselhos, disputa de editais, ou pela legalidade, face ao direito positivo.

CONCLUSÕES:

A análise comparativa entre os mandatos (2002-2010) e (2023-2026) confirma os pressupostos da pesquisa evidenciando o sentido ídeo-político que atravessa essas ações, pois trata-se de uma direção social que assume um projeto de conciliação de classes com características muito específicas, como

bem sintetizado por Santos (2005, p. 22) “condição defensiva; conquista da democracia e da cidadania como objetivo e horizonte de suas lutas e o crescente distanciamento ideológico de um projeto societário anticapitalista”.

Nessa perspectiva, o segmento LGBTQIA+ se fragmenta em um conjunto de instituições formadas por “ativistas” defensores da democracia e dos direitos humanos, voltados, necessariamente, para a efetivação do espaço público e de uma espécie de bem comum. Guarda-se, assim, afinidade com a compreensão do “socialismo democrático” enquanto transição socialista que se realiza gradualmente através do Estado burguês na “luta institucional” tão marcante na estratégia democrático-popular.

BIBLIOGRAFIA

MANSUR, Isabel. Corda Bamba: o lulismo como metamorfose e realização da estratégia democrático-popular. Marília: Lutas Anticapital, 2021.

SANTOS, Silvana Mara Morais dos. O pensamento da esquerda e a política de identidade: as particularidades da luta pela liberdade de orientação sexual. Tese de Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, 2005. 334fs.

FINANCIAMENTO

Bolsa de Produtividade em Pesquisa Nível 2 – CNPQ
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPQ



Imagem 1: Imagem
PIBIC



Grande área do conhecimento: Comunicação e Informação

TÍTULO DO PROJETO: O POTENCIAL DA GAMIFICAÇÃO COMO INSTRUMENTO PARA A EDUCAÇÃO CRÍTICA PARA AS MÍDIAS NO ENSINO

Superior da área de Comunicação e Informação

Autores: João Victor dos Santos Oliveira, Alexandre Farbiarz

Departamento de Comunicação Social / Laboratório de

Pesquisa Aplicada em Mídia e Cotidiano

INTRODUÇÃO

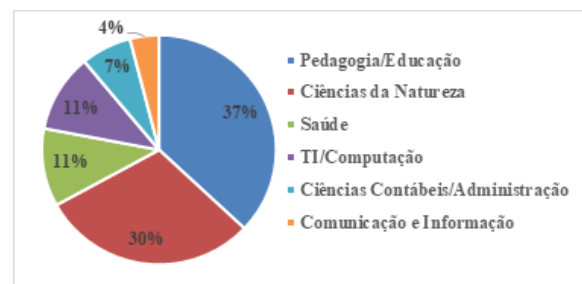
Este estudo investiga o potencial da gamificação como instrumento pedagógico para a Educação Crítica para as Mídias no Ensino Superior, especialmente em cursos de Comunicação e Informação. Esta pesquisa critica o modelo tradicional de educação, , chamado por Freire (2020 [1970]) de Educação Bancária, no qual os estudantes são vistos como receptores passivos de informações. A pesquisa propõe que, em um contexto escolar do século XXI, os alunos devem ser reconhecidos como agentes ativos no processo de aprendizado. Nos interessa saber como a gamificação, uso de mecânicas de jogos para engajar e motivar em ambientes não lúdicos (Kapp, 2012), é explorada como uma ferramenta para promover o Letramento Crítico Midiático, e para fomentar um ensino mais interativo e crítico das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa foi conduzida por meio de um levantamento de Estado da Arte de artigos que documentam práticas gamificadas no Ensino Superior brasileiro. Conforme o Gráfico 1, observamos que as áreas de

Pedagogia/Educação e Ciências da Natureza predominam nas publicações sobre o uso de gamificação, com uma representação bastante limitada nos cursos de Comunicação e Informação.

Gráfico 1 - Áreas a que pertencem os autores dos artigos.



Fonte: autores.

A análise incluiu artigos que abordam práticas gamificadas como *Commercium et Cognitionis*, *F.O.C.A.*, e *Encontre a Fonte*, aplicadas em diferentes cursos da área de Comunicação e Informação, destacando o engajamento e a participação ativa dos alunos. Nesta etapa, identificamos que apenas dois artigos trabalham o Letramento Midiático fora da área de Comunicação e Informação, ambos da área de Pedagogia. Ainda assim, é animador pensar que, fora da área específica que se preocupa com o fenômeno da midiaticização, outros cursos estão desenvolvendo em seus alunos um olhar crítico para as mídias.

Sobre os dois trabalhos voltados para o Letramento Midiático na área de Pedagogia, foram eles: *Gamificação para o desenvolvimento dos multiletramentos no Ensino Superior* e *Produção de disciplina gamificada: uma proposta de Letramento Midiático com aproximações entre a Mídia-Educação e aprendizagem baseada em jogos*. Encontrar metodologias gamificadas na Educação Superior que trabalhem o Letramento Crítico para as Mídias é algo animador, pois mostra a importância da discussão do tema nas Instituições de Ensino Superior brasileiras.

A análise dos resultados indica que a gamificação pode ser uma estratégia pedagógica eficaz para envolver os alunos de maneira mais significativa, superando os métodos tradicionais que frequentemente resultam em passividade e falta de engajamento crítico. As práticas gamificadas permitiram que os alunos assumissem um papel ativo no processo de aprendizagem, utilizando as TDICs de forma crítica e reflexiva. Nos casos analisados, os jogos educacionais foram estruturados para integrar teoria e prática, oferecendo aos alunos oportunidades de aplicar conhecimentos em situações simuladas e colaborativas, o que fortalece o aprendizado e o senso crítico sobre as mídias.

Apesar do potencial observado, a pesquisa também identificou desafios na adoção de gamificação, como a necessidade de um método pedagógico que alinhe as mecânicas de jogo aos objetivos educacionais. Além disso, a expansão da gamificação como aliada da Educação Crítica Midiática para outras áreas do conhecimento é promissora, sugerindo que essa

metodologia pode ser adaptada para contextos diversos, sempre com foco na promoção de uma educação mais crítica e engajada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos, desta forma, que a gamificação é uma ferramenta valiosa para a Educação Crítica para as Mídias, especialmente em cursos de Comunicação e Informação. As práticas gamificadas demonstraram ser eficazes em transformar os educandos de receptores passivos para participantes engajados, promovendo um ambiente de aprendizagem colaborativo e dinâmico. Além de contribuir para o Letramento Crítico Midiático, a gamificação favorece o desenvolvimento de competências essenciais para o século XXI (Fedorov, 2008), como a capacidade de análise crítica, resolução de problemas e trabalho em equipe.

Os resultados sugerem que a gamificação, quando aplicada de maneira estruturada e intencional, pode enriquecer a experiência educacional não apenas na área de Comunicação e Informação, mas também em outras áreas do Ensino Superior. Para melhorar seu impacto, é fundamental que futuros estudos explorem novas formas de integrar essas práticas com os objetivos pedagógicos específicos de cada curso, garantindo que a gamificação continue a evoluir como uma abordagem versátil e eficaz no contexto educacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FEDOROV, A. Media Education Around the World: Brief History. In: **Acta Didactica**

Napocensia, v. 1, n. 2, 2008. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=2624234>. Acesso em: 2 jun. 2016.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020 [1970].

KAPP, K. **The gamificaion of learning and instruction: game-based methods and strategies for training and education**. San Francisco: Pfeiffer, 2012.





Ciências Sociais Aplicadas

SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL E HABITAÇÃO E REABILITAÇÃO URBANA: PERSPECTIVAS ENTRELAÇADAS [SUBPROJETO CASOS NO BRASIL]

Saamiya Leonardo de Andrade e Fernandes (Bolsista PIBIC/ CNPq - UFF), Andréa da Rosa Sampaio (Coordenadora e Orientadora da Pesquisa)

TAR e PPGAU – Escola de Arquitetura e Urbanismo

INTRODUÇÃO:

Com base na premissa de que a preservação do patrimônio cultural pode ser um fator-chave para a reabilitação de áreas centrais, o projeto tem como objetivo investigar a preservação do patrimônio cultural urbano e a recuperação do casario histórico na Área Central do Rio de Janeiro, sob o viés dos usos habitacionais e as possibilidades de reabilitação urbana em face dos desafios da urbanização contemporânea. Para tanto, a pesquisa se desenvolve a partir da análise de referências e estudos de caso que demonstrem a viabilidade dessa articulação, com ênfase no papel catalisador da moradia na salvaguarda do patrimônio urbanístico e sua apropriação social.

O foco da investigação baseia-se nos instrumentos de planejamento, gestão e salvaguarda do patrimônio cultural e programas de reabilitação urbana, de maneira a alimentar o Banco de Dados e referências no tema produzido anteriormente, contribuindo para a discussão em relação à salvaguarda, apropriação e ressignificação do patrimônio edificado precarizado nas áreas centrais.

No contexto da coexistência do centro financeiro com o núcleo histórico da cidade, cria-se um

ambiente que acentua conflitos e desigualdades socioespaciais, frequentemente colocando o patrimônio urbano em risco. Tal cenário instiga a pesquisa a investigar os planos e programas voltados à reabilitação da área central do Rio de Janeiro, questionando a falta de coesão e integração entre suas diretrizes e ações.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Com base nas informações coletadas e nos levantamentos realizados, observou-se descompassos de projetos de reabilitação não executados e tornou-se evidente a desarticulação entre os programas atuais e a conservação do patrimônio cultural, como no caso do Porto Maravilha (2009) e Reviver Centro (2021). É importante ressaltar os impactos gerados por esses programas, especialmente em relação aos bens protegidos nas APACs vigentes – Corredor Cultural e SAGAS, e seus moradores, e a ausência de políticas públicas de reabilitação efetivas, bem como as lacunas na implementação de políticas habitacionais e patrimoniais integradas.

Nesse sentido, evidenciam-se os descompassos entre esses programas e a preservação do patrimônio cultural, com foco nos sobrados subutilizados e naqueles

precariamente habitados, e na ausência de investimentos na requalificação de bens protegidos.



Imagem 1: Área Portuária
Fonte: RioTech Drone, 2022

O projeto da OUC (Operação Urbana Consorciada) Porto Maravilha, impulsionado pelos investimentos do Projeto Cidade Olímpica, visou revitalizar a área portuária, concentrado na criação de grandes equipamentos culturais voltados para o turismo, sem abordar efetivamente a reabilitação do patrimônio edificado precarizado. O Plano de Habitação de Interesse Social, que seguiria o mapeamento do extinto Programa Novas Alternativas, não se concretizou, e as iniciativas para reabilitação de edifícios ocupados por movimentos de moradia enfrentam dificuldades financeiras.

Em vez de promover a reabilitação urbana, a área gerou vazios urbanos à espera de empreendedores imobiliários. A legislação da OUC permite a construção de torres residenciais e comerciais, impulsionando a demolição de galpões históricos, não protegidos, e anulando a intenção original de preservar o skyline dos morros da Área portuária. O reconhecimento do Cais do Valongo como Patrimônio Mundial - UNESCO como

lugar de memória sensível, em 2017, torna o contexto mais complexo.

Já o Programa Reviver Centro foi lançado em 2021, e revisado em 2023, para enfrentar o esvaziamento do centro, visando a recuperação urbanística, cultural, social e econômica da região, excluindo a área portuária. Observa-se o foco do mercado imobiliário em intervenções em grandes imóveis, mais valorizados, em detrimento dos sobrados e pequenos prédios protegidos, que poderiam atender à uma demanda social. Não se observa o resultado do programa na reabilitação destes imóveis menores, com potencial para habitação social, considerando não ter havido ações efetivas para reabilitar esses imóveis, mesmo aqueles listados como Área de Especial Interesse Social na legislação da revisão do programa.



Imagem 2: Vista aérea da vila Av. Modelo
Fonte: RioTech Drone, 2022

CONCLUSÕES:

A pesquisa evidencia a complexidade da reabilitação urbana no centro do Rio de Janeiro, particularmente no que se refere ao patrimônio cultural e as políticas habitacionais. Em um cenário pós-pandêmico, que exacerbou a crise habitacional e o esvaziamento da área central, é essencial que a reocupação desses espaços seja guiada por projetos urbanísticos que equalizem a viabilidade financeira, a função social e a requalificação dos imóveis históricos.

A conjuntura atual revela investimentos seletivos e agrava as desigualdades socioespaciais, além de comprometer o valor identitário do patrimônio cultural. Assim, reforça-se a necessidade de uma análise crítica e fundamentada da situação contemporânea, que seja teoricamente sólida e socialmente engajada, buscando compreender a integração da conservação com estratégias habitacionais que atendam às necessidades de todas as camadas da sociedade, superando a lacuna entre teoria e prática.

AGRADECIMENTOS:

À minha orientadora, Andréa Sampaio, pela orientação valiosa e pelos ensinamentos contínuos ao longo do projeto.

Ao corpo docente da Universidade Federal Fluminense (UFF) pelo suporte e incentivo que possibilitaram a pesquisa, bem como ao CNPq pelo apoio.





Ciências Sociais Aplicadas

**PATRIMÔNIO CULTURAL E HABITAÇÃO EM QUESTÃO:
EXPERIÊNCIAS DE SALVAGUARDA E REABILITAÇÃO
URBANA**

**Autores: Gabriel Menna Barreto Pereira Luna (Bolsista IC -
FAPERJ), Andrea da Rosa Sampaio (Orientadora)**

Escola de Arquitetura e Urbanismo – TAR/ PPGAU – UFF

INTRODUÇÃO:

Sob a perspectiva da compreensão da habitação como um alicerce na conservação do patrimônio cultural e da memória social da cidade, a pesquisa examina a salvaguarda do patrimônio edificado habitacional protegido na cidade do Rio de Janeiro.

O presente projeto de pesquisa tem como objetivo a identificação e documentação dos bens protegidos correspondentes a tipologias de habitação popular na cidade, buscando a atualização crítica e ressignificação deste patrimônio. Busca-se também averiguar experiências de salvaguarda e reabilitação do patrimônio edificado, verificando sua conservação nos dias atuais.

A metodologia adota a cartografia como uma ferramenta primordial para a produção de mapas que documentam, em diferentes épocas, temáticas e escalas, os objetos em seus recortes espaciais. Utiliza-se, de modo articulado, os softwares de geoprocessamento ArcGIS, e de edição de imagens Adobe Photoshop, propiciando geolocalização, sobreposição de camadas e legibilidade, a partir

das bases do aplicativo¹ produzido em outro projeto.

Utiliza-se como base o ebook “Patrimônio cultural e moradia popular: um guia da cidade do Rio de Janeiro. Vol. 1 - Área Central (SAMPAIO, 2023), que cataloga exemplares de patrimônio habitacional, junto com uma abordagem reflexiva e histórica sobre o tema. Esta etapa foca na produção do volume 2, sobre as zonas oeste, norte e sul da cidade, através da produção cartográfica e pesquisa histórica. Busca-se lançar luz neste patrimônio e na escassez de políticas públicas habitacionais e patrimoniais que contemplem estes objetos, bem como evidenciar a relevância do poder simbólico entre os dois tópicos, ressignificando o valor da moradia popular no âmbito do tecido urbano e do patrimônio cultural.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Os exemplos a seguir demonstram os mapas elaborados, para visualização das transformações espaciais.

¹ Patrimônio Cultural e Moradia Popular: um guia da cidade do Rio de Janeiro. Aplicativo ArcGis online. Apoio FAPERJ JCNE.
<<https://arcg.is/1nXDbr0>>

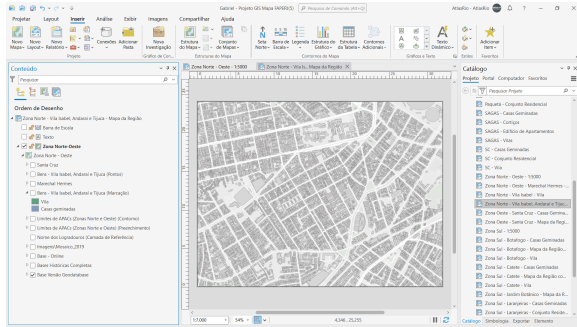


Imagem 1: Base Cartográfica atual de Vila Isabel, Andaraí e Tijuca no ArcGIS. Fonte: Produção da pesquisa (2024)

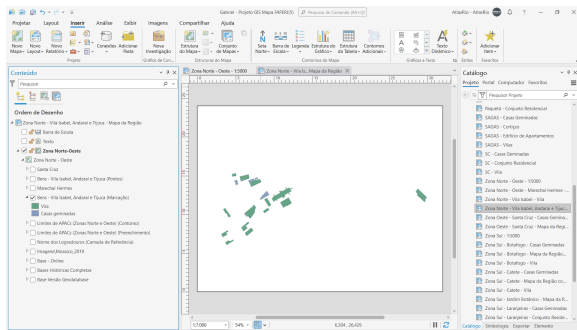


Imagem 2: Bens protegidos na região de Vila Isabel, Andaraí e Tijuca no ArcGIS. Fonte: Produção da pesquisa (2024)

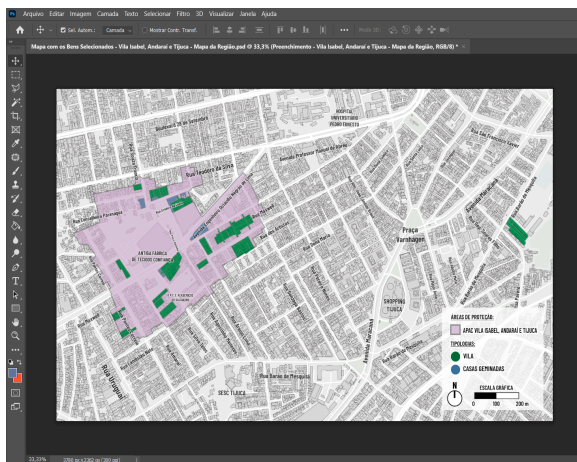


Imagem 3: Mapa (Vilas em Vila Isabel) produzido no ArcGIS e tratamento gráfico no Photoshop. Fonte: Produção da pesquisa (2024)

Ainda, a produção de mapas tem a prerrogativa de fornecer um comparativo do processo

histórico, a partir da sobreposição de cartografias antigas e a sua geolocalização no ArcGIS. Tal procedimento possibilitou recortes idênticos de áreas selecionadas, de 1935, da década de 1950 e atuais, sobrepostos no Adobe Photoshop.

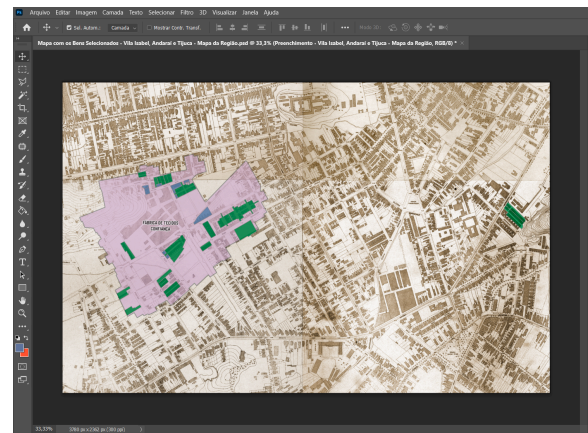


Imagem 4: Os bens protegidos e a APAC sobrepostos à base cartográfica de 1935. Fonte: Produção da Pesquisa (2024) sobre base do IPP.

Além da produção dos mapas, há necessidade de contextualizar os bens no espaço-tempo. Um dos enfoques da pesquisa é a relação das edificações habitacionais hoje compreendidas como patrimônios culturais com a Industrialização do Brasil no Século XX: compreender as vilas operárias implantadas junto às indústrias - e sua situação atual. Para tanto, investiga-se a iconografia desse patrimônio industrial, estudando a utilização e influência que tinham no passado em relação ao presente, e como isso se reflete na preservação (ou não) dos bens historicamente relacionados.

Foi realizada pesquisa nos acervos da Brasileira Fotográfica, e outros, em busca de imagens históricas de edificações que, por vezes, se encontram em ruínas, como o Matadouro Imperial de Santa Cruz, ao lado do

qual situa-se a vila operária estudada. A produção acadêmica utilizando tal material contribui para a memória social da cidade.



Imagem 5: Matadouro Municipal de Santa Cruz.
Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro,
Portal Augusto Malta.

CONCLUSÕES:

A produção cartográfica e a pesquisa iconográfica possibilitam a documentação e difusão da história da cidade. É possível conceber que o bem material carrega consigo um valor imaterial, que é a essência do imóvel. Dessa forma, o presente trabalho tem a relevância de possibilitar a compreensão de perspectivas para além do que se vê: seja em fachadas, ruínas ou em mapas históricos. Busca-se retomar reflexões acerca do patrimônio habitacional, conforme Carlos Nelson (SANTOS, 1986), a fim de que a reabilitação urbana tenha no patrimônio e na habitação popular seus motores.

AGRADECIMENTOS:

Gostaria de agradecer à minha orientadora, Professora Andrea Sampaio, pela oportunidade concedida de debruçar-me em um tema que tanto me interesse - e que pouco sabia dessa vocação antes de tê-la cruzado durante minha graduação - bem como por indicar os caminhos e referências a se seguir. Agradeço também a UFF pela formação crítica, humana e voltada à produção acadêmica. Ainda, à FAPERJ pelo apoio essencial na produção desse projeto.

REFERÊNCIAS:

SAMPAIO, Andréa da R. Patrimônio Cultural e *Moradia Popular: um guia da cidade do Rio de Janeiro. Vol. 1: Área Central*. Niterói: PPGAU -UFF, 2023. <http://app.uff.br/riuff/handle/1/32807>

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. Preservar não é tomar, renovar não é pôr tudo abaixo. *Revista Projeto*, v. 86, p. 59-63, 1986.





Grande área do conhecimento: CSA / Direito

TÍTULO DO PROJETO: A INFLUÊNCIA DA DEFESA TÉCNICA NO INQUÉRITO POLICIAL: A OBSERVAÇÃO DE DEPOIMENTOS EM DELEGACIAS DE POLÍCIA E A PERCEPÇÃO DE PROFISSIONAIS DO DIREITO SOBRE OS DESAFIOS E IMPACTOS DA PRESENÇA (OU AUSÊNCIA) DA DEFESA NA APURAÇÃO CRIMINAL

Bolsista: LUISA FLORENCIO NUNES BATISTA

Departamento/Unidade/Laboratório: DCJ/Faculdade de Direito

INTRODUÇÃO:

O projeto pretendeu verificar se e como se dá o papel da defesa técnica no inquérito policial e identificar os impactos da presença (ou ausência) de um advogado na fase preliminar da apuração criminal. O inquérito policial é um procedimento investigativo preliminar, que visa apurar a autoria e materialidade de uma infração penal, sendo uma fase crucial do processo penal brasileiro. Ele antecede a ação penal e serve como base para a acusação, reunindo elementos que poderão justificar o oferecimento de uma denúncia pelo Ministério Público ou o arquivamento do caso. Regido pelo Código de Processo Penal, possui caráter inquisitorial, com a investigação centralizada na autoridade policial e sem contraditório. A Lei 13.245/16 introduziu mudanças importantes no inquérito, ampliando direitos dos investigados. Apesar disso, na prática, as mudanças não vêm sendo concretizadas. A hipótese da pesquisa partiu da percepção, decorrente das experiências da orientadora e da bolsista em escritórios e estágios, de que a atuação da defesa no Inquérito influencia toda a apuração criminal, repercutindo diretamente, a depender das estratégias adotadas, no direito de liberdade (ou não) do cidadão investigado e em

sua eventual condenação (ou absolvição). A problemática parte da constatação de que, no Brasil, apenas uma fração dos eventos interpretados como crimes é de fato selecionada para processamento legal, de forma que esta seletividade materializa desigualdades jurídicas de tratamento, a depender do tipo penal investigado e também de quem é a vítima e o suposto acusado. Neste contexto, entender o papel da defesa ajuda a compreender o sistema de justiça criminal como um todo e permite problematizar o papel do Estado no exercício da função de prevenir e punir condutas criminosas em nossa sociedade. A pesquisa se utilizou de metodologia com inspiração etnográfica, associando a observação de depoimentos em delegacias, entrevistas com advogados e defensores públicos e observação participante da bolsista, como estagiária em um escritório, com a finalidade de entender como se dá o papel da defesa no Inquérito.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A pesquisa foi estruturada por meio da observação e acompanhamento de 14 inquéritos e seus depoimentos, assim como pela realização de entrevistas com 5 advogados e defensores públicos. A observação de

inquéritos permitiu verificar como a defesa técnica atua na prática. A Lei 13.245/16 estabeleceu prerrogativas importantes para os advogados, mas verificou-se que o acesso aos inquéritos é frequentemente limitado. Os advogados relataram dificuldades para obter cópias e tiveram que recorrer a medidas judiciais para garantir o acesso às informações necessárias para a defesa. Por sua vez, as entrevistas relataram que a resistência por parte das autoridades policiais continua sendo um desafio. Mesmo após a promulgação da legislação que reforça os direitos da defesa, muitos delegados dificultam o acesso a documentos e informações, comprometendo a defesa do investigado.

Além disso, a pesquisa revelou que a defesa ainda enfrenta barreiras estruturais no exercício pleno de seus direitos. Essas dificuldades são particularmente evidentes em casos envolvendo investigados sem acesso a advogados particulares, onde a assistência da defensoria pública, embora essencial, não acontece.

Outro aspecto importante foi a investigação defensiva, uma prática pouco explorada no Brasil, mas que tem grande potencial para equilibrar as forças entre defesa e acusação. A possibilidade de o advogado produzir suas próprias provas durante a fase investigativa ainda enfrenta resistências culturais. Os advogados entrevistados reforçaram a importância de promover a investigação defensiva como parte essencial no inquérito.

CONCLUSÕES:

A pesquisa confirmou a hipótese, no sentido de que a defesa técnica é essencial para assegurar

os direitos dos investigados no inquérito. A presença de um advogado desde o início da investigação permite que a coleta de provas seja acompanhada de maneira mais rigorosa, garantindo que os direitos constitucionais sejam respeitados. A pesquisa demonstrou que, apesar das melhorias teóricas introduzidas pela Lei 13.245/16, há um longo caminho a ser percorrido para que os direitos da defesa sejam plenamente efetivados.

As dificuldades encontradas no acesso aos autos, a resistência das autoridades policiais e a falta de transparência no processo investigativo comprometem a atuação plena da defesa, limitando seu papel e, muitas vezes, prejudicando o investigado. Em conclusão, a pesquisa reforça que uma defesa técnica informada e atuante desde a fase de inquérito é fundamental para a proteção dos direitos individuais e para garantir a equidade no sistema de justiça criminal brasileiro.

AGRADECIMENTOS:

À UFF e ao CNPq, à orientadora e a um advogado, interlocutor fundamental, não identificado por questões metodológicas, sem o qual a pesquisa não teria sido possível.





Grande área do conhecimento: Ciências Humanas

**TÍTULO DO PROJETO: MULHERES DJS NO RIO DE JANEIRO:
CARTOGRAFANDO A CENA DE MÚSICA ELETRÔNICA EM
ESPAÇOS ONLINE**

**Autoras: Ana Clara Gonçalves Martins (bolsista de PIBIC) e
Beatriz Brandão Polivanov (orientadora)**

Departamento/Unidade/Laboratório: IACS- GEC- MiDCom

INTRODUÇÃO:

Assim como nos demais setores da sociedade, a realidade do cenário musical também é sublinhada pelo machismo e pela misoginia. Segundo o levantamento obtido pelo relatório anual “Por Elas Que Fazem A Música 2023”, realizado pela União Brasileira de Compositores (UBC), 85% das profissionais da música afirmaram que já foram vítimas de discriminação no ambiente de trabalho¹.

Dessa forma, a conjuntura da música eletrônica de pista (MEP) segue padrões semelhantes. Essa discrepância é um destaque não só na esfera “empírica”, com poucas mulheres ocupando esses espaços, mas também na literatura.

Considerando esse contexto, quando falamos sobre mulheres DJs que atuam na cena de música eletrônica do Rio de Janeiro, as discussões teóricas são praticamente inexistentes. Apesar da cultura digital ter se firmado como um meio que auxilia na visibilidade dessas artistas, são difíceis de serem encontrados estudos sobre como as artistas performam a si mesmas nesses ambientes virtuais.

Sendo assim, a questão principal da pesquisa circula ao redor de quem são, como se articulam e como se auto-apresentam as mulheres DJs do Estado do Rio de Janeiro na plataforma de rede social Instagram. Para isso, elaboramos um mapeamento de vinte e seis mulheres DJs que atuam no estado do Rio de Janeiro com base nos seguintes eixos de observação: Corporeidades - que corpos são esses e como se apresentam na rede social; Sonoridades - quais sub-gêneros da música eletrônica essas DJs costumam tocar; Espaços/território - em quais locais e/ou eventos costumam performar.

O objetivo geral desta pesquisa é desenhar um mapeamento que procura dar visibilidade às mulheres DJs cariocas ou que atuam majoritariamente no Estado do Rio de Janeiro, dando importância às performances de si delas no Instagram.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Tomando como base a observação das fotos e vídeos das suas postagens, os corpos das DJs selecionadas existem de diferentes maneiras: há corpos negros, brancos, magros, gordos, corpos que performam a feminilidade e outros que não o fazem. Nota-se a presença de corpos que fogem do padrão heteronormativo branco

¹ Fonte:

<<https://www.ubc.org.br/publicacoes/noticia/21621/76-das-mulheres-na-musica-ja-sofreram-assedio-revela-levantamento-da-ubc>>; Acesso em: 14/08/24.

vigente na sociedade. No entanto, é imprescindível sublinhar que questões relacionadas à identidade de gênero e orientação sexual somente podem ser consideradas por meio da análise de legendas ou biografias.

Na análise da maioria das postagens não foi possível compreender se as DJs se identificavam ou não como mulheres. Para isso, recorremos às informações contidas nas bios e/ou à seção de identificação de gênero presente na plataforma. Com base nesses dados, também observamos que algumas DJs estão envolvidas em pautas relacionadas à transsexualidade, como é o caso da DJ Cuca, que inseriu a bandeira trans em sua bio.

Já em relação às sonoridades, notamos que as DJs transitam pelos mais subgêneros da música eletrônica, como: Funk, Afrobeats, House Music, Drum&bass, UK Garage, Grime, entre outros. A importância de olhar para essas sonoridades deve-se ao fato de que elas também estão associadas à identidade, conforme afirma Lacerda: 'o envolvimento com a sonoridade implica no dinamismo da relação estabilidade-transformação que é próprio da identidade (Lacerda, 2009, p. 6)

No âmbito dos territórios, foi possível identificar não só onde as DJs nasceram e onde estão baseadas hoje em dia, mas sobretudo os seus principais campos de atuação, como festas, coletivos e workshops. Entre esses, estão eventos e locais de projeção tanto nacional quanto internacional, como: Festival/evento "A Alegria do Rock In Rio", localizado no Parque Bondinho do Pão de Açúcar, Festival "Articula Preta", em Paraty; Gomeia Galpão Criativo, em

Duque de Caxias; Fervo Fluxo (Londres e Paris); Touch The Wood Radio, na Itália, entre outros.

Além disso, observamos que as artistas que nasceram e/ou cresceram em lugares que compõem a periferia ou o subúrbio carioca costumam destacar esse fato em seus releases utilizados nas postagens, sublinhando locais como Madureira e Baixada Fluminense. Em relação ao destaque do pertencimento à periferia, podemos relacionar esse movimento à pesquisa de Silva (2019), em que a autora relata que a popularização de práticas culturais periféricas tem viabilizado a ressignificação do termo periferia, trazendo a reivindicação da experiência urbana de morar na periferia como pertencimento a um sistema cultural específico. Assim, os espaços de expressões poética das/nas periferias tornaram-se espaços de reflexão, celebração e construção de uma narrativa contra-hegemônica.

CONCLUSÕES:

Evidencia-se que mesmo com essa pequena amostra de 26 participantes, a cena da música eletrônica carioca vai muito além de uma "bolha" composta por homens cis, brancos e héteros. A música eletrônica foi originada por pessoas pretas e LGBTQI+, e essas múltiplas identidades seguem atuando nesses espaços.

As sonoridades criadas e transmitidas por essas profissionais transitam entre infinitos subgêneros da música eletrônica. Observamos que a maioria das DJs que são mulheres negras e fizeram parte desta pesquisa incluem elementos da música latina e/ou afrodiáspórica em seus sets, se aprofundando

em gêneros como Afrobeat, Amapiano, Guaracha e Afro House. Aqui podemos sublinhar o estudo de Mota (2023), que relata que a experiência musical estabelece pontos de comunicação e diálogo com realidades aparentemente distantes, mas, política e simbolicamente conectadas. O autor também ressalta que certas experiências artísticas pautam a negação do colonialismo, provocando a humanidade a imaginar, inventar e viver tempos solidários e abertos à diferença. Os territórios que elas ocupam são múltiplos, passando por diversos cantos do Rio de Janeiro, outros estados e até mesmo em outros países.

AGRADECIMENTOS:

Agradeço a UFF por promover o ensino público de qualidade, proporcionando a oportunidade única de ser bolsista PIBIC/CNPq, que resultou não só no meu crescimento profissional na esfera acadêmica, mas sobretudo no meu crescimento pessoal. Agradeço mais uma vez à querida orientadora deste projeto, Beatriz Polivanov. O aprendizado proporcionado por Beatriz é leve, motivador e paciente, mas sem abandonar a determinação e a constante troca de saberes.





Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas/Administração

TÍTULO DO PROJETO: CARACTERÍSTICAS DE COMPORTAMENTO EMPREENDEDOR EM ALUNOS DOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – VOLTA REDONDA/RJ: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO

Autores: João Pedro Nogueira Sequeira e Ricardo Thielmann

Departamento/Unidade: Departamento de Administração e Administração Pública/VAD – Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas de Volta Redonda/VCH

INTRODUÇÃO:

O tema empreendedorismo está cada vez mais presente nas universidades brasileiras, pelo fato da necessidade de diferenciação e inovação ter cada vez mais importância no cotidiano profissional no país. Com base nisso, este trabalho tem como objetivo geral identificar a existência de características de comportamento empreendedor entre os alunos da universidade estudada, levando-se em consideração seis categorias de análise, a saber: idade (a), curso (b), período (c), sexo (d) renda familiar (e) e trabalho ou não trabalho (f). Inicialmente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, tomando como base artigos sobre empreendedorismo, ensino e perfil empreendedor publicados em periódicos nacionais e internacionais, que busca analisar a trajetória do ensino empreendedor ao longo do tempo (como ele surgiu e por que se tornou necessária à sua criação). Foi aplicada, também, uma pesquisa de campo, com o uso de um *survey* entre os alunos na universidade escolhida como objeto de estudo. A tabulação das respostas foi realizada com o auxílio do software estatístico SPSS, que possibilitou uma melhor visualização dos dados obtidos. Para a

realização das análises foi utilizado o método da Análise de Variância não paramétrica simples com a realização de testes de hipóteses na amostra selecionada. Pode-se afirmar com 95% de confiança que não existem diferenças entre as características de comportamento empreendedor entre os alunos na categoria idade (a) e renda familiar (e). Para as outras categorias de análise (curso, período, sexo e trabalho e não trabalho) algumas questões levantadas apresentam diferenças, que estão apontadas na pesquisa em questão.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Esta pesquisa tem como objetivo verificar o nível de empreendedorismo dos estudantes da Universidade Federal Fluminense (UFF) de Volta Redonda e identificar possíveis diferenças entre os ingressantes e os formandos. A análise será realizada por meio de um questionário, utilizando a Escala Likert de 5 níveis, contendo 31 perguntas relacionadas ao perfil empreendedor, além de um questionário de dados.

A pesquisa abrange os cursos de Administração, Administração Pública,

Contabilidade, Direito e Psicologia, limitado aos alunos dos dois primeiros e dos dois últimos períodos. O questionário de dados inclui perguntas sobre idade, curso, período, gênero, renda familiar, ocupação e área de experiência. Já o questionário de perfil empreendedor aborda características de empresários de diversos perfis e abordagens distintas.

Com esse indicador chave de desempenho, será possível identificar os grupos com maior potencial empreendedor, permitindo assim, um maior embasamento numa possível implementação futura de projetos de extensão que visem aflorar as habilidades desses potenciais empreendedores.

CONCLUSÕES:

Devido ao período de greve, que aconteceu na UFF durante o primeiro semestre de 2024, não foi possível realizar a pesquisa de campo, que foi prejudicada, pois a mesma necessitava da presença dos alunos dos diversos cursos, presencialmente nas dependências da UFF-Volta Redonda.

Porém durante esse período foi possível aprimorar o instrumento de coleta de dados que ficou mais robusto e poderá ser aplicado no segundo semestre de 2024, para os discentes dos cursos de Administração, Administração Pública, Ciências Contábeis, Direito e Psicologia, de acordo com o planejamento inicial do projeto de pesquisa.

Foi possível aprimorar, também, o referencial teórico do projeto de pesquisa com artigos mais atuais.

AGRADECIMENTOS:

Inicialmente agradeço ao programa PIBIC por oportunizar a participação em um projeto de pesquisa.

Agradeço ao professor Ricardo Thielmann pelas orientações dadas e pelos conhecimentos

apresentados durante o período de desenvolvimento do projeto.





Ciências Sociais Aplicadas
NEOLIBERALISMO E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: O CASO
DA UBERIZAÇÃO NO BRASIL

Tomás Paes de Carvalho

Faculdade de Economia

INTRODUÇÃO:

A presente pesquisa objetiva compreender o desenvolvimento das relações trabalhistas no Brasil, com especial foco no processo de uberização do trabalho. Diante da tendência neoliberal de dismantling das legislações trabalhistas, a precarização do trabalhador é marcada no Brasil pela redução da proteção laboral, extensivas jornadas de trabalho, exclusão do direito a férias e à seguridade social e pelo distanciamento legal do empregador e do empregado. Como caricatura deste processo, o aplicativo de locomoção “Uber”, que ganhou espaço no cenário nacional nos anos recentes, dá nome ao termo de estudo - uberização. Parte de uma realidade que já atinge grande contingente da população global, a precarização do trabalho acompanha agendas de políticas de corte de impostos, desregulação e privatização, assim como uma redução de gastos públicos com bem-estar social. Finalmente, é o resultado de um esforço ideológico de transformação do trabalhador em “empreendedor-próprio”. Este estudo pretende, então, compreender os efeitos do neoliberalismo no mercado de trabalho da periferia global e elucidar a relação entre o neoliberalismo e o agravamento da precarização do trabalho no Brasil nos anos recentes. A principal hipótese aqui colocada é

de que a uberização surge não apenas como um novo meio de relação entre empregadores e funcionários, mas também como um novo estágio de controle e organização do trabalho.

A pesquisa proposta parte de um referencial teórico marxista e pretende dialogar com diferentes perspectivas da área conhecida como Economia do Trabalho, fundamentalmente por meio da leitura crítica e aferimento da bibliografia pertinente, de forma a compreender as novas relações trabalhistas impostas pelo processo de uberização e averiguar a hipótese que define este processo como um novo meio de organização e controle da classe trabalhadora.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Os principais resultados da pesquisa se concentram no aprofundamento dos estudos do bolsista em relação ao tema da nova morfologia da classe trabalhadora no cenário de dismantling das legislações trabalhistas.

Mais especificamente, é importante notar o desenvolvimento da compreensão da perspectiva marxista e marxiana sobre o trabalho e a intensificação do controle e gestão dos trabalhadores através das plataformas digitais.

Um dos principais resultados da pesquisa foi a produção e submissão de um artigo científico para o evento acadêmico “XXIX Encontro Nacional de Economia Política”, organizado pela Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP). O artigo foi escrito em coautoria pela orientadora da pesquisa, o bolsista e um estudante de pós-graduação.

O artigo foi também aceito para o “20º Seminário de Diamantina”, organizado pelo CEDEPLAR/UFMG. Nesta oportunidade, o bolsista foi também o apresentador.

Ainda, o bolsista escreveu, como principal autor, artigo que foi apresentado no “47º Encontro Nacional de Estudantes de Economia”, realizado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Finalmente, o aluno participou da gravação de um podcast sobre o tema da “uberização do trabalho” organizado pelo Programa de Educação Tutorial - Economia (UFF).

CONCLUSÕES:

Da pesquisa é possível observar algumas conclusões importantes referentes ao tema da precarização do trabalho no Brasil.

(i) O neoliberalismo, que teve sua primeira grande entrada no país através de políticas efetuadas durante a ditadura militar de 1964-1985, chega a sua forma mais material e concreta durante os governos já democráticos da década de 1990, e recupera sua força após 2017 com a Reforma Trabalhista.

(ii) A inserção e expansão do trabalho por plataformas digitais ganha força num cenário de crise econômica no país e altas taxas de desemprego, levando muitos trabalhadores à informalização e conquistando muitos com o discurso de “empreendedorismo”.

(iii) A ideologia do empreendedorismo no neoliberalismo - principalmente o neoliberalismo estadunidense - já era compreendida desde o século passado como um processo de individualização do trabalhador e seu posterior afastamento das organizações sindicais e trabalhistas de sua classe.

(iv) A plataformização do trabalho, apesar de seu apoio na tecnologia e nos aplicativos, não parece apresentar novidades concretas na organização do trabalho. Pelo contrário, é interessante notar que o processo da uberização do trabalho segue trajetória muito similar àquela apresentada por Karl Marx no volume I de sua obra canônica “O Capital” quando discute o salário por peça. Assim, a uberização do trabalho não representa uma radical transformação do capitalismo, nem uma libertação do trabalhador. Ao contrário, ela serve como um meio para o aumento da exploração e do controle sobre a classe trabalhadora.

AGRADECIMENTOS:

Agradeço, primeiro, a minha orientadora Bianca Bonente, por me guiar nessa trajetória com atenção, comprometimento e carinho.

Agradeço também a minha família pelo respeito constante ao pensamento crítico e pelos incentivos à pesquisa.

Finalmente, agradeço ao CNPq pelo apoio e financiamento a esta pesquisa.





Grande área do conhecimento: Comunicação e Informação

**TÍTULO DO PROJETO: REPRESENTAÇÕES DE RAÇA E GÊNERO NO JORNALISMO
BRASILEIRO - UM ESTUDO DE RECEPÇÃO SOBRE AS AFETAÇÕES E A PRODUÇÃO DE
SENTIDOS ENTRE JOVENS DE NITERÓI**

Autores: Carla Baiense Felix; Fernanda dos Santos Rebello

Departamento de Comunicação Social/Iacs

INTRODUÇÃO:

No decorrer dos anos, o aumento da exposição de casos de racismo e injúria racial nas mídias de massa e sua reverberação nas redes sociais deram nova visibilidade à tragédia vivida cotidianamente (KILOMBA, 2021) por pessoas racializadas. Ainda em que essas matérias se proponham a denunciar as consequências do racismo, elas possuem também potencial de amplificar as dores (PIEIDADE, 2017), obrigando a audiência a reviver os seus traumas. A presente pesquisa busca investigar, a partir de uma análise de recepção, como as narrativas racistas e sobre racismo que circulam no jornalismo afetam as audiências jovens. Utilizando uma perspectiva multimetodológica e participante, esperamos, ainda, contribuir para um letramento racial das juventudes, que as prepare para lidar com os códigos raciais (DEVULSKY, 2021) que circulam na sociedade.

Para a pesquisa estabelecemos algumas questões norteadoras: Que afetações tais cenas produzem na audiência? Que sentidos pessoas brancas e negras produzem? Como dar

visibilidade a tais temas de maneira responsável, sem produzir mais dor e sofrimento?

A pesquisa foi dividida em duas etapas. A primeira consistiu na realização de um levantamento quantitativo de matérias que foram veiculadas no portal de notícias G1, com o tema racismo. No segundo momento, foram realizadas rodas de conversa com estudantes da Universidade Federal Fluminense, em que algumas dessas matérias foram apresentadas. Nossa proposta foi trabalhar a partir de uma memória individual, mas também recuperando uma memória coletiva (HALBWACHS, 2004) a respeito das representações de pessoas negras, em diferentes situações, de modo a permitir que os e as participantes descrevam as narrativas a partir de suas próprias percepções.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Durante a primeira fase do projeto, pudemos observar um aumento significativo de matérias com o tema “racismo” publicadas durante o período de 2021-2023, no portal de notícias G1.

Ao somarmos todas as publicações em cada ano, temos: 2.697 em 2021, 3.554 em 2022 e 3.898 em 2023. Concluimos também que existem marcadores que interferem na quantidade de matérias que vão ao ar, como uma aprovação de lei ou uma data comemorativa dentro da temática analisada, como o Dia da Consciência Negra.

A segunda etapa da pesquisa, por sua vez, foi voltada à forma como as narrativas jornalísticas sobre racismo afetam os jovens. E para isso, utilizamos uma construção metodológica baseada na circularidade presente nas culturas africanas, a roda de conversa.

As rodas foram realizadas nos meses de outubro e novembro de 2023, com jovens estudantes do curso de Comunicação Social/Publicidade, em conjunto com as disciplinas Comunicação e relações étnico-raciais, Comunicação e Cultura e Feminismo Negro, no Instituto de Arte e Comunicação Social da UFF. Na roda, criamos uma dinâmica em três momentos distintos: o autoreconhecimento, a memória do racismo e a leitura midiática.

Pudemos perceber uma pluralidade nas autodeclarações dos jovens presentes, seja por etnia, gênero, orientação sexual ou religiosidade. A diversidade nas autodefinições encaminhava os discursos e posicionava os jovens frente à temática. Em cada momento da roda, os estudantes contribuíram com suas percepções e vivências, baseado nas trocas e na construção de narrativas que surgiam graças à dinâmica proporcionada pela roda. Dentre as

ideias que foram compartilhadas estava a segurança de que rememorar episódios de racismo é também um processo de acessar a dor do trauma coletivo provocado pelo sistema racista.

Durante a leitura midiática das reportagens previamente selecionadas para cada roda, os estudantes puderam analisar as estruturas das notícias e organizar em conjunto questionamentos sobre a organização e o encaminhamento de cada narrativa. Tais indagações resultaram na compreensão de que em boa parte dos casos compartilhados tratava-se de abordagens jornalísticas e midiáticas racistas e não apenas de coberturas jornalísticas ou midiáticas sobre episódios de racismo. Desta forma, foi possível pensar quais os artifícios os futuros profissionais de comunicação poderiam utilizar para propagar uma comunicação antirracista.

Como resultado dessa pesquisa, realizamos dois artigos visando à publicação em revistas científicas: o primeiro sobre a roda como espaço de confluência para o ensino e a pesquisa em relações étnico-raciais; e o segundo sobre a análise das reportagens selecionadas para serem trabalhadas com os jovens estudantes.

CONCLUSÕES:

A pesquisa quantitativa revelou o crescimento significativo de reportagens sobre racismo no portal 1!, nos últimos três anos. Após a organização desses números em uma tabela, pudemos identificar eventos e circunstâncias em que esse tema ganha maior visibilidade na

pauta jornalística. Portanto, foi possível relacionar as escolhas editoriais em relação ao tema e compreender como o jornalismo posiciona o debate étnico-racial num quadro de referência mais amplo.

Já a análise de recepção demonstrou que a maneira como as questões de raça e gênero são abordadas pela mídia influencia significativamente e diretamente a formação de sentidos e opiniões entre o público jovem. Os elementos narrativos mobilizados pelo jornalismo, muitas vezes, reforçam preconceitos, ao colocar pessoas negras em um constante espaço de vítima e limitar o entendimento pleno das questões de raça.



Imagem 1: Imagem PIBIC



Ciências Sociais Aplicadas

RUPTURA E AFIRMAÇÃO: O ATERRO DO FLAMENGO ENTRE JARDIM, PARQUE E ESPAÇO PÚBLICO.

Cristina Lontra Nacif, Thiago Oliveira Gonzalez Lopez e Beatriz Ferreira Manhães.

Departamento de Urbanismo/Campus Praia Vermelha/LabLegal

INTRODUÇÃO:

Entre a motivação da escala urbana e o objeto do jardim *em-si*, a pesquisa apresenta seu equilíbrio em um compromisso soberano pela não descrição¹, mas uma investigação sobre as determinações que estão implicadas no objeto paisagístico. Uma vez selecionado o Parque do Flamengo, passou-se a observar a crítica existente sobre o parque, os atravessamentos históricos que conformam sua disposição e os enfrentamentos contemporâneos que o cercavam. Destes pontos, tanto pela dimensão peculiar do jardim, como pela dimensão histórica, identifica-se que o objeto se trata de um *jardim*, mas que possui implicações de um *parque* e, dado sua forma de interação com a cidade, de *espaço público*. A partir desta constatação, a pesquisa busca encontrar um meio analítico que possa avançar para além de identificações historicistas ou botânicas, e até mesmo sociológicas, para articular essas dimensões a partir de uma postura estética.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

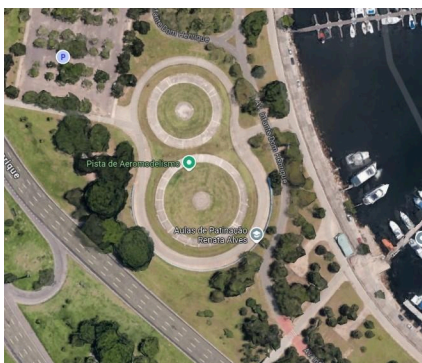
A partir do momento em que esta tripartição pela perspectiva do *jardim*, do *parque* e do *espaço público* se estabelece na pesquisa como um norteador discursivo, as investigações passaram a se alimentar por estas instâncias na chave do estético e o utilitário. Com isso, no momento em que se estrutura uma perspectiva crítica que incorpore as categorias estéticas consideradas no Parque do Flamengo, não somente há um alicerce nas demandas diversas solicitadas pela realidade do parque e com isso não se negligencia atores, intenções e disputas, como emergem correlações que não aparecem dadas na materialidade concreta do Parque.

Em uma de nossas análises, observamos a pista de aeromodelismo vendo que o ponto crucial deste entrelaçamento entre a esfera útil e estética está na oportunidade que a pista de aeromodelismo oferece como 'vazio' para a composição. Em um parque do porte do Parque do Flamengo, nota-se a necessidade de estruturar fragmentos de paisagem para a determinação de ritmo e dinamismo em sua totalidade; neste sentido, o vazio é a estratégia capaz de compreender a criação de múltiplos dentro do Parque. Para isso, Burle Marx faz uso

1LUKÁCS, 1968.

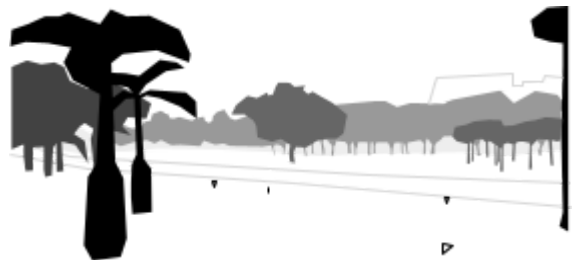
contínuo, ainda que diversificado, desses espaços de respiro no decorrer do paisagismo que, em sua maior parte, adota o gramado como solução para seu estabelecimento. No caso desse recorte se trata de uma colaboração que absorve a propriedade do elemento. Para a efetivação disso, a topografia elevada do ponto de observação é fundamental para criar o horizonte e usufruir dessa ausência material. Em continuidade, as árvores de médio porte e vegetação densa no primeiro plano possuem o papel de ser o antídoto do vazio, de modo a potencializar o espaço central desse fragmento de parque, além de servir de moldura para identificar o diferencial qualitativo desse espaço. Assim, manifesta-se o ponto definitivo de leitura dessa composição, estrategicamente posicionado, e a complexidade de elaboração desse recorte de paisagem quando visto de outro ponto, o que demanda uma elaboração estética em comunicação com o seu entorno.

Figuras 01: Mapa da situação



Fonte: Google Maps

Figuras 02-04: Camadas e conjuntos, plantas ornamentais e cotidianas



Fonte: Acervo pessoal, 2024

CONCLUSÕES:

Considerados os objetivos declarados na pesquisa, o relatório apresenta avanços em torno do Parque do Flamengo com contribuições satisfatórias. Destaca-se o aprimoramento para a análise estética do objeto, com a adoção de uma nova metodologia para captura do Parque: a partir dos desenhos elaborados por meio das fotografias de visita a campo, foi possível costurar elementos da trajetória de Burle Marx em suas experimentações anteriores, com influência dos jardins históricos, bem como ficou

visível a sua atitude *moderna* em harmonia com a música contemporânea, a Bossa Nova, em alusão ao ritmo sincopado visto no Parque do Flamengo.

Esta é uma leitura inédita do trabalho de paisagismo para o Parque do Flamengo, posta a referência na filosofia com Georg Lukács, que determina uma ancoragem consistente para os caminhos até uma leitura estética da disciplina paisagística. O tensionamento de sua abordagem com as questões modernas e contemporâneas, mesmo que necessitem de uma remodelação com os novos efeitos e conflitos, se mostrou eficaz a partir da chave antinômica que defende para o jardim: sem um elemento para a produção social, mas também com um desenvolvimento próprio, natural. Essa circunstância definiu os pontos base que se materializaram a partir da dicotomia entre a estética e a dimensão utilitária - típica de um parque.

As análises demonstram que Burle Marx, como homem do seu tempo, pode até ter discordado de medidas adotadas quanto ao proporção e locação dos equipamentos que estão no Parque do Flamengo, sobretudo os de caráter esportivo; no entanto, quando precisou se confrontar com eles, o paisagista soube os incorporar na maior parte dos casos como elementos para implantação de seu gesto estético. Esta é a demonstração, para além do traço específico do autor, de como se elabora o deslocamento demandado pela modernidade, na qual as contradições históricas que delimitaram ao jardim uma função contemplativa precisam

permitir a absorção de intenções outras, ainda que contraditórias.



Imagem 1: Imagem PIBIC



Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

TÍTULO: A INTEGRAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA NA INVESTIGAÇÃO DA LETALIDADE VIOLENTA NO MUNICÍPIO DE NITERÓI

Autor: Alessandro Duarte Amaral

Departamento de Segurança Pública / Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos / Núcleo de Estudos em Conflito e Sociedade

INTRODUÇÃO:

Em 2014 foi criada uma Delegacia de Homicídios para dar conta dos desafios da investigação dos homicídios dolosos na região da Grande Niterói (Niterói, São Gonçalo, Maricá e Itaboraí). Muitos trabalhos foram desenvolvidos sobre a investigação de homicídios e o papel perícia técnica no Brasil (VARGAS, 2000; VARGAS, 2014; SILVA, 2013; PLATERO e VARGAS, 2017). No entanto, após quase 10 anos de existência, ainda pouco se conhece sobre a investigação policial da letalidade violenta pela Delegacia de Homicídios na região da Grande Niterói, com poucos trabalhos produzidos e, em especial, tendo como foco a perícia técnica (MEDEIROS, 2014). O objetivo geral da pesquisa foi compreender os processos e os desafios da investigação policial dos casos de letalidade violenta pela Delegacia de Homicídios de Niterói, São Gonçalo, Maricá e Itaboraí (DHNSG). Os objetivos específicos foram observar quais processos, modos de investigação e receitas práticas são operacionalizados pelos profissionais de segurança pública dentro da Delegacia de

Homicídios de Niterói, São Gonçalo, Maricá e Itaboraí desde a sua criação em 2014 até 2023.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Na pesquisa que foi iniciada em fevereiro de 2023 pelo bolsista PIBIC/UFF junto à Delegacia de Homicídios da Grande Niterói, mapeou-se o organograma e o fluxo das investigações, apresentado na semana acadêmica de iniciação científica de 2023.

Durante a minha pesquisa de campo, um dos setores em que mais trabalhei foi junto à Seção Cartorária da DHNSG. Para explicar melhor sobre esse setor precisamos entender como funciona os inquéritos policiais. Os Inquéritos Policiais (IP) são investigados pelos policiais lotados nos Grupos de Informação (GI) e se essa investigação não for concluída durante 5 anos, esses inquéritos são enviados para a Seção Cartorária, onde os policiais que lá trabalham darão continuidade às investigações. Cada policial neste setor é responsável por uma área. Niterói tem 1 policial; São Gonçalo, pela carga de inquéritos ser maior, tem 2 policiais; Itaboraí e Maricá tem um policial.

Os Inquéritos Policiais físicos foram substituídos pelos eletrônicos a partir de 2019. Isso tornou o processo de investigação por parte da justiça mais ágil, já que na sua maioria os inquéritos vão de 2 em 2 meses para o Tribunal de Justiça, para as Promotorias de Investigação Penal (PIP). A promotoria responsável na PIP é quem pede a prorrogação do prazo das investigações e solicita que sejam feitas as diligências que achar pertinentes. Essa seção se tornou o local onde eu explicava aos colegas estagiários que chegavam como os inquéritos funcionavam. Por esse setor ter a maior carga de inquéritos não resolvidos e também por serem ainda físicos, há muita dificuldade em se produzir uma resolução para os mesmos.

Com base no Acervo Cartorário, o volume de São Gonçalo é bem maior que os demais. Para se ter uma noção, se juntarmos as três cidades Niterói, Itaboraí e Maricá, o número total de inquéritos não chega à carga que umas das policiais do acervo responsável pela área de São Gonçalo relata sozinha. A maior parte dos casos que estão no acervo, em especial os de São Gonçalo, são referentes a homicídios dolosos por envolvimento com o tráfico de drogas, que acabam tendo a investigação limitada por inviabilidade de diligências e perícias nas áreas em que ocorrem. Geralmente os inquéritos priorizados são aqueles que estão próximos de vencer o prazo ou quando eles voltam do MPRJ com uma identificação na capa (ou dentro) informando que tem caráter de urgência. Geralmente esses inquéritos têm um prazo de investigação menor, cerca de 30 dias.

Parte das minhas atividades no Acervo Cartorário envolvia ler todo o inquérito da

portaria até os pedidos de diligência do MP, que, geralmente, envolvia as oitivas de familiares e amigos, incluindo-os no portal de segurança da vítima entre outros pedidos. O caso mais antigo que vi no acervo era de 2010. Esse inquérito possuía 12 volumes, e até hoje ele é trabalhado. Mesmo com todo esse tamanho, não conseguiram chegar ao autor do crime. Este é um outro problema que observei no acervo: inquéritos que mesmo depois de tantos anos ainda não tiveram nenhuma movimentação, estando longe de serem relatados (elucidados).

A DH tem uma seção específica para tratar homicídios dolosos decorrentes de intervenção policial. Por ser uma seção mais complexa, não alocaram nenhum estagiário nela, não tendo participado dela. Diferentemente daqueles relatados pelo GI, que depois de 5 anos os casos vão para o acervo cartorário, os casos de letalidade policial que são investigados nesta seção ficam nela até serem solucionados.

CONCLUSÕES:

A pesquisa buscou compreender os processos e os desafios da investigação policial dos casos de letalidade violenta pela Delegacia de Homicídios de Niterói, São Gonçalo, Maricá e Itaboraí. Os principais desafios encontrados foram observar quais os processos, modos de investigação e receitas práticas foram mobilizados pelos profissionais de segurança pública dentro da unidade policial no período da pesquisa de campo que ocorreu até julho de 2024.





Ciências Sociais Aplicadas

CONTRIBUIÇÕES DO DIREITO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM ESTUDO ACERCA DAS PRINCIPAIS NECESSIDADES JURÍDICAS DOS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA EM NITERÓI/RJ

Brenno Adrian Simões dos Reis Dias

Daniela Juliano Silva

Departamento de Direito Privado (SDV)/Faculdade de Direito (ESD-UFF) - NITERÓI/RJ

INTRODUÇÃO:

A Economia Solidária tem ganhado relevância no contexto brasileiro como uma forma alternativa de organização econômica, pautada em valores de autogestão, cooperação e solidariedade. Este estudo tem como objetivo identificar as principais necessidades jurídicas dos Grupos de Trabalho (GTs) vinculados ao Fórum de Economia Solidária de Niterói/RJ (FES-NIT). O foco recai sobre os aspectos de Direito do Consumidor, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e a formalização jurídica dos empreendimentos, como associações e cooperativas.

A Economia Solidária, ao promover formas de produção voltadas para a inclusão social, visa restaurar a autonomia dos trabalhadores frente ao modelo capitalista tradicional. Este estudo empírico, com base em uma abordagem etnográfica, teve como premissa a inserção nos GTs, permitindo captar de maneira direta as práticas cotidianas e os desafios internos enfrentados pelos grupos.

Um ponto de destaque é que a formalização jurídica é vista como uma ferramenta essencial para garantir o crescimento sustentável desses empreendimentos, além de permitir um acesso mais facilitado a políticas públicas e linhas de crédito. No entanto, o desconhecimento dos participantes sobre esses processos e a falta de um apoio jurídico especializado representam barreiras significativas ao pleno desenvolvimento das iniciativas solidárias.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A pesquisa revelou que os empreendimentos solidários em Niterói enfrentam desafios estruturais significativos, sobretudo no que tange à formalização e ao acesso a recursos. Grande parte das associações opera de maneira informal, preferindo evitar a burocratização que a formalização impõe. Contudo, essa abordagem tem deixado os grupos em uma situação vulnerável, sem garantias jurídicas para seus direitos e sem acesso facilitado a editais de fomento. Outro ponto fundamental destacado foi a relação entre os movimentos sociais e o poder

público. A pesquisa indicou que a Economia Solidária é frequentemente tratada pelo município de forma assistencialista, com uma dependência exclusiva de políticas temporárias e editais limitados, muitas vezes mal divulgados. A falta de uma visão estratégica a longo prazo por parte do poder público gera incertezas sobre a viabilidade desses empreendimentos.

Um exemplo claro disso foi observado nas entrevistas realizadas com os membros do GT de Reciclagem e da Associação Mãos Arteiras da Região Oceânica (AMA-RO). Ambos os grupos relataram dificuldades relacionadas à burocracia e à falta de orientação jurídica, o que tem atrasado a adesão a políticas públicas de fomento. Além disso, foi evidenciado que a ausência de uma personalidade jurídica específica para a Economia Solidária tem sido uma barreira para o crescimento e a formalização desses empreendimentos.

CONCLUSÕES:

Os resultados obtidos ao longo desta pesquisa reforçam a ideia de que a formalização jurídica é uma necessidade urgente para a sustentabilidade da Economia Solidária em Niterói. A criação de uma personalidade jurídica específica, inserida no Código Civil, seria um passo essencial para garantir a autonomia dos empreendimentos solidários, oferecendo-lhes a proteção jurídica necessária e facilitando o acesso a crédito e incentivos fiscais.

Além disso, é fundamental que o poder público transcenda a visão assistencialista da Economia Solidária, reconhecendo-a como um modelo econômico legítimo e integrando-a em suas estratégias de desenvolvimento

econômico. O fortalecimento das políticas públicas voltadas para a Economia Solidária, com menor burocracia e maior acessibilidade, é essencial para que os grupos solidários possam se formalizar e prosperar de forma sustentável.

A interdisciplinaridade dessa análise é outro ponto relevante, uma vez que a Economia Solidária vai além das questões econômicas, envolvendo valores sociais e culturais. O Direito pode e deve atuar como um instrumento facilitador dessa transformação, oferecendo segurança jurídica e promovendo inclusão social através do fortalecimento dos empreendimentos solidários.

Em conclusão, a pesquisa deixa claro que, embora a Economia Solidária enfrente desafios significativos, ela possui um potencial transformador imenso. Desde que as estruturas legais sejam ajustadas e que haja um apoio institucional contínuo, esse modelo econômico pode se consolidar como uma força fundamental para a redução das desigualdades e para a geração de trabalho e renda em Niterói e em outras regiões.

AGRADECIMENTOS:

Agradeço à minha orientadora, Profª Daniela Juliano Silva, à Associação Mãos Arteiras da Região Oceânica (AMA-RO) pela parceria e confiança durante a pesquisa, e ao CNPq pelo apoio concedido através do Programa PIBIC.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**: introdução, história e experiência brasileira. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, André Ricardo de. **Uma outra economia é possível**: Paul Singer e a economia solidária. São Paulo: Editora Contexto, 2003.





Grande área do conhecimento: Administração, Finanças

Título do Projeto: DESVENDANDO O FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITO ATRAVÉS DE UM LEVANTAMENTO ESTATÍSTICO DA ÚLTIMA DÉCADA (2010 a 2020) NO BRASIL

Autores: Raul Vieira da Silva SANTOS

Departamento/Unidade/Laboratório: Universidade Federal Fluminense – Instituto de Ciências da Sociedade de Macaé (ICM) – Departamento de Administração

INTRODUÇÃO:

O Fundo Garantidor de Crédito (FGC) teve sua criação no ano de 1995 atuando como uma associação civil, sem fins lucrativos e de teor privado. Entre suas principais funções é possível citar o desempenho ideal do sistema financeiro e a atuação específica em fases de crises.

A quebra de uma instituição financeira, ou ainda uma situação temporária de dificuldade para honrar compromissos imediatos, pode gerar desconfiância dos depositantes, pelo receio de perderem suas economias, fazendo com que corram aos bancos para retirar seus recursos ali depositados – são as chamadas corridas bancárias (situação de crise, real ou não, pela qual passa um banco ou um conjunto de bancos) e que são motivo de preocupação das autoridades monetárias desde pelo menos o início da década de 20.

Essa situação pode se espalhar por todo o sistema bancário por meio de “efeito-dominó”, em virtude do sentimento de pânico que os assola, levando a economia a um colapso.

Uma prova prática da necessidade de intervenção do FGC foi com relação a Financeira Dacasa CFI (sociedade de crédito, financiamento e investimento), ordenada no Comunicado nº 35.173, de 13 de Fevereiro de 2020, onde o Banco Central decretou a liquidação da instituição de forma extrajudicial. Essa decisão foi tomada com base em fatores, tais quais: grave situação patrimonial; grave violação às normas legais que disciplinam a atividade de instituição; e a existência de prejuízos que sujeitam a risco anormal os seus credores.

Intervenção essa, que permitiu o FGC recuperar o montante de R\$ 851.038 mil, correspondente a 21.576 clientes indenizados. Diante do exposto, notou-se a necessidade de verificação da importância do FGC em períodos de incertezas econômicas, através de um levantamento estatístico que traga dados concretos e relevantes a respeito desta Instituição.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Cumprindo com suas diretrizes o FGC atuou em 12 instituições entre os anos de 2010 e 2020, das quais 02 foram com caráter intervencionista e 10 instituições restantes foram direto para o status de liquidação extrajudicial, como é possível visualizar na imagem 01.

Na intervenção, a instituição indica um interventor escolhido pelo BC com plenos poderes de gestão, e objetivo de normalizar as atividades da instituição. Essa intervenção tem o prazo de 6 meses, com a prorrogação máxima de mais 6 meses. No fim desse prazo, caso a instituição não tenha voltado a sua normalidade, se decreta a liquidação extrajudicial ou falência (Presidência da República, 1974).

Já as instituições com status de liquidação extrajudicial, pelo fato do Banco Central não acreditar em suas recuperações, 3 declaram falência, 6 tiveram sua liquidação cessada e 1 sua liquidação extrajudicial concluída. A liquidação cessada é quando a instituição consegue pagar integralmente seus credores, transfere o controle societário da instituição ou muda seu objetivo social para uma atividade econômica que não integre o SFN e a liquidação extrajudicial concluída é o regime de insolvência que se destina a interromper o funcionamento da instituição e promover sua retirada do Sistema Financeiro Nacional (SFN) de forma organizada.

Imagem 01: Regime especial

Instituição Financeira	Data	Tipo de Regime Especial	Encerramento	Tipo Regime Atual
Banco Morada S.A.	28/04/2011	Intervenção	03/09/2015	Falência
Oboé CFI S.A.	15/09/2011	Intervenção	05/02/2014	Falência
Rótula S.A. CFI	02/12/2011	Liquidação Extrajudicial	03/09/2015	Cessada Liquidação
Banco Cruzeiro do Sul S.A.	14/09/2012	Liquidação Extrajudicial	03/09/2015	Falência
Banco Prosper S.A.	14/09/2012	Liquidação Extrajudicial	06/01/2016	Cessada Liquidação
Banco BVA S.A.	19/10/2012	Liquidação Extrajudicial	17/09/2014	Falência
Banco Rural S.A.	02/08/2013	Liquidação Extrajudicial		Liquidação Extrajudicial
Banco BRI S.A.	13/08/2015	Liquidação Extrajudicial	10/08/2017	Falência
Banco Azteca do Brasil S.A.	08/01/2016	Liquidação Extrajudicial	07/11/2018	Cessada Liquidação
Banco Neon S.A.	04/05/2018	Liquidação Extrajudicial	04/12/2019	Cessada Liquidação
Domus Cia Hipotecária	22/05/2018	Liquidação Extrajudicial	27/05/2022	Cessada Liquidação
Dacasa Financeira S/A SCFI	13/02/2020	Liquidação Extrajudicial	14/12/2023	Cessada Liquidação

Fonte: Estatísticas e Publicações FGC.

Dentre essas instituições só as despesas com garantias ordinárias (até R\$250 mil) referentes a Dacasa Financeira S/A SCFI correspondem a um pouco mais de 50% do somatório gasto com todas as instituições atuadas durante esse período de 10 anos, mostrando o impacto que a insolvência dessa instituição causou nos pequenos investidores. Em contrapartida os bancos Cruzeiro do Sul S.A. e o BVA S.A. sozinhos, correspondem a $\frac{3}{4}$ de todos os gastos com DPGE (acima de R\$ 250 mil), conforme é possível visualizar na imagem 02:

Imagem 02: Instituições Financeiras, dispêndio em milhões

Instituição Financeira	Pagamento Inicial	Despesas com Garantia Ordinária	Despesas com Garantia Especial - DPGE
Banco Morada S.A.	03/05/2011	19.759	130.519
Oboé CFI S.A.	21/09/2011	51.758	108.360
Rótula S.A. CFI	02/12/2011	-	7.797
Banco Cruzeiro do Sul S.A.	22/11/2012	72.928	1.887.220
Banco Prosper S.A.	18/02/2013	3.939	129.911
Banco BVA S.A.	04/03/2013	282.530	1.026.070
Banco Rural S.A.	08/11/2013	185.434	788.735
Banco BRI S.A.	09/09/2015	38.761	79.795
Banco Azteca do Brasil S.A.	24/02/2016	28.120	1.502
Banco Neon S.A.	18/05/2018	54.257	8.763
Domus Cia Hipotecária	06/06/2018	99.773	-
Dacasa Financeira S/A SCFI	24/03/2020	851.038	-

Fonte: Estatísticas e Publicações FGC

Em relação aos clientes ressarcidos, mais uma vez notamos o impacto da insolvência da financeira Dacasa Financeira S/A SCFI, pois sozinha o número de clientes impactados por ela ainda é superior ao somatório de todos os clientes no ano de 2013 e 2018, que foram os anos anteriores a 2020 com o maior número de clientes pagos, como demonstra a imagem 03.

Imagem 03: Quantidade de Clientes pagos.

Instituição Financeira	Quantidade de Clientes Pagos			
	Decretação de Regime Especial	Garantia Ordinária	DPGE	Total
Banco Morada S.A.	28/04/2011	493	51	544
Oboe CFI S.A.	15/09/2011	1.480	27	1.507
Rótula S.A. CFI	02/12/2011	0	1	1
Subtotal 2011		1.973	79	2.052
Banco Cruzeiro do Sul S.A.	14/09/2012	2.026	379	2.405
Subtotal 2012		2.026	379	2.405
Banco Prosper S.A.	14/09/2012	217	52	269
Banco BVA S.A.	19/12/2012	7.455	216	7.671
Banco Rural S.A.	02/08/2013	2.383	117	2.500
Subtotal 2013		10.055	385	10.440
Banco BRJ S.A.	13/08/2015	198	17	215
Subtotal 2015		198	17	215
Banco Azteca do Brasil S.A.	08/01/2016	462	5	467
Subtotal 2016		462	5	467
Banco Neon S.A.	04/05/2018	9.122	4	9.126
Domus Cia Hipotecária	22/05/2018	1.589	0	1.589
Subtotal 2018		10.711	4	10.715
Dacasa CFI	13/02/2020	21.594	0	21.594
Subtotal 2020		21.594	0	21.594

Fonte: Estatísticas e Publicações FGC

CONCLUSÕES:

Pode-se concluir que o objetivo geral desta pesquisa foi alcançado, tendo em vista que através da análise realizada foi possível verificar como o FGC se mostrou eficaz e de relevante importância quanto à manutenção da estabilidade do Sistema Financeiro Nacional, impactando durante o período de corte temporal desse estudo (2010 a 2020) quase 50 mil pessoas e uma despesa com garantias ordinárias superior a 1,6 milhões de reais, valores expressivos frente a prevenção de crise bancária sistêmica, além de resguardar o direito do depositante frente as instituições financeiras, se tornando interventor quando necessário e garantindo o ressarcimento das perdas via seguro.

AGRADECIMENTOS:

Ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) pela bolsa concedida. Ao Fundo Garantidor de Crédito pelos dados fornecidos.



Imagem 04: Logo PIBIC



Ciências Sociais e Aplicadas

PROCESSO DE FASCISTIZAÇÃO, MILITARIZAÇÃO DO ESTADO E RETROCESSOS DOS DIREITOS SOCIAIS NO BRASIL: UMA ANÁLISE DO GOVERNO BOLSONARO (2019/2022)

Autores: Carolina Silveira Samy Motta Pereira (Bolsista PIBIC /CNPQ/ UFF); Livia Giovanna Vidal de Brito (Bolsista IC – FAPERJ); Prof. Dr. Douglas Ribeiro Barboza (Orientador – PPGSSDR / ESS)

Departamento de Serviço Social de Niterói / Escola de Serviço Social / Grupo de Estudos Marxismo e Realidade Brasileira (GEMARB)

INTRODUÇÃO:

O projeto analisa as mediações históricas sob as quais algumas características de processos de fascistização vêm se reconstruindo, sob novas formas, no atual cenário político brasileiro, servindo de subsídio para o avanço das estratégias ultraliberais que, ao longo do período do governo Bolsonaro, intensificaram o processo de destruição dos direitos da classe trabalhadora no Brasil. A pesquisa possui um caráter predominantemente qualitativo – ainda que incorporando dados quantitativos de fontes primárias e/ou secundárias, organizando-se através de revisão bibliográfica sobre a questão do Estado, da democracia e dos processos de fascistização nos marcos dos principais autores da tradição marxista. Através da sistematização dos diferentes projetos de lei, decretos, emendas constitucionais e medidas provisórias efetivadas durante o período de janeiro de 2019 à dezembro de 2022, combinada com a revisão bibliográfica de estudos que abordaram as mudanças societárias e estatais associadas às estratégias de superação da crise capitalista no

Brasil com implicações para a política governamental e social brasileira, realizou-se o detalhamento das diferentes estratégias assumidas pelo Estado durante o período do governo Bolsonaro, tanto no tocante à desconstrução dos direitos do conjunto da classe trabalhadora quanto no que diz respeito às formas repressivas de neutralização das lutas dos trabalhadores e seus movimentos organizativos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Após o golpe de 2016 no Brasil e o avanço da criminalização dos movimentos sociais e populares, observamos que a extrema-direita chegou ao poder com a vitória nas eleições de 2018, implementando o programa ultraliberal liderado por Jair Bolsonaro e Paulo Guedes. Esse período de reconfiguração do Estado brasileiro traz elementos que delineiam um processo de fascistização em curso (BARBOZA, 2020).

Sob o disfarce do fundamentalismo religioso cristão, com uma agenda moralista nas áreas

social, cultural e educacional, marcada pela disseminação de práticas punitivistas, ataques aos direitos humanos e discursos racistas, machistas, misóginos e lgbtfóbicos, a candidatura de extrema-direita de Jair Bolsonaro ascendeu ao poder. Essa ascensão foi apoiada por uma forte manipulação da informação, culto ao revisionismo histórico e desprezo por pensamentos científicos e progressistas. O discurso de combate à corrupção e à ineficiência do Estado serviu de base para a implementação de um programa ultraliberal, levando a um novo nível a escalada autocrática iniciada após o golpe de 2016, e intensificando a criminalização dos movimentos sociais e populares (BARBOZA; ANDRADE, 2020).

A partir das análises de Togliatti (1978) e Poulantzas (1972) e Konder (2009), podemos considerar que o fascismo não deve ser visto como algo estático e restrito às experiências europeias clássicas do século XX, pois pode assumir novas formas em diferentes contextos históricos, a depender das condições históricas específicas. O fascismo deve ser compreendido como um fenômeno em constante desenvolvimento, resultante de uma série de relações econômicas e políticas influenciadas pela luta de massas, portanto, podendo se manifestar de formas diferentes em outros contextos.

CONCLUSÕES:

Com base nas análises das 284 Medidas Provisórias, 1.666 dos Decretos, 71 dos Projetos de Leis e 4 das Propostas de Emenda

à Constituição, de janeiro de 2019 a dezembro de 2022, construídas pelo governo Bolsonaro, é possível identificar a direção tomada por este governo no que se refere à degradação das condições de existência, de trabalho e dos direitos da população brasileira. O grande número de medidas adotadas durante o governo Bolsonaro é um aspecto que chama a atenção. Considerando as medidas que mais se destacaram e suas características, podemos observar o ataque à Seguridade Social, às Leis Trabalhistas (para além dos direitos trabalhistas em si, mas, também sobre o mundo formal do trabalho); o desmonte da Educação Pública; e o Setor de Segurança Pública.

Sendo assim, o governo Bolsonaro fundamentou-se em um modelo ultraneoliberal e estritamente ligado à elementos de caráter fascista, além de promover uma série de ataques aos direitos sociais e trabalhistas da população brasileira. Todavia, não foi alcançada a efetivação de um regime político fascista, pois o que se configurou foi a crise e a deterioração de uma democracia burguesa. Por fim, embora o projeto da extrema-direita não tenha sido concluído e uma perspectiva política considerada progressista tenha obtido vitória nas eleições parlamentares de 2022, isso não implica o fim do processo de fascistização que ganhou forças na sociedade brasileira.

AGRADECIMENTOS:

Agradecemos ao CNPQ e a FAPERJ por possibilitarem esta pesquisa através das bolsas de Iniciação Científica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BARBOZA, D. R.; ANDRADE, C. As particularidades do Estado na formação social brasileira: a reiteração da via repressiva de contenção das reivindicações populares. In: BARBOZA, D. R.; BOTELHO, J. (Org.). Lutas sociais e ofensiva do capital no Brasil contemporâneo: desafios e estratégias de organização da classe trabalhadora. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020, v. 1, p. 295-331.

FERNANDES, F. Poder e contrapoder na América Latina. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

KONDER, L. Introdução ao fascismo. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

POULANTZAS, N. Fascismo e ditadura. Porto: Portocalense Editora, 1972.

TOGLIATTI, P. Lições sobre o fascismo. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.





Ciências Sociais Aplicadas- Serviço Social
AS PERSPECTIVAS PEDAGÓGICAS DO ENSINO
TEÓRICO-PRÁTICO NO SERVIÇO SOCIAL
Eliane Martins de Souza Guimarães
Giorgia Barbosa Pacheco
Departamento de Serviço Social Niterói

INTRODUÇÃO:

A pesquisa tem como objetivo analisar as perspectivas pedagógicas no ensino teórico-prático no Serviço Social. Busca analisar as estratégias pedagógicas do projeto de formação crítica no Serviço Social, considerando as contradições que se expressam na configuração da política de educação e seus rebatimentos na formação profissional.

Para isso, assume como referência o método crítico dialético, a partir de uma pesquisa quanti-qualitativa e exploratória, com análise da política e legislação sobre formação em Serviço Social. A análise bibliográfica e documental, no primeiro momento, foi realizada com levantamento de artigos publicados em anais dos eventos ENPESS (Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social) e CBAS (Congresso Brasileiro de Serviço Social), entre 2016 e 2023 que abordam a temática Serviço Social, Formação, Teoria e Prática, Ensino e Aprendizagem, Pedagogias.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

No levantamento foram analisados 32 artigos, sendo 24 do CBAS e 8 do ENPESS. Na análise, os debates foram sistematizados em

cinco eixos: **monitoria e formação profissional; docência e processos pedagógicos; a dimensão pedagógica e a prática profissional a dimensão teórico-prática; os processos de estágio supervisionado; o perfil discente e graduação.**

Na discussão sobre **a monitoria e formação profissional**, destaca-se a importância do aluno se pôr no lugar de ensinar, o que contribui não só para adquirir conhecimento sobre o caráter pedagógico, mas também promove a construção de novas relações hierárquicas no ensino e aproximação a carreira docente, com aumento das pesquisas relacionadas a prática docente no Serviço Social, a partir das experiências dos próprios monitores.

O debate da **docência e os processos pedagógicos** se deu na perspectiva do lugar do docente na formação dos assistentes sociais e as diversas dinâmicas que podem ser utilizadas a partir das contribuições de Paulo Freire. Alguns autores também ressaltaram desafios da prática docente dos assistentes sociais, principalmente no que diz respeito a falta do estudo de processos didáticos e táticas de ensino.

O debate sobre a **dimensão pedagógica e a prática profissional** também está presente em grande parte dos artigos. Entendemos como educativa a prática profissional que está diretamente ligada a relação classe trabalhadora e capitalismo, que historicamente, em sua origem, teve seu surgimento pautado numa prática conservadora de controle e suporte ao sistema vigente. Dessa forma, a prática educativa no contexto profissional atual, de acordo com o projeto ético-político da profissão, deve ser utilizada como forma de emancipar a classe trabalhadora da alienação provocada pelo sistema a partir da garantia de direitos

No debate **sobre a dimensão técnico-operativa**, a relação teoria e prática representa um desafio tendo em vista os limites da temática sobre a prática e instrumentos da profissão. As autoras abordam que a problemática se encontra tanto na prática profissional quanto no campo acadêmico. Destacam que ao não abordar tais questões, há uma busca por manuais de intervenção, com sensação despreparo para o exercício profissional. Tal fenômeno ocorre em decorrência do passado pragmático e conservador da profissão, que motivou a mudança curricular vigente, com ampliação do estudo teórico, baseado no materialismo histórico-dialético. No entanto, a articulação com a prática, por vezes tem ficado restrita ao momento do estágio supervisionado e sua transversalidade precisa ser ampliada no processo formativo.

No debate sobre **os processos de estágio supervisionado**, as discussões estão

relacionadas a importância do estágio durante a graduação, a fim de contribuir para o processo de ensino e aprendizagem da prática profissional, tanto pelos supervisores quanto para os alunos. Identificamos o debate acerca do estágio em docência, realizado na pós-graduação, reconhecido como um aprimoramento intelectual, além de incentivar o estudo sobre a docência e a prática acadêmica e humanizar a relação aluno-professor.

Sobre o **perfil discente e graduação**, reconhecemos uma considerável discussão sobre o tema, a partir de pesquisas realizadas pelos autores em diversas universidades no país. As pesquisaram buscaram analisar as demandas na graduação e a postura dos discentes em sala de aula, a partir de entrevistas com os alunos e professores. Destaca-se a análise de que a formação crítica nem sempre está associada a profissionais competentes.

CONCLUSÕES:

Com o levantamento inicial da pesquisa, é possível reconhecer que apesar de ser uma discussão nova, há um aumento das produções acerca do tema, o que evidencia sua importância e impacto na prática profissional. Apesar disso, evidencia-se uma significativa resistência no corpo docente em discutir temas relacionados a perspectivas pedagógicas e estratégias para ampliação do processo de ensino e aprendizagem, além da discussão sobre o ensino da dimensão técnico-operativa. Dessa forma, urge a necessidade promover articulação com autores clássicos das pedagogias contra hegemônicas no processo de

formação em Serviço Social, a fim de se obter uma nova perspectiva da profissão nas relações de ensino e na prática docente.

AGRADECIMENTOS: A IC FAPERJ e os colegas do grupo de estudos.



Imagem 1: Imagem PIBIC



Ciências Sociais Aplicadas- Serviço Social
AS TENDENCIAS PEDAGÓGICAS NO DEBATE SOBRE
FORMAÇÃO EM SAÚDE E O SERVIÇO SOCIAL
Eliane Martins de Souza Guimarães
Larissa Cordeiro Barros
Luanna Regina de Almeida Cardoso

INTRODUÇÃO:

A pesquisa tem como objetivo analisar as tendências pedagógicas no debate sobre formação em saúde e as contribuições para o Serviço Social.

Com a constituição do Sistema Único de Saúde (SUS), as mudanças propostas no sistema de saúde trouxeram como exigência alteração nos processos de formação dos profissionais de saúde, como mudanças no processo de ensino-aprendizagem, o debate sobre formação docente e o uso de recursos didático-pedagógicos. No entanto, esse processo vai se dar em um cenário de política neoliberal, com precarização da política de educação e de saúde, que repercutem nos projetos de formação, na atuação das profissões e na lógica dos serviços de saúde. O Serviço Social, como integrante das profissões de saúde, também será implicado nesse processo.

A pesquisa foi realizada na perspectiva quanti-qualitativa, exploratória, referenciada no método crítico dialético, buscando reconhecer as manifestações e expressões sobre o tema proposto em uma perspectiva de totalidade. Foi realizado levantamento bibliográfico e documental da produção sobre a temática. O

levantamento foi realizado em artigos publicados nos anais do CBAS (Congresso Brasileiro de Assistentes sociais) entre os anos de 2016 e 2022, e de Teses e Dissertações no Banco de Teses de Dissertações (BDTD) e CAPES entre os anos de 2016 e 2023. A busca foi realizada por meio dos descritores: formação em saúde, educação permanente, residência e estágio. A análise dos dados foi realizada em quatro momentos: reconhecimento do conteúdo, categorização, sistematização dos dados e análise dos resultados. A partir das temáticas apontadas na sistematização dos dados, empreendemos o movimento de síntese, como o reconhecimento das principais tendências de abordagem que expressam as disputas no interior do sistema de saúde.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Considerando o movimento de elaboração da pesquisa, que abarcou o período entre 2016 e 2023, ao se organizar os dados quantitativos, é possível reconhecer como o debate vem se apresentando no decorrer do tempo. Foram analisados 17 artigos do CBAS e 34 teses e dissertações, totalizando 51 produções.

A análise da produção do Serviço Social sobre formação em saúde, aponta que na

trajetória histórica do debate, as reflexões inicialmente buscaram reconhecer as políticas e legislações, com importante ampliação a partir da implantação dos programas de Residências em Saúde e recentemente, o crescimento da produção sobre educação permanente. O debate sobre estágio se apresenta de forma reduzida. Na sistematização do levantamento, identificamos quatro eixos de debate: formação em saúde, residências em saúde, estágio em saúde, educação permanente em saúde.

A partir das análises realizadas é possível reconhecer que:

- Os impactos das políticas neoliberais na saúde e educação são um tema transversal na análise da temática e indicam as repercussões diretas da precarização das condições de trabalho nos processos formativos no estágio, nas residências e na educação permanente em saúde.

- Na disputa entre concepções e projeto de saúde, a perspectiva biomédica permanece hegemônica, sendo contraposta pela perspectiva de saúde ampliada e determinação social no processo saúde e doença. Tais perspectivas são permeadas pelos modelos de educação bancária, tecnicista e pragmatista, liberal e pela pedagogia freiriana.

- A relação teoria e prática destaca-se como um ponto importante, apontando-se como a restrição do debate sobre a dimensão técnico-operativa pelo Serviço Social repercute nos processos formativos. Destaca-se também o acesso ao conteúdo sobre saúde na graduação, diante a formação generalista.

- A direção pedagógica do Serviço Social é sinalizada articulada aos princípios da

Reforma Sanitária e o Projeto Ético Político profissional, tendo os “Parâmetros para atuação de assistentes sociais na saúde” como documento orientador.

- Nas Residências em Saúde, evidencia-se a falta de formação de preceptores para o ensino, sinalizando que a não aproximação a teorias pedagógicas pode favorecer a reprodução de práticas conservadoras como pedagogia das competências e ações pragmáticas e tecnicistas no uso de recursos pedagógicos.

- O debate sobre a questão étnico-racial precisa ser ampliado nos processos formativos em saúde.

- Os espaços de educação permanente se apresentam como uma demanda crescente para o trabalho de assistentes sociais, com requisição de articulação de práticas pedagógicas de ensino.

- As produções que buscam articular a perspectiva ampliada e crítica na saúde e estratégias pedagógicas no ensino, realizam aproximações a pedagogia de Paulo Freire, a pedagogia histórico crítica de Saviani, a psicologia histórico-cultural de Vygotsky. Indicam também o uso de metodologias ativas, problematizadoras, tenda invertida, e a interdisciplinaridade como recurso pedagógico.

CONCLUSÕES: As reflexões apontam para o reconhecimento da atuação de assistentes sociais nos processos de ensino, seja no estágio supervisionado, nas residências em saúde e nos espaços de educação permanente em saúde, o que sinaliza a necessidade de ampliação do debate sobre as relações de

ensino e aprendizagem e seus processos didático pedagógicos.

AGRADECIMENTOS: Ao financiamento PIBIC CNPq.

Imagem 1: Imagem PIBIC





Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

TÍTULO DO PROJETO: A INFLUÊNCIA DA HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO (HPE)/METODOLOGIA NA CIÊNCIA ECONÔMICA: UM ESTUDO EMPÍRICO DA PERMEABILIDADE DA HPE/METODOLOGIA EM OUTRAS ÁREAS DA ECONOMIA SEGUNDO OS CONGRESSOS DA SEP (SOCIEDADE DE ECONOMIA POLÍTICA) E DA ANPEC (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA) - 2004 A 2023

Autores: Emmanoel Boff; Conrado Krivochein; Jesus Alexei Obregón; Vitor Munhoz

Garcia de Oliveira

Departamento/Unidade/Laboratório: Faculdade de Economia

INTRODUÇÃO:

Em 2016, foi publicado o artigo “O que pensam os pensadores da economia no Brasil? Um estudo empírico sobre a produção em História do Pensamento Econômico e Metodologia nos congressos da SEP e ANPEC entre 2004 e 2014”, de Emmanoel Boff e Conrado Krivochein. Na pesquisa, os autores buscaram identificar o grau de permeabilidade das áreas mencionadas (HPE/Metodologia) no total da produção acadêmica realizada no período, referenciando-se nos artigos apresentados durante os encontros anuais da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP) e da Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia (ANPEC). Passados 10 anos deste estudo, um novo grupo de pesquisa foi montado no intuito de atualizar os resultados previamente encontrados.

Uma vez reconhecida a relevância das disciplinas História do Pensamento Econômico e Metodologia na grade curricular dos cursos de graduação e pós-graduação em Economia no

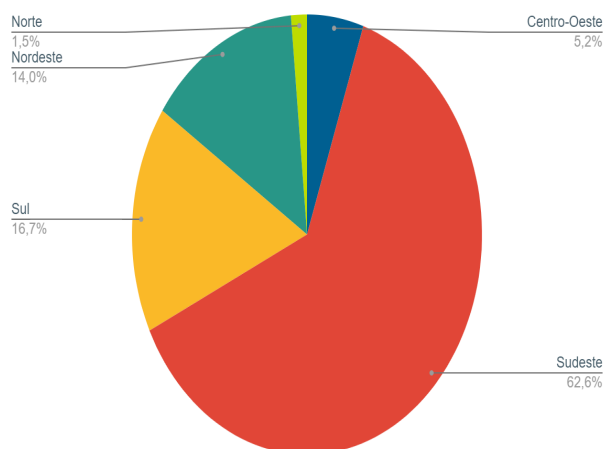
país, o projeto PIBIC correntemente apresentado possui 2 objetivos centrais: **em primeiro lugar**, o trabalho especifica quantitativamente a produção nacional em economia em termos regionais e de gênero. A expressão “pensamento econômico brasileiro” subentende que a produção e circulação de ideias econômica se dá de forma relativamente uniforme em todo o território nacional. Do mesmo modo, dada a importância dos movimentos sociais das últimas décadas – em especial aqueles que buscam uma participação feminina mais ativa na vida pública nacional - o artigo buscou também verificar em que medida houve aumento da produção feminina no pensamento econômico nacional.. **Em segundo lugar**, o trabalho retoma a indagação proposta em 2016, ou seja, mensurar a importância da HPE/Metodologia na diversidade de temas e interesses atualmente estudados, avaliando sua utilidade para o pesquisador que deseja resgatar alguma ideia econômica do passado

para abordar problemas atuais e especificamente brasileiros.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Nosso trabalho mostra, com relação ao seu **primeiro objetivo central**, que há imensa concentração da produção intelectual do pensamento econômico brasileiro nas universidades públicas do Sul e Sudeste do país. Desta forma, pode-se caracterizar o pensamento econômico nacional como predominantemente “sudestino”. É visivelmente pequena a participação de Estados da região Norte do país em discussões acadêmicas de economia nos principais fóruns da disciplina.

Figura 1: Percentual regional de artigos nos Congressos da SEP e ANPEC em conjunto (2004-2023):

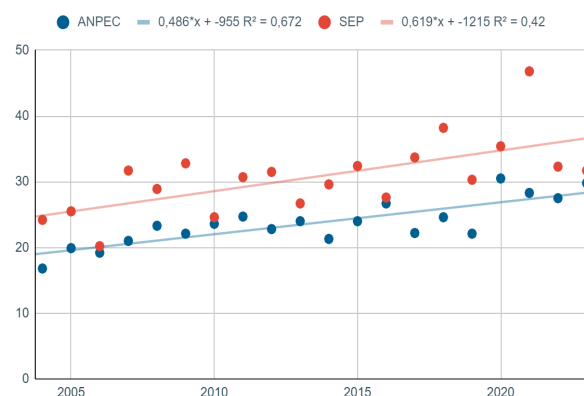


Fonte: elaboração própria

Nosso trabalho também mostra que, de fato, houve um aumento da participação feminina na produção de artigos nos congressos da SEP e ANPEC nos últimos 20 anos, mas que esta ainda se encontra muito abaixo da produção

masculina. A tendência de aumento da participação feminina nos Congressos pode ser vista na figura abaixo:

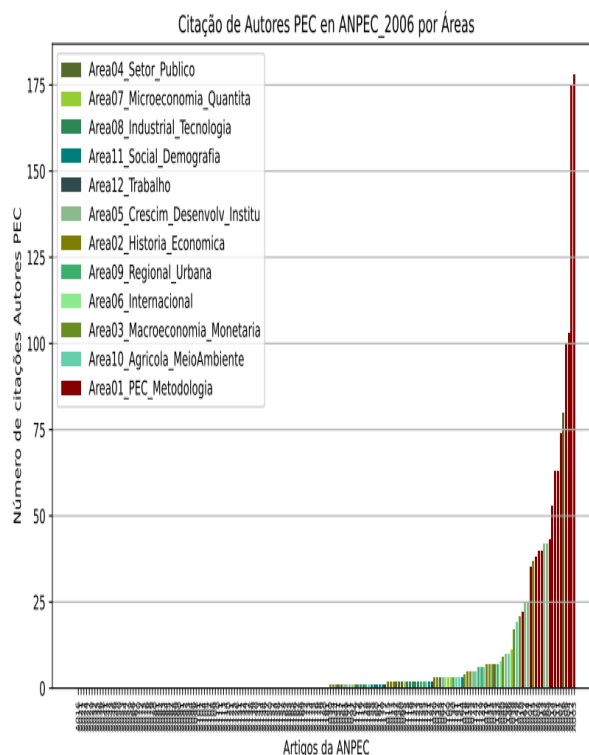
Figura 2: Tendência de aumento na participação das mulheres nos Congressos da SEP e ANPEC (2004-2023):



Fonte: Elaboração própria

Com relação ao seu **segundo objetivo central**, mostramos que há permeabilidade da HPE/Metodologia em outras áreas da economia, como o exemplo do congresso da ANPEC do ano de 2006 deixa claro:

Figura 3: Permeabilidade dos artigos de HPE/Metodologia em outras áreas da economia (ANPEC 2006):



Fonte: Elaboração própria

CONCLUSÕES:

Como colocado na Introdução, o projeto tinha dois objetivos centrais: o primeiro é relativo à quantificação de artigos e autores nos Congressos da SEP e ANPEC com relação ao gênero e à sua origem regional. **Este objetivo foi plenamente atingido.** O que se pode fazer é retirar novas informações acerca dos dados coletados (por exemplo, analisar a participação feminina segundo a universidade, segundo a participação em outras Instituições não universitárias – como IPEA, BNDES, BACEN e outras etc).

Já o segundo objetivo, relativo à permeabilidade da HPE/Metodologia em relação a outras áreas, foi parcialmente atingido. Conseguimos apenas verificar a permeabilidade da HPE/Metodologia em 3 anos de Congressos da ANPEC. Na parte metodológica do Relatório Técnico Final, arrolamos as razões para não termos conseguido realizar tal atividade no caso dos outros anos da SEP e da ANPEC.

AGRADECIMENTOS:

Agradecemos ao CNPq e à Coordenação de Pesquisa a Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação pela concessão da bolsa.





Grande área: Ciências Sociais Aplicadas

**TÍTULO: POLÍTICAS SOCIAIS E ESTRUTURAS DE BEM-ESTAR NO PROJETO E NOS
PAÍSES DO BRICS**

Autores: Laiza Setime Silva e Lenaura de Vasconcelos Costa Lobato

**Escola de Serviço Social/ Programa de Estudos Pós-Graduados em Política
Social/NuBRICS**

INTRODUÇÃO:

A proteção social é essencial para garantir a estabilidade em tempos de incerteza, com serviços básicos como saúde e educação desempenhando papel central. Apesar de avanços, muitos países ainda têm lacunas na cobertura. Historicamente, sistemas de segurança social combinam seguros contributivos e assistência não contributiva para alcançar cobertura universal. Ampliar esses sistemas, incluindo pisos de proteção, é crucial para assegurar benefícios adequados. O projeto em questão busca analisar os sistemas de proteção social dos países BRICS, incluindo Irã e Arábia Saudita. A Arábia Saudita demanda maior pesquisa, então o estudo começou com um panorama dos países árabes, destacando desafios e oportunidades, especialmente na Arábia Saudita e Egito, que recentemente se integraram ao BRICS.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Embora muitos países tenham avançado na legislação de proteção social, ainda existem lacunas significativas na cobertura, com uma grande parcela da população desprotegida. A falta de investimento adequado nos sistemas de proteção social contribui para essa desigualdade. Historicamente, o desenvolvimento desses sistemas cresceu nos últimos cem anos, mas muitos desafios persistem.

Nos países árabes, a seguridade social é ineficaz devido ao alto emprego informal e à baixa participação feminina no mercado de trabalho. O Irã, por exemplo, enfrenta problemas de ineficiência e falta de dados. A expansão dos sistemas de proteção social, incluindo pisos conforme os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, é necessária. Alguns países podem desenvolver pisos de proteção social universais, enquanto outros terão que expandir a cobertura conforme sua capacidade fiscal.

A expansão do BRICS, com a entrada de países como Itã, Egito e Arábia Saudita, reflete uma estratégia para fortalecer a cooperação entre economias emergentes e aumentar a influência global do grupo. No entanto, essa ampliação traz desafios, como as rivalidades entre Arábia Saudita e Irã. A Arábia Saudita enfrenta o desafio de diversificar sua economia e incluir trabalhadores informais em seu sistema de proteção social, atualmente vinculado ao emprego formal. O financiamento baseado em petróleo é um risco, e a crescente população jovem pressiona o mercado de trabalho.

No Egito, o sistema de proteção social é fragmentado e falha em atender os mais necessitados, especialmente os trabalhadores informais. Markus Loewe propõe reformas que unificam esquemas de seguridade social, ampliam a cobertura e implementam tecnologias para melhorar a eficiência. A participação do Egito no BRICS+ pode ajudar na implementação dessas reformas, com o intercâmbio de boas práticas e acesso a recursos financeiros.

A expansão do BRICS oferece oportunidades e desafios para países como Irã, Arábia Saudita e Egito. Reformar seus sistemas de proteção social é crucial para atender às necessidades crescentes de suas populações e economias em transformação. A cooperação dentro do BRICS+ pode promover inclusão social e desenvolvimento sustentável, mas a efetividade dependerá da capacidade de superar diferenças políticas e econômicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ORTIZ, Isabel. A Historical Perspective On The Development Of Universal Social Protection Systems, Including Floors. International Labour Organization (ILO). Genève, Switzerland. Janeiro, 2019. Disponível em: <<http://www.social-protection.org/>> . Acesso em: 29 de fev. de 2024.

CONCEIÇÃO, Pedro. Tempos incertos, vidas instáveis. Relatório Do Desenvolvimento Humano 2021/2022 (UNDP). Nova Iorque, Estados Unidos. 23 de maio de 2023. Disponível em: <RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO 2021-22 | United Nations Development Programme (undp.org)>. Acesso em: 3 de mar. de 2024.

Social Security in Arab States. **International Labour Organization (ILO)**. Disponível em: <Social Security in the Arab States (ilo.org)>. Acesso em: 3 de mar. de 2024.

AMETA, Deepti. Social Protection and Safety Nets in Iran. World Food Program (WFP) from the Center For Social Protection at IDS - Institute of Development Studies. Dezembro, 2015. Disponível em: <Social Protection and Safety Nets in Iran - Institute of Development Studies (ids.ac.uk)>. Acesso em: 5 de mar. de 2024

Social protection. Disponível em: <<https://www.hrsd.gov.sa/en/social-protection>>. Acesso em 14 jul. 2024.

SFAKIANAKIS, John. *The Economy of Saudi Arabia in the 21st Century: Prospects and Realities*. Oxford University Press, 2024.

UNDP. *Compounding crises: pursuing sustainable development in the era of COVID-19 and climate change*. UNDP, 2021. Disponível em:

<https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/migration/arabstates/Compounding_Crisis_UNDP_Feb07-2021_Combined_v3-132-145.pdf>.

Acesso em: 14 jul. 2024.

ALAREF, Jumana. Social Protection in Saudi Arabia. Oxford University Press eBooks, p. 218–257, 4 jun. 2024.

LOEWE, Markus. *Social Security in Egypt: An Analysis and Agenda for Policy Reform*. SSRN Electronic Journal, 2000.

Imagem 1: Imagem
PIBIC





GRANDE ÁREA DO CONHECIMENTO:

TÍTULO DO PROJETO: A ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE E O ENFRENTAMENTO DA COVID-19 NO NORTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

AUTORES: MANUELLA GONÇALVES GARRIDO, VITÓRIA DE OLIVEIRA

SILVA E ADRIANA SOARES DUTRA

DEPARTAMENTO/UNIDADE/LABORATÓRIO: DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL DE CAMPOS / INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL/NÚCLEO DE PESQUISAS E ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS

INTRODUÇÃO:

O projeto submetido ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic), denominado “A organização do Sistema Único de Saúde e o enfrentamento da COVID-19 no norte do estado do Rio de Janeiro” e coordenado pela Profa. Dra. Adriana Soares Dutra, está vinculado a um projeto mais amplo aprovado pelo CNPQ (Edital Universal/2021) com o título “Cultura política e capacidade estatal: A organização do Sistema Único de Saúde e o enfrentamento da COVID-19”.

O projeto do PIBIC teve como proposta investigar a capacidade do SUS no enfrentamento à pandemia da Covid-19 no Norte do Rio de Janeiro, tendo como base os municípios de Campos dos Goytacazes, São João da Barra e Carapebus.

Para que isso fosse possível, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, além da aplicação de 30 questionários junto a profissionais da área de saúde e usuárias/os¹. A adesão à entrevista foi

realizada de forma voluntária, com equilíbrio numérico entre profissionais e usuárias/os.

Antes da apresentação dos resultados, é importante destacar a história e os desafios que o SUS enfrenta desde a sua implementação como política pública.

A Constituição Federal de 1988, no art.196, reconheceu a saúde como direito de todos, acesso igualitário e universal aos serviços e dever do Estado. A partir disso, criou-se o Sistema Único de Saúde (SUS) para que esses atributos fossem garantidos à população, após muita luta.

Porém, mesmo após a sua criação, o avanço do neoliberalismo no país e a transferência de certas responsabilidades do Estado para o setor privado resultaram no surgimento de forças contrárias ao sistema. Isso deu origem a um movimento de contrarreforma que se opunha aos princípios fundamentais do SUS, especialmente em sua missão de garantir o atendimento universal (Bravo, 2006).

¹ Inicialmente objetivava-se aplicar os questionários apenas junto aos profissionais. No decorrer da

pesquisa, optou-se por incluir também usuários do SUS nas entrevistas.

Contudo, apesar das dificuldades, é inegável que o Sistema Único de Saúde (SUS) continua a enfrentar os impactos persistentes do neoliberalismo e da privatização. Dessa maneira, a pesquisa então buscou compreender a forma como a pandemia da COVID-19 foi enfrentada pelo SUS nos diferentes municípios sob a ótica de profissionais e de usuárias/os. Além disso, buscou também avaliar os desdobramentos decorrentes da atuação de um governo de orientação política de extrema direita, liderado por Jair Messias Bolsonaro.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Iniciamos a apresentação desses resultados com os dados referentes ao acesso ao SUS. Do total de pessoas entrevistadas, 46,7% concordam que esse acesso foi viabilizado. O fato de 20% não terem se posicionado prejudica uma avaliação mais detalhada, mas é relevante observar que 33,3% discordam que o atendimento foi viabilizado. Conforme apresentado no gráfico abaixo:

Gráfico 1



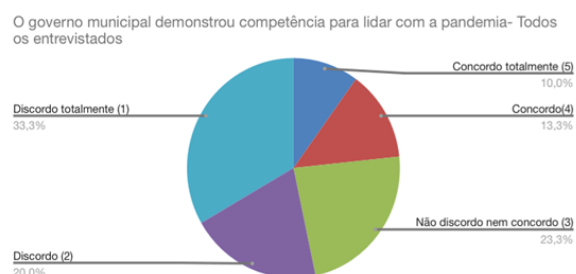
Ainda sobre este aspecto, é importante observar a visão de profissionais e de usuários separadamente. 60% das/os profissionais disseram que, de fato, esse acesso foi viabilizado. Já entre as/os usuárias/os este número cai para 33,3%.

No que refere ao atendimento pesquisado, novamente a percepção das/os profissionais é melhor do que a das/os usuárias/os. 40% das/os profissionais concordaram que esse atendimento foi adequado, enquanto entre usuárias/os o percentual foi de 13,4%.

Sobre este aspecto, avalia-se que a percepção de quem está dentro de uma instituição é diferente daqueles indivíduos que estão precisando do acesso ao equipamento de saúde, sendo possível inferir que o SUS, durante a pandemia, funcionou, mas não da mesma forma para todas as pessoas que precisaram dele.

Em relação à competência dos governos para lidar com a pandemia, observa-se que a percepção se altera dependendo da esfera de governo, assim como do município em questão. No que se refere à esfera municipal, 53,3% das pessoas discordaram totalmente/ discordaram que o governo foi competente para lidar com a pandemia, enquanto 23,3% apresentaram concordância. Conforme apresentado no gráfico abaixo:

Gráfico 2

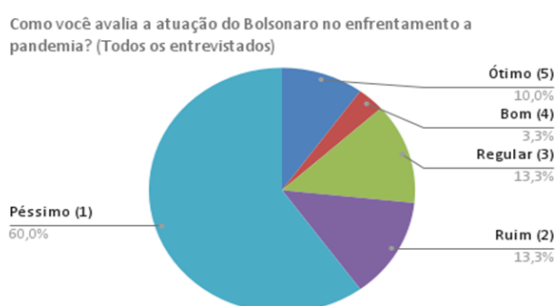


Entretanto, no município de São João da Barra, todas as pessoas disseram que o governo municipal foi competente diante a situação, destoando das respostas que foram obtidas nos outros locais entrevistados. Já em Carapebus,

as pessoas entrevistadas disseram que o governo municipal não teve competência para lidar com a pandemia.

Ao serem as/os quanto à avaliação do Bolsonaro no enfrentamento à pandemia, a grande maioria respondeu que a sua atuação foi péssima/ ruim totalizando 73,3% das pessoas entrevistadas.

Gráfico 3



Ao final, ao serem perguntadas/os sobre uma estratégia para a melhoria no enfrentamento à pandemia, todas as pessoas, entre profissionais e usuárias/os, disseram que uma forma de enfrentar uma pandemia é com o fortalecimento do SUS. Nesse sentido, convém destacar que mesmo com as dificuldades e desmontes que esse sistema vem enfrentando, a população continua acessando o SUS e reconhecendo a sua importância dentro do país.

Além dessas, outras análises são possíveis com base nos dados coletados e continuarão sendo realizadas ao longo da pesquisa. Até aqui, buscou-se um extrato de questões mais relevantes, considerando o término do período de bolsa da discente.

CONCLUSÕES:

É possível concluir que apesar dos desmontes que o SUS enfrentou durante a pandemia, e

enfrenta até os dias atuais, a população acessou e obteve tratamento.

Além disso, por mais que o neoliberalismo tenha conseguido força durante o governo de extrema direita de Bolsonaro no Brasil e o SUS tenha sido alvo de desmonte e de desqualificação como um sistema universal e de qualidade, a população permanece acreditando e defendendo o Sistema Único de Saúde e defendendo o seu fortalecimento.

AGRADECIMENTOS:

Ao PIBIC/PROPP/UFF/CNPq pela bolsa PIBIC e ao CNPq pelo financiamento do Projeto de pesquisa.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRAVO, Maria Inês Souza et al. Política de saúde no Brasil. Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional, v. 3, p. 1-24, 2006.





Ciências Sociais Aplicadas

A DIMENSÃO DE GÊNERO NA ANÁLISE SOBRE MOBILIDADE URBANA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES

Letícia Xavier Baldissara / Érica Tavares

Departamento de Ciências Sociais – COC / UFF Campos /

Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais - NESA

INTRODUÇÃO:

Este trabalho está ligado ao projeto “*Dinâmica socioespacial e capacidade institucional na provisão de serviços coletivos urbanos: a mobilidade urbana em Campos dos Goytacazes*”, que tem o objetivo de analisar os serviços de mobilidade urbana neste município. A proposta metodológica conta com pesquisa bibliográfica, produção de dados primários, análise documental e de mapeamento. Para a presente proposta, consideramos um dos objetivos específicos da pesquisa que é analisar os usos e percepções sobre os serviços de mobilidade urbana sob a perspectiva de gênero. Para tanto, foram analisados dados primários produzidos por uma pesquisa de *survey* na área urbana de Campos realizada pelo Observatório das Metrópoles – Núcleo Norte Fluminense em 2022. A utilização da categoria gênero se refere à organização social da relação entre os sexos, que tem como marca central a desigualdade (Cordeiro, 2018; Scott, 1990) e se reflete em como as mulheres vivenciam a cidade. Pensar o direito à cidade sob esta perspectiva demanda a

compreensão de que homens e mulheres experimentam a cidade de formas diferentes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A pesquisa domiciliar entrevistou 173 homens e 219 mulheres na área urbana. A respeito do principal meio de transporte usado no trajeto casa-trabalho, notamos que os homens, no geral, utilizam mais meios de locomoção particulares, como carro (39%), bicicleta (24%) e moto (14%). Já as mulheres utilizam em maior medida o transporte coletivo (30%), em seguida o carro particular (20%) e a bicicleta (18%). A predominância de mulheres no transporte coletivo tem sido apontada em diversas cidades do país.

No que diz respeito à avaliação do transporte público que serve o bairro, a avaliação por parte do gênero feminino teve uma avaliação bem negativa, sendo 14% ruim, e 56% muito ruim (para eles, 22% declarou que o transporte é ruim e 31% muito ruim). Assim, podemos assinalar o quanto as mulheres vêm se sentindo insatisfeitas com o transporte público que serve os bairros urbanos, mais até do que os homens. Apesar da avaliação desfavorável para os

serviços de mobilidade urbana por toda a população, as mulheres tendem a apresentar uma avaliação mais negativa em relação aos homens.

Por fim, ao analisar a avaliação dos serviços de mobilidade urbana em todo o município (não somente o transporte público no bairro) segundo gênero, observamos que 27% das mulheres avaliaram como ruim, e 37% avaliaram como muito ruim. Quanto aos homens, 18% avaliaram como ruim, e 26% como muito ruim. Essa avaliação, que envolve a infraestrutura existente e as condições gerais do sistema de mobilidade, reforça a percepção anterior sobre os transportes públicos em si. As mulheres estão, num contexto geral, enfrentando muito mais desafios, medos e perigos do que os homens. Como Nunes e Silva (2020) explicitam, além dos riscos cotidianos que a população em geral sofre, as mulheres estão suscetíveis a situações mais complexas.

Ao se deslocar numa rua mal iluminada, seja a pé ou de bicicleta, elas estão mais sujeitas aos perigos, assim como na espera por coletivos à noite, com pontos de ônibus mal iluminados, além da insegurança dentro dos veículos e o medo de assédio. Tais fatores podem fazer com que, as mulheres acabem avaliando mais negativamente os serviços de mobilidade na cidade, uma vez que precisam considerar diversos elementos ao planejarem e realizarem os seus deslocamentos. Como Cordeiro (2018) afirma, pensar a cidade e o planejamento urbano com a perspectiva de gênero é considerar as desigualdades encontradas no espaço urbano, uma vez que a violência sofrida por mulheres as segrega e desafiam suas

vivências nesse espaço. Obviamente a dimensão ressaltada nessa parte da pesquisa se soma aos desafios mais gerais no âmbito dos serviços de mobilidade urbana e transporte no município de Campos/RJ, como o acesso aos modais, as condições econômicas, as desigualdades territoriais, a sustentabilidade urbana etc., uma vez que a mobilidade é essencial para a experiência urbana.

CONCLUSÕES:

Através dos dados coletados percebemos que a avaliação ruim sobre a mobilidade, a forte dependência do transporte coletivo para as mulheres, a invisibilidade de deslocamentos femininos fora do trajeto casa-trabalho e a ausência de ações educativas de conscientização contra o assédio reforçam o que a pesquisa tem se dedicado a trazer, que é a importância de se pensar em políticas públicas de mobilidade urbana sob a perspectiva de gênero.

AGRADECIMENTOS:

Agradeço à minha orientadora Érica Tavares, à FAPERJ e à UFF, pela oportunidade de fazer parte dessa pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CORDEIRO, Fernanda. O direito à cidade sob a perspectiva de gênero. Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social, v. 1, n. 1, 2018.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, v. 15, n. 2, jul./dez., 1990.

NUNES, Ana Carolina Almeida Santos; PEREIRA, Marina. A ausência das perspectivas de gênero e raça nas políticas públicas de mobilidade urbana. Revista Brasileira de Direito Urbanístico, Belo Horizonte, v. 6, n. 10, pp. 189-206, 2020.



Imagem 1: Imagem PIBIC



Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas.

Título do Projeto: DESASTRES AMBIENTAIS E POLÍTICAS URBANAS EM CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ.

Autoras: Roberta Rodrigues Soares / Érica Tavares.

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas / Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional – ERS / Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (NESA)

INTRODUÇÃO:

As experiências adquiridas neste período de Iniciação Científica no NESA – Núcleo de Estudos e Pesquisa Socioambientais – apresentam um horizonte para além do que foi proposto no projeto de IC. Neste resumo, apresento parte dessas experiências adquiridas. O objetivo maior da pesquisa em que este projeto de IC foi inserido é analisar as ocorrências dos desastres ambientais relacionados à água considerando o histórico do desenvolvimento regional no Norte Fluminense e o cenário atual de mudanças climáticas. Os objetivos específicos foram: 1) Identificar os tipos de desastres/impactos ocorridos no município de Campos dos Goytacazes/RJ; 2) Mapear áreas afetadas por desastres; 3) Traçar o perfil socioeconômico dessa população; 4) Levantar as políticas urbanas implementadas nos territórios afetados.

Nos últimos anos, os períodos de chuvas estão cada vez mais constantes em decorrência das alterações climáticas. No caso das inundações, as cidades no Brasil têm sido afetadas com muita intensidade, provocando cenários catastróficos. Estudos sociológicos consideram

os desastres ambientais como fenômenos sociais com origens na própria estrutura social (Quarantelli, 2015). Por outro lado, a perspectiva da construção social do risco aponta que a definição dos riscos não deve se pautar somente pelo saber técnico/perito, mas, também, deve considerar a dimensão social e política, assim como as experiências e percepções de uma comunidade (Valencio et. al, 2009). Além disso, como no caso da região em estudo, é possível problematizar que os desastres em locais onde geralmente não há vítimas fatais, têm sido encarados como desastres do cotidiano ou invisibilizados, onde as ações do poder público geralmente ocorrem apenas durante e depois dos episódios trágicos. O caso do distrito de Santo Eduardo, em Campos dos Goytacazes–RJ, corresponde e ilustra essa situação. A recente tragédia teve seu ápice em março de 2024, mas a localidade expõe um histórico expressivo de inundações que remonta há décadas passadas, combinado com a ausência de políticas urbanas no território. Desse modo, este trabalho visa apresentar a percepção dos moradores sobre as inundações na localidade, assim como identificar suas estratégias de enfrentamento.

Para tanto, a metodologia contou com pesquisa de campo e aplicação de questionários por meio de entrevistas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A partir do projeto “Mobilização social e enfrentamento de desastres em Campos dos Goytacazes no Norte Fluminense/RJ”, analisamos os dados obtidos com a realização de um *survey* ocorrido em 2022 com moradores de 54 domicílios em áreas com frequentes inundações na localidade. As respostas dos questionários foram trabalhadas no software SPSS e em planilha Excel.

Esta análise permitiu identificar traçar um perfil dos afetados em Santo Eduardo, que é bastante diverso.

Sobre a percepção relativa às causas dos desastres: 42,6% percebem que as causas são naturais, enquanto um percentual maior de 57,4% percebe que é a falta de atuação do poder público. Ademais, sobre o domicílio estar em “área de risco”, 52% percebem que sim, e o principal motivo é a presença do ribeirão que corta a localidade. Além disso, 81% dos entrevistados acreditam que as inundações, alagamentos e enchentes podem ser considerados desastres. Em contrapartida, no que diz respeito aos problemas que enfrentam no domicílio, 40% dos entrevistados apontaram o esgoto e 33,3% apontaram a energia elétrica. Não obstante, como enfrentamento aos desastres a partir da dimensão coletiva, algumas mobilizações sociais foram realizadas pela população, como demandas a partir da associação de moradores, além da ajuda por

parte de grupo sociais voluntários. As principais demandas ao poder público se referem a obras de saneamento básico, especialmente drenagem urbana e os cuidados de limpeza no ribeirão.

Nessa lógica, buscando saber quais são as melhorias necessárias na localidade, os serviços de infraestrutura básica foram apontados por 57,7% dos entrevistados; Serviços de saúde por 34,6% e Obras por 21,1%.

As demandas em geral não foram atendidas ou ocorreram de forma restrita e insuficiente para a prevenção de desastres.

CONCLUSÕES:

Os dados da pesquisa demonstraram a ausência de planejamento e políticas públicas naquele núcleo urbano, fazendo com que os moradores se autointitulem como “esquecidos. Portanto, este cenário revela o aprofundamento das desigualdades socioeconômicas, reforçando a injustiça social e ambiental já vividas pelos atingidos por desastres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

QUARANTELLI, E. L. Uma agenda de pesquisa do século 21 em ciências sociais para os desastres: questões teóricas, metodológicas e empíricas, e suas implementações no campo profissional. *O Social em Questão*. Rio de Janeiro, 2015, ed. 33.

VALENCIO, N.; SIENA, M.; MARCHEZINI, V.; GONÇALVES, J. (Orgs), *Sociologia dos*

Desastres: construções, interfaces e perspectivas no Brasil. São Carlos: RiMa, 2009.

AGRADECIMENTOS:



Agradeço ao PIBIC
CNPq/UFF, ao NESA e à
Prof. Dra. Érica Tavares, pela
oportunidade de desenvolver
esta pesquisa.

Ciências Sociais Aplicadas

DIREITO, POLÍTICAS CULTURAIS E DIREITO AUTORAL: A NOÇÃO DE AUTORIA EM DISPUTA

Amanda Louise Santana Siqueira (Bolsista) e Adriana Dias Vieira (Orientadora)

Departamento de Direito Privado / Faculdade de Direito - Niterói



INTRODUÇÃO:

A pesquisa teve como objetivo a compreensão das

principais disputas presentes no campo dos direitos autorais e das políticas culturais no Brasil, com foco na noção de autoria. A autoria está ligada a direitos como o acesso à cultura, o acesso à informação, dentre outros. Ademais, está ligada às políticas culturais, que foram desenvolvidas de diferentes formas ao longo dos governos brasileiros mais recentes. É um tema debatido por inúmeras ciências, que deve ser analisado de forma interdisciplinar.

O conceito de autoria pode ser amplo ou restritivo. As decisões judiciais, as normas do direito brasileiro, as políticas públicas voltadas para a cultura — todas envolvem diferentes noções de autoria, sendo necessário um estudo atento das definições mais frequentes. Considerando que ela está no centro de diversos debates, surge a necessidade de compreender quais são as características e limites atribuídos à autoria, partindo de decisões judiciais e de obras que versam sobre os direitos autorais.

Além disso, é fato que a produção cultural brasileira foi profundamente impactada pelos

avanços tecnológicos das últimas décadas. Há de se questionar se os requisitos impostos à proteção autoral são capazes de abarcar a diversidade de bens culturais brasileiros. A primeira etapa da pesquisa consistiu em revisão de literatura, e a segunda etapa consistiu em pesquisa jurisprudencial.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Em um primeiro momento, houve leitura da bibliografia indicada pela orientadora; foram realizados fichamentos sobre as obras. Em um segundo momento, houve a realização de pesquisa jurisprudencial. Foram encontradas 35 decisões do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que versam sobre direitos autorais. Dentre elas, 12 tensionam a noção de autoria, sendo objeto da presente pesquisa.

Ano	Nº de casos
1998	1
2014	3
2015	2
2016	7
2017	2
2018	2
2019	1

2020	2
2021	3
2022	8
2023	3
2024	1

Tabela 1: Decisões do STJ sobre direitos autorais.

Ao longo da pesquisa, houve a análise de diversas definições acerca das obras passíveis de proteção autoral. Destacam-se as frequentes menções à originalidade e à criatividade, apresentadas como requisitos. Outrossim, as decisões estudadas costumam discutir os artigos 11 e 12 da Lei 9.610/98, que definem o conceito de autor e descrevem as formas possíveis para a sua identificação.

Em relação às obras centradas em políticas culturais, destaca-se a existência de momentos de ampliação e restrição do conceito de cultura, questão discutida por Dias (2021). É notável que as diferentes políticas culturais de cada governo são responsáveis por esses fenômenos, que afetam a elaboração de políticas públicas voltadas para a cultura.

Nas obras centradas em direito e tecnologia, há de se enfatizar a significativa mudança dos temas em debate. Em décadas passadas, os principais embates estavam centrados na ampliação do acesso à *internet*. Na atualidade, predominam as discussões sobre fenômenos surgidos no ambiente digital.

CONCLUSÕES:

Após a análise dos dados coletados durante a pesquisa, é possível refletir sobre como a noção de autoria é discutida em rígidos moldes

tradicionais, que por vezes afastam a proteção autoral de obras produzidas em contextos específicos. Considerando a longa existência de formas de autoria fluidas, como as vistas em certas comunidades indígenas, verifica-se a necessidade de um direito autoral ampliado.

Ademais, em um contexto de frequentes evoluções digitais, harmonizar as novas tecnologias de acesso à cultura e a proteção aos direitos dos autores também é uma questão relevante. Lemos (2005) aponta que um sistema alternativo de propriedade intelectual auxiliaria nas questões relacionadas ao acesso à cultura, desde que fosse idealizado de modo a garantir uma remuneração mais justa aos autores e detentores de propriedade intelectual.

As demandas geradas pelas múltiplas interações em discussão devem ser objeto das políticas públicas voltadas para a cultura. Na visão de Dias (2021), é necessário discutir o que está em jogo quando se mobiliza a noção de política pública de cultura, ou de política pública cultural. Expressa que há uma certa maleabilidade na noção de política pública, e alerta que esse uso, sem grandes preocupações com definições precisas, mostra como a noção de política pública de cultura não é alvo de muitas problematizações (p. 178).

É preciso pensar em outro direito autoral. O estabelecimento de políticas culturais baseadas em noções ampliadas de cultura, a formulação de legislação autoral centrada em noções de autoria mais fluidas e menos individualizadas, assim como a implementação de políticas públicas capazes de abarcar uma maior diversidade de manifestações e produções

culturais, são medidas que devem ser discutidas.

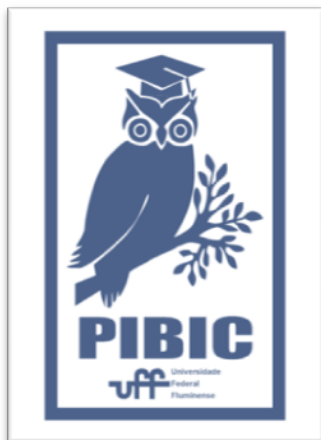
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. Lei 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.

Disponível em:
<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9610.htm> Acesso em: 01 jul. 2024.

DIAS, Caio Gonçalves. A cultura que se planeja: políticas culturais, do Ministério da Cultura ao governo Bolsonaro. Rio de Janeiro: Mórula, 2021. 296 p.

LEMONS, Ronaldo. Direito, tecnologia e cultura. Rio de Janeiro, FGV, 2005.





CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CONSERVADORISMO E SERVIÇO SOCIAL: AS INFLUÊNCIAS
CONTEMPORÂNEAS NO PROCESSO DE PRODUÇÃO DO
CONHECIMENTO E NO TRABALHO PROFISSIONAL
ADRIANA RAMOS E JUAN CARLOS SIQUEIRA CARDOSO
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS

INTRODUÇÃO:

Este trabalho objetiva apresentar alguns resultados da pesquisa realizada pelo Núcleo de Estudos dos Fundamentos do Serviço Social sobre a relação contemporânea entre o Serviço Social e o pensamento conservador. O Serviço Social brasileiro, historicamente, nasce sob a égide do humanismo cristão, na década de 1930, e ao longo dos anos subsequentes performa, em todo o seu cariz, a face religiosa, além de exercer o ideal punitivista e o controle social. Produto da apropriação do Positivismo e suas diversas expressões no campo das Ciências Sociais, o que Yazbeck (2020) denomina de um arranjo teórico-doutrinário. Essa postura é perpassada pelos períodos ditatoriais, responsáveis pela acentuação de inúmeras mazelas e perseguição constante ao pensamento crítico a essa sociabilidade. Contraditoriamente, é nesse horizonte que os germes marxianos ganham fôlego para propor uma nova forma de leitura social, sob o respaldo do materialismo histórico-dialético.

Ao localizar a profissão na divisão sócio-técnica do trabalho, nota-se como os rebatimentos socioeconômicos, principalmente o movimento sistêmico de crise do capital, inferem diretamente no Serviço Social. Assim sendo, ao se debruçar sobre o subsídio marxiano e da tradição marxista, essa forma de

leitura da realidade confere a categoria profissional condições de análises mais fundamentadas criticamente bem como propostas de enfrentamento a esta árdua conjuntura.

Mas ainda que tenha ocorrido este movimento, não significa dizer que não há resquícios reatualizados de conservadorismo na profissão. Por fim, é preciso compreender as influências conservadoras contemporâneas no processo de produção do conhecimento e no trabalho profissional.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Desde o período inicial de sistematização da pesquisa, em Outubro de 2023, realizaram-se pesquisas, leituras e debates sobre os textos, objetivando o mapeamento das produções que, em nossa hipótese, apresentariam tendências conservadoras em suas discussões. Partindo desse estudo a proposta foi a construção de artigos para a socialização dos resultados.

Nesse sentido, utilizou-se das ferramentas de pesquisa on-line para construir um acervo com os materiais necessários para essa discussão. Dessa forma, foram encontrados os seguintes materiais: nove produções que contém um diálogo crítico com o conservadorismo, sendo seis artigos, uma

dissertação de Mestrado (2020) e duas teses de Doutorado (2021). No que denominamos de tendências conservadoras localizamos um conjunto de materiais: cinco *lives* disponíveis no canal do *YouTube*, todas com a presença do professor Edson Oliveira, que caminham na mesma perspectiva, denominada pelo autor de “As 23 teses” do chamado “Serviço Social Libertário”¹, além de um trabalho de conclusão de curso, e dois livros publicados pelo professor, demonstrando assim a sua essência extremamente conservadora.

Mediante a densidade de textos, foram necessárias reuniões para que pudessem ser alinhadas à divisão de tarefas. Nesse âmbito, uma das primeiras elaborações, foi um artigo: “A defesa de um debate crítico frente às tendências conservadoras no Serviço Social brasileiro”² para ser apresentado no V Congresso Latinoamericano de Trabajo Social Crítico na Colômbia.

Em um segundo momento, pensando a importância do projeto ético-político do Serviço Social, e a sua atualidade, foi construído um segundo artigo para o compartilhamento dessas informações obtidas por meio da atual pesquisa. Nessa lógica, com o título “O Serviço Social e as novas expressões do conservadorismo”, o material encontra-se submetido ao XVIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social e aguardando o resultado.

Caminhando para a próxima etapa da pesquisa, foi definida a construção de um novo

artigo com a temática sobre a pós-modernidade e as suas expressões conservadoras no Serviço Social.

CONCLUSÕES:

Em vista de toda reflexão até aqui, entendemos que não findou-se o campo de disputa existente dentro do Serviço Social, tampouco há possibilidades concretas, dentro dessa sociabilidade, para tal. Essa relação estrutural do capitalismo e a sua instabilidade demonstram como o conservadorismo é um pilar central de sua sustentação, além de “[...] o pensamento conservador [ser] uma expressão cultural [...] particular de um tempo e um espaço sócio-histórico muito preciso: *o tempo e o espaço da configuração da sociedade burguesa* [...]” (Escorsim Netto, 2011, p. 40-41, grifos da autora).

Sendo assim, essa pesquisa tem como objetivo resgatar e analisar como esses entraves impedem a plenitude da proposição que se respalda pela ciência e o pensamento crítico, além de captar como esse pensamento conservador chega aos espaços sócio-ocupacionais.

AGRADECIMENTOS:

À Adriana Ramos e aos meus guias por prestarem a mim todo o suporte necessário para a minha construção como ser.

REFERÊNCIA

ESCORSIM NETTO, Leila. *O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica*. São Paulo: Cortez,

¹ Há a compreensão, da nossa parte, que “Serviço Social Libertário/Clínico/disruptivo” possui a mesma essência conservadora no que se refere às referências teóricas que utiliza.

² Além de ter propiciado uma nota de 94.5, o que se configura como acima da média

2011.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos do Serviço Social e o enfrentamento ao conservadorismo. *in Revista Libertas*, Juiz de Fora, v. 20, n. 2, p. 293–306, jul./dez. 2020.





CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
ESTRATÉGIA DEMOCRÁTICO-POPULAR E OS GOVERNOS LULA: UMA ANÁLISE
COMPARATIVA DOS GOVERNOS (2002-2010) E (2023-2026) PARA O ATENDIMENTO AOS
DIREITOS SOCIAIS VOLTADOS AO SEGMENTO LGBTQIA+

Adrianyce A. Silva de Sousa; Gabe Moreira Thomaz (Gabriel Moreira Thomaz)

Escola de Serviço Social/Departamento de Serviço Social/NUTSS

INTRODUÇÃO:

O presente artigo reflete acerca da relação entre a estratégia democrático popular, os Governos Lula (2003-2010) e (2023-2026), possíveis avanços para a pauta LGBTQIA+ nestes governos. Nosso pressuposto é de que, nos Governo Lula, a estratégia democrático-popular se realiza por meio de uma democracia de cooptação, cujas consequências são de grande impacto nas formas de enfrentamento da classe trabalhadora em geral face à luta de classes no país e, em particular, sob a pauta da população LGBTQIA+. Nossa pesquisa, balizada no método materialista histórico-dialético, e realizada por meio de revisão bibliográfica e análise documental, identifica a ênfase, na via democrática, nos Governos Lula, como a única forma de acesso possível dos trabalhadores, enquanto classe social, aos direitos. Dessa forma, compreendemos como a contraface desse processo uma tendência de esvaziamento mais crítico e autônomo da classe trabalhadora e, do segmento LGBTQIA+, em particular.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Como parte da “nova esquerda” e da estratégia democrático-popular, uma ênfase democrática assumiu centralidade no PT e nos governos petistas.

Neste contexto, como bem expresso por Mansur (2021), a estratégia democrático-popular é realizada, mas também metamorfoseada, e, a democracia tomada como historicamente intimidada para seu desenvolvimento, tornando necessário “superar a inviável hegemonia política existente no Brasil, a partir da incorporação de milhares aos frutos do desenvolvimento” (MANSUR, 2021, p. 60).

Sobre o segmento LGBTQIA+ enraizou-se a concepção de que o importante era perseguir o possível. Sendo este possível, identificado como um conjunto de condições que, supostamente, poderiam ser efetivadas de imediato, sem necessidade de transformações societárias de caráter mais amplo.

Na análise dos documentos identificamos duas questões: uma primeira, que se refere a articulação que, nos governos Lula, vai expressar a estratégia democrático-popular, na efetivação das reformas que a burguesia não realizou, e, que para o segmento LGBTQIA+ essas “reformas” são fundamentadas a partir de uma concepção de Direitos Humanos na qual,

os Direitos Humanos constituem condição para a “prevalência da dignidade humana”, e que devem ser promovidos e protegidos por meio de esforço conjunto do Estado e da sociedade civil. Uma segunda, diretamente associada a primeira, quando a especificidade das lutas do segmento LGBTQIA+, - que expressam opressões concretas, - não são generalizadas para a compreensão da necessidade da emancipação humana, sendo diluídas numa visão acrítica de sociedade civil que se articula-se harmonicamente a um Estado também que aparece como “arbitro” desprovido de luta de classes.

Em ambos os casos, se para a classe trabalhadora em geral, os governos Lula significaram o apaziguamento da luta de classe face a resignação na esfera do cidadão consumidor, quer nos parecer, que estas determinações para o segmento LGBTQIA+ particularizam-se ainda mais num resignar-se apenas ao “direito a ter direitos” como analisou Santos (2005) restringindo, no nosso entendimento, a questão ao formalismo e a participação democrática, esvaziado pela institucionalidade, via conselhos, disputa de editais, ou pela legalidade, face ao direito positivo.

CONCLUSÕES:

A análise comparativa entre os mandatos (2002-2010) e (2023-2026) confirma os pressupostos da pesquisa evidenciando o sentido ídeo-político que atravessa essas ações, pois trata-se de uma direção social que assume um projeto de conciliação de classes com características muito específicas, como

bem sintetizado por Santos (2005, p. 22) “condição defensiva; conquista da democracia e da cidadania como objetivo e horizonte de suas lutas e o crescente distanciamento ideológico de um projeto societário anticapitalista”.

Nessa perspectiva, o segmento LGBTQIA+ se fragmenta em um conjunto de instituições formadas por “ativistas” defensores da democracia e dos direitos humanos, voltados, necessariamente, para a efetivação do espaço público e de uma espécie de bem comum. Guarda-se, assim, afinidade com a compreensão do “socialismo democrático” enquanto transição socialista que se realiza gradualmente através do Estado burguês na “luta institucional” tão marcante na estratégia democrático-popular.

BIBLIOGRAFIA

MANSUR, Isabel. Corda Bamba: o lulismo como metamorfose e realização da estratégia democrático-popular. Marília: Lutas Anticapital, 2021.

SANTOS, Silvana Mara Morais dos. O pensamento da esquerda e a política de identidade: as particularidades da luta pela liberdade de orientação sexual. Tese de Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, 2005. 334fs.

FINANCIAMENTO

Bolsa de Produtividade em Pesquisa Nível 2 – CNPQ

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPQ



Imagem 1: Imagem
PIBIC



Grande área do conhecimento: Comunicação e Informação

TÍTULO DO PROJETO: O POTENCIAL DA GAMIFICAÇÃO COMO INSTRUMENTO PARA A EDUCAÇÃO CRÍTICA PARA AS MÍDIAS NO ENSINO

Superior da área de Comunicação e Informação

Autores: João Victor dos Santos Oliveira, Alexandre Farbiarz

Departamento de Comunicação Social / Laboratório de

Pesquisa Aplicada em Mídia e Cotidiano

INTRODUÇÃO

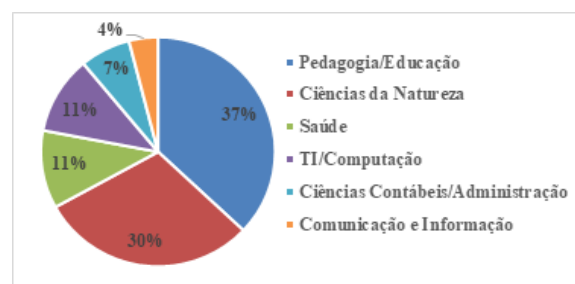
Este estudo investiga o potencial da gamificação como instrumento pedagógico para a Educação Crítica para as Mídias no Ensino Superior, especialmente em cursos de Comunicação e Informação. Esta pesquisa critica o modelo tradicional de educação, chamado por Freire (2020 [1970]) de Educação Bancária, no qual os estudantes são vistos como receptores passivos de informações. A pesquisa propõe que, em um contexto escolar do século XXI, os alunos devem ser reconhecidos como agentes ativos no processo de aprendizado. Nos interessa saber como a gamificação, uso de mecânicas de jogos para engajar e motivar em ambientes não lúdicos (Kapp, 2012), é explorada como uma ferramenta para promover o Letramento Crítico Midiático, e para fomentar um ensino mais interativo e crítico das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa foi conduzida por meio de um levantamento de Estado da Arte de artigos que documentam práticas gamificadas no Ensino Superior brasileiro. Conforme o Gráfico 1, observamos que as áreas de

Pedagogia/Educação e Ciências da Natureza predominam nas publicações sobre o uso de gamificação, com uma representação bastante limitada nos cursos de Comunicação e Informação.

Gráfico 1 - Áreas a que pertencem os autores dos artigos.



Fonte: autores.

A análise incluiu artigos que abordam práticas gamificadas como *Commercium et Cognitionis*, *F.O.C.A.*, e *Encontre a Fonte*, aplicadas em diferentes cursos da área de Comunicação e Informação, destacando o engajamento e a participação ativa dos alunos. Nesta etapa, identificamos que apenas dois artigos trabalham o Letramento Midiático fora da área de Comunicação e Informação, ambos da área de Pedagogia. Ainda assim, é animador pensar que, fora da área específica que se preocupa com o fenômeno da midiaticização, outros cursos estão desenvolvendo em seus alunos um olhar crítico para as mídias.

Sobre os dois trabalhos voltados para o Letramento Midiático na área de Pedagogia, foram eles: *Gamificação para o desenvolvimento dos multiletramentos no Ensino Superior* e *Produção de disciplina gamificada: uma proposta de Letramento Midiático com aproximações entre a Mídia-Educação e aprendizagem baseada em jogos*. Encontrar metodologias gamificadas na Educação Superior que trabalhem o Letramento Crítico para as Mídias é algo animador, pois mostra a importância da discussão do tema nas Instituições de Ensino Superior brasileiras.

A análise dos resultados indica que a gamificação pode ser uma estratégia pedagógica eficaz para envolver os alunos de maneira mais significativa, superando os métodos tradicionais que frequentemente resultam em passividade e falta de engajamento crítico. As práticas gamificadas permitiram que os alunos assumissem um papel ativo no processo de aprendizagem, utilizando as TDICs de forma crítica e reflexiva. Nos casos analisados, os jogos educacionais foram estruturados para integrar teoria e prática, oferecendo aos alunos oportunidades de aplicar conhecimentos em situações simuladas e colaborativas, o que fortalece o aprendizado e o senso crítico sobre as mídias.

Apesar do potencial observado, a pesquisa também identificou desafios na adoção de gamificação, como a necessidade de um método pedagógico que alinhe as mecânicas de jogo aos objetivos educacionais. Além disso, a expansão da gamificação como aliada da Educação Crítica Midiática para outras áreas do conhecimento é promissora, sugerindo que essa

metodologia pode ser adaptada para contextos diversos, sempre com foco na promoção de uma educação mais crítica e engajada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos, desta forma, que a gamificação é uma ferramenta valiosa para a Educação Crítica para as Mídias, especialmente em cursos de Comunicação e Informação. As práticas gamificadas demonstraram ser eficazes em transformar os educandos de receptores passivos para participantes engajados, promovendo um ambiente de aprendizagem colaborativo e dinâmico. Além de contribuir para o Letramento Crítico Midiático, a gamificação favorece o desenvolvimento de competências essenciais para o século XXI (Fedorov, 2008), como a capacidade de análise crítica, resolução de problemas e trabalho em equipe.

Os resultados sugerem que a gamificação, quando aplicada de maneira estruturada e intencional, pode enriquecer a experiência educacional não apenas na área de Comunicação e Informação, mas também em outras áreas do Ensino Superior. Para melhorar seu impacto, é fundamental que futuros estudos explorem novas formas de integrar essas práticas com os objetivos pedagógicos específicos de cada curso, garantindo que a gamificação continue a evoluir como uma abordagem versátil e eficaz no contexto educacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FEDOROV, A. Media Education Around the World: Brief History. In: **Acta Didactica**

Napocensia, v. 1, n. 2, 2008. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=2624234>. Acesso em: 2 jun. 2016.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020 [1970].

KAPP, K. **The gamificaion of learning and instruction: game-based methods and strategies for training and education**. San Francisco: Pfeiffer, 2012.





Ciências Sociais Aplicadas

SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL E HABITAÇÃO E REABILITAÇÃO URBANA: PERSPECTIVAS ENTRELAÇADAS [SUBPROJETO CASOS NO BRASIL]

Saamiya Leonardo de Andrade e Fernandes (Bolsista PIBIC/ CNPq - UFF), Andréa da Rosa Sampaio (Coordenadora e Orientadora da Pesquisa)

TAR e PPGAU – Escola de Arquitetura e Urbanismo

INTRODUÇÃO:

Com base na premissa de que a preservação do patrimônio cultural pode ser um fator-chave para a reabilitação de áreas centrais, o projeto tem como objetivo investigar a preservação do patrimônio cultural urbano e a recuperação do casario histórico na Área Central do Rio de Janeiro, sob o viés dos usos habitacionais e as possibilidades de reabilitação urbana em face dos desafios da urbanização contemporânea. Para tanto, a pesquisa se desenvolve a partir da análise de referências e estudos de caso que demonstrem a viabilidade dessa articulação, com ênfase no papel catalisador da moradia na salvaguarda do patrimônio urbanístico e sua apropriação social.

O foco da investigação baseia-se nos instrumentos de planejamento, gestão e salvaguarda do patrimônio cultural e programas de reabilitação urbana, de maneira a alimentar o Banco de Dados e referências no tema produzido anteriormente, contribuindo para a discussão em relação à salvaguarda, apropriação e ressignificação do patrimônio edificado precarizado nas áreas centrais.

No contexto da coexistência do centro financeiro com o núcleo histórico da cidade, cria-se um

ambiente que acentua conflitos e desigualdades socioespaciais, frequentemente colocando o patrimônio urbano em risco. Tal cenário instiga a pesquisa a investigar os planos e programas voltados à reabilitação da área central do Rio de Janeiro, questionando a falta de coesão e integração entre suas diretrizes e ações.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Com base nas informações coletadas e nos levantamentos realizados, observou-se descompassos de projetos de reabilitação não executados e tornou-se evidente a desarticulação entre os programas atuais e a conservação do patrimônio cultural, como no caso do Porto Maravilha (2009) e Reviver Centro (2021). É importante ressaltar os impactos gerados por esses programas, especialmente em relação aos bens protegidos nas APACs vigentes – Corredor Cultural e SAGAS, e seus moradores, e a ausência de políticas públicas de reabilitação efetivas, bem como as lacunas na implementação de políticas habitacionais e patrimoniais integradas.

Nesse sentido, evidenciam-se os descompassos entre esses programas e a preservação do patrimônio cultural, com foco nos sobrados subutilizados e naqueles

precariamente habitados, e na ausência de investimentos na requalificação de bens protegidos.



Imagem 1: Área Portuária
Fonte: RioTech Drone, 2022

O projeto da OUC (Operação Urbana Consorciada) Porto Maravilha, impulsionado pelos investimentos do Projeto Cidade Olímpica, visou revitalizar a área portuária, concentrado na criação de grandes equipamentos culturais voltados para o turismo, sem abordar efetivamente a reabilitação do patrimônio edificado precarizado. O Plano de Habitação de Interesse Social, que seguiria o mapeamento do extinto Programa Novas Alternativas, não se concretizou, e as iniciativas para reabilitação de edifícios ocupados por movimentos de moradia enfrentam dificuldades financeiras.

Em vez de promover a reabilitação urbana, a área gerou vazios urbanos à espera de empreendedores imobiliários. A legislação da OUC permite a construção de torres residenciais e comerciais, impulsionando a demolição de galpões históricos, não protegidos, e anulando a intenção original de preservar o skyline dos morros da Área portuária. O reconhecimento do Cais do Valongo como Patrimônio Mundial - UNESCO como

lugar de memória sensível, em 2017, torna o contexto mais complexo.

Já o Programa Reviver Centro foi lançado em 2021, e revisado em 2023, para enfrentar o esvaziamento do centro, visando a recuperação urbanística, cultural, social e econômica da região, excluindo a área portuária. Observa-se o foco do mercado imobiliário em intervenções em grandes imóveis, mais valorizados, em detrimento dos sobrados e pequenos prédios protegidos, que poderiam atender à uma demanda social. Não se observa o resultado do programa na reabilitação destes imóveis menores, com potencial para habitação social, considerando não ter havido ações efetivas para reabilitar esses imóveis, mesmo aqueles listados como Área de Especial Interesse Social na legislação da revisão do programa.



Imagem 2: Vista aérea da vila Av. Modelo
Fonte: RioTech Drone, 2022

CONCLUSÕES:

A pesquisa evidencia a complexidade da reabilitação urbana no centro do Rio de Janeiro, particularmente no que se refere ao patrimônio cultural e as políticas habitacionais. Em um cenário pós-pandêmico, que exacerbou a crise habitacional e o esvaziamento da área central, é essencial que a reocupação desses espaços seja guiada por projetos urbanísticos que equalizem a viabilidade financeira, a função social e a requalificação dos imóveis históricos.

A conjuntura atual revela investimentos seletivos e agrava as desigualdades socioespaciais, além de comprometer o valor identitário do patrimônio cultural. Assim, reforça-se a necessidade de uma análise crítica e fundamentada da situação contemporânea, que seja teoricamente sólida e socialmente engajada, buscando compreender a integração da conservação com estratégias habitacionais que atendam às necessidades de todas as camadas da sociedade, superando a lacuna entre teoria e prática.

AGRADECIMENTOS:

À minha orientadora, Andréa Sampaio, pela orientação valiosa e pelos ensinamentos contínuos ao longo do projeto.

Ao corpo docente da Universidade Federal Fluminense (UFF) pelo suporte e incentivo que possibilitaram a pesquisa, bem como ao CNPq pelo apoio.





Ciências Sociais Aplicadas

**PATRIMÔNIO CULTURAL E HABITAÇÃO EM QUESTÃO:
EXPERIÊNCIAS DE SALVAGUARDA E REABILITAÇÃO
URBANA**

**Autores: Gabriel Menna Barreto Pereira Luna (Bolsista IC -
FAPERJ), Andrea da Rosa Sampaio (Orientadora)**

Escola de Arquitetura e Urbanismo – TAR/ PPGAU – UFF

INTRODUÇÃO:

Sob a perspectiva da compreensão da habitação como um alicerce na conservação do patrimônio cultural e da memória social da cidade, a pesquisa examina a salvaguarda do patrimônio edificado habitacional protegido na cidade do Rio de Janeiro.

O presente projeto de pesquisa tem como objetivo a identificação e documentação dos bens protegidos correspondentes a tipologias de habitação popular na cidade, buscando a atualização crítica e ressignificação deste patrimônio. Busca-se também averiguar experiências de salvaguarda e reabilitação do patrimônio edificado, verificando sua conservação nos dias atuais.

A metodologia adota a cartografia como uma ferramenta primordial para a produção de mapas que documentam, em diferentes épocas, temáticas e escalas, os objetos em seus recortes espaciais. Utiliza-se, de modo articulado, os softwares de geoprocessamento ArcGIS, e de edição de imagens Adobe Photoshop, propiciando geolocalização, sobreposição de camadas e legibilidade, a partir

das bases do aplicativo¹ produzido em outro projeto.

Utiliza-se como base o ebook “Patrimônio cultural e moradia popular: um guia da cidade do Rio de Janeiro. Vol. 1 - Área Central (SAMPAIO, 2023), que cataloga exemplares de patrimônio habitacional, junto com uma abordagem reflexiva e histórica sobre o tema. Esta etapa foca na produção do volume 2, sobre as zonas oeste, norte e sul da cidade, através da produção cartográfica e pesquisa histórica. Busca-se lançar luz neste patrimônio e na escassez de políticas públicas habitacionais e patrimoniais que contemplem estes objetos, bem como evidenciar a relevância do poder simbólico entre os dois tópicos, ressignificando o valor da moradia popular no âmbito do tecido urbano e do patrimônio cultural.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Os exemplos a seguir demonstram os mapas elaborados, para visualização das transformações espaciais.

¹ Patrimônio Cultural e Moradia Popular: um guia da cidade do Rio de Janeiro. Aplicativo ArcGis online. Apoio FAPERJ JCNE.
<<https://arcg.is/1nXDbr0>>

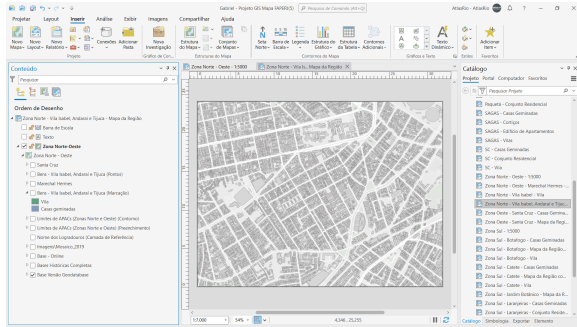


Imagem 1: Base Cartográfica atual de Vila Isabel, Andaraí e Tijuca no ArcGIS. Fonte: Produção da pesquisa (2024)

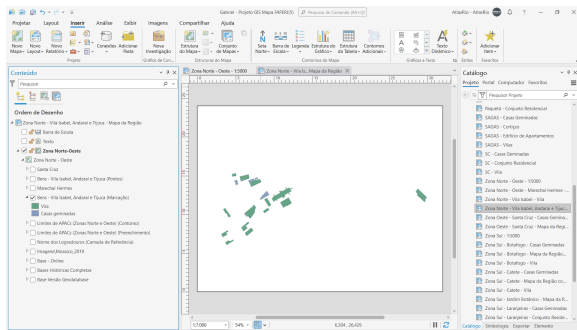


Imagem 2: Bens protegidos na região de Vila Isabel, Andaraí e Tijuca no ArcGIS. Fonte: Produção da pesquisa (2024)

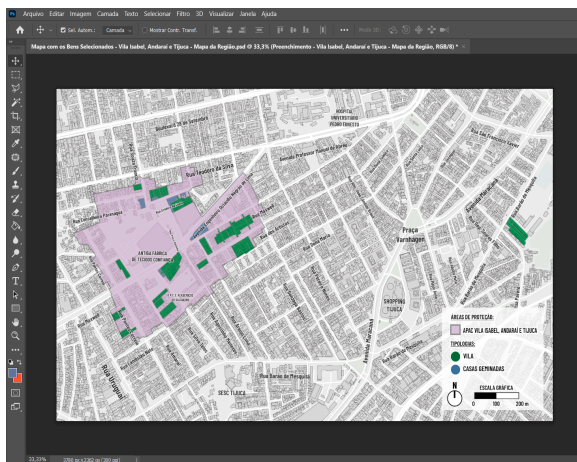


Imagem 3: Mapa (Vilas em Vila Isabel) produzido no ArcGIS e tratamento gráfico no Photoshop. Fonte: Produção da pesquisa (2024)

Ainda, a produção de mapas tem a prerrogativa de fornecer um comparativo do processo

histórico, a partir da sobreposição de cartografias antigas e a sua geolocalização no ArcGIS. Tal procedimento possibilitou recortes idênticos de áreas selecionadas, de 1935, da década de 1950 e atuais, sobrepostos no Adobe Photoshop.

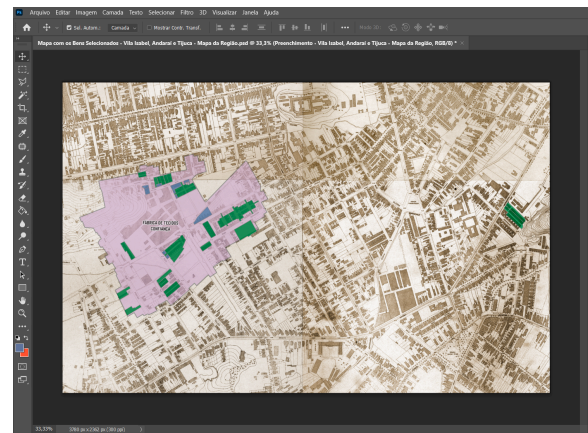


Imagem 4: Os bens protegidos e a APAC sobrepostos à base cartográfica de 1935. Fonte: Produção da Pesquisa (2024) sobre base do IPP.

Além da produção dos mapas, há necessidade de contextualizar os bens no espaço-tempo. Um dos enfoques da pesquisa é a relação das edificações habitacionais hoje compreendidas como patrimônios culturais com a Industrialização do Brasil no Século XX: compreender as vilas operárias implantadas junto às indústrias - e sua situação atual. Para tanto, investiga-se a iconografia desse patrimônio industrial, estudando a utilização e influência que tinham no passado em relação ao presente, e como isso se reflete na preservação (ou não) dos bens historicamente relacionados.

Foi realizada pesquisa nos acervos da Brasileira Fotográfica, e outros, em busca de imagens históricas de edificações que, por vezes, se encontram em ruínas, como o Matadouro Imperial de Santa Cruz, ao lado do

qual situa-se a vila operária estudada. A produção acadêmica utilizando tal material contribui para a memória social da cidade.



Imagem 5: Matadouro Municipal de Santa Cruz.
Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Portal Augusto Malta.

CONCLUSÕES:

A produção cartográfica e a pesquisa iconográfica possibilitam a documentação e difusão da história da cidade. É possível conceber que o bem material carrega consigo um valor imaterial, que é a essência do imóvel. Dessa forma, o presente trabalho tem a relevância de possibilitar a compreensão de perspectivas para além do que se vê: seja em fachadas, ruínas ou em mapas históricos. Busca-se retomar reflexões acerca do patrimônio habitacional, conforme Carlos Nelson (SANTOS, 1986), a fim de que a reabilitação urbana tenha no patrimônio e na habitação popular seus motores.

AGRADECIMENTOS:

Gostaria de agradecer à minha orientadora, Professora Andrea Sampaio, pela oportunidade concedida de debruçar-me em um tema que tanto me interesse - e que pouco sabia dessa vocação antes de tê-la cruzado durante minha graduação - bem como por indicar os caminhos e referências a se seguir. Agradeço também a UFF pela formação crítica, humana e voltada à produção acadêmica. Ainda, à FAPERJ pelo apoio essencial na produção desse projeto.

REFERÊNCIAS:

SAMPAIO, Andréa da R. Patrimônio Cultural e *Moradia Popular: um guia da cidade do Rio de Janeiro. Vol. 1: Área Central*. Niterói: PPGAU-UFF, 2023. <http://app.uff.br/riuff/handle/1/32807>

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. Preservar não é tomar, renovar não é pôr tudo abaixo. *Revista Projeto*, v. 86, p. 59-63, 1986.





Grande área do conhecimento: CSA / Direito

TÍTULO DO PROJETO: A INFLUÊNCIA DA DEFESA TÉCNICA NO INQUÉRITO POLICIAL: A OBSERVAÇÃO DE DEPOIMENTOS EM DELEGACIAS DE POLÍCIA E A PERCEPÇÃO DE PROFISSIONAIS DO DIREITO SOBRE OS DESAFIOS E IMPACTOS DA PRESENÇA (OU AUSÊNCIA) DA DEFESA NA APURAÇÃO CRIMINAL

Bolsista: LUISA FLORENCIO NUNES BATISTA

Departamento/Unidade/Laboratório: DCJ/Faculdade de Direito

INTRODUÇÃO:

O projeto pretendeu verificar se e como se dá o papel da defesa técnica no inquérito policial e identificar os impactos da presença (ou ausência) de um advogado na fase preliminar da apuração criminal. O inquérito policial é um procedimento investigativo preliminar, que visa apurar a autoria e materialidade de uma infração penal, sendo uma fase crucial do processo penal brasileiro. Ele antecede a ação penal e serve como base para a acusação, reunindo elementos que poderão justificar o oferecimento de uma denúncia pelo Ministério Público ou o arquivamento do caso. Regido pelo Código de Processo Penal, possui caráter inquisitorial, com a investigação centralizada na autoridade policial e sem contraditório. A Lei 13.245/16 introduziu mudanças importantes no inquérito, ampliando direitos dos investigados. Apesar disso, na prática, as mudanças não vêm sendo concretizadas. A hipótese da pesquisa partiu da percepção, decorrente das experiências da orientadora e da bolsista em escritórios e estágios, de que a atuação da defesa no Inquérito influencia toda a apuração criminal, repercutindo diretamente, a depender das estratégias adotadas, no direito de liberdade (ou não) do cidadão investigado e em

sua eventual condenação (ou absolvição). A problemática parte da constatação de que, no Brasil, apenas uma fração dos eventos interpretados como crimes é de fato selecionada para processamento legal, de forma que esta seletividade materializa desigualdades jurídicas de tratamento, a depender do tipo penal investigado e também de quem é a vítima e o suposto acusado. Neste contexto, entender o papel da defesa ajuda a compreender o sistema de justiça criminal como um todo e permite problematizar o papel do Estado no exercício da função de prevenir e punir condutas criminosas em nossa sociedade. A pesquisa se utilizou de metodologia com inspiração etnográfica, associando a observação de depoimentos em delegacias, entrevistas com advogados e defensores públicos e observação participante da bolsista, como estagiária em um escritório, com a finalidade de entender como se dá o papel da defesa no Inquérito.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A pesquisa foi estruturada por meio da observação e acompanhamento de 14 inquéritos e seus depoimentos, assim como pela realização de entrevistas com 5 advogados e defensores públicos. A observação de

inquéritos permitiu verificar como a defesa técnica atua na prática. A Lei 13.245/16 estabeleceu prerrogativas importantes para os advogados, mas verificou-se que o acesso aos inquéritos é frequentemente limitado. Os advogados relataram dificuldades para obter cópias e tiveram que recorrer a medidas judiciais para garantir o acesso às informações necessárias para a defesa. Por sua vez, as entrevistas relataram que a resistência por parte das autoridades policiais continua sendo um desafio. Mesmo após a promulgação da legislação que reforça os direitos da defesa, muitos delegados dificultam o acesso a documentos e informações, comprometendo a defesa do investigado.

Além disso, a pesquisa revelou que a defesa ainda enfrenta barreiras estruturais no exercício pleno de seus direitos. Essas dificuldades são particularmente evidentes em casos envolvendo investigados sem acesso a advogados particulares, onde a assistência da defensoria pública, embora essencial, não acontece.

Outro aspecto importante foi a investigação defensiva, uma prática pouco explorada no Brasil, mas que tem grande potencial para equilibrar as forças entre defesa e acusação. A possibilidade de o advogado produzir suas próprias provas durante a fase investigativa ainda enfrenta resistências culturais. Os advogados entrevistados reforçaram a importância de promover a investigação defensiva como parte essencial no inquérito.

CONCLUSÕES:

A pesquisa confirmou a hipótese, no sentido de que a defesa técnica é essencial para assegurar

os direitos dos investigados no inquérito. A presença de um advogado desde o início da investigação permite que a coleta de provas seja acompanhada de maneira mais rigorosa, garantindo que os direitos constitucionais sejam respeitados. A pesquisa demonstrou que, apesar das melhorias teóricas introduzidas pela Lei 13.245/16, há um longo caminho a ser percorrido para que os direitos da defesa sejam plenamente efetivados.

As dificuldades encontradas no acesso aos autos, a resistência das autoridades policiais e a falta de transparência no processo investigativo comprometem a atuação plena da defesa, limitando seu papel e, muitas vezes, prejudicando o investigado. Em conclusão, a pesquisa reforça que uma defesa técnica informada e atuante desde a fase de inquérito é fundamental para a proteção dos direitos individuais e para garantir a equidade no sistema de justiça criminal brasileiro.

AGRADECIMENTOS:

À UFF e ao CNPq, à orientadora e a um advogado, interlocutor fundamental, não identificado por questões metodológicas, sem o qual a pesquisa não teria sido possível.





Grande área do conhecimento: Ciências Humanas

**TÍTULO DO PROJETO: MULHERES DJS NO RIO DE JANEIRO:
CARTOGRAFANDO A CENA DE MÚSICA ELETRÔNICA EM
ESPAÇOS ONLINE**

**Autoras: Ana Clara Gonçalves Martins (bolsista de PIBIC) e
Beatriz Brandão Polivanov (orientadora)**

Departamento/Unidade/Laboratório: IACS- GEC- MiDlCom

INTRODUÇÃO:

Assim como nos demais setores da sociedade, a realidade do cenário musical também é sublinhada pelo machismo e pela misoginia. Segundo o levantamento obtido pelo relatório anual “Por Elas Que Fazem A Música 2023”, realizado pela União Brasileira de Compositores (UBC), 85% das profissionais da música afirmaram que já foram vítimas de discriminação no ambiente de trabalho¹.

Dessa forma, a conjuntura da música eletrônica de pista (MEP) segue padrões semelhantes. Essa discrepância é um destaque não só na esfera “empírica”, com poucas mulheres ocupando esses espaços, mas também na literatura.

Considerando esse contexto, quando falamos sobre mulheres DJs que atuam na cena de música eletrônica do Rio de Janeiro, as discussões teóricas são praticamente inexistentes. Apesar da cultura digital ter se firmado como um meio que auxilia na visibilidade dessas artistas, são difíceis de serem encontrados estudos sobre como as artistas performam a si mesmas nesses ambientes virtuais.

Sendo assim, a questão principal da pesquisa circula ao redor de quem são, como se articulam e como se auto-apresentam as mulheres DJs do Estado do Rio de Janeiro na plataforma de rede social Instagram. Para isso, elaboramos um mapeamento de vinte e seis mulheres DJs que atuam no estado do Rio de Janeiro com base nos seguintes eixos de observação: Corporeidades - que corpos são esses e como se apresentam na rede social; Sonoridades - quais sub-gêneros da música eletrônica essas DJs costumam tocar; Espaços/território - em quais locais e/ou eventos costumam performar.

O objetivo geral desta pesquisa é desenhar um mapeamento que procura dar visibilidade às mulheres DJs cariocas ou que atuam majoritariamente no Estado do Rio de Janeiro, dando importância às performances de si delas no Instagram.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Tomando como base a observação das fotos e vídeos das suas postagens, os corpos das DJs selecionadas existem de diferentes maneiras: há corpos negros, brancos, magros, gordos, corpos que performam a feminilidade e outros que não o fazem. Nota-se a presença de corpos que fogem do padrão heteronormativo branco

¹ Fonte:
<<https://www.ubc.org.br/publicacoes/noticia/21621/76-das-mulheres-na-musica-ja-sofreram-assedio-revela-levantamento-da-ubc>>; Acesso em: 14/08/24.

vigente na sociedade. No entanto, é imprescindível sublinhar que questões relacionadas à identidade de gênero e orientação sexual somente podem ser consideradas por meio da análise de legendas ou biografias.

Na análise da maioria das postagens não foi possível compreender se as DJs se identificavam ou não como mulheres. Para isso, recorremos às informações contidas nas bios e/ou à seção de identificação de gênero presente na plataforma. Com base nesses dados, também observamos que algumas DJs estão envolvidas em pautas relacionadas à transsexualidade, como é o caso da DJ Cuca, que inseriu a bandeira trans em sua bio.

Já em relação às sonoridades, notamos que as DJs transitam pelos mais subgêneros da música eletrônica, como: Funk, Afrobeats, House Music, Drum&bass, UK Garage, Grime, entre outros. A importância de olhar para essas sonoridades deve-se ao fato de que elas também estão associadas à identidade, conforme afirma Lacerda: 'o envolvimento com a sonoridade implica no dinamismo da relação estabilidade-transformação que é próprio da identidade (Lacerda, 2009, p. 6)

No âmbito dos territórios, foi possível identificar não só onde as DJs nasceram e onde estão baseadas hoje em dia, mas sobretudo os seus principais campos de atuação, como festas, coletivos e workshops. Entre esses, estão eventos e locais de projeção tanto nacional quanto internacional, como: Festival/evento "A Alegria do Rock In Rio", localizado no Parque Bondinho do Pão de Açúcar, Festival "Articula Preta", em Paraty; Gomeia Galpão Criativo, em

Duque de Caxias; Fervo Fluxo (Londres e Paris); Touch The Wood Radio, na Itália, entre outros.

Além disso, observamos que as artistas que nasceram e/ou cresceram em lugares que compõem a periferia ou o subúrbio carioca costumam destacar esse fato em seus releases utilizados nas postagens, sublinhando locais como Madureira e Baixada Fluminense. Em relação ao destaque do pertencimento à periferia, podemos relacionar esse movimento à pesquisa de Silva (2019), em que a autora relata que a popularização de práticas culturais periféricas tem viabilizado a ressignificação do termo periferia, trazendo a reivindicação da experiência urbana de morar na periferia como pertencimento a um sistema cultural específico. Assim, os espaços de expressões poética das/nas periferias tornaram-se espaços de reflexão, celebração e construção de uma narrativa contra-hegemônica.

CONCLUSÕES:

Evidencia-se que mesmo com essa pequena amostra de 26 participantes, a cena da música eletrônica carioca vai muito além de uma "bolha" composta por homens cis, brancos e héteros. A música eletrônica foi originada por pessoas pretas e LGBTQI+, e essas múltiplas identidades seguem atuando nesses espaços.

As sonoridades criadas e transmitidas por essas profissionais transitam entre infinitos subgêneros da música eletrônica. Observamos que a maioria das DJs que são mulheres negras e fizeram parte desta pesquisa incluem elementos da música latina e/ou afrodiáspórica em seus sets, se aprofundando

em gêneros como Afrobeat, Amapiano, Guaracha e Afro House. Aqui podemos sublinhar o estudo de Mota (2023), que relata que a experiência musical estabelece pontos de comunicação e diálogo com realidades aparentemente distantes, mas, política e simbolicamente conectadas. O autor também ressalta que certas experiências artísticas pautam a negação do colonialismo, provocando a humanidade a imaginar, inventar e viver tempos solidários e abertos à diferença. Os territórios que elas ocupam são múltiplos, passando por diversos cantos do Rio de Janeiro, outros estados e até mesmo em outros países.

AGRADECIMENTOS:

Agradeço a UFF por promover o ensino público de qualidade, proporcionando a oportunidade única de ser bolsista PIBIC/CNPq, que resultou não só no meu crescimento profissional na esfera acadêmica, mas sobretudo no meu crescimento pessoal. Agradeço mais uma vez à querida orientadora deste projeto, Beatriz Polivanov. O aprendizado proporcionado por Beatriz é leve, motivador e paciente, mas sem abandonar a determinação e a constante troca de saberes.





Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas/Administração

TÍTULO DO PROJETO: CARACTERÍSTICAS DE COMPORTAMENTO EMPREENDEDOR EM ALUNOS DOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – VOLTA REDONDA/RJ: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO

Autores: João Pedro Nogueira Sequeira e Ricardo Thielmann

Departamento/Unidade: Departamento de Administração e Administração Pública/VAD – Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas de Volta Redonda/VCH

INTRODUÇÃO:

O tema empreendedorismo está cada vez mais presente nas universidades brasileiras, pelo fato da necessidade de diferenciação e inovação ter cada vez mais importância no cotidiano profissional no país. Com base nisso, este trabalho tem como objetivo geral identificar a existência de características de comportamento empreendedor entre os alunos da universidade estudada, levando-se em consideração seis categorias de análise, a saber: idade (a), curso (b), período (c), sexo (d) renda familiar (e) e trabalho ou não trabalho (f). Inicialmente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, tomando como base artigos sobre empreendedorismo, ensino e perfil empreendedor publicados em periódicos nacionais e internacionais, que busca analisar a trajetória do ensino empreendedor ao longo do tempo (como ele surgiu e por que se tornou necessária à sua criação). Foi aplicada, também, uma pesquisa de campo, com o uso de um *survey* entre os alunos na universidade escolhida como objeto de estudo. A tabulação das respostas foi realizada com o auxílio do software estatístico SPSS, que possibilitou uma melhor visualização dos dados obtidos. Para a

realização das análises foi utilizado o método da Análise de Variância não paramétrica simples com a realização de testes de hipóteses na amostra selecionada. Pode-se afirmar com 95% de confiança que não existem diferenças entre as características de comportamento empreendedor entre os alunos na categoria idade (a) e renda familiar (e). Para as outras categorias de análise (curso, período, sexo e trabalho e não trabalho) algumas questões levantadas apresentam diferenças, que estão apontadas na pesquisa em questão.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Esta pesquisa tem como objetivo verificar o nível de empreendedorismo dos estudantes da Universidade Federal Fluminense (UFF) de Volta Redonda e identificar possíveis diferenças entre os ingressantes e os formandos. A análise será realizada por meio de um questionário, utilizando a Escala Likert de 5 níveis, contendo 31 perguntas relacionadas ao perfil empreendedor, além de um questionário de dados.

A pesquisa abrange os cursos de Administração, Administração Pública,

Contabilidade, Direito e Psicologia, limitado aos alunos dos dois primeiros e dos dois últimos períodos. O questionário de dados inclui perguntas sobre idade, curso, período, gênero, renda familiar, ocupação e área de experiência. Já o questionário de perfil empreendedor aborda características de empresários de diversos perfis e abordagens distintas.

Com esse indicador chave de desempenho, será possível identificar os grupos com maior potencial empreendedor, permitindo assim, um maior embasamento numa possível implementação futura de projetos de extensão que visem aflorar as habilidades desses potenciais empreendedores.

CONCLUSÕES:

Devido ao período de greve, que aconteceu na UFF durante o primeiro semestre de 2024, não foi possível realizar a pesquisa de campo, que foi prejudicada, pois a mesma necessitava da presença dos alunos dos diversos cursos, presencialmente nas dependências da UFF-Volta Redonda.

Porém durante esse período foi possível aprimorar o instrumento de coleta de dados que ficou mais robusto e poderá ser aplicado no segundo semestre de 2024, para os discentes dos cursos de Administração, Administração Pública, Ciências Contábeis, Direito e Psicologia, de acordo com o planejamento inicial do projeto de pesquisa.

Foi possível aprimorar, também, o referencial teórico do projeto de pesquisa com artigos mais atuais.

AGRADECIMENTOS:

Inicialmente agradeço ao programa PIBIC por oportunizar a participação em um projeto de pesquisa.

Agradeço ao professor Ricardo Thielmann pelas orientações dadas e pelos conhecimentos

apresentados durante o período de desenvolvimento do projeto.





Ciências Sociais Aplicadas
NEOLIBERALISMO E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: O CASO
DA UBERIZAÇÃO NO BRASIL

Tomás Paes de Carvalho

Faculdade de Economia

INTRODUÇÃO:

A presente pesquisa objetiva compreender o desenvolvimento das relações trabalhistas no Brasil, com especial foco no processo de uberização do trabalho. Diante da tendência neoliberal de dismantling das legislações trabalhistas, a precarização do trabalhador é marcada no Brasil pela redução da proteção laboral, extensas jornadas de trabalho, exclusão do direito a férias e à seguridade social e pelo distanciamento legal do empregador e do empregado. Como caricatura deste processo, o aplicativo de locomoção “Uber”, que ganhou espaço no cenário nacional nos anos recentes, dá nome ao termo de estudo - uberização. Parte de uma realidade que já atinge grande contingente da população global, a precarização do trabalho acompanha agendas de políticas de corte de impostos, desregulação e privatização, assim como uma redução de gastos públicos com bem-estar social. Finalmente, é o resultado de um esforço ideológico de transformação do trabalhador em “empreendedor-próprio”. Este estudo pretende, então, compreender os efeitos do neoliberalismo no mercado de trabalho da periferia global e elucidar a relação entre o neoliberalismo e o agravamento da precarização do trabalho no Brasil nos anos recentes. A principal hipótese aqui colocada é

de que a uberização surge não apenas como um novo meio de relação entre empregadores e funcionários, mas também como um novo estágio de controle e organização do trabalho.

A pesquisa proposta parte de um referencial teórico marxista e pretende dialogar com diferentes perspectivas da área conhecida como Economia do Trabalho, fundamentalmente por meio da leitura crítica e aferimento da bibliografia pertinente, de forma a compreender as novas relações trabalhistas impostas pelo processo de uberização e averiguar a hipótese que define este processo como um novo meio de organização e controle da classe trabalhadora.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Os principais resultados da pesquisa se concentram no aprofundamento dos estudos do bolsista em relação ao tema da nova morfologia da classe trabalhadora no cenário de dismantling das legislações trabalhistas.

Mais especificamente, é importante notar o desenvolvimento da compreensão da perspectiva marxista e marxiana sobre o trabalho e a intensificação do controle e gestão dos trabalhadores através das plataformas digitais.

Um dos principais resultados da pesquisa foi a produção e submissão de um artigo científico para o evento acadêmico “XXIX Encontro Nacional de Economia Política”, organizado pela Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP). O artigo foi escrito em coautoria pela orientadora da pesquisa, o bolsista e um estudante de pós-graduação.

O artigo foi também aceito para o “20º Seminário de Diamantina”, organizado pelo CEDEPLAR/UFMG. Nesta oportunidade, o bolsista foi também o apresentador.

Ainda, o bolsista escreveu, como principal autor, artigo que foi apresentado no “47º Encontro Nacional de Estudantes de Economia”, realizado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Finalmente, o aluno participou da gravação de um podcast sobre o tema da “uberização do trabalho” organizado pelo Programa de Educação Tutorial - Economia (UFF).

CONCLUSÕES:

Da pesquisa é possível observar algumas conclusões importantes referentes ao tema da precarização do trabalho no Brasil.

(i) O neoliberalismo, que teve sua primeira grande entrada no país através de políticas efetuadas durante a ditadura militar de 1964-1985, chega a sua forma mais material e concreta durante os governos já democráticos da década de 1990, e recupera sua força após 2017 com a Reforma Trabalhista.

(ii) A inserção e expansão do trabalho por plataformas digitais ganha força num cenário de crise econômica no país e altas taxas de desemprego, levando muitos trabalhadores à informalização e conquistando muitos com o discurso de “empreendedorismo”.

(iii) A ideologia do empreendedorismo no neoliberalismo - principalmente o neoliberalismo estadunidense - já era compreendida desde o século passado como um processo de individualização do trabalhador e seu posterior afastamento das organizações sindicais e trabalhistas de sua classe.

(iv) A plataformização do trabalho, apesar de seu apoio na tecnologia e nos aplicativos, não parece apresentar novidades concretas na organização do trabalho. Pelo contrário, é interessante notar que o processo da uberização do trabalho segue trajetória muito similar àquela apresentada por Karl Marx no volume I de sua obra canônica “O Capital” quando discute o salário por peça. Assim, a uberização do trabalho não representa uma radical transformação do capitalismo, nem uma libertação do trabalhador. Ao contrário, ela serve como um meio para o aumento da exploração e do controle sobre a classe trabalhadora.

AGRADECIMENTOS:

Agradeço, primeiro, a minha orientadora Bianca Bonente, por me guiar nessa trajetória com atenção, comprometimento e carinho.

Agradeço também a minha família pelo respeito constante ao pensamento crítico e pelos incentivos à pesquisa.

Finalmente, agradeço ao CNPq pelo apoio e financiamento a esta pesquisa.





Grande área do conhecimento: Comunicação e Informação

**TÍTULO DO PROJETO: REPRESENTAÇÕES DE RAÇA E GÊNERO NO JORNALISMO
BRASILEIRO - UM ESTUDO DE RECEPÇÃO SOBRE AS AFETAÇÕES E A PRODUÇÃO DE
SENTIDOS ENTRE JOVENS DE NITERÓI**

Autores: Carla Baiense Felix; Fernanda dos Santos Rebello

Departamento de Comunicação Social/lacs

INTRODUÇÃO:

No decorrer dos anos, o aumento da exposição de casos de racismo e injúria racial nas mídias de massa e sua reverberação nas redes sociais deram nova visibilidade à tragédia vivida cotidianamente (KILOMBA, 2021) por pessoas racializadas. Ainda em que essas matérias se proponham a denunciar as consequências do racismo, elas possuem também potencial de amplificar as dores (PIEIDADE, 2017), obrigando a audiência a reviver os seus traumas. A presente pesquisa busca investigar, a partir de uma análise de recepção, como as narrativas racistas e sobre racismo que circulam no jornalismo afetam as audiências jovens. Utilizando uma perspectiva multimetodológica e participante, esperamos, ainda, contribuir para um letramento racial das juventudes, que as prepare para lidar com os códigos raciais (DEVULSKY, 2021) que circulam na sociedade.

Para a pesquisa estabelecemos algumas questões norteadoras: Que afetações tais cenas produzem na audiência? Que sentidos pessoas brancas e negras produzem? Como dar

visibilidade a tais temas de maneira responsável, sem produzir mais dor e sofrimento?

A pesquisa foi dividida em duas etapas. A primeira consistiu na realização de um levantamento quantitativo de matérias que foram veiculadas no portal de notícias G1, com o tema racismo. No segundo momento, foram realizadas rodas de conversa com estudantes da Universidade Federal Fluminense, em que algumas dessas matérias foram apresentadas. Nossa proposta foi trabalhar a partir de uma memória individual, mas também recuperando uma memória coletiva (HALBWACHS, 2004) a respeito das representações de pessoas negras, em diferentes situações, de modo a permitir que os e as participantes descrevam as narrativas a partir de suas próprias percepções.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Durante a primeira fase do projeto, pudemos observar um aumento significativo de matérias com o tema “racismo” publicadas durante o período de 2021-2023, no portal de notícias G1.

Ao somarmos todas as publicações em cada ano, temos: 2.697 em 2021, 3.554 em 2022 e 3.898 em 2023. Concluimos também que existem marcadores que interferem na quantidade de matérias que vão ao ar, como uma aprovação de lei ou uma data comemorativa dentro da temática analisada, como o Dia da Consciência Negra.

A segunda etapa da pesquisa, por sua vez, foi voltada à forma como as narrativas jornalísticas sobre racismo afetam os jovens. E para isso, utilizamos uma construção metodológica baseada na circularidade presente nas culturas africanas, a roda de conversa.

As rodas foram realizadas nos meses de outubro e novembro de 2023, com jovens estudantes do curso de Comunicação Social/Publicidade, em conjunto com as disciplinas Comunicação e relações étnico-raciais, Comunicação e Cultura e Feminismo Negro, no Instituto de Arte e Comunicação Social da UFF. Na roda, criamos uma dinâmica em três momentos distintos: o autoreconhecimento, a memória do racismo e a leitura midiática.

Pudemos perceber uma pluralidade nas autodeclarações dos jovens presentes, seja por etnia, gênero, orientação sexual ou religiosidade. A diversidade nas autodefinições encaminhava os discursos e posicionava os jovens frente à temática. Em cada momento da roda, os estudantes contribuíram com suas percepções e vivências, baseado nas trocas e na construção de narrativas que surgiam graças à dinâmica proporcionada pela roda. Dentre as

ideias que foram compartilhadas estava a segurança de que rememorar episódios de racismo é também um processo de acessar a dor do trauma coletivo provocado pelo sistema racista.

Durante a leitura midiática das reportagens previamente selecionadas para cada roda, os estudantes puderam analisar as estruturas das notícias e organizar em conjunto questionamentos sobre a organização e o encaminhamento de cada narrativa. Tais indagações resultaram na compreensão de que em boa parte dos casos compartilhados tratava-se de abordagens jornalísticas e midiáticas racistas e não apenas de coberturas jornalísticas ou midiáticas sobre episódios de racismo. Desta forma, foi possível pensar quais os artifícios os futuros profissionais de comunicação poderiam utilizar para propagar uma comunicação antirracista.

Como resultado dessa pesquisa, realizamos dois artigos visando à publicação em revistas científicas: o primeiro sobre a roda como espaço de confluência para o ensino e a pesquisa em relações étnico-raciais; e o segundo sobre a análise das reportagens selecionadas para serem trabalhadas com os jovens estudantes.

CONCLUSÕES:

A pesquisa quantitativa revelou o crescimento significativo de reportagens sobre racismo no portal 1!, nos últimos três anos. Após a organização desses números em uma tabela, pudemos identificar eventos e circunstâncias em que esse tema ganha maior visibilidade na

pauta jornalística. Portanto, foi possível relacionar as escolhas editoriais em relação ao tema e compreender como o jornalismo posiciona o debate étnico-racial num quadro de referência mais amplo.

Já a análise de recepção demonstrou que a maneira como as questões de raça e gênero são abordadas pela mídia influencia significativamente e diretamente a formação de sentidos e opiniões entre o público jovem. Os elementos narrativos mobilizados pelo jornalismo, muitas vezes, reforçam preconceitos, ao colocar pessoas negras em um constante espaço de vítima e limitar o entendimento pleno das questões de raça.



Imagem 1: Imagem PIBIC



Ciências Sociais Aplicadas

RUPTURA E AFIRMAÇÃO: O ATERRO DO FLAMENGO ENTRE JARDIM, PARQUE E ESPAÇO PÚBLICO.

Cristina Lontra Nacif, Thiago Oliveira Gonzalez Lopez e Beatriz Ferreira Manhães.

Departamento de Urbanismo/Campus Praia Vermelha/LabLegal

INTRODUÇÃO:

Entre a motivação da escala urbana e o objeto do jardim *em-si*, a pesquisa apresenta seu equilíbrio em um compromisso soberano pela não descrição¹, mas uma investigação sobre as determinações que estão implicadas no objeto paisagístico. Uma vez selecionado o Parque do Flamengo, passou-se a observar a crítica existente sobre o parque, os atravessamentos históricos que conformam sua disposição e os enfrentamentos contemporâneos que o cercavam. Destes pontos, tanto pela dimensão peculiar do jardim, como pela dimensão histórica, identifica-se que o objeto se trata de um *jardim*, mas que possui implicações de um *parque* e, dado sua forma de interação com a cidade, de *espaço público*. A partir desta constatação, a pesquisa busca encontrar um meio analítico que possa avançar para além de identificações historicistas ou botânicas, e até mesmo sociológicas, para articular essas dimensões a partir de uma postura estética.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

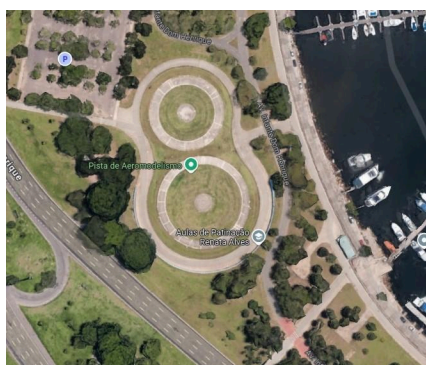
A partir do momento em que esta tripartição pela perspectiva do *jardim*, do *parque* e do *espaço público* se estabelece na pesquisa como um norteador discursivo, as investigações passaram a se alimentar por estas instâncias na chave do estético e o utilitário. Com isso, no momento em que se estrutura uma perspectiva crítica que incorpore as categorias estéticas consideradas no Parque do Flamengo, não somente há um alicerce nas demandas diversas solicitadas pela realidade do parque e com isso não se negligencia atores, intenções e disputas, como emergem correlações que não aparecem dadas na materialidade concreta do Parque.

Em uma de nossas análises, observamos a pista de aeromodelismo vendo que o ponto crucial deste entrelaçamento entre a esfera útil e estética está na oportunidade que a pista de aeromodelismo oferece como 'vazio' para a composição. Em um parque do porte do Parque do Flamengo, nota-se a necessidade de estruturar fragmentos de paisagem para a determinação de ritmo e dinamismo em sua totalidade; neste sentido, o vazio é a estratégia capaz de compreender a criação de múltiplos dentro do Parque. Para isso, Burle Marx faz uso

¹LUKÁCS, 1968.

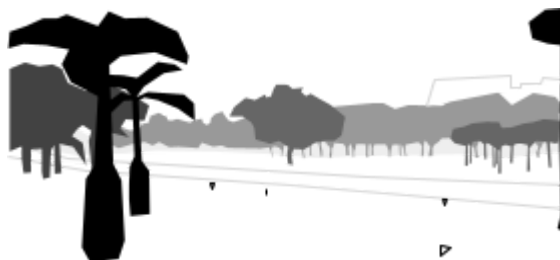
contínuo, ainda que diversificado, desses espaços de respiro no decorrer do paisagismo que, em sua maior parte, adota o gramado como solução para seu estabelecimento. No caso desse recorte se trata de uma colaboração que absorve a propriedade do elemento. Para a efetivação disso, a topografia elevada do ponto de observação é fundamental para criar o horizonte e usufruir dessa ausência material. Em continuidade, as árvores de médio porte e vegetação densa no primeiro plano possuem o papel de ser o antídoto do vazio, de modo a potencializar o espaço central desse fragmento de parque, além de servir de moldura para identificar o diferencial qualitativo desse espaço. Assim, manifesta-se o ponto definitivo de leitura dessa composição, estrategicamente posicionado, e a complexidade de elaboração desse recorte de paisagem quando visto de outro ponto, o que demanda uma elaboração estética em comunicação com o seu entorno.

Figuras 01: Mapa da situação



Fonte: Google Maps

Figuras 02-04: Camadas e conjuntos, plantas ornamentais e cotidianas



Fonte: Acervo pessoal, 2024

CONCLUSÕES:

Considerados os objetivos declarados na pesquisa, o relatório apresenta avanços em torno do Parque do Flamengo com contribuições satisfatórias. Destaca-se o aprimoramento para a análise estética do objeto, com a adoção de uma nova metodologia para captura do Parque: a partir dos desenhos elaborados por meio das fotografias de visita a campo, foi possível costurar elementos da trajetória de Burle Marx em suas experimentações anteriores, com influência dos jardins históricos, bem como ficou

visível a sua atitude *moderna* em harmonia com a música contemporânea, a Bossa Nova, em alusão ao ritmo sincopado visto no Parque do Flamengo.

Esta é uma leitura inédita do trabalho de paisagismo para o Parque do Flamengo, posta a referência na filosofia com Georg Lukács, que determina uma ancoragem consistente para os caminhos até uma leitura estética da disciplina paisagística. O tensionamento de sua abordagem com as questões modernas e contemporâneas, mesmo que necessitem de uma remodelação com os novos efeitos e conflitos, se mostrou eficaz a partir da chave antinômica que defende para o jardim: sem um elemento para a produção social, mas também com um desenvolvimento próprio, natural. Essa circunstância definiu os pontos base que se materializaram a partir da dicotomia entre a estética e a dimensão utilitária - típica de um parque.

As análises demonstram que Burle Marx, como homem do seu tempo, pode até ter discordado de medidas adotadas quanto ao proporção e locação dos equipamentos que estão no Parque do Flamengo, sobretudo os de caráter esportivo; no entanto, quando precisou se confrontar com eles, o paisagista soube os incorporar na maior parte dos casos como elementos para implantação de seu gesto estético. Esta é a demonstração, para além do traço específico do autor, de como se elabora o deslocamento demandado pela modernidade, na qual as contradições históricas que delimitaram ao jardim uma função contemplativa precisam

permitir a absorção de intenções outras, ainda que contraditórias.



Imagem 1: Imagem PIBIC



Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

TÍTULO: A INTEGRAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA NA INVESTIGAÇÃO DA LETALIDADE VIOLENTA NO MUNICÍPIO DE NITERÓI

Autor: Alessandro Duarte Amaral

Departamento de Segurança Pública / Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos / Núcleo de Estudos em Conflito e Sociedade

INTRODUÇÃO:

Em 2014 foi criada uma Delegacia de Homicídios para dar conta dos desafios da investigação dos homicídios dolosos na região da Grande Niterói (Niterói, São Gonçalo, Maricá e Itaboraí). Muitos trabalhos foram desenvolvidos sobre a investigação de homicídios e o papel perícia técnica no Brasil (VARGAS, 2000; VARGAS, 2014; SILVA, 2013; PLATERO e VARGAS, 2017). No entanto, após quase 10 anos de existência, ainda pouco se conhece sobre a investigação policial da letalidade violenta pela Delegacia de Homicídios na região da Grande Niterói, com poucos trabalhos produzidos e, em especial, tendo como foco a perícia técnica (MEDEIROS, 2014). O objetivo geral da pesquisa foi compreender os processos e os desafios da investigação policial dos casos de letalidade violenta pela Delegacia de Homicídios de Niterói, São Gonçalo, Maricá e Itaboraí (DHNSG). Os objetivos específicos foram observar quais processos, modos de investigação e receitas práticas são operacionalizados pelos profissionais de segurança pública dentro da Delegacia de

Homicídios de Niterói, São Gonçalo, Maricá e Itaboraí desde a sua criação em 2014 até 2023.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Na pesquisa que foi iniciada em fevereiro de 2023 pelo bolsista PIBIC/UFF junto à Delegacia de Homicídios da Grande Niterói, mapeou-se o organograma e o fluxo das investigações, apresentado na semana acadêmica de iniciação científica de 2023.

Durante a minha pesquisa de campo, um dos setores em que mais trabalhei foi junto à Seção Cartorária da DHNSG. Para explicar melhor sobre esse setor precisamos entender como funciona os inquéritos policiais. Os Inquéritos Policiais (IP) são investigados pelos policiais lotados nos Grupos de Informação (GI) e se essa investigação não for concluída durante 5 anos, esses inquéritos são enviados para a Seção Cartorária, onde os policiais que lá trabalham darão continuidade às investigações. Cada policial neste setor é responsável por uma área. Niterói tem 1 policial; São Gonçalo, pela carga de inquéritos ser maior, tem 2 policiais; Itaboraí e Maricá tem um policial.

Os Inquéritos Policiais físicos foram substituídos pelos eletrônicos a partir de 2019. Isso tornou o processo de investigação por parte da justiça mais ágil, já que na sua maioria os inquéritos vão de 2 em 2 meses para o Tribunal de Justiça, para as Promotorias de Investigação Penal (PIP). A promotoria responsável na PIP é quem pede a prorrogação do prazo das investigações e solicita que sejam feitas as diligências que achar pertinentes. Essa seção se tornou o local onde eu explicava aos colegas estagiários que chegavam como os inquéritos funcionavam. Por esse setor ter a maior carga de inquéritos não resolvidos e também por serem ainda físicos, há muita dificuldade em se produzir uma resolução para os mesmos.

Com base no Acervo Cartorário, o volume de São Gonçalo é bem maior que os demais. Para se ter uma noção, se juntarmos as três cidades Niterói, Itaboraí e Maricá, o número total de inquéritos não chega à carga que umas das policiais do acervo responsável pela área de São Gonçalo relata sozinha. A maior parte dos casos que estão no acervo, em especial os de São Gonçalo, são referentes a homicídios dolosos por envolvimento com o tráfico de drogas, que acabam tendo a investigação limitada por inviabilidade de diligências e perícias nas áreas em que ocorrem. Geralmente os inquéritos priorizados são aqueles que estão próximos de vencer o prazo ou quando eles voltam do MPRJ com uma identificação na capa (ou dentro) informando que tem caráter de urgência. Geralmente esses inquéritos têm um prazo de investigação menor, cerca de 30 dias.

Parte das minhas atividades no Acervo Cartorário envolvia ler todo o inquérito da

portaria até os pedidos de diligência do MP, que, geralmente, envolvia as oitivas de familiares e amigos, incluindo-os no portal de segurança da vítima entre outros pedidos. O caso mais antigo que vi no acervo era de 2010. Esse inquérito possuía 12 volumes, e até hoje ele é trabalhado. Mesmo com todo esse tamanho, não conseguiram chegar ao autor do crime. Este é um outro problema que observei no acervo: inquéritos que mesmo depois de tantos anos ainda não tiveram nenhuma movimentação, estando longe de serem relatados (elucidados).

A DH tem uma seção específica para tratar homicídios dolosos decorrentes de intervenção policial. Por ser uma seção mais complexa, não alocaram nenhum estagiário nela, não tendo participado dela. Diferentemente daqueles relatados pelo GI, que depois de 5 anos os casos vão para o acervo cartorário, os casos de letalidade policial que são investigados nesta seção ficam nela até serem solucionados.

CONCLUSÕES:

A pesquisa buscou compreender os processos e os desafios da investigação policial dos casos de letalidade violenta pela Delegacia de Homicídios de Niterói, São Gonçalo, Maricá e Itaboraí. Os principais desafios encontrados foram observar quais os processos, modos de investigação e receitas práticas foram mobilizados pelos profissionais de segurança pública dentro da unidade policial no período da pesquisa de campo que ocorreu até julho de 2024.





Ciências Sociais Aplicadas

CONTRIBUIÇÕES DO DIREITO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM ESTUDO ACERCA DAS PRINCIPAIS NECESSIDADES JURÍDICAS DOS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA EM NITERÓI/RJ

Brenno Adrian Simões dos Reis Dias

Daniela Juliano Silva

Departamento de Direito Privado (SDV)/Faculdade de Direito (ESD-UFF) - NITERÓI/RJ

INTRODUÇÃO:

A Economia Solidária tem ganhado relevância no contexto brasileiro como uma forma alternativa de organização econômica, pautada em valores de autogestão, cooperação e solidariedade. Este estudo tem como objetivo identificar as principais necessidades jurídicas dos Grupos de Trabalho (GTs) vinculados ao Fórum de Economia Solidária de Niterói/RJ (FES-NIT). O foco recai sobre os aspectos de Direito do Consumidor, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e a formalização jurídica dos empreendimentos, como associações e cooperativas.

A Economia Solidária, ao promover formas de produção voltadas para a inclusão social, visa restaurar a autonomia dos trabalhadores frente ao modelo capitalista tradicional. Este estudo empírico, com base em uma abordagem etnográfica, teve como premissa a inserção nos GTs, permitindo captar de maneira direta as práticas cotidianas e os desafios internos enfrentados pelos grupos.

Um ponto de destaque é que a formalização jurídica é vista como uma ferramenta essencial para garantir o crescimento sustentável desses empreendimentos, além de permitir um acesso mais facilitado a políticas públicas e linhas de crédito. No entanto, o desconhecimento dos participantes sobre esses processos e a falta de um apoio jurídico especializado representam barreiras significativas ao pleno desenvolvimento das iniciativas solidárias.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A pesquisa revelou que os empreendimentos solidários em Niterói enfrentam desafios estruturais significativos, sobretudo no que tange à formalização e ao acesso a recursos. Grande parte das associações opera de maneira informal, preferindo evitar a burocratização que a formalização impõe. Contudo, essa abordagem tem deixado os grupos em uma situação vulnerável, sem garantias jurídicas para seus direitos e sem acesso facilitado a editais de fomento.

Outro ponto fundamental destacado foi a relação entre os movimentos sociais e o poder

público. A pesquisa indicou que a Economia Solidária é frequentemente tratada pelo município de forma assistencialista, com uma dependência exclusiva de políticas temporárias e editais limitados, muitas vezes mal divulgados. A falta de uma visão estratégica a longo prazo por parte do poder público gera incertezas sobre a viabilidade desses empreendimentos.

Um exemplo claro disso foi observado nas entrevistas realizadas com os membros do GT de Reciclagem e da Associação Mãos Arteiras da Região Oceânica (AMA-RO). Ambos os grupos relataram dificuldades relacionadas à burocracia e à falta de orientação jurídica, o que tem atrasado a adesão a políticas públicas de fomento. Além disso, foi evidenciado que a ausência de uma personalidade jurídica específica para a Economia Solidária tem sido uma barreira para o crescimento e a formalização desses empreendimentos.

CONCLUSÕES:

Os resultados obtidos ao longo desta pesquisa reforçam a ideia de que a formalização jurídica é uma necessidade urgente para a sustentabilidade da Economia Solidária em Niterói. A criação de uma personalidade jurídica específica, inserida no Código Civil, seria um passo essencial para garantir a autonomia dos empreendimentos solidários, oferecendo-lhes a proteção jurídica necessária e facilitando o acesso a crédito e incentivos fiscais.

Além disso, é fundamental que o poder público transcenda a visão assistencialista da Economia Solidária, reconhecendo-a como um modelo econômico legítimo e integrando-a em suas estratégias de desenvolvimento

econômico. O fortalecimento das políticas públicas voltadas para a Economia Solidária, com menor burocracia e maior acessibilidade, é essencial para que os grupos solidários possam se formalizar e prosperar de forma sustentável.

A interdisciplinaridade dessa análise é outro ponto relevante, uma vez que a Economia Solidária vai além das questões econômicas, envolvendo valores sociais e culturais. O Direito pode e deve atuar como um instrumento facilitador dessa transformação, oferecendo segurança jurídica e promovendo inclusão social através do fortalecimento dos empreendimentos solidários.

Em conclusão, a pesquisa deixa claro que, embora a Economia Solidária enfrente desafios significativos, ela possui um potencial transformador imenso. Desde que as estruturas legais sejam ajustadas e que haja um apoio institucional contínuo, esse modelo econômico pode se consolidar como uma força fundamental para a redução das desigualdades e para a geração de trabalho e renda em Niterói e em outras regiões.

AGRADECIMENTOS:

Agradeço à minha orientadora, Profª Daniela Juliano Silva, à Associação Mãos Arteiras da Região Oceânica (AMA-RO) pela parceria e confiança durante a pesquisa, e ao CNPq pelo apoio concedido através do Programa PIBIC.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**: introdução, história e experiência brasileira. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, André Ricardo de. **Uma outra economia é possível**: Paul Singer e a economia solidária. São Paulo: Editora Contexto, 2003.





Grande área do conhecimento: Administração, Finanças

Título do Projeto: DESVENDANDO O FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITO ATRAVÉS DE UM LEVANTAMENTO ESTATÍSTICO DA ÚLTIMA DÉCADA (2010 a 2020) NO BRASIL

Autores: Raul Vieira da Silva SANTOS

Departamento/Unidade/Laboratório: Universidade Federal Fluminense – Instituto de Ciências da Sociedade de Macaé (ICM) – Departamento de Administração

INTRODUÇÃO:

O Fundo Garantidor de Crédito (FGC) teve sua criação no ano de 1995 atuando como uma associação civil, sem fins lucrativos e de teor privado. Entre suas principais funções é possível citar o desempenho ideal do sistema financeiro e a atuação específica em fases de crises.

A quebra de uma instituição financeira, ou ainda uma situação temporária de dificuldade para honrar compromissos imediatos, pode gerar desconfiância dos depositantes, pelo receio de perderem suas economias, fazendo com que corram aos bancos para retirar seus recursos ali depositados – são as chamadas corridas bancárias (situação de crise, real ou não, pela qual passa um banco ou um conjunto de bancos) e que são motivo de preocupação das autoridades monetárias desde pelo menos o início da década de 20.

Essa situação pode se espalhar por todo o sistema bancário por meio de “efeito-dominó”, em virtude do sentimento de pânico que os assola, levando a economia a um colapso.

Uma prova prática da necessidade de intervenção do FGC foi com relação a Financeira Dacasa CFI (sociedade de crédito, financiamento e investimento), ordenada no Comunicado nº 35.173, de 13 de Fevereiro de 2020, onde o Banco Central decretou a liquidação da instituição de forma extrajudicial. Essa decisão foi tomada com base em fatores, tais quais: grave situação patrimonial; grave violação às normas legais que disciplinam a atividade de instituição; e a existência de prejuízos que sujeitam a risco anormal os seus credores.

Intervenção essa, que permitiu o FGC recuperar o montante de R\$ 851.038 mil, correspondente a 21.576 clientes indenizados. Diante do exposto, notou-se a necessidade de verificação da importância do FGC em períodos de incertezas econômicas, através de um levantamento estatístico que traga dados concretos e relevantes a respeito desta Instituição.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Cumprindo com suas diretrizes o FGC atuou em 12 instituições entre os anos de 2010 e 2020, das quais 02 foram com caráter intervencionista e 10 instituições restantes foram direto para o status de liquidação extrajudicial, como é possível visualizar na imagem 01.

Na intervenção, a instituição indica um interventor escolhido pelo BC com plenos poderes de gestão, e objetivo de normalizar as atividades da instituição. Essa intervenção tem o prazo de 6 meses, com a prorrogação máxima de mais 6 meses. No fim desse prazo, caso a instituição não tenha voltado a sua normalidade, se decreta a liquidação extrajudicial ou falência (Presidência da República, 1974).

Já as instituições com status de liquidação extrajudicial, pelo fato do Banco Central não acreditar em suas recuperações, 3 declaram falência, 6 tiveram sua liquidação cessada e 1 sua liquidação extrajudicial concluída. A liquidação cessada é quando a instituição consegue pagar integralmente seus credores, transfere o controle societário da instituição ou muda seu objetivo social para uma atividade econômica que não integre o SFN e a liquidação extrajudicial concluída é o regime de insolvência que se destina a interromper o funcionamento da instituição e promover sua retirada do Sistema Financeiro Nacional (SFN) de forma organizada.

Imagem 01: Regime especial

Instituição Financeira	Data	Tipo de Regime Especial	Encerramento	Tipo Regime Atual
Banco Morada S.A.	28/04/2011	Intervenção	03/09/2015	Falência
Oboé CFI S.A.	15/09/2011	Intervenção	05/02/2014	Falência
Rótula S.A. CFI	02/12/2011	Liquidação Extrajudicial	03/09/2015	Cessada Liquidação
Banco Cruzeiro do Sul S.A.	14/09/2012	Liquidação Extrajudicial	03/09/2015	Falência
Banco Prosper S.A.	14/09/2012	Liquidação Extrajudicial	06/01/2016	Cessada Liquidação
Banco BVA S.A.	19/10/2012	Liquidação Extrajudicial	17/09/2014	Falência
Banco Rural S.A.	02/08/2013	Liquidação Extrajudicial		Liquidação Extrajudicial
Banco BRI S.A.	13/08/2015	Liquidação Extrajudicial	10/08/2017	Falência
Banco Azteca do Brasil S.A.	08/01/2016	Liquidação Extrajudicial	07/11/2018	Cessada Liquidação
Banco Neon S.A.	04/05/2018	Liquidação Extrajudicial	04/12/2019	Cessada Liquidação
Domus Cia Hipotecária	22/05/2018	Liquidação Extrajudicial	27/05/2022	Cessada Liquidação
Dacasa Financeira S/A SCFI	13/02/2020	Liquidação Extrajudicial	14/12/2023	Cessada Liquidação

Fonte: Estatísticas e Publicações FGC.

Dentre essas instituições só as despesas com garantias ordinárias (até R\$250 mil) referentes a Dacasa Financeira S/A SCFI correspondem a um pouco mais de 50% do somatório gasto com todas as instituições atuadas durante esse período de 10 anos, mostrando o impacto que a insolvência dessa instituição causou nos pequenos investidores. Em contrapartida os bancos Cruzeiro do Sul S.A. e o BVA S.A. sozinhos, correspondem a $\frac{3}{4}$ de todos os gastos com DPGE (acima de R\$ 250 mil), conforme é possível visualizar na imagem 02:

Imagem 02: Instituições Financeiras, dispêndio em milhões

Instituição Financeira	Pagamento Inicial	Despesas com Garantia Ordinária	Despesas com Garantia Especial - DPGE
Banco Morada S.A.	03/05/2011	19.759	130.519
Oboé CFI S.A.	21/09/2011	51.758	108.360
Rótula S.A. CFI	02/12/2011	-	7.797
Banco Cruzeiro do Sul S.A.	22/11/2012	72.928	1.887.220
Banco Prosper S.A.	18/02/2013	3.939	129.911
Banco BVA S.A.	04/03/2013	282.530	1.026.070
Banco Rural S.A.	08/11/2013	185.434	788.735
Banco BRI S.A.	09/09/2015	38.761	79.795
Banco Azteca do Brasil S.A.	24/02/2016	28.120	1.502
Banco Neon S.A.	18/05/2018	54.257	8.763
Domus Cia Hipotecária	06/06/2018	99.773	-
Dacasa Financeira S/A SCFI	24/03/2020	851.038	-

Fonte: Estatísticas e Publicações FGC

Em relação aos clientes ressarcidos, mais uma vez notamos o impacto da insolvência da financeira Dacasa Financeira S/A SCFI, pois sozinha o número de clientes impactados por ela ainda é superior ao somatório de todos os clientes no ano de 2013 e 2018, que foram os anos anteriores a 2020 com o maior número de clientes pagos, como demonstra a imagem 03.

Imagem 03: Quantidade de Clientes pagos.

Instituição Financeira	Quantidade de Clientes Pagos			
	Decretação de Regime Especial	Garantia Ordinária	DPGE	Total
Banco Morada S.A.	28/04/2011	493	51	544
Oboe CFI S.A.	15/09/2011	1.480	27	1.507
Rótula S.A. CFI	02/12/2011	0	1	1
Subtotal 2011		1.973	79	2.052
Banco Cruzeiro do Sul S.A.	14/09/2012	2.026	379	2.405
Subtotal 2012		2.026	379	2.405
Banco Prosper S.A.	14/09/2012	217	52	269
Banco BVA S.A.	19/12/2012	7.455	216	7.671
Banco Rural S.A.	02/08/2013	2.383	117	2.500
Subtotal 2013		10.055	385	10.440
Banco BRJ S.A.	13/08/2015	198	17	215
Subtotal 2015		198	17	215
Banco Azteca do Brasil S.A.	08/01/2016	462	5	467
Subtotal 2016		462	5	467
Banco Neon S.A.	04/05/2018	9.122	4	9.126
Domus Cia Hipotecária	22/05/2018	1.589	0	1.589
Subtotal 2018		10.711	4	10.715
Dacasa CFI	13/02/2020	21.594	0	21.594
Subtotal 2020		21.594	0	21.594

Fonte: Estatísticas e Publicações FGC

CONCLUSÕES:

Pode-se concluir que o objetivo geral desta pesquisa foi alcançado, tendo em vista que através da análise realizada foi possível verificar como o FGC se mostrou eficaz e de relevante importância quanto à manutenção da estabilidade do Sistema Financeiro Nacional, impactando durante o período de corte temporal desse estudo (2010 a 2020) quase 50 mil pessoas e uma despesa com garantias ordinárias superior a 1,6 milhões de reais, valores expressivos frente a prevenção de crise bancária sistêmica, além de resguardar o direito do depositante frente as instituições financeiras, se tornando interventor quando necessário e garantindo o ressarcimento das perdas via seguro.

AGRADECIMENTOS:

Ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) pela bolsa concedida. Ao Fundo Garantidor de Crédito pelos dados fornecidos.



Imagem 04: Logo PIBIC



Ciências Sociais e Aplicadas

PROCESSO DE FASCISTIZAÇÃO, MILITARIZAÇÃO DO ESTADO E RETROCESSOS DOS DIREITOS SOCIAIS NO BRASIL: UMA ANÁLISE DO GOVERNO BOLSONARO (2019/2022)

Autores: Carolina Silveira Samy Motta Pereira (Bolsista PIBIC /CNPQ/ UFF); Livia Giovanna Vidal de Brito (Bolsista IC – FAPERJ); Prof. Dr. Douglas Ribeiro Barboza (Orientador – PPGSSDR / ESS)

Departamento de Serviço Social de Niterói / Escola de Serviço Social / Grupo de Estudos Marxismo e Realidade Brasileira (GEMARB)

INTRODUÇÃO:

O projeto analisa as mediações históricas sob as quais algumas características de processos de fascistização vêm se reconstruindo, sob novas formas, no atual cenário político brasileiro, servindo de subsídio para o avanço das estratégias ultraliberais que, ao longo do período do governo Bolsonaro, intensificaram o processo de destruição dos direitos da classe trabalhadora no Brasil. A pesquisa possui um caráter predominantemente qualitativo – ainda que incorporando dados quantitativos de fontes primárias e/ou secundárias, organizando-se através de revisão bibliográfica sobre a questão do Estado, da democracia e dos processos de fascistização nos marcos dos principais autores da tradição marxista. Através da sistematização dos diferentes projetos de lei, decretos, emendas constitucionais e medidas provisórias efetivadas durante o período de janeiro de 2019 à dezembro de 2022, combinada com a revisão bibliográfica de estudos que abordaram as mudanças societárias e estatais associadas às estratégias de superação da crise capitalista no

Brasil com implicações para a política governamental e social brasileira, realizou-se o detalhamento das diferentes estratégias assumidas pelo Estado durante o período do governo Bolsonaro, tanto no tocante à desconstrução dos direitos do conjunto da classe trabalhadora quanto no que diz respeito às formas repressivas de neutralização das lutas dos trabalhadores e seus movimentos organizativos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Após o golpe de 2016 no Brasil e o avanço da criminalização dos movimentos sociais e populares, observamos que a extrema-direita chegou ao poder com a vitória nas eleições de 2018, implementando o programa ultraliberal liderado por Jair Bolsonaro e Paulo Guedes. Esse período de reconfiguração do Estado brasileiro traz elementos que delineiam um processo de fascistização em curso (BARBOZA, 2020).

Sob o disfarce do fundamentalismo religioso cristão, com uma agenda moralista nas áreas

social, cultural e educacional, marcada pela disseminação de práticas punitivistas, ataques aos direitos humanos e discursos racistas, machistas, misóginos e lgbtfóbicos, a candidatura de extrema-direita de Jair Bolsonaro ascendeu ao poder. Essa ascensão foi apoiada por uma forte manipulação da informação, culto ao revisionismo histórico e desprezo por pensamentos científicos e progressistas. O discurso de combate à corrupção e à ineficiência do Estado serviu de base para a implementação de um programa ultraliberal, levando a um novo nível a escalada autocrática iniciada após o golpe de 2016, e intensificando a criminalização dos movimentos sociais e populares (BARBOZA; ANDRADE, 2020).

A partir das análises de Togliatti (1978) e Poulantzas (1972) e Konder (2009), podemos considerar que o fascismo não deve ser visto como algo estático e restrito às experiências europeias clássicas do século XX, pois pode assumir novas formas em diferentes contextos históricos, a depender das condições históricas específicas. O fascismo deve ser compreendido como um fenômeno em constante desenvolvimento, resultante de uma série de relações econômicas e políticas influenciadas pela luta de massas, portanto, podendo se manifestar de formas diferentes em outros contextos.

CONCLUSÕES:

Com base nas análises das 284 Medidas Provisórias, 1.666 dos Decretos, 71 dos Projetos de Leis e 4 das Propostas de Emenda

à Constituição, de janeiro de 2019 a dezembro de 2022, construídas pelo governo Bolsonaro, é possível identificar a direção tomada por este governo no que se refere à degradação das condições de existência, de trabalho e dos direitos da população brasileira. O grande número de medidas adotadas durante o governo Bolsonaro é um aspecto que chama a atenção. Considerando as medidas que mais se destacaram e suas características, podemos observar o ataque à Seguridade Social, às Leis Trabalhistas (para além dos direitos trabalhistas em si, mas, também sobre o mundo formal do trabalho); o desmonte da Educação Pública; e o Setor de Segurança Pública.

Sendo assim, o governo Bolsonaro fundamentou-se em um modelo ultraneoliberal e estritamente ligado à elementos de caráter fascista, além de promover uma série de ataques aos direitos sociais e trabalhistas da população brasileira. Todavia, não foi alcançada a efetivação de um regime político fascista, pois o que se configurou foi a crise e a deterioração de uma democracia burguesa. Por fim, embora o projeto da extrema-direita não tenha sido concluído e uma perspectiva política considerada progressista tenha obtido vitória nas eleições parlamentares de 2022, isso não implica o fim do processo de fascistização que ganhou forças na sociedade brasileira.

AGRADECIMENTOS:

Agradecemos ao CNPQ e a FAPERJ por possibilitarem esta pesquisa através das bolsas de Iniciação Científica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BARBOZA, D. R.; ANDRADE, C. As particularidades do Estado na formação social brasileira: a reiteração da via repressiva de contenção das reivindicações populares. In: BARBOZA, D. R.; BOTELHO, J. (Org.). Lutas sociais e ofensiva do capital no Brasil contemporâneo: desafios e estratégias de organização da classe trabalhadora. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020, v. 1, p. 295-331.

FERNANDES, F. Poder e contrapoder na América Latina. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

KONDER, L. Introdução ao fascismo. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

POULANTZAS, N. Fascismo e ditadura. Porto: Portocalense Editora, 1972.

TOGLIATTI, P. Lições sobre o fascismo. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.





Ciências Sociais Aplicadas- Serviço Social
AS PERSPECTIVAS PEDAGÓGICAS DO ENSINO
TEÓRICO-PRÁTICO NO SERVIÇO SOCIAL
Eliane Martins de Souza Guimarães
Giorgia Barbosa Pacheco
Departamento de Serviço Social Niterói

INTRODUÇÃO:

A pesquisa tem como objetivo analisar as perspectivas pedagógicas no ensino teórico-prático no Serviço Social. Busca analisar as estratégias pedagógicas do projeto de formação crítica no Serviço Social, considerando as contradições que se expressam na configuração da política de educação e seus rebatimentos na formação profissional.

Para isso, assume como referência o método crítico dialético, a partir de uma pesquisa quanti-qualitativa e exploratória, com análise da política e legislação sobre formação em Serviço Social. A análise bibliográfica e documental, no primeiro momento, foi realizada com levantamento de artigos publicados em anais dos eventos ENPESS (Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social) e CBAS (Congresso Brasileiro de Serviço Social), entre 2016 e 2023 que abordam a temática Serviço Social, Formação, Teoria e Prática, Ensino e Aprendizagem, Pedagogias.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

No levantamento foram analisados 32 artigos, sendo 24 do CBAS e 8 do ENPESS. Na análise, os debates foram sistematizados em

cinco eixos: **monitoria e formação profissional; docência e processos pedagógicos; a dimensão pedagógica e a prática profissional a dimensão teórico-prática; os processos de estágio supervisionado; o perfil discente e graduação.**

Na discussão sobre **a monitoria e formação profissional**, destaca-se a importância do aluno se pôr no lugar de ensinar, o que contribui não só para adquirir conhecimento sobre o caráter pedagógico, mas também promove a construção de novas relações hierárquicas no ensino e aproximação a carreira docente, com aumento das pesquisas relacionadas a prática docente no Serviço Social, a partir das experiências dos próprios monitores.

O debate da **docência e os processos pedagógicos** se deu na perspectiva do lugar do docente na formação dos assistentes sociais e as diversas dinâmicas que podem ser utilizadas a partir das contribuições de Paulo Freire. Alguns autores também ressaltaram desafios da prática docente dos assistentes sociais, principalmente no que diz respeito a falta do estudo de processos didáticos e táticas de ensino.

O debate sobre a **dimensão pedagógica e a prática profissional** também está presente em grande parte dos artigos. Entendemos como educativa a prática profissional que está diretamente ligada a relação classe trabalhadora e capitalismo, que historicamente, em sua origem, teve seu surgimento pautado numa prática conservadora de controle e suporte ao sistema vigente. Dessa forma, a prática educativa no contexto profissional atual, de acordo com o projeto ético-político da profissão, deve ser utilizada como forma de emancipar a classe trabalhadora da alienação provocada pelo sistema a partir da garantia de direitos

No debate **sobre a dimensão técnico-operativa**, a relação teoria e prática representa um desafio tendo em vista os limites da temática sobre a prática e instrumentos da profissão. As autoras abordam que a problemática se encontra tanto na prática profissional quanto no campo acadêmico. Destacam que ao não abordar tais questões, há uma busca por manuais de intervenção, com sensação despreparo para o exercício profissional. Tal fenômeno ocorre em decorrência do passado pragmático e conservador da profissão, que motivou a mudança curricular vigente, com ampliação do estudo teórico, baseado no materialismo histórico-dialético. No entanto, a articulação com a prática, por vezes tem ficado restrita ao momento do estágio supervisionado e sua transversalidade precisa ser ampliada no processo formativo.

No debate sobre **os processos de estágio supervisionado**, as discussões estão

relacionadas a importância do estágio durante a graduação, a fim de contribuir para o processo de ensino e aprendizagem da prática profissional, tanto pelos supervisores quanto para os alunos. Identificamos o debate acerca do estágio em docência, realizado na pós-graduação, reconhecido como um aprimoramento intelectual, além de incentivar o estudo sobre a docência e a prática acadêmica e humanizar a relação aluno-professor.

Sobre o **perfil discente e graduação**, reconhecemos uma considerável discussão sobre o tema, a partir de pesquisas realizadas pelos autores em diversas universidades no país. As pesquisaram buscaram analisar as demandas na graduação e a postura dos discentes em sala de aula, a partir de entrevistas com os alunos e professores. Destaca-se a análise de que a formação crítica nem sempre está associada a profissionais competentes.

CONCLUSÕES:

Com o levantamento inicial da pesquisa, é possível reconhecer que apesar de ser uma discussão nova, há um aumento das produções acerca do tema, o que evidencia sua importância e impacto na prática profissional. Apesar disso, evidencia-se uma significativa resistência no corpo docente em discutir temas relacionados a perspectivas pedagógicas e estratégias para ampliação do processo de ensino e aprendizagem, além da discussão sobre o ensino da dimensão técnico-operativa. Dessa forma, urge a necessidade promover articulação com autores clássicos das pedagogias contra hegemônicas no processo de

formação em Serviço Social, a fim de se obter uma nova perspectiva da profissão nas relações de ensino e na prática docente.

AGRADECIMENTOS: A IC FAPERJ e os colegas do grupo de estudos.



Imagem 1: Imagem PIBIC



Ciências Sociais Aplicadas- Serviço Social
AS TENDENCIAS PEDAGÓGICAS NO DEBATE SOBRE
FORMAÇÃO EM SAÚDE E O SERVIÇO SOCIAL
Eliane Martins de Souza Guimarães
Larissa Cordeiro Barros
Luanna Regina de Almeida Cardoso

INTRODUÇÃO:

A pesquisa tem como objetivo analisar as tendências pedagógicas no debate sobre formação em saúde e as contribuições para o Serviço Social.

Com a constituição do Sistema Único de Saúde (SUS), as mudanças propostas no sistema de saúde trouxeram como exigência alteração nos processos de formação dos profissionais de saúde, como mudanças no processo de ensino-aprendizagem, o debate sobre formação docente e o uso de recursos didático-pedagógicos. No entanto, esse processo vai se dar em um cenário de política neoliberal, com precarização da política de educação e de saúde, que repercutem nos projetos de formação, na atuação das profissões e na lógica dos serviços de saúde. O Serviço Social, como integrante das profissões de saúde, também será implicado nesse processo.

A pesquisa foi realizada na perspectiva quanti-qualitativa, exploratória, referenciada no método crítico dialético, buscando reconhecer as manifestações e expressões sobre o tema proposto em uma perspectiva de totalidade. Foi realizado levantamento bibliográfico e documental da produção sobre a temática. O

levantamento foi realizado em artigos publicados nos anais do CBAS (Congresso Brasileiro de Assistentes sociais) entre os anos de 2016 e 2022, e de Teses e Dissertações no Banco de Teses de Dissertações (BDTD) e CAPES entre os anos de 2016 e 2023. A busca foi realizada por meio dos descritores: formação em saúde, educação permanente, residência e estágio. A análise dos dados foi realizada em quatro momentos: reconhecimento do conteúdo, categorização, sistematização dos dados e análise dos resultados. A partir das temáticas apontadas na sistematização dos dados, empreendemos o movimento de síntese, como o reconhecimento das principais tendências de abordagem que expressam as disputas no interior do sistema de saúde.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Considerando o movimento de elaboração da pesquisa, que abarcou o período entre 2016 e 2023, ao se organizar os dados quantitativos, é possível reconhecer como o debate vem se apresentando no decorrer do tempo. Foram analisados 17 artigos do CBAS e 34 teses e dissertações, totalizando 51 produções.

A análise da produção do Serviço Social sobre formação em saúde, aponta que na

trajetória histórica do debate, as reflexões inicialmente buscaram reconhecer as políticas e legislações, com importante ampliação a partir da implantação dos programas de Residências em Saúde e recentemente, o crescimento da produção sobre educação permanente. O debate sobre estágio se apresenta de forma reduzida. Na sistematização do levantamento, identificamos quatro eixos de debate: formação em saúde, residências em saúde, estágio em saúde, educação permanente em saúde.

A partir das análises realizadas é possível reconhecer que:

- Os impactos das políticas neoliberais na saúde e educação são um tema transversal na análise da temática e indicam as repercussões diretas da precarização das condições de trabalho nos processos formativos no estágio, nas residências e na educação permanente em saúde.

- Na disputa entre concepções e projeto de saúde, a perspectiva biomédica permanece hegemônica, sendo contraposta pela perspectiva de saúde ampliada e determinação social no processo saúde e doença. Tais perspectivas são permeadas pelos modelos de educação bancária, tecnicista e pragmatista, liberal e pela pedagogia freiriana.

- A relação teoria e prática destaca-se como um ponto importante, apontando-se como a restrição do debate sobre a dimensão técnico-operativa pelo Serviço Social repercute nos processos formativos. Destaca-se também o acesso ao conteúdo sobre saúde na graduação, diante a formação generalista.

- A direção pedagógica do Serviço Social é sinalizada articulada aos princípios da

Reforma Sanitária e o Projeto Ético Político profissional, tendo os “Parâmetros para atuação de assistentes sociais na saúde” como documento orientador.

- Nas Residências em Saúde, evidencia-se a falta de formação de preceptores para o ensino, sinalizando que a não aproximação a teorias pedagógicas pode favorecer a reprodução de práticas conservadoras como pedagogia das competências e ações pragmáticas e tecnicistas no uso de recursos pedagógicos.

- O debate sobre a questão étnico-racial precisa ser ampliado nos processos formativos em saúde.

- Os espaços de educação permanente se apresentam como uma demanda crescente para o trabalho de assistentes sociais, com requisição de articulação de práticas pedagógicas de ensino.

- As produções que buscam articular a perspectiva ampliada e crítica na saúde e estratégias pedagógicas no ensino, realizam aproximações a pedagogia de Paulo Freire, a pedagogia histórico crítica de Saviani, a psicologia histórico-cultural de Vygotsky. Indicam também o uso de metodologias ativas, problematizadoras, tenda invertida, e a interdisciplinaridade como recurso pedagógico.

CONCLUSÕES: As reflexões apontam para o reconhecimento da atuação de assistentes sociais nos processos de ensino, seja no estágio supervisionado, nas residências em saúde e nos espaços de educação permanente em saúde, o que sinaliza a necessidade de ampliação do debate sobre as relações de

ensino e aprendizagem e seus processos didático pedagógicos.

AGRADECIMENTOS: Ao financiamento PIBIC CNPq.

Imagem 1: Imagem PIBIC





Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

TÍTULO DO PROJETO: A INFLUÊNCIA DA HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO (HPE)/METODOLOGIA NA CIÊNCIA ECONÔMICA: UM ESTUDO EMPÍRICO DA PERMEABILIDADE DA HPE/METODOLOGIA EM OUTRAS ÁREAS DA ECONOMIA SEGUNDO OS CONGRESSOS DA SEP (SOCIEDADE DE ECONOMIA POLÍTICA) E DA ANPEC (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA) - 2004 A 2023

Autores: Emmanoel Boff; Conrado Krivochein; Jesus Alexei Obregón; Vitor Munhoz

Garcia de Oliveira

Departamento/Unidade/Laboratório: Faculdade de Economia

INTRODUÇÃO:

Em 2016, foi publicado o artigo “O que pensam os pensadores da economia no Brasil? Um estudo empírico sobre a produção em História do Pensamento Econômico e Metodologia nos congressos da SEP e ANPEC entre 2004 e 2014”, de Emmanoel Boff e Conrado Krivochein. Na pesquisa, os autores buscaram identificar o grau de permeabilidade das áreas mencionadas (HPE/Metodologia) no total da produção acadêmica realizada no período, referenciando-se nos artigos apresentados durante os encontros anuais da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP) e da Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia (ANPEC). Passados 10 anos deste estudo, um novo grupo de pesquisa foi montado no intuito de atualizar os resultados previamente encontrados.

Uma vez reconhecida a relevância das disciplinas História do Pensamento Econômico e Metodologia na grade curricular dos cursos de graduação e pós-graduação em Economia no

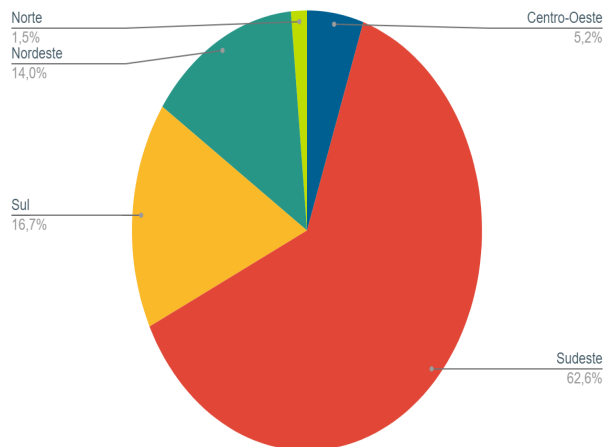
país, o projeto PIBIC correntemente apresentado possui 2 objetivos centrais: **em primeiro lugar**, o trabalho especifica quantitativamente a produção nacional em economia em termos regionais e de gênero. A expressão “pensamento econômico brasileiro” subentende que a produção e circulação de ideias econômica se dá de forma relativamente uniforme em todo o território nacional. Do mesmo modo, dada a importância dos movimentos sociais das últimas décadas – em especial aqueles que buscam uma participação feminina mais ativa na vida pública nacional - o artigo buscou também verificar em que medida houve aumento da produção feminina no pensamento econômico nacional.. **Em segundo lugar**, o trabalho retoma a indagação proposta em 2016, ou seja, mensurar a importância da HPE/Metodologia na diversidade de temas e interesses atualmente estudados, avaliando sua utilidade para o pesquisador que deseja resgatar alguma ideia econômica do passado

para abordar problemas atuais e especificamente brasileiros.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Nosso trabalho mostra, com relação ao seu **primeiro objetivo central**, que há imensa concentração da produção intelectual do pensamento econômico brasileiro nas universidades públicas do Sul e Sudeste do país. Desta forma, pode-se caracterizar o pensamento econômico nacional como predominantemente “sudestino”. É visivelmente pequena a participação de Estados da região Norte do país em discussões acadêmicas de economia nos principais fóruns da disciplina.

Figura 1: Percentual regional de artigos nos Congressos da SEP e ANPEC em conjunto (2004-2023):

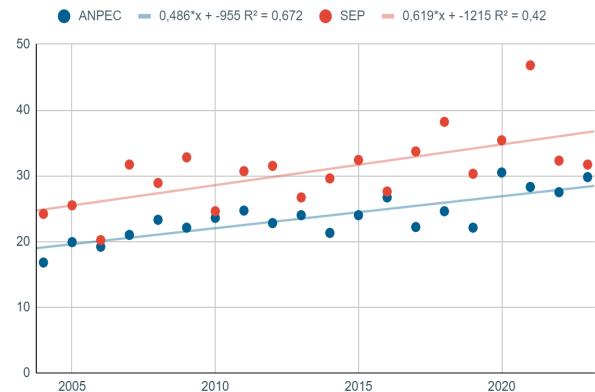


Fonte: elaboração própria

Nosso trabalho também mostra que, de fato, houve um aumento da participação feminina na produção de artigos nos congressos da SEP e ANPEC nos últimos 20 anos, mas que esta ainda se encontra muito abaixo da produção

masculina. A tendência de aumento da participação feminina nos Congressos pode ser vista na figura abaixo:

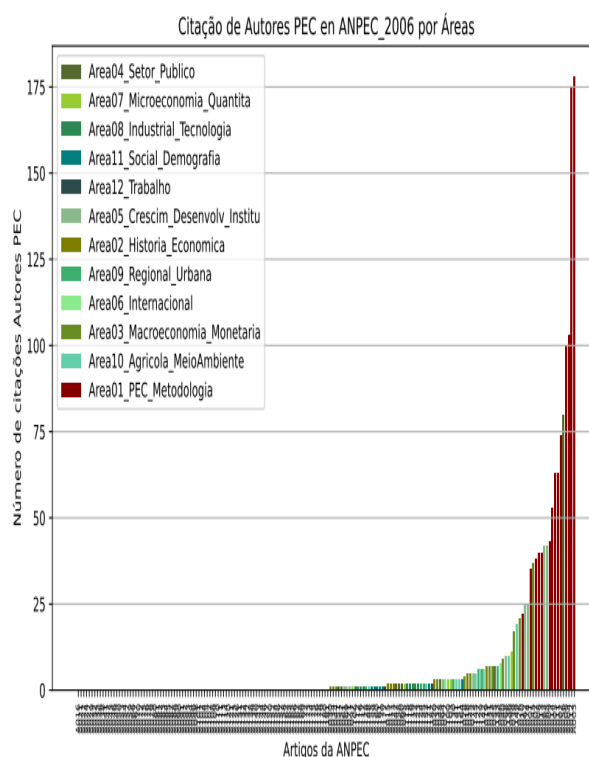
Figura 2: Tendência de aumento na participação das mulheres nos Congressos da SEP e ANPEC (2004-2023):



Fonte: Elaboração própria

Com relação ao seu **segundo objetivo central**, mostramos que há permeabilidade da HPE/Metodologia em outras áreas da economia, como o exemplo do congresso da ANPEC do ano de 2006 deixa claro:

Figura 3: Permeabilidade dos artigos de HPE/Metodologia em outras áreas da economia (ANPEC 2006):



Fonte: Elaboração própria

CONCLUSÕES:

Como colocado na Introdução, o projeto tinha dois objetivos centrais: o primeiro é relativo à quantificação de artigos e autores nos Congressos da SEP e ANPEC com relação ao gênero e à sua origem regional. **Este objetivo foi plenamente atingido.** O que se pode fazer é retirar novas informações acerca dos dados coletados (por exemplo, analisar a participação feminina segundo a universidade, segundo a participação em outras Instituições não universitárias – como IPEA, BNDES, BACEN e outras etc).

Já o segundo objetivo, relativo à permeabilidade da HPE/Metodologia em relação a outras áreas, foi parcialmente atingido. Conseguimos apenas verificar a permeabilidade da HPE/Metodologia em 3 anos de Congressos da ANPEC. Na parte metodológica do Relatório Técnico Final, arrolamos as razões para não termos conseguido realizar tal atividade no caso dos outros anos da SEP e da ANPEC.

AGRADECIMENTOS:

Agradecemos ao CNPq e à Coordenação de Pesquisa a Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação pela concessão da bolsa.





Grande área: Ciências Sociais Aplicadas

TÍTULO: POLÍTICAS SOCIAIS E ESTRUTURAS DE BEM-ESTAR NO PROJETO E NOS PAÍSES DO BRICS

Autores: Laiza Setime Silva e Lenaura de Vasconcelos Costa Lobato

Escola de Serviço Social/ Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social/NuBRICS

INTRODUÇÃO:

A proteção social é essencial para garantir a estabilidade em tempos de incerteza, com serviços básicos como saúde e educação desempenhando papel central. Apesar de avanços, muitos países ainda têm lacunas na cobertura. Historicamente, sistemas de segurança social combinam seguros contributivos e assistência não contributiva para alcançar cobertura universal. Ampliar esses sistemas, incluindo pisos de proteção, é crucial para assegurar benefícios adequados. O projeto em questão busca analisar os sistemas de proteção social dos países BRICS, incluindo Irã e Arábia Saudita. A Arábia Saudita demanda maior pesquisa, então o estudo começou com um panorama dos países árabes, destacando desafios e oportunidades, especialmente na Arábia Saudita e Egito, que recentemente se integraram ao BRICS.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Embora muitos países tenham avançado na legislação de proteção social, ainda existem lacunas significativas na cobertura, com uma grande parcela da população desprotegida. A falta de investimento adequado nos sistemas de proteção social contribui para essa desigualdade. Historicamente, o desenvolvimento desses sistemas cresceu nos últimos cem anos, mas muitos desafios persistem.

Nos países árabes, a seguridade social é ineficaz devido ao alto emprego informal e à baixa participação feminina no mercado de trabalho. O Irã, por exemplo, enfrenta problemas de ineficiência e falta de dados. A expansão dos sistemas de proteção social, incluindo pisos conforme os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, é necessária. Alguns países podem desenvolver pisos de proteção social universais, enquanto outros terão que expandir a cobertura conforme sua capacidade fiscal.

A expansão do BRICS, com a entrada de países como Itã, Egito e Arábia Saudita, reflete uma estratégia para fortalecer a cooperação entre economias emergentes e aumentar a influência global do grupo. No entanto, essa ampliação traz desafios, como as rivalidades entre Arábia Saudita e Irã. A Arábia Saudita enfrenta o desafio de diversificar sua economia e incluir trabalhadores informais em seu sistema de proteção social, atualmente vinculado ao emprego formal. O financiamento baseado em petróleo é um risco, e a crescente população jovem pressiona o mercado de trabalho.

No Egito, o sistema de proteção social é fragmentado e falha em atender os mais necessitados, especialmente os trabalhadores informais. Markus Loewe propõe reformas que unificam esquemas de seguridade social, ampliam a cobertura e implementam tecnologias para melhorar a eficiência. A participação do Egito no BRICS+ pode ajudar na implementação dessas reformas, com o intercâmbio de boas práticas e acesso a recursos financeiros.

A expansão do BRICS oferece oportunidades e desafios para países como Irã, Arábia Saudita e Egito. Reformar seus sistemas de proteção social é crucial para atender às necessidades crescentes de suas populações e economias em transformação. A cooperação dentro do BRICS+ pode promover inclusão social e desenvolvimento sustentável, mas a efetividade dependerá da capacidade de superar diferenças políticas e econômicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ORTIZ, Isabel. A Historical Perspective On The Development Of Universal Social Protection Systems, Including Floors. International Labour Organization (ILO). Genève, Switzerland. Janeiro, 2019. Disponível em: <<http://www.social-protection.org/>> . Acesso em: 29 de fev. de 2024.

CONCEIÇÃO, Pedro. Tempos incertos, vidas instáveis. Relatório Do Desenvolvimento Humano 2021/2022 (UNDP). Nova Iorque, Estados Unidos. 23 de maio de 2023. Disponível em: <RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO 2021-22 | United Nations Development Programme (undp.org)>. Acesso em: 3 de mar. de 2024.

Social Security in Arab States. **International Labour Organization (ILO)**. Disponível em: <Social Security in the Arab States (ilo.org)>. Acesso em: 3 de mar. de 2024.

AMETA, Deepti. Social Protection and Safety Nets in Iran. World Food Program (WFP) from the Center For Social Protection at IDS - Institute of Development Studies. Dezembro, 2015. Disponível em: <Social Protection and Safety Nets in Iran - Institute of Development Studies (ids.ac.uk)>. Acesso em: 5 de mar. de 2024

Social protection. Disponível em: <<https://www.hrsd.gov.sa/en/social-protection>>. Acesso em 14 jul. 2024.

SFAKIANAKIS, John. *The Economy of Saudi Arabia in the 21st Century: Prospects and Realities*. Oxford University Press, 2024.

UNDP. *Compounding crises: pursuing sustainable development in the era of COVID-19 and climate change*. UNDP, 2021. Disponível em:

<https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/migration/arabstates/Compounding_Crisis_UNDP_Feb07-2021_Combined_v3-132-145.pdf>.

Acesso em: 14 jul. 2024.

ALAREF, Jumana. Social Protection in Saudi Arabia. Oxford University Press eBooks, p. 218–257, 4 jun. 2024.

LOEWE, Markus. *Social Security in Egypt: An Analysis and Agenda for Policy Reform*. SSRN Electronic Journal, 2000.

Imagem 1: Imagem
PIBIC





Ciências Sociais Aplicadas: Direito

O COMBATE À CORRUPÇÃO E A ESTRITA OBSERVÂNCIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Gabriel Duarte Vilela e Heron Abdon Souza

Instituto de Ciências da Sociedade de Macaé/Departamento de Direito de Macaé

INTRODUÇÃO:

As operações de combate à corrupção tiveram profundo impacto na vivência política do Brasil e do mundo, sendo amplamente exploradas no meio político, acabaram por gerar alguns dos fatos políticos mais impactantes da política brasileira e latino-americana. A Operação Lava Jato foi a mais emblemática dessas investigações, sendo responsável por lidar com alguns dos nomes mais importantes da vida pública do continente. Tal operação, entretanto, se utilizou de métodos irregulares e ilícitos para obter resultados pré-determinados, isto é, promotores e juízes se utilizaram de artifícios para condenar, e fazer condenáveis, réus sem seguir a legislação penal e processual vigente, para além disso, tais sentenças não seriam apenas viciadas de maneira formal, mas também material, visto que o *modus operandi* utilizado não produziu, necessariamente, resultados que refletem a realidade.

O *modus operandi* empregado nessas investigações buscava, ainda, se utilizar do apelo popular de alguns réus para promover os membros das operações, havendo uma atração dos juízes e promotores por uma glória e notoriedade a despeito daqueles que condenavam.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Torna-se evidente que, diante de uma série de erros e irregularidades, que compunham a metodologia utilizada pelas operações na busca de resultados específicos, sem qualquer respeito as normas jurídicas postas e ao Estado Democrático de Direito, seria necessário que houvesse revisões, reversões e anulações de sentenças e atos processuais, sendo certo que os processos estavam imbuídos de um latente *Lawfare*. Tal fato ocorreu no processo do, à época, ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no âmbito do Supremo Tribunal Federal, que viu suas condenações serem anuladas diante da imparcialidade do juiz e da incompetência do juízo.

Dentre os pilares fundamentais dessa estratégia, tem-se o uso da mídia para tornar os réus condenáveis. O juiz acabava por liberar informações descontextualizadas para a imprensa, que criava manchetes e prejudicava a imagem dos réus com a opinião pública. A tática é visível quando se observa o vazamento das conversas em áudio entre Dilma Rousseff, à época Presidente da República, e Lula, o recorte dos áudios entregues a imprensa acabou por gerar uma impressão por parte do público de que o ex-presidente buscava fugir de

possíveis condenações ao se refugiar em um cargo de ministro de Estado, tal delineamento mostrou-se equivocado quando o áudio completo foi divulgado, contudo, o dano na imagem de Lula e da presidente já estava consumado.

Outra evidência dessa metodologia está presente nos vazamentos das mensagens trocadas entre promotores de justiça e o juiz da Lava Jato, Sergio Moro, tais mensagens denotam como o Ministério Público era guiado por Moro, de maneira que o objetivo, tanto do juiz quanto do *Parquet*, era unicamente condenar, deturpando-se o Estado de Direito, em nome de propósitos particulares de um grupo.

Houve, ainda, o caso envolvendo o advogado Rodrigo Tacla Duran, que denunciou membros da Operação Lava Jato por supostamente terem realizado extorsões contra réus para que confessassem crimes que não teriam cometido e implicassem outros investigados, mesmo que estes não tivessem nenhuma relação com as supostas ilegalidades. Duran afirmou que cobraram uma quantia alta em dinheiro para que ele assumisse uma série de delitos e recebesse uma pena menor por seus atos. Tal afirmação, se comprovada, seria a prova final de que os processos conduzidos por essas operações de combate à corrupção na realidade seriam um verdadeiro foco de ilicitudes.

CONCLUSÕES:

Analisando os acontecimentos expostos, pode-se perceber que o poder judiciário atuou de maneira incompatível com o ordenamento

jurídico brasileiro e com o Estado Democrático de Direito em sua totalidade, as reversões sofridas no STF, que causaram anulações de condenações e atos processuais, nada mais são do que uma correção daqueles atos ilícitos cometidos contra réus. O *modus operandi* “lavajatista” foi o grande causador de desrespeitos reiterados aos direitos fundamentais de investigados, em outros países da América Latina também é possível observá-lo e compreender seus objetivos, geralmente ligados a grupos políticos opositores. As ilegalidades cometidas objetivando-se condenar por condenar são a mais clara, a metodologia utilizada com envolvimento da mídia e o apelo a um dito “interesse público” são a mais clara demonstração de que nesses casos esteve e continua configurado o *Lawfare*.

AGRADECIMENTOS:

Agradeço ao CNPQ e à UFF, que proporcionaram apoio para presente pesquisa. Agradeço, também, ao Professor Heron Abdon Souza pela oportunidade, por sua orientação, dedicação e incentivo, que foram essenciais para a conclusão desse trabalho.





Ciências Sociais Aplicadas

DESIGUALDADES NO SISTEMA DE RECOMPENSA ACADÊMICO:

ESTUDO CIENTOMÉTRICO DAS PUBLICAÇÕES COM

AGRADECIMENTOS INDEXADAS NA SCIELO

José Ricardo Almeida Cid Sampedro, Gonzalo Rubén Alvarez

Departamento de Ciência da Informação/Instituto de Arte e Comunicação

Social/Universidade Federal Fluminense

INTRODUÇÃO

A pesquisa teve como objetivo geral analisar como as práticas de agradecimentos em artigos indexados na SciELO refletem as desigualdades no sistema de recompensa acadêmico. Analisou-se: (a) presença de agradecimentos, observando a distribuição dos tipos de apoio agradecidos nos artigos dos periódicos Manuscrito das Ciências Humanas e Estudos Econômicos das Ciências Sociais Aplicadas, (b) existência de correlação ou não entre os agradecimentos e publicações por indivíduo agradecido que constitui a elite nos artigos de ambos os periódicos e (c) existência de correlação ou não entre os agradecimentos e citações por indivíduo agradecido que constitui a elite nos artigos de ambos os periódicos. Com auxílio de indicadores cientométricos, buscou-se identificar não só os indivíduos, mas também os financiadores agradecidos que constituem o grupo elitizado, analisando a sua produtividade mediante a aplicação da Lei do Elitismo (Price, 1976)¹. O problema de pesquisa relacionou-se às seguintes questões: (1) existe uma elite de indivíduos (e financiadores) agradecidos em

textos com agradecimentos inseridos pelos autores nas suas publicações? (2) como está constituída a elite, caso ela exista? (3) essa elite representa um décimo do total de indivíduos (e financiadores) agradecidos e é responsável pela metade dos agradecimentos recebidos por parte dos autores das publicações conforme o enunciado da Lei do Elitismo?

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em nível de indivíduos agradecidos evidenciou-se a existência de uma elite nos artigos com agradecimentos (de natureza financeira e não financeira) de ambos os periódicos, porém pouco representativa e produtiva. No periódico Manuscrito, o grupo de elite representa apenas 5,4% dos indivíduos agradecidos, detendo tão só 20,4% dos agradecimentos. No Estudos Econômicos, observa-se uma situação similar, a elite representa apenas 2,9% dos indivíduos agradecidos, sendo detentora de apenas 9,5% dos agradecimentos. Comparativamente, esses resultados encontram-se bastante distantes do enunciado pela Lei do Elitismo (10,0% dos autores mais produtivos são responsáveis por 50,0% das publicações). Pôde-se constatar em

¹ PRICE, D. J. S. **O desenvolvimento da ciência**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1976.

ambos os periódicos, por meio do Coeficiente ρ de Spearman, ausência de correlação positiva forte entre agradecimentos, publicações e citações no conjunto de indivíduos agradecidos elitizado, sugerindo que nem sempre os mais agradecidos são os mais produtivos e os mais citados. Complementarmente, foi confirmada em ambos os periódicos, a falta de adequação dos dados ao Princípio de Pareto, já que 20,0% dos indivíduos agradecidos não é detentor de 80,0% dos agradecimentos recebidos. A respeito dos financiadores agradecidos, o grupo de elite é representativo e produtivo, superando, inclusive, os valores enunciados pela Lei do Elitismo. No periódico *Manuscrito*, a elite representa 16,7% dos financiadores agradecidos, detendo 58,7% dos agradecimentos. No *Estudos Econômicos*, observa-se uma situação similar, a elite representa 13,2% dos financiadores agradecidos, sendo responsáveis por 77,0% dos agradecimentos. No periódico *Manuscrito*, verificou-se que 20,0% dos financiadores mais agradecidos receberam apenas 64,7% dos agradecimentos, confirmando-se, novamente, a falta de adequação dos dados ao estabelecido pelo Princípio de Pareto. A situação é diferente nos artigos com agradecimentos do periódico *Estudos Econômicos*, uma vez que 20,0% dos financiadores agradecidos detêm 80,9% dos agradecimentos.

CONCLUSÕES

A Lei do Elitismo demonstrou ser aplicável a dados sobre agradecimentos no contexto dos artigos dos dois periódicos analisados: *Manuscrito* e *Estudos Econômicos*. No entanto, devem ser

apontadas, nesta pesquisa, suas limitações para estabelecer o ponto de corte dos indivíduos ou financiadores mais agradecidos. Nesse sentido, a necessidade de aplicação de critérios auxiliares de corte (elite restrita e elite ampla) (Lima *et al.*, 2017)² torna-se necessária. Em nível de indivíduos agradecidos, as duas generalizações (Lei do Elitismo e Princípio de Pareto) não puderam ser validadas de acordo com seus enunciados nos artigos com agradecimentos de ambos os periódicos, mas permitiu compreender que na ciência existe um grupo mais produtivo e outro menos em termos do número de publicações, citações e agradecimentos recebidos no contexto do sistema desigual de recompensa acadêmico. Em outras palavras, vale dizer que as colaborações e influências não autorais relacionadas aos pequenos produtores, formalmente agradecidas nos artigos, também são importantes para o avanço da ciência, tal como se manifesta no campo da Filosofia e Economia. O lado inovador do trabalho deve ser destacado, sugerindo-se a continuidade e ampliação da pesquisa, incluindo periódicos de outras áreas e disciplinas.

² LIMA, L. F. M. *et al.* Proposta de um critério auxiliar para a determinação da elite científica. In: ENCONTRO IBÉRICO EDICIC, 8., 2017, Coimbra. **Anais [...]**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2017. p. 301-310.

AGRADECIMENTOS

Ao CNPq pelo financiamento e à UFF pelo apoio institucional.





Ciências Sociais e Aplicadas

REPRESENTAÇÃO DA FORMA E SUAS RELAÇÕES COM A CRIAÇÃO PROJETUAL

Bolsista: Luiza D'Elia e Orientadora: Luciana Nemer

TAR / TCA / Grupo de Pesq. Análise e Representação da Forma

INTRODUÇÃO:

O objetivo da pesquisa em conjunto com o GARF nos últimos meses foi expandir e atualizar seu acervo, revendo obras que levaram a uma análise aprofundada sobre o Ensino de Arquitetura no Brasil. Com base em artigos, livros e outros materiais previamente estudados e publicados pelo grupo, o objetivo foi compreender o processo projetual e estabelecer uma comparação com o processo da educação projetual nos cursos de Arquitetura e Urbanismo. A pesquisa levantou dados que permitem uma análise realista dos prós e contras das novas tecnologias na formação dos futuros (as) arquitetos (as), questionando as possibilidades de integração dessas tecnologias ao ensino superior.

Além disso, o estudo destacou a relação entre metodologias tradicionais de produção projetual e abordagens mais modernas, utilizando como referência tanto a observação das atividades na Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFF, quanto estudos apresentados por autores renomados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Entre as questões mais abordadas nos últimos meses de pesquisa, a mais primordial foi os processos da criação projetual. No livro “Uma Introdução ao Projeto Arquitetônico” de Silva (1984) discute o surgimento do projeto arquitetônico ligado ao processo evolutivo das sociedades, envolvendo a racionalização das atividades humanas e a divisão do trabalho, o que evidencia que a arquitetura está muito mais intrínseca na história da humanidade do que pensamos. Assim, o estudo da representação e suas tecnologias na arquitetura é fundamental, pois, como afirma Martinez (2000), o projetista cria o objeto enquanto o representa e com o tempo, a representação torna-se um registro essencial para a preservação da memória patrimonial de uma sociedade.

Fazendo uma conexão com o processo projetual, patrimônio na arquitetura, e os dias atuais, foi analisado também o impacto das ferramentas digitais em ascensão na arquitetura e na engenharia. O uso de novas tecnologias, como o BIM, tem sido fundamental para o registro detalhado de construções históricas no Brasil, destacando a importância de integrar essas ferramentas na formação dos arquitetos. Além disso, o rápido avanço de softwares baseados em inteligência artificial, que permitem a criação de renders e layouts de

projetos de forma ágil, levanta questões éticas e a necessidade de regulamentação para garantir o uso responsável dessas tecnologias no campo da arquitetura.

CONCLUSÕES:

Em conclusão, a pesquisa desenvolvida com o GARF permitiu uma análise aprofundada sobre o ensino de arquitetura no Brasil, destacando o equilíbrio necessário entre metodologias tradicionais e modernas na formação dos arquitetos. A evolução das ferramentas digitais, como o BIM e a inteligência artificial, trouxe avanços significativos no registro e no processo projetual, além de gerar novas possibilidades para o ensino. No entanto, a integração dessas tecnologias no currículo acadêmico também levanta desafios, tanto no aspecto técnico quanto no ético, exigindo uma reflexão crítica sobre o uso responsável dessas inovações. O estudo, ao explorar essa relação entre tradição e modernidade, aponta para a importância de preparar futuros arquitetos que sejam capazes de utilizar essas tecnologias de forma criativa e consciente, contribuindo tanto para o avanço da profissão quanto para a preservação da memória cultural e patrimonial da sociedade.

AGRADECIMENTOS:

Agradeço especialmente à professora orientadora do laboratório, Luciana Nemer Diniz, cuja vasta experiência e perseverança foram fundamentais para o pleno desenvolvimento da pesquisa e das atividades realizadas no Grupo de Pesquisa Análise e Representação da

Forma. Um agradecimento também ao PIBIC pelo apoio fundamental que possibilitou a participação da bolsista em todas as etapas do processo de estudo mencionado.





Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

TÍTULO: EDUCAÇÃO SUPERIOR E SERVIÇO SOCIAL: ANÁLISE DA FORMAÇÃO EM CURSOS PRESENCIAIS PRIVADOS E À DISTÂNCIA

Autores: Érica de Moraes e Silva Muniz

Orientadora: Profa. Dra. Larissa Dahmer Pereira

Escola de Serviço Social/Gragoatá/Núcleo de Pesquisa e

Extensão em Trabalho, Educação e Serviço Social - TEIA

INTRODUÇÃO:

Em fevereiro de 2024, participei de um processo seletivo para bolsista de Iniciação Científica vinculada ao Núcleo de Pesquisa e Extensão em Trabalho, Educação Superior e Serviço Social – TEIA, coordenado pela Profa. Dra. Larissa Dahmer Pereira. Fiquei em segundo lugar e integrei o grupo de pesquisa de forma voluntária.

Minha primeira atividade realizada foi a participação no grupo de estudos semanais e presenciais às quartas-feiras, iniciado em março de 2024. Para as discussões, analisamos os seguintes textos: os capítulos XXIII, XXIV e XXV do livro “O Capital” (Marx, 2013), “O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história” (Fontes, 2010), “O Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo” (Lênin, 2011) e os capítulos sobre Hobbes e Locke do livro “Os Clássicos da Política” (Weffort, 2011). Cada participante ficou responsável por apresentar um texto e/ou capítulo a cada encontro, e problematizá-lo, garantindo uma aproximação teórica essencial para a inserção na parte mais analítica da pesquisa.

Em junho de 2024, realizamos uma atividade de revisão de dados de 1995 a 2020 já sistematizados e revisados numa planilha eletrônica por outros pesquisadores do TEIA.

Inicialmente fiquei responsável pela revisão dos dados referentes aos anos de 2003 e 2017, com foco no quantitativo de cursos, vagas, candidatos, ingressantes, matrículas e concluintes nos cursos de Serviço Social com base na organização acadêmica, na natureza jurídica e na modalidade de ensino a partir das Sinopses Estatísticas da Educação Superior disponibilizadas anualmente pelo INEP. Após a finalização desta primeira revisão de dados, o grupo trocou os anos e fiquei responsável pelos anos de 2003, 2016 e 2020.

No item a seguir apresentaremos alguns achados da pesquisa relacionados a essas atividades de Iniciação Científica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

O Brasil é um país marcado pela condição de dependência, que atinge o cotidiano na política, na sociedade e na economia. Essa dinâmica afeta de maneira ainda mais latente as políticas públicas e os direitos sociais, consequentemente, a educação superior.

Em 1990, no contexto de ascensão de governos de corte neoliberal e influenciado pelas ideias presentes no Consenso de Washington, o Brasil adotou diversas medidas de contrarreforma do Estado, por intermédio de decretos e emendas constitucionais (Silva

Jr, Sguissardi, 2020). Tais medidas impulsionaram a privatização das empresas públicas e a mercantilização da educação superior.

Outro aspecto marcante para a educação superior foi a abertura do capital financeiro na administração e controle dos grandes grupos educacionais. Esse movimento permitiu às associações e agrupamentos em 2001 e, em 2007, a entrada desses grupos e redes na atividade especulativa (Sguissardi, 2015).

Os cursos de Serviço Social não fogem dessa dinâmica de mercantilização da educação superior brasileira. Nos primeiros anos após sua criação nos anos 1930, a formação era amplamente dominada pela perspectiva religiosa, sendo a Igreja Católica responsável pela criação de grande parte dos cursos de Serviço Social na época (Pereira, 2018). Mas, com o avanço de políticas de corte neoliberal, o Serviço Social e outros cursos nas áreas de Ciências Sociais e Humanas foram considerados grande fonte de exploração/lucratividade devido ao baixo custo operacional. Tal processo favoreceu a criação de novos cursos privados presenciais na década de 1990 e à distância no final dos anos 2000.

CONCLUSÕES:

Frente a esses apontamentos, nota-se a tendência histórica, no Brasil, de mercantilização da educação superior frente à fragilização do setor público e o aumento do Ensino à Distância como estratégia de ampliação de lucratividade.

Para continuidade na Iniciação Científica, no segundo semestre de 2024, planejamos coletar informações sobre os projetos

pedagógicos dos cursos presenciais privados de Serviço Social para avaliar mudanças e impactos na formação profissional.

REFERÊNCIAS:

FONTES, V. M. G. *O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história*. EPSJV/UFRJ, 2010.

LÊNIN, V. I. *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*. Campinas, SP: FE/UNICAMP, 2011.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2013, Livro I.

PEREIRA, L. D. *Educação e Serviço Social: da Igreja ao empresariado*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2022.

SGUISSARDI, V. Educação Superior no Brasil. Democratização ou massificação mercantil?. *Educação & Sociedade*, 36(133), 867–889, 2015.

SILVA Jr., J. dos R.; SGUISSARDI, V. *Novas faces da educação superior no Brasil: reforma do Estado e mudança na produção*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

VALE, A. A.; KATO, F. B. G. ; PEREIRA, L. D. Capitalismo dependente, formação social brasileira e padrão educacional rebaixado: subsídios para uma reflexão sobre a formação dos assistentes sociais brasileiros. In: Ramos, A.; Barboza, D. R.; Pereira, L. D.; Pereira, T. D. (Org.). *Desenvolvimento, formação social brasileira e políticas públicas: subsídios analíticos para o Serviço Social*. 1ed.

Uberlândia: Navegando, 2019, v. 1, p. 101-117.

WEFFORT, F. C. *Os clássicos da política*. vol 1. São Paulo: Editora Ática 2011.





Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas
TÍTULO DO PROJETO: MÍDIA, JUVENTUDE E SUICÍDIO: UM
ESTUDO SOBRE A COBERTURA DA MORTE AUTOPROVOCADA
DURANTE O SETEMBRO AMARELO

Autores: Manuela Lucena Santos Martins (bolsista) e Larissa de
Morais Ribeiro Mendes (orientadora)

Departamento/Unidade/Laboratório: Depto. de Comunicação Social

INTRODUÇÃO:

Essa pesquisa teve como objetivo analisar, de modo quantitativo e qualitativo, o conteúdo relacionado ao suicídio publicado nos jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo*, veículos tradicionais, em contraste com os jornais *Metrópoles* e *Terra*, nativos digitais, durante o mês de setembro, em que ocorre a campanha Setembro Amarelo.

A hipótese era que, estimulados pela campanha, os veículos conseguiriam assumir um maior protagonismo em relação à causa do combate ao suicídio, e se aproximariam mais das orientações da OMS para o tratamento do tema, se mostrando mais comprometidos com o combate ao suicídio, como problema de saúde pública. Queríamos ainda verificar se a distinção de abordagens entre os veículos tradicionais e os nativos digitais seria minimizada no período.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A amostra foi formada por matérias que continham as palavras *suicídio* ou *Setembro Amarelo* no seu corpo; a coleta foi feita a partir dessas palavras chave na ferramenta de

pesquisa dos veículos. A partir dessa coleta, 168 matérias passaram para a fase de análise quantitativa, em que todo o conteúdo foi classificado em fichas de análise das publicações, de modo a nos permitir entender os padrões da cobertura do suicídio pela mídia em cada veículo analisado.

A partir dessa análise ficou evidente que a campanha Setembro Amarelo influenciou o conteúdo publicado. Do total de matérias, 37 citavam a campanha, e na maior parte delas houve a menção de recomendações de auxílio. A partir da análise qualitativa, percebeu-se que houve a criação de conteúdo adicional para a campanha, todos os veículos apresentaram matérias com foco principal no Setembro Amarelo, incluindo matérias informativas sobre a campanha e algumas sobre saúde mental com foco na prevenção ao suicídio.

Os veículos de mídia variaram em sua abordagem quanto ao suicídio e Setembro Amarelo, com diferenças significativas na qualidade da cobertura e no respeito às recomendações da OMS. O *Terra* teve o maior percentual de notícias com recomendação de amparo. No entanto, a maior parte delas apresentava recomendações de auxílio, mas

ainda havia falta de respeito às diretrizes da OMS, especialmente em matérias detalhadas sobre casos de suicídio, como o de Walewska Oliveira, que foi coberto de forma sensacionalista.

Ao contrário do *Terra*, em que a maioria tratava o suicídio como fato secundário. O material da *Folha de S. Paulo* focava em relatos pessoais e no impacto do suicídio na vida dos familiares, alinhando-se bem com as recomendações da OMS. Embora a cobertura sobre o Setembro Amarelo tenha sido eficaz, apenas um número limitado de matérias ofereceu recomendações de auxílio. Houve também uma falta de sensibilidade em algumas reportagens sobre suicídios.

O *Metrópoles* foi o veículo que mais desrespeitou as recomendações da OMS. A cobertura sobre Setembro Amarelo foi extensa, mas repetitiva. Muitas matérias apresentaram o suicídio de forma detalhada e sensacionalista, além disso, poucas ofereceram recomendações de auxílio, e o tratamento do suicídio frequentemente não respeitou a sensibilidade necessária.

Já no *O Globo*, houve predomínio de matérias com suicídio como tema secundário. A cobertura incluiu discussões sobre o impacto cultural do suicídio e a saúde mental. Entretanto, muitas matérias ignoravam as recomendações da OMS e apenas uma das 33 analisadas continha recomendação de auxílio.

Em suma, a inclusão de informações de apoio foi inconsistente, com algumas publicações oferecendo recursos úteis, enquanto outras falharam em fornecer suporte adequado.

CONCLUSÕES:

Em uma primeira análise, conclui-se que o Setembro Amarelo influencia apenas nas matérias adicionais do período, em que a ocasião da campanha é diretamente abordada. As demais notícias sobre o tema, indiferentes às singularidades do mês em que são publicadas, mantêm os padrões anteriores, muitas vezes desrespeitando as recomendações da OMS e produzindo conteúdos possivelmente prejudiciais para leitores que possam estar lidando com dificuldades de saúde mental.

Contudo, o esforço para criar materiais que auxiliam a amplificação da campanha, os quais discorrem sobre meios para prevenir o suicídio e ajudar pessoas que podem estar sofrendo, é evidente nesse período. Essa iniciativa da mídia é essencial para que esse tema delicado seja abordado e, como uma questão de saúde pública, combatido. Portanto, seria extremamente positivo se esse tipo de conteúdo fosse amplificado e diversificado para que informações úteis para a saúde mental alcancem o máximo de leitores possíveis, aumentando as chances de ajudar alguém em necessidade de auxílio, em oposição a ser desencadeador de emoções negativas. O suicídio deve ser combatido com informações, não com o silêncio.

AGRADECIMENTOS:

Nada disso teria sido possível sem a orientação da professora Larissa de Moraes, que me guiou durante todo o processo, sabendo a melhor forma para me introduzir na pesquisa e no

jornalismo, universos que ainda eram desconhecidos para mim. Com a sua ajuda consegui evoluir meus conhecimentos e ter meu primeiro contato com o mundo acadêmico, o que foi uma experiência extremamente gratificante, que proporcionou grande desenvolvimento pessoal. A experiência como bolsista foi transformadora e fundamental para meu crescimento acadêmico e pessoal. A possibilidade de explorar um campo diferente e superar desafios me proporcionou uma visão mais ampla e crítica sobre a pesquisa científica e a comunicação.





Arquitetura e Urbanismo

ESTUDOS PARA O ESTABELECIMENTO DE EDIFÍCIOS COM BALANÇO ZERO DE ENERGIA NO BRASIL (NZEB BRASIL) – Parte 7 (Clima Urbano)

**Professora Dra. Louise L. B. Lomardo e Bolsista Gabriela A. de
J. Oliveira - Laboratório de Conservação de Energia e Conforto
Ambiental – Ombudsman da Cidade 2/UFF**

INTRODUÇÃO:

O presente projeto destina-se a estudar o microclima urbano em Niterói em função das alteração de densidade urbana.

Niterói é vem sofrendo com o grande avanço imobiliário e decorrente verticalização, além da retirada da vegetação nativa para edificações o que gerou um impacto na qualidade do ar e no volume de emissão dos gases do efeito estufa – GEEs e na temperatura do ar.

É importante frisar que, com a recente PL 3905/2024 - nova Lei urbanística de Niterói que regulamenta sobre os parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo na cidade, Niterói pode sofrer grandes transformações, além de gerar mudanças em sua morfologia como a verticalização e, assim, provocar modificações no microclima urbano. Nesse sentido, a área de estudo para essa etapa do projeto é o bairro de Piratininga, localizado na região Oceânica de Niterói, em particular a região ZUM+4 (Zona de Uso Misto), na qual está direcionada ao uso misto. Os edifícios poderão ter um embasamento mais 4 pavimentos tipos de 3m de pé direito e cobertura, dando um total de 18m de altura.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

No presente estudo, foi utilizado o *software* ENVI-met 5.01, que é uma ferramenta de modelagem do microclima urbano 3D, utilizada para projetar e analisar os impactos gerados pela urbanização. Ele permite estudar os impactos na temperatura do ar, umidade do ar, ventos, PMV (voto médio predito de conforto), dispersão de poluentes, em função de alterações dos materiais, dos volumes construídos e da arborização.

Foi escolhida uma área residencial em Piratininga (Figura 1) na área que fica na Av. Almirante Tamandaré, com a esquina da Rua Jom José Naegele e da Rua Comendador Tomás Lima (Figura 1). A área simulada possui 150 m x 150 m, com cerca de 22.500 m², tendo sido adotado no modelo computacional um grid de 3m x 3m x 3m (dx x dy x dz).



Figura 1: Área de estudo Piratininga
Fonte: Elaboração própria

As simulações foram feitas com o software ENVI-met, para dois diferentes cenários: o Caso 0 reflete a situação atual da área de estudo em termos de materiais, volume construído e arborização. Já o Caso 1, apresenta a morfologia urbana proposta da Lei do Uso do Solo da Lei N°3905, que seria a de edifícios com 6 pavimentos, embasamento e cobertura. Considerando que cada pavimento tenha 3 metros de altura, dá um total de 18 metros. Para a escolha do dia da simulação, foi utilizado os mesmos dados climáticos do último relatório, foi o dia 27 de janeiro de 2021 devido ter sido o dia mais quente do verão de 2021, obtido pela Estação Meteorológica A627 - Niterói (INMET, 2022). Vale ressaltar que as seis primeiras horas da simulação não devem ser consideradas, por fazer parte do processo de calibragem do modelo.



Figura 2: Pontos P1, P2 e P3 na área de estudo
Fonte: Elaboração própria

Vale destacar que todos os dados extraídos dos mapas e gráficos foram extraídos na localização indicada na Figura 5 estão à altura de 1,25m, ou seja, uma altura que configura o nível dos pedestres.

No ponto P1, um dos locais definidos para a extração dos dados simulados horários, está bem próximo à praia, o que o submete a uma ventilação maior e um menor sombreamento. Assim, tanto o Caso 0 (linha azul) como o Caso 1 (linha vermelha) tiveram resultados muito aproximados com as temperaturas do ar ao longo do dia com uma diferença de apenas 0,2°C, às 13h para o dia 27 de Janeiro de 2021, como é mostrado na figura 3, a seguir.

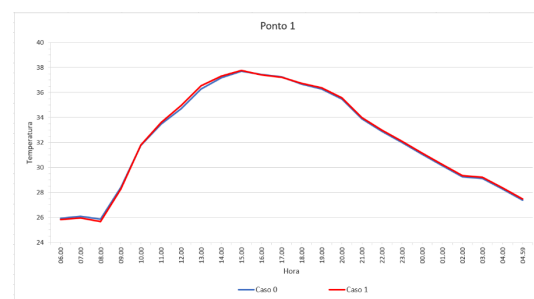
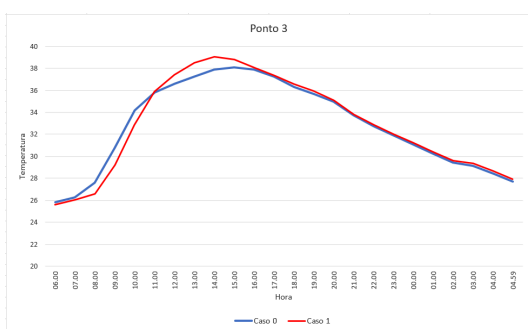
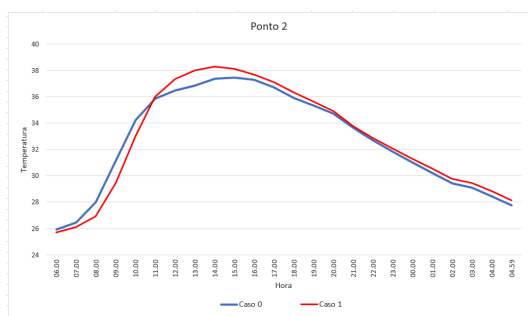


Figura 3: Gráfico da temperatura do ar no ponto P1
Fonte: Elaboração própria

Já para os pontos P2 e P3, localizados nas ruas transversais à Av. Almirante Tamandaré, os resultados da temperatura do ar nas curvas relativas aos cenários do Caso 0 (linha azul) e Caso 1 (linha vermelha) são apresentados nos gráficos apresentados nas Figuras 4 e 5, a seguir. A maior diferença de temperatura do ar para os diferentes cenários foi de 1,0°C, às 13h do dia 27 de Janeiro de 2021.



Figuras 4 e 5: Gráficos da temperatura do ar nos pontos P2 e P3.
Fonte: Elaboração própria

Nos mapas apresentados nas figuras 6 e 7, a seguir, é apresentada a distribuição espacial das temperaturas do ar para a altura de 1,5m do chão, para os dois cenários (Caso 0 e Caso 1) em diferentes horários (12h e 15h).

O horário das 15h é quando a temperatura máxima do ar do dia é apresentada para ambos os cenários, atingindo 39°C para o Caso 1.

Observa-se ainda que no Caso 1 as temperaturas do ar das vias internas (Rua Jom

José Naegele e rua Comendador Thomaz Lima) são mais elevadas do que o caso 0.

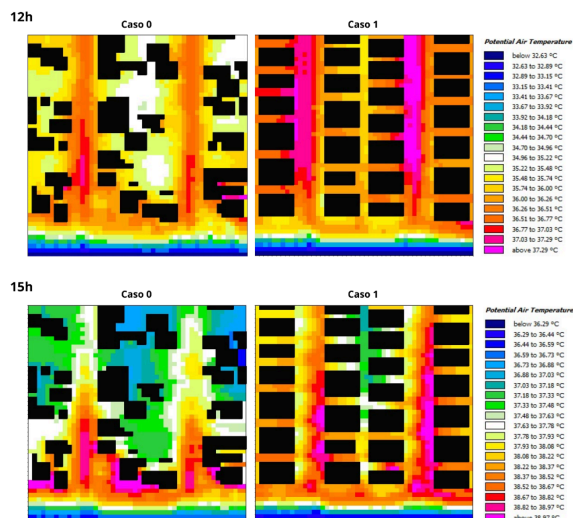


Figura 6 e 7: Mapas e legenda das temperaturas do ar para os Casos 0 e 1 às 12h e às 15h
Fonte: Elaboração própria

Nos cenários após o pôr do sol, referentes a 18h, 21h e 24h (Figuras 8, 9 e 10), percebe-se a progressiva diminuição da temperatura do ar, especialmente para o Caso 0, que obteve sempre um melhor resultado do que o caso 1, tendo uma diferença de quase 0,4°C.

Além disso, é possível observar que a temperatura do ar ficou mais baixa na maior parte do mapa do Caso 0, quando o comparamos ao cenário do Caso 1 (adensamento maior). Nesse sentido, a concentração de tons avermelhados e alaranjados em torno das edificações com mais pavimentos (conforme a lei prevê), ocorrem mais para o Caso 1 do que para o Caso 0.

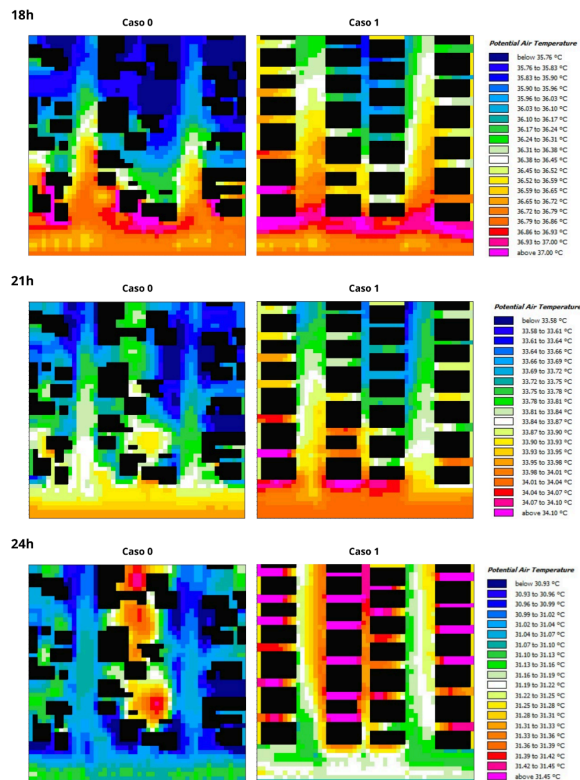


Figura 8, 9 e 10: Mapas e legenda das temperaturas do ar para os Casos 0 e 1 para 18h, 21h e 24h.
Fonte: Elaboração própria

CONCLUSÕES:

A partir dos dados apresentados no presente estudo, pode-se concluir que a Lei Urbanística 3905/2024 possui o impacto significativo no microclima e na formação de ilhas de calor na região de Piratininga. Desse modo, por meio das análises dos resultados iniciais, com o uso do *software* Envi-Met, já foi possível identificar através de cenários da alteração da geometria urbana resultados de microclima e conforto térmico para diferentes pontos e horários ao longo do dia. Pretendemos continuar a avaliar outros cenários para aprofundarmos nossas avaliações, pois dentro de um contexto de aquecimento global e eventos climáticos

extremos, é importante contribuir para mitigar essa elevação também dentro do contexto urbano.

AGRADECIMENTOS:

Agradecemos ao CNPq, à FAPERJ e ao programa PDPA da PMN, que apoiaram o projeto de estudo do microclima urbano por meio de bolsas de pesquisa PIBIC e de mestrado, bem como permitiram o uso do *software* Envi-MET e a compra de computadores e de nobreaks.



Imagem 1: Imagem PIBIC



Sociais Aplicadas

NITERÓI SAUDÁVEL: SOL, ENERGIA LIMPA E CHUVAS NO ESPAÇO URBANO.

Professora Dra. Louise L. B. Lomardo e Bolsista Nathália Silva Barreto - Laboratório de Conservação de Energia e Conforto Ambiental

INTRODUÇÃO:

Esta pesquisa aborda a influência das questões climáticas na qualidade de vida urbana e na saúde da população do município de Niterói. O presente estudo investiga a gestão do espaço urbano para promover o conforto ambiental, focando na produção de energia limpa. Destaca-se o uso da energia solar nos telhados de edifícios públicos, visando reduzir a emissão de carbono, além de divulgar informações técnicas e incentivar a população de Niterói a gerar energia limpa em seus próprios telhados.

Os edifícios, que representam quase metade do consumo elétrico no Brasil, apresentam grande potencial para a geração de energia solar. Por isso, esta pesquisa possui o objetivo de auxiliar a transformação de escolas municipais selecionadas, em edifícios NZEB (Edifícios de Energia Zero), através da autogeração de energia com a instalação de placas solares.

A partir disso, foi realizado um estudo detalhado sobre o sombreamento dos telhados de seis escolas, priorizando estruturas metálicas, que facilitam a instalação dos sistemas fotovoltaicos.

O que resultou em 6 unidades selecionadas: Unidade Municipal de Educação Infantil (UMEI) Zilda Arns; UMEI Rosalda Paim; UMEI

Governador Eduardo Campos; Escola Municipal Antineia Silveira Miranda; UMEI Dr. Paulo César Pimentel e Escola Municipal Marcos Waldemar de Freitas Reis. Após a seleção, elaborou-se um levantamento arquitetônico, além de dados sobre hábitos e posse de equipamentos elétricos. A Secretaria de Educação foi contatada para fornecer os registros de consumo de energia, permitindo a comparação entre os dados estimados e os reais.

Para entender a operação dos edifícios, desenvolveu-se uma planilha em que categorizou-se os dispositivos elétricos de cada escola. Além disso, também foi desenvolvido um roteiro de entrevistas, para entrevistarmos o corpo administrativo de cada escola, a fim de ajustar os dados às condições reais de uso.

Com esses dados, o consumo de cada escola foi classificado em: iluminação, climatização, ventilação, refrigeração, informática e outros. No clima quente e úmido do Rio de Janeiro, a climatização foi o maior consumidor de energia em todas as escolas.

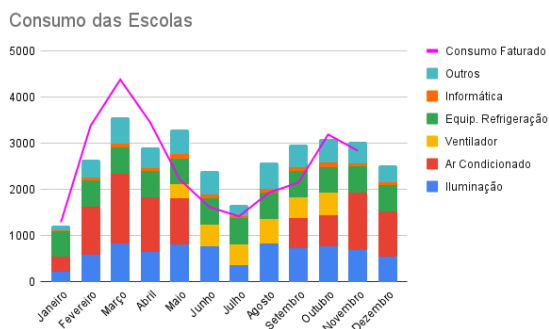


Imagem 1: Gráfico Consumo Faturado x Consumo Estimado (Elaboração própria).

Comparando os dados reais com os estimados, observou-se uma consistência, validando as estimativas. Assim, confirmou-se a necessidade de garantir a autossuficiência energética dos seis telhados. Para estimar a produção de energia fotovoltaica, utilizou-se o programa PVWATTS, do Laboratório Nacional de Energia Renovável dos EUA, que identificou as escolas com maior potencial de superar seu consumo energético.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Após a realização do teste nas seis escolas, foi verificado que apenas três delas têm capacidade de geração de energia que exceda seu consumo, tornando-as candidatas a edifícios NZEB, capazes de gerar toda a energia que consomem. Além disso, foi observado que o excedente de energia produzido poderia ser direcionado para a rede pública, reduzindo o consumo de outros edifícios pertencentes ao município. A imagem a seguir apresenta um exemplo de planilha de comparação da UMEI Rosalda Paim, entre consumo faturado e produção energética estimada pela calculadora

online PVWATTS. Observa-se nesse caso o excedente anual de 4606 kWh.

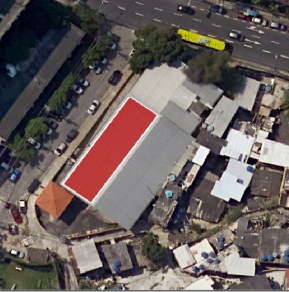
DADOS PVWATTS CALCULATOR		
Azimute	310°	TELHADO 
Inclinação	10	
Área (m²)	280	
Potencia (kWdc)	42.1	
Latitude	22.9° S	
Longitude	43.17° W	
Tipo de módulo	Padrão	
Tipo de matriz	Fixa	
Perdas do sistema	14.08%	
Eficiência do inversor	96%	
Fator de capacidade de corrente contínua	16.4%	
Fonte de dados meteorológicos		
Aeroporto Santos Dumont, RJ/BR		
Distância da fonte	5.47 km	
Endereço: rua Dr. Celestino, 78 Centro, Niterói		

Imagem 2: Parâmetros para simulação de consumo energético UMEI Rosalda Paim (Elaboração própria).

	MÊS	CONSUMO FATURADO (kWh)		
		hora ponta	hora fora ponta	total
UMEI ROSALDA PAIM	JUNHO 2023	290,22	5174,4	5464,62
	MAIO 2023	254,1	4544,4	4798,5
	ABRIL 2023	308,62	7056	7364,62
	MARÇO 2023	247,38	4586,4	4833,78
	FEVEREIRO 2023	252,84	2646	2898,84
	JANEIRO 2023	363,13	5392,8	5755,93
	DEZEMBRO 2022	241,33	4846,8	5088,13
	NOVEMBRO 2022	234,95	5014,8	5249,75
	OUTUBRO 2022	254,35	3486	3740,35
	SETEMBRO 2022	301,98	3914,4	4216,38
	AGOSTO 2022	241,92	2856	3097,92
	JULHO 2022	258,97	3007,2	3266,17
		CONSUMO TOTAL ANUAL (kWh)		55775
		CAPACIDADE DE GERAÇÃO (kWh)		60381
		EXCEDENTE DE GERAÇÃO (kWh)		4606

Imagem 3: Potencial de produção energética UMEI Rosalda Paim (Elaboração própria).

Com base nas contas de luz fornecidas pela Prefeitura Municipal de Niterói, foi possível estimar o custo para a instalação de sistemas fotovoltaicos. Primeiro, verificou-se o consumo mensal de energia (kWh) de três escolas selecionadas. Dividiu-se o custo mensal de cada escola pelo consumo para obter o custo médio da energia (kWh). Em seguida, calculou-se o custo anual da conta de luz, multiplicando o somatório do consumo anual

pelo custo médio. Utilizando o software PVWATTS, foi determinada a potência de ponta de cada escola, que foi multiplicada pelo custo de instalação do sistema fotovoltaico (GREENER, 2024). O valor total da instalação foi dividido pelo custo anual, resultando, assim, no tempo de retorno do investimento em anos, sem a adição de juros, de em média 1 ano e meio. Especificamente no caso das escolas Paulo César Pimentel e Waldemar de Freitas, o tempo de retorno do investimento, estimado em cinco anos, pode ser abreviado para 1 ano e meio, quando levado em conta o valor da energia excedente produzida.

ESCOLAS SELECIONADAS	Escola Municipal	Rosalda Paim	Eduardo Campos	Paulo César Pimentel e Waldemar de Freitas
	Consumo Mensal de energia (kWh)	5.464,62	3.346,39	3.460,00
	Custo Mensal de Energia (R\$)	10.992,47	7111,04	4.021,35
	Consumo Anual de Energia (kWh)	55.755,00	41.330,00	29.680,00
	Potencial de Geração Anual de Energia (kWh)	60.380,00	77.970,00	103.550,00
	Custo Anual da Conta de Luz Estimado (R\$)	112.208,00	87.825,77	34.495,28
	Custo do Sistema Instalado (R\$)	113.670,00	148.770,00	189.810,00
	Tempo de Retorno de Investimento (anos)	1,01	1,69	5,5

Imagem 4: Custo estimado do Sistema nas escolas selecionadas (Elaboração própria).

CONCLUSÕES:

O presente estudo ressalta não apenas a viabilidade da implementação de sistemas fotovoltaicos nesses locais, mas também a possibilidade de contribuição para outros edifícios municipais. Esse potencial de geração excedente fortalece a autossuficiência

energética das escolas e apresenta uma oportunidade valiosa para mitigar os desafios energéticos enfrentados por comunidades urbanas, o que contribui para a construção de cidades mais sustentáveis e resilientes. Este estudo demonstra, portanto, o papel crucial que a energia solar pode desempenhar na promoção da eficiência energética e na redução da dependência de fontes não renováveis. Ele também destaca o impacto positivo que as iniciativas de geração distribuída podem ter na construção de um futuro energético mais equitativo e sustentável.

AGRADECIMENTOS:

Os autores do artigo agradecem o apoio recebido da Prefeitura do Município de Niterói, através do Projetos de Desenvolvimento Aplicados (PDPA). Agradecem também, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) pelas bolsas de iniciação científica.

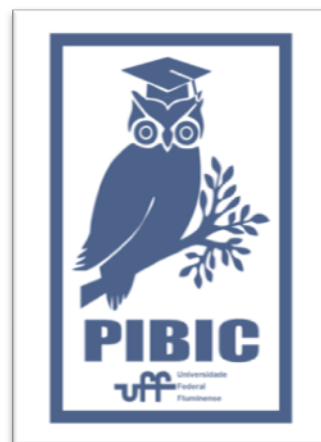


Imagem 5: Imagem PIBIC



Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

TÍTULO DO PROJETO: ANÁLISE DA LIMITAÇÃO DA ACESSIBILIDADE EM ESPAÇOS URBANOS COMO FATOR RESTRITIVO PARA A FRUIÇÃO TURÍSTICA DAS PESSOAS COM MOBILIDADE REDUZIDA

Autores: Marcello de Barros Tomé Machado (orientador) e Victoria Quarterolle (bolsista)

Departamento/Unidade/Laboratório: FTH - Faculdade de Turismo e Hotelaria

INTRODUÇÃO:

O projeto está vinculado ao grupo de pesquisa Disturb - Fatores restritivos ao Turismo, que realiza pesquisas em duas frentes, sendo elas Turismo & Segurança Pública e Turismo & Acessibilidade. O projeto tem como tema “A limitação da acessibilidade em espaços urbanos como relevante fator restritivo para a fruição turística das pessoas com mobilidade reduzida” com o foco na percepção dessas pessoas sobre as cidades de Paraty, Búzios e Petrópolis.

O principal objetivo dessa pesquisa foi analisar a acessibilidade de destinos turísticos urbanos, delimitando territorialmente este estudo nas cidades de Paraty, Petrópolis e Armação dos Búzios. Estes três municípios envolvem importantes regiões turísticas do estado do Rio de Janeiro (Costa Verde, Serra Verde Imperial e Costa do Sol), com singularidades e limitações à acessibilidade distintas.

A definição dos municípios e regiões ocorreu antes da proposta do edital deste projeto. Para alcançar o objetivo da pesquisa optou-se por uma abordagem qualitativa descritiva, para analisar a acessibilidade dos espaços turísticos, dividida em três etapas. A primeira etapa foi o

levantamento bibliográfico, durante este período foram feitas leituras sobre o tema em questão buscando um maior conhecimento sobre a abordagem metodológica com enfoque neste tema, fizemos reuniões semanais para poder discutir sobre a relevância destes trabalhos para a pesquisa. Com isso, conseguimos uma lista de referências bibliográficas que nos auxiliaram no projeto e que podem auxiliar em pesquisas futuras

Na segunda etapa, pautado no norteador do “nada sobre nós sem nós”, ocorreram as entrevistas com PCD 's (pessoas com deficiência) e MR (pessoas com mobilidade reduzida) para balizar nosso questionário e foram feitas reuniões com a secretária municipal de turismo das cidades pesquisadas para buscar a autorização e apoio das prefeituras ao longo do processo. Durante essas visitas nas cidades, utilizamos elementos da pesquisa de observação com base etnográfica, para observar o ambiente e perceber os elementos importantes, por exemplo se havia circulação de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida que é um sinal claro de destinos acessível ou não, e acessibilidade disponível nos espaços de uso público, em edificações, equipamentos e

mobiliários. Para isso utilizamos equipamentos para medir os ângulos das rampas, o tamanho das portas para ter uma noção sobre o nível de acessibilidade dos locais, nada muito significativo, apenas para ter um norteador.

Na terceira etapa elaboramos o questionário, baseado nas entrevistas realizadas para formular as perguntas, este foi elaborado durante reuniões semanais com o grupo de pesquisa. O questionário foi feito para incluir as três cidades abordadas e também tanto a visão do turista quanto do morador, já que temos como objetivo ser inclusivo, não poderíamos tirar a visão dos próprios moradores sobre a acessibilidade encontrada no local onde vivem.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Infelizmente durante as visitas às cidades foi possível identificar que não teríamos público suficiente para uma pesquisa *in loco*, por isso durante as reuniões com o grupo de pesquisa DISTURB definimos que iríamos abordar instituições e associações de apoio a pessoas com deficiência e mobilidade reduzida visando um maior público respondente. Para isso, fizemos um levantamento de instituições que atuavam nas cidades de Niterói, Rio de Janeiro, Paraty, Búzios e Petrópolis para que eles compartilhassem nosso questionário com seu público a partir do Google Forms ([PESQUISA TURISMO & ACESSIBILIDADE - Rio de Janeiro](#))

Realizamos um teste do questionário no evento Dia D, que é um feirão de vagas de empregos para pessoas com deficiência e segurados do

programa de reabilitação do INSS que aconteceu no dia 23 de maio de 2024, na cúpula do Caminho Niemeyer. A princípio escolhemos utilizar a plataforma Jotform já que poderíamos aplicar o questionário sem precisar de internet. Infelizmente neste dia não conseguimos muitas respostas já que muitas das pessoas com deficiência ali presentes nunca haviam viajado. Também foi muito importante para identificar melhorias que precisavam ser feitas no questionário, por exemplo o enunciado das questões.

Devido a greve, houve um atraso na tabulação e análise dos dados, porém em análises preliminares foi possível destacar que mais de 50% das notas dadas para a acessibilidade das cidades de 1 a 5 ficou entre 1 e 3. Isso mostra que a maioria dos respondentes acredita que a cidade ou é pouco acessível ou tem média acessibilidade.

CONCLUSÕES:

É possível concluir que como as cidades apontadas, são consideradas cidades históricas é devido a isso muitas vezes existe dificuldade em tornar as edificações, os espaços públicos e equipamentos de cunho turístico, acessíveis. Um exemplo dessa dificuldade aconteceu em Búzios, onde o Prefeito queria substituir o piso de paralelepípedo pelo piso intertravado que é de concreto e queria deixar as ruas do mesmo nível que as calçadas. Ele sofreu grande represália pois iria mudar a estética da cidade. Infelizmente devido a greve ocorreu um atraso na tabulação dos dados, porém já é possível destacar que os respondentes da pesquisa

apontam diferentes níveis de acessibilidade entre as cidades. Isso mostra que existe muito o que melhorar nessas cidades para torná-las acessíveis ao público.

AGRADECIMENTOS:

Agradeço ao professor Marcello Tomé pela orientação, a toda a equipe do Disturb e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).



Imagem 1: Imagem
PIBIC



ANÁLISE DAS LOAS ESTADUAIS DE 2021 E 2022 COMO ANÁLISE DE ISONOMIA DAS PARTES NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO: A POLÍTICA CRIMINAL EMPREGADA NA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS DO MPS, DEFENSORIAS PÚBLICAS, MAGISTRATURA E POLÍCIA JUDICIÁRIA.

MARIANA DE LIMA CAETANO DO VALLE

FACULDADE DE DIREITO DE VOLTA REDONDA – INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS DE VOLTA REDONDA (VDI-VCH-UFF)

INTRODUÇÃO:

A pesquisa intitulada "Análise das LOAs estaduais de 2021 e 2022 como análise de isonomia das partes no Processo Penal brasileiro" teve como objetivo verificar a política de destinação de recursos públicos e sua influência na isonomia das partes envolvidas no Processo Penal brasileiro. O estudo focou em analisar como a distribuição de recursos entre as Defensorias Públicas, Ministério Público, Magistratura e Polícia Judiciária pode afetar o equilíbrio necessário para assegurar a paridade de armas entre defesa e acusação, que é um princípio fundamental em sistemas acusatórios.

Com base no princípio da isonomia e na importância da ampla defesa, a pesquisa buscou responder se a distribuição orçamentária entre essas instituições reflete um tratamento equânime das partes no processo penal. A análise foi conduzida em torno da

distribuição percentual dos recursos previstos nas Leis Orçamentárias Anuais (LOAs) de 2021 e 2022, comparando o investimento estatal em cada uma das instituições.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Os resultados da pesquisa revelaram uma considerável desigualdade na distribuição de recursos públicos entre as instituições analisadas. Em 2021, os Ministérios Públicos Estaduais receberam R\$17.963.993.128, enquanto as Defensorias Públicas Estaduais receberam apenas R\$5.636.441.707. Em 2022, essa diferença permaneceu significativa, com os Ministérios Públicos Estaduais recebendo R\$19.072.213.037, comparado aos R\$6.589.129.459 destinados às Defensorias Públicas Estaduais. Tais dados revelam que em média os Estados brasileiros disponibilizam cerca de 3 vezes mais orçamento para o Ministério Público do que para a Defensoria

Pública. Essa disparidade orçamentária foi observada em todas as 27 unidades federativas do Brasil, com exceção do Distrito Federal.

Essa distribuição desigual reflete-se diretamente na capacidade das instituições de exercerem suas funções constitucionais. A Defensoria Pública, responsável por defender cidadãos que não podem arcar com os custos de um advogado particular, enfrenta severas limitações devido à falta de recursos. Essa situação compromete a efetividade da defesa, resultando em uma clara violação dos princípios de isonomia e ampla defesa.

Além disso, a pesquisa identificou que 48% das comarcas brasileiras não possuem atendimento da Defensoria Pública, o que exacerba ainda mais a desigualdade no acesso à justiça. Mesmo com o aumento dos orçamentos de 2021 para 2022, a diferença entre as instituições permaneceu estável, indicando que as mudanças orçamentárias não foram suficientes para corrigir o desequilíbrio existente.

O estudo também destacou o impacto negativo da falta de participação da Defensoria Pública na fase investigativa do processo penal, situação que favorece uma postura inquisitorial, na qual as instituições de acusação, como o Ministério Público e a Polícia Judiciária, dominam o processo. Isso não só perpetua a desigualdade entre as partes, mas também compromete a imparcialidade do sistema de justiça penal.

CONCLUSÕES:

A pesquisa concluiu que a isonomia das partes no Processo Penal brasileiro, embora prevista na Constituição, não é assegurada na prática devido à acentuada disparidade orçamentária entre as instituições que compõem o sistema de justiça. A Defensoria Pública, essencial para a defesa dos direitos de cidadãos de baixa renda, recebe significativamente menos recursos do que o Ministério Público, comprometendo sua capacidade de oferecer uma defesa eficaz e, conseqüentemente, prejudicando o direito à ampla defesa.

Para garantir uma verdadeira paridade de armas no processo penal, é necessário um investimento substancial na Defensoria Pública, equiparando-a ao Ministério Público em termos de recursos financeiros, tecnológicos e estruturais. Somente assim será possível assegurar que todos os cidadãos tenham acesso a uma defesa justa e eficiente, independentemente de sua condição socioeconômica.

A pesquisa sugere que uma reforma orçamentária e estrutural é imprescindível para fortalecer a Defensoria Pública e promover uma justiça penal mais equitativa e alinhada aos princípios constitucionais. A adoção de políticas públicas que garantam um tratamento isonômico entre as instituições de acusação e defesa é fundamental para o funcionamento adequado do sistema acusatório e para a preservação dos direitos fundamentais dos indivíduos processados.

AGRADECIMENTOS:

A realização desta pesquisa só foi possível graças ao apoio e orientação de diversas pessoas e instituições. Em primeiro lugar, gostaria de expressar minha profunda gratidão ao **Professor Leonardo Costa de Paula**, cuja orientação, paciência e expertise foram essenciais para o desenvolvimento deste trabalho. Suas valiosas sugestões e constante incentivo foram fundamentais para que eu pudesse concluir esta pesquisa com sucesso.

Gostaria também de agradecer à **Universidade Federal Fluminense**, em especial à Faculdade de Direito de Volta Redonda e ao Instituto de Ciências Humanas e Sociais, por fornecerem o ambiente acadêmico propício e os recursos necessários para a realização deste estudo. Agradeço ainda ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC, por me conceder a oportunidade de aprofundar meus estudos e contribuir para o desenvolvimento do conhecimento na área jurídica.

Por fim, sou grata a todos os colegas, amigos e familiares que, de alguma forma, colaboraram direta ou indiretamente para a conclusão deste trabalho. A todos, meu muito obrigada.





Ciências Sociais Aplicadas

DESAFIANDO O MASCARAMENTO SOCIAL EM AMBIENTES ORGANIZACIONAIS: UMA REVISÃO SOBRE AS MOTIVAÇÕES

Autores: Thaila Silva de Oliveira e Fernanda Galvão Ribeiro

Departamento de Administração e Administração Pública / Instituto de Ciências Humanas e Sociais

INTRODUÇÃO:

A colonialidade persiste mesmo após o fim das estruturas coloniais formais, influenciando as relações de poder, controle cultural e epistemológico, perpetuando desigualdades sociais (QUIJANO, 1993). No campo da administração, modelos baseados em capitalismo e eurocentrismo perpetuam essas desigualdades (ABDALLA; FARIA, 2017). A visão limitada de diversidade como mera gestão de diferenças contrasta com a necessidade de uma abordagem mais profunda, que leve em conta a interseccionalidade e a desconstrução das desigualdades (FRAGA et al., 2022). A diversidade deve transcender representações numéricas, promovendo inclusão e equidade social conforme objetivos da Agenda 2030 da ONU (UNITED NATIONS, 2023).

A neurodiversidade, conceito que valoriza as diferentes formas de funcionamento cerebral, ganha relevância no viés laboral (LEOPOLDINO, 2016) e reconhecer as complexidades enfrentadas pelo público neurodiverso é crucial para promover inclusão (AMARAL, 1998; KRZEMINSKA et al., 2019). No entanto, a pesquisa prática sobre neurodiversidade e trabalho ainda é escassa e

carece de conselhos aplicáveis no âmbito organizacional (DOYLE; MCDOWALL, 2022). O mascaramento, ação para ocultar aspectos próprios, é uma estratégia comum entre neurodiversos para melhorar suas interações sociais (HULL et al., 2017). Contudo, pode causar impactos consideráveis na saúde mental (CAGE; TROXELL-WHITMAN, 2019; RAYMAKER et al., 2020).

Este estudo realizou uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL) sobre neurodiversidade, mascaramento e o ambiente organizacional, usando a base Web of Science (WoS). A prevalência significativa de transtornos do neurodesenvolvimento e a dificuldade enfrentada por neurodivergentes em processos seletivos destacam a relevância de pesquisas nesta área (ZEIDAN et al., 2022; SONG et al., 2021; BLACKBURN, 2023).

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A revisão da literatura indica que a maioria das pesquisas se concentra nas complexidades da infância, negligenciando o desenvolvimento na fase adulta e o ambiente laboral (ZIN; FONSECA, 2019), cabendo haver investigações sobre a inclusão e a permanência

no mercado de trabalho para indivíduos neurodiversos.

Os dados coletados até março de 2024, analisados com o software VosViewer, mostram que as palavras-chave se agrupam em torno de "autismo". Termos como "masking" e "camouflaging" emergem como áreas de interesse recente, indicando crescente atenção às estratégias de adaptação.

A análise geográfica das publicações sobre o tema, quando vista sob a perspectiva da decolonialidade, evidencia como essas influências moldam a produção acadêmica e a prática científica. Essa abordagem permite uma crítica mais profunda das epistemologias vigentes e destaca a necessidade de promover uma ciência mais inclusiva e equitativa.

A tabela 1 compila os estudos sobre as motivações para o mascaramento de indivíduos autistas no contexto profissional. Os dados mostram que a pressão social, o estigma e a busca por aceitação propiciam a ação do mascaramento, uma prática exaustiva, mas utilizada para evitar discriminação e assegurar a empregabilidade. A análise detalhada dos artigos aprofunda a compreensão das nuances dessa experiência.

Tabela 1 - Resumo dos artigos selecionados

AUTOR/ANO DA PUBLICAÇÃO	ARTIGO	MOTIVAÇÕES PARA MASCARAMENTO/CAMUFLAGEM
Finn, M; Flower, RL; Leong, HM; Hedley, D. (2023)	If I'm just me, I doubt I'd get the job': A qualitative exploration of autistic people's experiences in job interviews	A busca por evitar experiências negativas e a pressão social para se adaptar levam ao mascaramento.
Cleary, M; West, S; Kornhaber, R; Hungerford, C. (2023)	Autism, Discrimination and Masking: Disrupting a Recipe for Trauma	A experiência de estigma e a busca por segurança e aceitação motivam o mascaramento.
Doyle, N; McDowall, A; Waseem, U. (2022)	Intersectional Stigma for Autistic People at Work: A Compound Adverse Impact Effect on Labor Force Participation and Experiences of Belonging	A tentativa de reduzir o estigma e aumentar as oportunidades, embora exaustiva, impulsiona o mascaramento.
Cage, E; Troxell-Whitman, Z. (2019)	Understanding the Reasons, Contexts and Costs of Camouflaging for Autistic Adults	A falta de compreensão e a busca por reconhecimento no trabalho levam ao mascaramento, especialmente entre mulheres autistas.
Pryke-Hobbes et al (2023)	The workplace masking experiences of autistic, non-autistic neurodivergent and neurotypical adults in the UK	A necessidade de se adaptar às normas sociais e evitar consequências negativas motiva o mascaramento.
Arnold et al. (2023)	Towards the measurement of autistic burnout	A pressão para se conformar às expectativas neurotípicas e a busca por aceitação profissional impulsionam o mascaramento.
Gemma, N. (2021)	Reconceptualising 'reasonable adjustments' for the successful employment of autistic women	O desejo de não ser visto como estranho e a pressão para parecer normal levam ao mascaramento.
Loo et al. (2023)	Exploring autistic adults' psychosocial experiences affecting beginnings, continuity and change in camouflaging over time: A qualitative study in Singapore	A busca por aceitação social e o desejo de ter um bom desempenho no trabalho motivam o mascaramento.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2024).

O estudo revela que o mascaramento de indivíduos neurodiversos está influenciado por fatores de gênero, raça, classe social e orientação sexual e as motivações para o mascaramento incluem estigmas, discriminação e a necessidade de adaptação a ambientes organizacionais, como entrevistas de emprego e manutenção de posições formais.

Ambientes organizacionais são os principais fatores que contribuem para o mascaramento. A baixa contratação de neurodiversos e o desconhecimento sobre neurodiversidade perpetuam estereótipos e dificultam a inclusão no mercado de trabalho. Davies et al. (2023) e Nicholas et al. (2015) evidenciam a dificuldade dos neurodivergentes nas entrevistas, além da alta taxa de desemprego entre eles (AUSTIN; PISANO, 2017)

O mascaramento resulta em consequências negativas para a saúde mental, como estresse, ansiedade e exaustão (CAGE; TROXELL-WHITMAN, 2019) e a falta de preparo das organizações para lidar com a neurodivergência, (LINDSAY et al., 2019), contribui para desafios.

Recomenda-se a implementação de práticas inclusivas e programas de conscientização, ajuste nos processos seletivos e treinamento de recrutadores, tornando o processo mais adaptativo e menos estressante (HULL et al., 2017; BARGIELA et al., 2016). Ambientes que valorizam a diversidade e oferecem apoio melhoram a satisfação e o desempenho dos neurodiversos (RAYMAKER, 2020)

CONCLUSÕES:

O objetivo principal deste trabalho foi analisar a produção científica sobre neurodiversidade, mascaramento e o ambiente de trabalho, destacando que o crescente interesse se deve ao amadurecimento de uma grande população de crianças e adolescentes neurodivergentes enfrentando barreiras significativas para inclusão no mercado de trabalho.

A crescente relevância da diversidade nas organizações, impulsionada pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU e o aumento dos diagnósticos tardios de neurodivergentes, reflete um aumento recente no interesse pelo tema. No entanto, o crescimento das publicações ainda é modesto, indicando a necessidade de uma maior compreensão acadêmica e práticas mais inclusivas.

É fundamental enfrentar preconceitos, desinformação e modelos padronizados de seleção, já que a falta de compreensão e apoio dos empregadores perpetua ambientes de trabalho não inclusivos, sendo relevante a adoção de abordagens sensíveis às diferenças para se tornar mais inclusiva.





Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

TÍTULO DO PROJETO: TRABALHO E AÇÃO SINDICAL EM TEMPOS DE PANDEMIA

Autoras: Milena Gabriela Delphim da Silva, Isabelle Cristina da Costa Lopes, prof^a Maria Cristina Paulo Rodrigues

Departamento: Departamento de Serviço Social - UFF Niterói

INTRODUÇÃO:

Nossa pesquisa, intitulada "Trabalho e Ação Sindical em Tempos de Pandemia", é um desdobramento de estudos desenvolvidos desde 2018 sobre os impactos da Reforma Trabalhista de 2017 para trabalhadores e sindicatos. O objetivo é analisar como os sindicatos têm atuado para manter seu papel e legitimidade, enfrentando desafios de representação e de organização, frente à precarização do trabalho.

A pandemia da COVID-19 trouxe consequências econômicas, sociais e políticas, afetando desigualmente os países e atingindo duramente os trabalhadores. No Brasil, a crise sanitária encontrou um cenário já deteriorado para o campo do trabalho, fruto de políticas neoliberais adotadas desde os anos 1990 e da crise político-institucional pós-2016. A destituição da presidenta Dilma Rousseff e as reformas subsequentes, como a PEC do Teto dos Gastos Públicos, a Lei da Terceirização e a Reforma Trabalhista, agravaram a precarização do trabalho. A eleição de Jair Bolsonaro intensificou os ataques aos direitos trabalhistas, com a Reforma da Previdência e a Carteira de Trabalho verde e amarela, além de medidas específicas durante a pandemia. No contexto de

perdas de direitos e do uso intenso das novas tecnologias, buscamos compreender como os sindicatos têm atuado para manter sua capacidade de organização, dando destaque ainda ao papel das mídias sociais, principalmente durante o período pandêmico, marcado por dificuldades de comunicação e acesso direto à categoria.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Utilizamos a teoria dos recursos de poder (Schmalz, 2017; Colombi et al., 2022) para analisar a realidade de quatro sindicatos no Rio de Janeiro: Sindicato dos Petroleiros Norte Fluminense; Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações; Sindicato dos Bancários e Sindicato dos Comerciantes. Esta teoria está baseada na perspectiva de que, mesmo num contexto desfavorável aos trabalhadores, os sindicatos são capazes de elaborar estratégias de enfrentamento. E considera quatro tipos de poder: estrutural, associativo, institucional e social, refletindo a posição dos assalariados no sistema econômico, a organização coletiva, a capacidade de diálogo com outras instituições e grupos sociais.

A pesquisa empírica envolveu questionários aplicados em 2019, análise de Acordos e

Convenções Coletivas entre 2017-2024, estudo dos sites sindicais em dois períodos (2019/2020 e 2020/2021) e entrevistas com dirigentes sindicais entre 2023 e 2024. A análise apontou uma intensificação da precarização do trabalho, com impactos diferenciados por setor. Os Comerciais enfrentaram demissões em massa, enquanto os Petroleiros tiveram um impacto menor. A sindicalização também variou significativamente: Petroleiros (95%), Bancários (75% em bancos privados e 30% nos públicos), Telecom (10% a 60%, dependendo dos segmentos) e Comerciais (5%).

Os Acordos Coletivos analisados mostraram diferenças na quantidade e qualidade das cláusulas. Petroleiros e Bancários, com Acordos Nacionais, mantiveram mais benefícios, enquanto os Comerciais e segmentos terceirizados do Sinttel-Rio enfrentaram maior pressão patronal. Cláusulas específicas sobre trabalho remoto, combate ao assédio e violência, e reconhecimento de relações homoafetivas foram incluídas, refletindo novas demandas no contexto pandêmico.

As estratégias sindicais incluem a insistência no processo negocial, parcerias com o Ministério Público do Trabalho, ações na Justiça do Trabalho, mobilizações tradicionais e uso intensificado das redes sociais. A adaptação às mudanças tecnológicas foi essencial, além da busca por parcerias e diálogo com a sociedade, fortalecendo seu poder social e legitimidade.

A partir da análise do uso das mídias sociais pelos sindicatos durante a pandemia, constatou-se que plataformas como Instagram,

Facebook, YouTube e X (antigo Twitter) foram amplamente utilizadas. Os sindicatos dos Bancários, Petroleiros e Telecomunicações, em especial, adotaram uma postura mais ativa nas redes, buscando engajar suas bases e influenciar o debate público. Por meio de postagens focadas em temas como campanhas salariais, denúncias e eventos de mobilização, os sindicatos conseguiram ampliar sua presença digital e adaptaram suas estratégias de comunicação, utilizando as redes sociais como uma extensão de suas ações tradicionais de mobilização.

CONCLUSÕES:

Em conclusão, a pandemia da COVID-19 acelerou a reconfiguração das dinâmicas de trabalho e trouxe novos desafios para os sindicatos, especialmente no Brasil, onde o cenário de precarização já era agravado por políticas neoliberais e crises institucionais. No entanto, apesar das adversidades, os sindicatos continuam a desenvolver estratégias para se adaptar, defender os direitos dos trabalhadores e ampliar sua presença nas mídias sociais. O uso das redes sociais, como observado na análise dos quatro sindicatos estudados, revelou-se uma ferramenta crucial para mobilização, engajamento e comunicação, permitindo que essas entidades mantenham sua relevância e impacto social em meio a um cenário de desafios.

REFERÊNCIAS:

COLOMBI et al. *Panorama do Sindicalismo no Brasil: 2015-2021*. 1ª ed. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2022. Pdf.

SCHMALZ, Stefan. *Los recursos de poder para la transformación sindical*. Nueva Sociedad - Especial Sindicatos, octubre de 2017.





Ciências Sociais e Aplicadas

**A PARTICIPAÇÃO FEMININA EM PODCASTS MASCULINISTAS COMO
FORMA DE VALIDAÇÃO DE DISCURSOS MACHISTAS: ESTUDO DE**

CASO SOBRE O PODCAST PINK & PILL

Gabriela Cardoso Maio dos Santos

**Instituto de Artes e Comunicação Social/Departamento de Estudos Culturais e
Mídia/Núcleo de Estudos em Poder, Subjetividade e Mídia – NEPSEM**

INTRODUÇÃO:

O discurso masculinista tem ganhado cada vez mais força nas redes sociais nos últimos anos, impulsionado por algoritmos que contribuem para a viralização desse tipo de conteúdo dentro e fora das chamadas bolhas dos grupos de ódio da extrema direita. No entanto, ao contrário do que se espera dessas discussões, caracterizadas pela “defesa do direito dos homens” — estes, que se sentem oprimidos perante o avanço dos movimentos feministas — e que, na maioria das vezes, servem de pretexto para a proferição de falas misóginas, foi observado um fenômeno peculiar dentro do contexto dos podcasts masculinistas brasileiros: a crescente participação feminina, utilizada estrategicamente com o intuito de validar esse discurso.

O presente trabalho está relacionado com uma das fases da pesquisa da professora e orientadora Mayka Castellano sobre o masculinismo e a cultura de aconselhamento e tem como objetivo analisar a presença feminina nesses espaços, bem como discutir suas implicações no que diz respeito à forma que suas falas repercutem como validação dessa

ideologia e ao engajamento gerado a partir desse fenômeno. Para a análise, foi escolhido o podcast Pink & Pill, comandado pelo *host* Thiago Schutz, considerando sua relevância para dentro do movimento conhecido como *redpill*.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Foi feito um levantamento de dados acerca da participação feminina no podcast utilizando a plataforma de vídeos YouTube, examinando os vídeos publicados entre 14 de março de 2022 e 2 de maio de 2024. É importante ressaltar aqui que o Pink & Pill possui dois canais na plataforma: o canal oficial, que reúne todos os podcasts na íntegra; e o canal de cortes, cujos vídeos postados são retirados estrategicamente do programa e alvos de intensa edição. Tais fragmentos possuem um maior potencial de propagação em comparação com as entrevistas completas e são divulgados isoladamente com o intuito de dar ênfase a alguma fala ou manifestação (LEAL et al., 2024). Para o intervalo de tempo analisado, a amostra conta com 83 episódios do podcast e 1009 cortes, ou vídeos curtos.

A partir da análise inicial, foi identificada a presença de 48 mulheres em 43 episódios diferentes do Pink & Pill, ou seja, mais da metade dos podcasts. Enquanto no canal de cortes, elas aparecem em 541 vídeos, aproximadamente 54% do total. Esses dados revelam uma contradição do movimento, que ao mesmo tempo que se baseia no ódio e desprezo às mulheres e as toma como seres inferiores a serem subjugados, também precisa lhes ceder espaço e voz para que seus enunciados sejam validados e suas teses “confirmadas”.

No que tange ao engajamento, os cortes em que há presença feminina possuem grande repercussão na plataforma e é importante ressaltar que, de todos os vídeos postados até o momento do levantamento, os dez mais assistidos do canal de cortes contavam com pelo menos uma entrevistada mulher. Tendo em vista que a participação delas é muito benéfica para o podcast em si, também está sendo feita a análise desses vídeos curtos citados, bem como o de seus comentários, a fim de entender melhor essa dinâmica que pode ser considerada um tanto contraditória e o motivo pelo qual esses vídeos acumulam tantas visualizações comparados àqueles que contam somente com entrevistados homens. Os principais elementos levados em consideração são os assuntos e temas abordados, as convidadas presentes e a forma que é estabelecida a relação entre host e entrevistada.

CONCLUSÕES:

Dessa maneira, fica evidente que a presença feminina em podcasts masculinistas desempenha um papel fundamental na disseminação dessas ideologias. Enquanto a participação dessas mulheres não pode ser resumida apenas a um certo alinhamento com essas ideias propagadas, tendo em vista que elas dispõem de ganhos monetários a partir dessa exposição, os enunciados proferidos por elas como forma de validação de argumentos, um tanto prejudiciais para a sociedade como um todo, ela acende um alerta para a maneira que esses movimentos operam dentro do YouTube e demais plataformas de redes sociais, se aproveitando de um protagonismo cedido ao gênero oposto e a tração gerada a partir dele.

AGRADECIMENTOS:

Gostaria de agradecer à professora e orientadora Mayka Castellano, que me concedeu a oportunidade de trabalhar no projeto e também ao CNPq pela bolsa de Iniciação Científica.





Ciências Sociais aplicadas

COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA: QUESTÃO DE ESTRUTURA OU DE LINGUAGEM

Maria Cecília Brandão da Silva

Departamento de Ciência da Informação - GCI

INTRODUÇÃO:

A disseminação de informação é pauta imprescindível ao se falar de ciência, visto que o avanço da pesquisa se orienta especialmente à transmissão de conhecimento, tanto aos pares (Comunicação Científica – CC) quanto aos leigos (Divulgação Científica – DC).

A CC “é indispensável à atividade científica, pois permite somar os esforços individuais dos membros das comunidades científicas. Eles trocam continuamente informações com seus pares, emitindo-as para seus sucessores e/ou adquirindo-as de seus predecessores” (TARGINO, 2000, p. 10). Assim, “é a comunicação científica que favorece ao produto (produção científica) e aos produtores (pesquisadores) a necessária visibilidade e possível credibilidade no meio social em que produto e produtores se inserem” (TARGINO, 2000, p. 10).

A DC se apresenta no momento da disseminação dos trabalhos científicos. A DC engloba a “[...] utilização de recursos, técnicas, processos e produtos (veículos ou canais) para a veiculação de informações científicas, tecnológicas ou associadas a inovações ao público leigo” (BUENO, 2009 *apud* SANTOS-D’AMORIM., 2021, p. 25). Portanto, a

DC retrata a assimilação do fazer científico para a sociedade a quem serve, promovendo a linguagem adequada para o entendimento desta população, acessibilidade ao conteúdo científico e integração das questões sociais ao progresso da ciência. Nossa hipótese é que no âmbito da Ciência da Informação, CC é estrutura, visando a troca entre pares e DC é linguagem, visando toda a sociedade.

Isso posto, objetivou-se compreender as semelhanças e distinções entre a CC e a DC, no campo da Ciência da Informação (CI), determinando suas características estruturais e aplicações sociais, para que – se assim identificado – se traduzam como unidades individuais, mas que se complementam.

Para a realização deste estudo, aplicamos revisão sistemática de literatura e análise terminológica. As buscas foram feitas nas bases de dado: OasisBR, Scielo e Redalyc.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

As buscas resultaram em 38 artigos. Foram destacados para análise 77 trechos dos artigos. A maior parte dos artigos confirma a hipótese ao vincular a ideia da CC ao ciclo de construção do conhecimento científico como uma estrutura padronizada. Alguns outros pontos percebidos

que categorizam a CC, segundo esses autores, são: o direcionamento à comunidade acadêmica, especialista; a publicação em canais formais, como periódicos; a troca de conhecimentos entre pesquisadores; e, especialmente, a validação pelos pares.

Contudo, alguns trechos abordaram a CC sob o termo “disseminação”, caracterizando a comunicação entre especialistas como um modelo de disseminação de informação restrita, apenas para público interno.

Quanto a DC, embora muitos trechos concordem com a nossa hipótese, ou seja, reafirmam o caráter da divulgação enquanto meio de tradução e transmissão de informação técnico-científica à sociedade leiga, houve também algumas concepções que apontam discrepâncias com seu entendimento. Em consonância com nossa hipótese, o conceito de DC tem o sentido amplo de divulgar, sendo excedente aos muros da academia e de unidades de informação especializadas. Entretanto, boa parte dos artigos utiliza o termo “divulgação” para qualquer forma de difusão de informação, mesmo quando restrita à comunidade acadêmico-científica.

Além disso, alguns se detêm à ideia de “divulgação” para classificar publicações informais, incompletas ou parciais, não formalizadas e/ou padronizadas e, em alguns casos, sem validação por pares. Houve, ainda, trechos em que os termos “divulgação” e “disseminação” se relacionavam ao propósito de transmissão de conhecimento, mas com finalidades diferentes: divulgação como difusor de informação a todos os públicos e

disseminação como difusor de informação aos especialistas.

Durante a análise, algumas características observadas apontam que há um terceiro entendimento dos autores que associam a Comunicação Científica junto da Divulgação Científica. Nessa categorização, enquadram-se os casos em que os termos “divulgação” e “disseminação” atendem a mesma função, e os casos em que o processo de comunicação científica, como um todo, atesta em sua estrutura a função da CC como disseminadora de informação científica a todos os públicos, leigos e especialistas.

CONCLUSÕES:

Concluimos que as concepções de Divulgação Científica e Comunicação Científica possuem diferenças, embora possam se relacionar e até mesmo completar. A maior parte concordou com nossa hipótese, na qual se caracteriza DC como linguagem e CC como estrutura. Logo, presume-se que de fato a CC é uma estrutura organizada e padronizada, voltada para o público especialista, enquanto a DC é realmente um processo de transmissão de conhecimento científico aos leigos. Ainda que esta percepção esteja clara, também há uma certa ambiguidade presente nas definições de CC e DC por parte dos autores que abordam o tema, por exemplo na separação dos termos “divulgação” e “disseminação” como sentidos diferentes.

REFERÊNCIAS:

SANTOS-D'AMORIM, K. A comunicação científica em movimento: das origens aos debates atuais. **BRAJIS**, Marília, v. 15, 2021.

TARGINO, M. G. Comunicação científica: uma revisão de seus elementos básicos. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 10, n. 2, 2000.





Ciências Sociais Aplicadas: Direito

PROJETO RODRIGO: PARA A PREMATURIDADE E PELA VIDA

Discente: Isabela Aparecida Bolsoni

Orientadora: Prof.^a Dra. Márcia Michele Garcia Duarte

Departamento de Direito de Niterói

INTRODUÇÃO:

O presente artigo tem como finalidade apresentar o trabalho desenvolvido no “Projeto Rodrigo: para a Prematuridade e pela Vida”. Atualmente, o grupo de pesquisa tem objetivo de desenvolver ações coordenadas de pesquisa e extensão em torno da temática dos direitos e garantias de bebês e nascituros. As ações desenvolvidas pelo projeto ocorrem por meio virtual e contínuo de reuniões para discussão de bibliografias sobre os direitos humanos fundamentais, direito à vida e à saúde integral, psicologia materno-infantil, ciclo de lives aberto ao público e compartilhamento das principais mudanças na legislação por meio da rede social.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

O Projeto Rodrigo: para a Prematuridade e pela Vida aborda a temática sobre os direitos e garantias dos nascituros e bebês. A preservação do direito dos nascituros é o início da garantia à vida. Para Mendes Berti(2009), sem garantia da vida do nascituro, não haverá recém-nascido, nem criança, nem adulto, nem idoso. O direito à vida é um direito fundamental resguardado no artigo 5º da Constituição Brasileira. Segundo Bobbio (1992), o reconhecimento e a proteção dos direitos fundamentais são as bases das atuais Constituições democráticas. Entre os vários

estudos importantes realizados pelo presente grupo de pesquisa, destacam-se reflexões sobre o direito à saúde da gestante e do nascituro. O pré-natal (acompanhamento médico e realização dos exames), é um ponto importante a ser destacado, pois a gestante tem direito ao atendimento gratuito e de boa qualidade fornecido pelo SUS. O Ministério da Saúde recomenda a realização de seis consultas médicas para favorecer o nascimento seguro para o bebê. A Lei 11.804/08 de 5 de novembro de 2008 disciplina o direito aos alimentos gravídicos e como ele será exercido pela mulher gestante. A lei abrange os valores suficientes para cobrir as despesas durante o período de gravidez referentes a alimentação especial, assistência médica e psicológica, exames complementares, internações, parto e medicamentos. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) garante proteção à maternidade. A partir do início da gravidez, a gestante não pode ser desligada da empresa sem justa causa. O benefício se estende até 5 meses após o parto. Esse direito é uma forma de proteger a mulher e a criança. Além disso, também reflexões sobre os direitos e garantias do bebê e da lactante. A Lei 14.154/21 aperfeiçoou o Programa Nacional de Triagem Neonatal (PNTN), por meio do estabelecimento de rol mínimo de doenças a serem rastreadas pelo teste do pezinho. Por meio da coleta de

algumas gotas de sangue do pé do recém-nascido, é possível detectar doenças genéticas, endócrinas e metabólicas. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece a proteção e o apoio do aleitamento materno. Segundo o artigo 9º do ECA, é dever do governo, das instituições e dos empregadores garantir condições propícias ao aleitamento materno. Ao pensar na proteção do nascituro, da gestante e do bebê buscamos defender os direitos referentes à dignidade da pessoa humana. Para Moraes (2023), a dignidade é um valor espiritual e moral inerente à pessoa, que se manifesta singularmente na autodeterminação consciente e responsável da própria vida e que traz consigo a pretensão ao respeito das demais pessoas”. Desse modo, a proteção dos direitos e garantias dos recém-nascidos e nascituros é um assunto de extrema relevância para a sociedade brasileira, pois constitui uma das primeiras garantias constitucionais dos cidadãos brasileiros. O desenvolvimento pleno da gestação constitui um direito fundamental, que é o direito à vida. O Sistema Único de Saúde (SUS) está em evolução constante na construção de políticas públicas e legislação para proteger o bebê e a gestante, desde a concepção. Como resultados do Projeto Rodrigo, apontam-se: ciclo de lives abertas e gratuitas com docentes especialistas (pelo YouTube, com objetivo de difundir direitos básicos e orientações) sobre mediação nos casos de família, o direito de acesso à água, saúde da mulher, gestante e puérpera no sistema prisional, a união estável e o registro civil das pessoas naturais, Custus Vulnerabilis: a defensoria como guardiã dos vulneráveis,

Defensor Dativo: acesso à justiça por pessoas hipossuficientes. Além disso, as publicações em redes sociais, contendo explicações sobre alterações na legislação e informações sobre saúde do bebê e da gestante. Pode-se destacar: Novos Direitos das Gestantes (Lei nº 14.598, de 14 de junho de 2023), Política Nacional de Saúde Bucal (Lei nº 14.572, de maio de 2023), Bolsa-atleta para Gestantes e Puérperas (Lei nº 14.614, de 03 de julho de 2023), a divulgação da lista de espera por vagas nos estabelecimentos de educação básica, inclusive em creches (Lei nº 14.685 de 20 de setembro de 2023), Método Canguru, (Portaria nº 1.683 de 12 de julho de 2007), Naturalidade afetiva (Lei nº 13.484, de 26 de setembro de 2017) e ampliação de assistência psicológica às mulheres no período da gravidez, do pré-natal e do puerpério (Lei nº 14.721/2023).



Figura 1 e 2 : Postagem sobre o Método Canguru no Projeto Rodrigo/Instagram



Figura 3 e 4: Postagem sobre o Teste do Pezinho no Projeto Rodrigo/Instagram

CONCLUSÕES:

O Projeto Rodrigo destaca a importância de refletir sobre os direitos e garantias de bebês, nascituros e gestantes. Nesse sentido, a pesquisa desenvolvida contribuiu diretamente para a conscientização de questões essenciais relacionadas à vida e à saúde, evidenciando o desenvolvimento progressivo da legislação e das políticas públicas voltadas à proteção dos mais vulneráveis na sociedade brasileira. Por meio de pesquisas bibliográficas e análise de materiais jurisprudenciais relacionados à gestação, prematuridade, infância e saúde

pública, o estudo gerou a produção de conteúdos e o compartilhamento de informações atualizadas. Além disso, promoveu a conscientização de gestantes e seus familiares sobre seus direitos, o que contribuiu para a difusão do conhecimento e a proteção

AGRADECIMENTOS:

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa de Pesquisa de Iniciação Científica (PIBIC), a UFF e a UERJ.

À professora Márcia Michele Garcia Duarte pela oportunidade e por sua orientação na construção desse trabalho.





Ciências Sociais Aplicadas

ESTUDOS DE USUÁRIOS DA INFORMAÇÃO NO BRASIL: MAPEAMENTO DE MÉTODOS E TÉCNICAS PARA COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Luis Felipe Costa Pessanha e Suellen Oliveira Milani

Departamento de Ciência da Informação

INTRODUÇÃO:

Os estudos de usuários da informação oferecem elementos estruturantes para os fazeres da Biblioteconomia. Os bibliotecários precisam identificar as necessidades, desejos e demandas informacionais dos usuários para oferecerem um atendimento apropriado. Com o objetivo de manter os produtos e os serviços das bibliotecas e sistemas de informação alinhados ao perfil de seus usuários reais e atrativos para os usuários potenciais, os estudos de usuários devem ser constantemente avaliados e aperfeiçoados na medida em que surgem novas demandas sociais e tecnológicas. Para implementar mudanças é preciso conhecer o que se tem à disposição, dessa forma essa pesquisa tem o objetivo de identificar os métodos e as técnicas para coleta e análise de dados para a realização de estudos de usuários da informação. Para tanto, foi conduzida uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa, que se valeu de uma pesquisa bibliográfica na base de dados Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) nos últimos vinte anos. Para a análise dos documentos recuperados, foi realizada uma leitura técnica do resumo, último parágrafo da Introdução e seção de metodologia, em busca de dados sobre as seguintes categorias de análise: tipo de estudo,

escopo do estudo, público-alvo, número de respondentes, métodos, técnicas de coleta de dados, e técnicas de análise de dados. Os resultados evidenciam os principais aportes metodológicos utilizados para a realização de estudos de usuários da informação em pesquisas acadêmicas brasileiras na contemporaneidade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A partir das buscas empreendidas foram recuperados 97 documentos e, após análise preliminar para verificar a aderência aos objetivos da pesquisa, chegou-se a um *corpus* de análise composto por 80 pesquisas de mestrado e doutorado em Ciência da Informação defendidas entre 2003 e 2023.

O tipo de estudo predominante no *corpus* analisado é o de comportamento informacional, com 60 ocorrências, seguido pelos estudos de usuários, com 14 ocorrências. Os estudos de práticas informacionais correspondem a três pesquisas, enquanto os estudos de experiência do usuário foram realizados em duas pesquisas e apenas um estudo se valeu de revisão de literatura.

No que diz respeito ao escopo das pesquisas, 24 delas tiveram como foco as universidades brasileiras seguidas de portais (11), redes

sociais digitais (10), empresas (8), bibliotecas (7), institutos de pesquisa (5), hospitais/clínicas (4), arquivos (3), jogos (2), comunidades discursivas (2), rádio (1) e editoras (1).

Em relação ao público-alvo dos estudos analisados, tem-se: alunos (15), docentes (10), usuários de biblioteca (7), usuários de redes sociais (6), gestores (5), profissionais da saúde (5), bibliotecários (4), sujeitos com necessidades especiais (4), usuários de arquivo (4), usuários especialistas em informática (4), usuários de sistemas (3), arquivistas (2), usuários de informação pessoal financeira (2) e usuários de portal (2).

Foi possível observar a diferença no alcance e participação dos sujeitos das pesquisas do *corpus* uma vez que uma delas contou com 7706 respondentes, enquanto outra contou com apenas três respondentes.

Em relação aos métodos identificados, constatou-se uma predominância de metodologias mistas. Em muitos casos, o método utilizado não estava explicitado, sendo assim foi necessária uma análise mais exaustiva do documento. Os métodos identificados são: estatística descritiva (42), estudo de caso (33), análise documental (21), levantamento/*survey* (20), análise de conteúdo (16), pesquisa documental (7), *sense making* (6), modelo de comportamento informacional (4), fenomenologia (3), incidente crítico (3), modelo semântico de comportamento informacional (2), método quadripolar (2), netnografia (2), revisão de literatura (2), e modelo comportamental de Wilson (2).

Para aplicar os métodos são necessárias técnicas e ferramentas de coleta e análise de

dados, as quais foram identificadas separadamente. Na categoria de técnicas de coleta de dados, identificou-se o questionário (53) e a entrevista (44), seguidos pela observação (15). Outras técnicas identificadas são: incidente crítico (10), grupo focal (2), e pesquisa documental (2).

Dos estudos analisados, 63, isto é, 70% contaram com interpretação dos próprios autores em relação aos dados e 13 se valeram da análise de conteúdo. Também foram observadas as seguintes técnicas: Teste Qui-quadrado (3) e Análise SWOT (2).

CONCLUSÕES:

A literatura da Biblioteconomia e de Ciência da Informação analisada trouxe os elementos necessários para responder aos objetivos traçados. Registra-se que, em alguns documentos, a definição imprecisa dos métodos ou técnicas utilizadas na pesquisa exigiu uma análise do texto completo, assim como observou-se a ausência de informações sobre o número de respondentes em algumas pesquisas.

Destaca-se a presença de métodos contemporâneos, como a netnografia, bem como o estudo voltado a comunidades de usuários específicas, como idosos, pessoas LGBTQIA+ e pessoas com deficiência.

Por fim, a partir dos resultados desta pesquisa, alguns questionamentos emergiram, principalmente a respeito das semelhanças e diferenças entre os métodos utilizados para a realização de estudos de usuários do Brasil e internacionalmente.





Grande Área: Ciência Sociais Aplicadas

TÍTULO DO PROJETO: MAPEAMENTO DA DINÂMICA IMOBILIÁRIA ENQUANTO FERRAMENTA DE ANÁLISE E PRODUÇÃO DE SUBSÍDIOS PARA A GESTÃO PÚBLICA DO SOLO URBANO.

**Autores: Rubens Carvalho, Luiz Bastos e Matheus Appariz
Unidade: Departamento de Urbanismo (TUR) e Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) – UFF**

INTRODUÇÃO

Este projeto integra uma pesquisa que vem sendo desenvolvida no Grupo de Pesquisa em Geografia Urbana e Urbanismo – GEONIT/UFF e junto ao Observatório Nacional de monitoramento e avaliação de Dinâmicas Imobiliárias e Fundiárias – ONDi, registrado no CNPq como um projeto em rede voltado à formulação de políticas públicas para o desenvolvimento humano e social.

Com o apoio do PIBIC no ciclo de 2023 a 2024, a pesquisa analisa a dinâmica imobiliária em Niterói a partir de sua relação com a política urbana, em especial o zoneamento e os instrumentos de uso e ocupação do solo. O objetivo é entender as transformações do ambiente construído da cidade à luz da legislação urbanística vigente nos últimos 30 anos, contribuindo para o debate sobre o planejamento e a produção do espaço na perspectiva da justiça espacial.

A escolha de Niterói como estudo de caso é estratégica, devido à aprovação da nova Lei Urbanística (Lei nº 3905/2024), que dispõe um novo conjunto de regras de parcelamento e

uso e ocupação do solo para a cidade, mas tem sido alvo de críticas, por propor mudanças que podem levar ao adensamento construtivo excessivo em áreas já valorizadas da cidade. Essas críticas reforçam a necessidade de investigar os impactos dessas normativas na paisagem e no cotidiano da cidade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nos últimos 30 anos, o desenvolvimento urbano de Niterói seguiu um modelo de planejamento regional. O Plano Diretor de 1992 (Lei nº 1157/1992) dividiu a cidade em cinco regiões de planejamento, baseadas em semelhanças paisagísticas e socioespaciais. Embora essa estrutura tenha permitido a preservação de características locais, também ajudou a consolidar e reforçar as diferenças socioespaciais gerais da cidade.

A estrutura do planejamento começou a ser alterada com o Plano Diretor de 2019 (Lei nº 3385/2019), que introduziu um novo modelo baseado em macrozonas. As regiões foram mantidas, mas tiveram a sua importância no planejamento diminuída, já que as diretrizes

para o desenvolvimento urbano passaram a ser dispostas pelas novas (macro)zonas.

Posteriormente, a Lei Urbanística (2024) aprofundou as diretrizes de planejamento do plano diretor, detalhando os critérios de uso e ocupação para cada área da cidade, por meio de “zonas de uso”.

Para analisar os impactos desses modelos na produção do espaço na cidade, tomamos as próprias legislações como fontes de dados, sobre as quais foram constituídas bases que assistiram à produção de material gráfico e cartográfico.

Observamos que, de maneira geral, o modelo regional influenciou diretamente a dinâmica imobiliária na cidade, favorecendo a verticalização nas áreas centrais e a expansão da ocupação para as periferias.

Para avançar na análise, estabelecemos um recorte na região Norte, uma área de expansão urbana próxima da área central, que é marcada por conflitos socioespaciais, ao mesmo tempo em que desperta interesse do poder público para transformação imobiliária.

Na escala da região, observamos que o novo modelo de planejamento proposto no Plano Diretor (2019) permite visualizar melhor as diferenças socioespaciais na estrutura geral da cidade, já que as macrozonas são definidas de acordo com os objetivos do desenvolvimento urbano e a intensidade de uso e ocupação prevista para cada localidade.

Na escala do bairro e do lote, observamos que a Lei Urbanística (2024) define como zonas de

maior intensidade de uso e ocupação as áreas situadas no entorno dos eixos viários que historicamente assistiram à estruturação da ocupação urbana na cidade. O incentivo para adensamento construtivo e populacional junto aos eixos de transportes, por sua vez, está alinhado com correntes de planejamento que propõem um uso mais eficiente da infraestrutura instalada como forma de favorecer a diminuição das desigualdades socioespaciais.

A escala do lote, por fim, serviu para análise dos parâmetros de ocupação, que neste estudo se concentrou no gabarito das edificações. Observamos que a Lei Urbanística (2024) aumentou a altura máxima permitida em um pavimento na região Norte, especialmente para edifícios mais altos. Isso despertou nossa atenção, já que desde a legislação anterior a atribuição de gabarito elevado, de até 12 pavimentos para algumas localidades da região, não resultou na produção imobiliária esperada, sendo necessário avançar nessa investigação.

CONCLUSÕES

A transição do modelo de planejamento alterou a compreensão da cidade no que se refere ao ambiente construído, já que as áreas urbanas passaram a ser classificadas segundo a lógica do desenvolvimento. O estudo da região Norte revelou que, embora o novo modelo não tenha alterado significativamente os parâmetros locais, ele corroborou o entendimento de que a região possui áreas de interesse para a transformação imobiliária.

A pesquisa enfrentou desafios teórico-metodológicos, como o acesso, a coleta e a sistematização dos dados e a compatibilização das informações obtidas com as escalas espaciais de análise. A análise na escala do lote, por exemplo, foi crucial para a realização de comparativos dos parâmetros de ocupação, já que as legislações se utilizavam de diferentes unidades espaciais.

Entendemos, assim, que este estudo traz contribuições teóricas e metodológicas importantes para a análise da política urbana na perspectiva da produção do espaço, oferecendo subsídios que servem tanto para debates acadêmicos, como para a formulação de políticas urbanas voltadas para um desenvolvimento urbano mais equilibrado e socialmente justo.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao CNPq pelo apoio através da concessão de bolsa de iniciação científica, à Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFF e, em especial, ao Departamento de Urbanismo (TUR) e ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU), pelo suporte logístico. Agradecemos também aos membros do GEONIT/UFF pelas valiosas contribuições ao longo da pesquisa.





Ciências Sociais Aplicadas

INVERSÕES URBANAS: CARTOGRAFIAS DA REPRODUÇÃO SOCIAL

Livia dos Santos Sacramento e Mariana Cristina de Souza Pio

**Departamento de Urbanismo/ Escola de Arquitetura e Urbanismo
/GPDU/URB.ANAS.**

INTRODUÇÃO:

O projeto é vinculado ao CNPQ e a FAPERJ, ambos coordenados pela professora Rossana Brandão, tendo como bolsista FAPERJ a aluna Mariana Pio que também contribui com a pesquisa. Este trabalho se estendeu por um período de mais de dois anos, buscando compreender e analisar a precariedade urbana enfrentada por mulheres residentes da área portuária do Rio de Janeiro e suas práticas espaciais. Por meio da interseccionalidade, consideramos os contextos urbanos específicos, e desenvolvemos cartografias experimentais como um método de compreensão do funcionamento da reprodução social nesse território.

O objetivo principal do trabalho é questionar a centralidade da vida e a dinâmica social produtiva em relação à vida reprodutiva, destacando a importância dessa inversão de foco. O resumo apresenta os avanços da pesquisa no último ano e as descobertas obtidas ao longo deste processo, com ênfase no produto final que inclui o diálogo com uma escola e com mulheres moradoras de uma ocupação da área portuária do Rio de Janeiro a fim de produzir um jogo que serve como uma ferramenta didático-pedagógica para o desenvolvimento do letramento de jovens e

crianças a respeito da reflexão dos papéis sociais e da articulação entre as problemáticas urbanas e o trabalho do cuidado, essencialmente responsabilidade feminina na sociedade atual.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

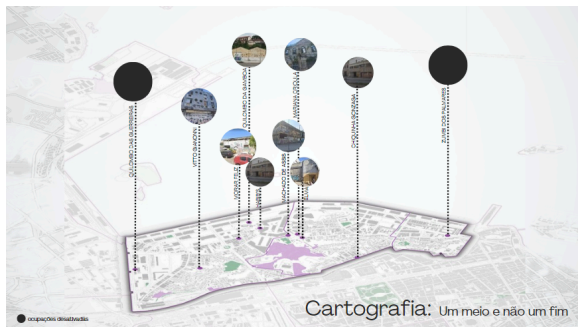
Nos dias de hoje, aliado às premissas neoliberais, os padrões do desenho urbano perpetuam narrativas hegemônicas que tratam os problemas sociais urbanos com descaso. O Projeto Porto Maravilha, o Morar Carioca e o atual Reviver Centro são exemplos de projetos que mostram como a presença do Estado no centro e área portuária do Rio de Janeiro agem para a garantia dos interesses do capital financeiro e imobiliário.

Historicamente, o urbanismo brasileiro imita padrões europeus e norte americanos com um grande esforço em trazer uma europeização e aburguesamento para a sociedade brasileira. Desde antes da Reforma Pereira Passos, a primeira grande intervenção urbana na cidade do Rio de Janeiro, acontecida entre os anos de 1902 e 1906 e inspirada na reforma de Paris por Georges-Eugène Haussmann, temos relatos de violências urbanas sofridas particularmente por mulheres que são relatadas no livro “A condição feminina e formas de violência”.

Segundo Silvia Federici (2023), o capitalismo é o maior responsável pelo nascimento de problemas como a desigualdade racial e de gênero. Explora o trabalho humano e gera desigualdades que resultam em adoecimento físico e mental, principalmente de mulheres racializadas que em grande maioria exercem dupla jornada, cuidando da família sem nenhuma remuneração por esse trabalho. De acordo com Nancy Fraser (2023), o trabalho do cuidado não remunerado gera uma crise multifacetada de dimensões econômicas, ambientais e políticas que não pode analisada de forma isolada por apenas um desses aspectos.



Fotografia da oficina de cartografia social © Acervo Urb.ANAs



Cartografia sobre ocupações da área portuária. Fonte © Livia Sacramento e Mariana Pio (2023).

Na fase atual do desenvolvimento do projeto, a cartografia social é apresentada aos alunos e utilizada como forma de apresentar as visões e experiências deles no território da área portuária. Segundo a socióloga Ana Clara Ribeiro, de maneira geral, as grandes corporações controlam a cartografia. Assim, a análise realizada apenas a partir da perspectiva hegemônica e masculina historicamente estabelecida como frequentemente acontece em estudos realizados por muitos intelectuais brasileiros, é uma das causas que perpetuam equívocos na nossa história (LIMA, 2000 apud RIBEIRO, 2002). Essas perspectivas descontextualizadas ignoram outras narrativas e experiências vividas no espaço, especialmente por classes mais vulneráveis.

Por meio de desenhos e textos elaborados de forma participativa e colaborativa, os alunos não somente são convidados a uma reflexão sobre a leitura territorial do espaço onde eles estão inseridos, mas também de servir como o tabuleiro do jogo que estamos elaborando, junto ao corpo docente e discente do CE Reverendo Hugh Clarence Tucker e da professora Diana Helene, pesquisadora externa da FAU/UFAL.

CONCLUSÕES:

A luta por condições mínimas de vida sem apoio estatal representa uma construção coletiva na busca de resistir e reivindicar o direito à cidade. As histórias de moradia das mulheres evidenciam práticas que desafiam interesses dominantes e modelos urbanísticos impostos, refletindo uma cultura política e técnica que

persiste no urbanismo e desafia a luta feminina pelo direito à cidade.

Observamos que, em vez de se limitarem às políticas excludentes, as mulheres promovem mudanças rápidas nas interações sociais e nas rotinas urbanas. A valorização de suas histórias de moradia revela a força desses corpos femininos, frequentemente marginalizados. Superar preconceitos relacionados a gênero, raça e condição social mostra que essas mulheres, apesar dos estigmas, desafiam o destino imposto e as contradições enfrentadas. Nossas conclusões enfatizam a importância da renovação das ciências sociais, incorporando diálogos como a cartografia social e a educação popular. A partir da interação entre as trajetórias residenciais de mulheres na área portuária do Rio de Janeiro e alunos locais, nossas pesquisas extensionistas destacam a importância da reprodução social na vida urbana dessas mulheres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

RIBEIRO, Ana Clara T. Dança de sentidos: na busca de alguns gestos. IN [BRITTO, F. B. & JACQUES, P. B.] **Corpocidade**: debates, ações e articulações. Salvador: UFBA, 2010, p. 24-40.

FEDERICI, Silvia. **Além da pele**: repensar, refazer e reivindicar o corpo no capitalismo contemporâneo. São Paulo: Editora Elefante, 2023.

FRASER, Nancy. Crise do cuidado? Sobre as contradições sociorreprodutivas do capitalismo contemporâneo In: BHATTACHARYA, T. (org.).

Teoria da reprodução social: remapeando a classe, recentralizar a opressão. São Paulo: Ed. Elefante, 2023, p. 17-44, p. 45-70

AGRADECIMENTOS:

Agradecemos ao CNPq e Faperj pelo apoio à pesquisa e às professoras Isabel Cardoso (UERJ) e Diana Helene (UFAL), além do grupo de pesquisa e estudos URB.ANAS.





Grande área do conhecimento: Ciências Sociais e Aplicadas

TÍTULO DO PROJETO: CONSIDERAÇÕES SOBRE A SUSTENTABILIDADE E AS PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS DOS EQUIPAMENTOS DE HOSPEDAGEM DAS PRAIAS DE JACUECANGA E DA BISCAIA EM ANGRA DOS REIS - RJ.

Autores: João Pedro Souza da Silva; Wilson M. Lopes Júnior

Departamento: Geografia e Políticas Públicas - DGP

INTRODUÇÃO:

Azevedo (2014) diz que o turismo é uma atividade econômica que consome recursos naturais, ele pode impactar negativamente o meio ambiente se não for planejado. Reconhecendo a importância da preservação ambiental para o turismo, surge uma nova demanda: o turismo sustentável.

Hanai (2012) argumenta que a sustentabilidade no turismo deve ser consolidada por meio de um equilíbrio entre três dimensões: econômica, sociocultural e ambiental. Swarbrooke (2002) afirma que, além de ser economicamente viável, o turismo sustentável contribui para a preservação dos recursos.

Para alcançar o turismo sustentável, é fundamental abordar a sustentabilidade nos meios de hospedagem, uma vez que estes desempenham um papel crucial na adoção de práticas que podem reduzir o impacto ambiental causado pelo turismo.

Schenini *et al.* (2012, p. 2) destacam que os meios de hospedagem "[...] usam recursos naturais e, ao utilizá-los, provocam sua redução, representando significativo impacto ambiental". Esses impactos variam desde o elevado consumo de água e a geração de resíduos sólidos até o consumo excessivo de energia.

Diante do exposto, esta pesquisa tem como objetivo analisar as pousadas sob a ótica do seu funcionamento e das ações relacionadas às questões socioambientais nas praias de Jacuecanga e da Biscaia, no município de Angra dos Reis-RJ. Nesse contexto, as praias de Jacuecanga e da Biscaia, situadas no corredor turístico da Ponta Leste, foram selecionadas para o estudo.

Para atender aos objetivos propostos, foram adotados métodos quantitativos e qualitativos. Foram realizadas pesquisas em bases oficiais, pesquisa bibliográfica, pesquisas de campo e serão realizadas entrevistas semiestruturadas com gestores de pousadas nas áreas estudadas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A pesquisa ainda está em andamento, porém, alguns dos objetivos específicos já foram alcançados. O objetivo "a", que consiste na identificação e catalogação de pesquisas científicas sobre sustentabilidade em meios de hospedagem no município de Angra dos Reis, já foi cumprido. Inicialmente, foram identificados vinte artigos científicos, mas, após a aplicação de filtros rigorosos na perspectiva da revisão bibliográfica, apenas quatro desses artigos

foram selecionados, conforme os seguintes títulos: Projeto de Proposta de Gestão Ambiental no Vila Galé Eco Resort de Angra dos Reis.; A sustentabilidade na perspectiva dos equipamentos de hospedagem da área central de Angra dos Reis – RJ.; Os impactos ambientais e o processo de gestão integrada: experiências na Vila de Abraão–Ilha Grande, Angra dos Reis.; Pousadas turísticas e o seu posicionamento referente as questões sustentáveis na Vila do Abraão-Ilha Grande, RJ. Outro objetivo alcançado foi o "b", que consiste em identificar o número de pousadas presentes na área de estudo. Para isso, foram realizadas pesquisas *in loco* e consultas ao site do Cadastur - Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos. Por meio do primeiro procedimento, foram encontradas onze pousadas, enquanto apenas duas foram identificadas pelo segundo método.

A próxima etapa da pesquisa envolve a realização de entrevistas com os gestores das pousadas, com o objetivo de atender aos objetivos restantes: c) Analisar o entendimento ambiental dos gestores; d) Identificar as ações sustentáveis implementadas pelas pousadas; e) Reconhecer as dificuldades enfrentadas na implantação dessas ações.

CONCLUSÕES:

Embora ainda em andamento, a pesquisa já evidencia a complexidade da relação entre turismo e sustentabilidade, ressaltando a importância de equilibrar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental, especialmente em locais fortemente dependentes da atividade turística, como Angra

dos Reis-RJ. A continuidade da pesquisa, será crucial para aprofundar a compreensão das práticas adotadas e dos desafios enfrentados, proporcionando uma visão mais detalhada de como os meios de hospedagem podem contribuir para um turismo sustentável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- AZEVEDO, Á.S. de C.. A educação ambiental no turismo como ferramenta para a conservação ambiental. *Amazônia, Organizações e Sustentabilidade*, v. 3, n. 1, p. 77-86, 2014.
- HANAI, F.Y. Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade do turismo: conceitos, reflexões e perspectivas. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, Taubaté - SP, v. 8, n. 1, p. 198-231, jan-abr/2012.
- SCHENINI, P. C.; LEMOS, R. N.; SILVA, F. A. da. Sistema de Gestão Ambiental no segmento hoteleiro. *Revista Intr@ciência*. p.1-18, 2012.
- SWARBROOKE, J. Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental. Aleph, 2002.

AGRADECIMENTOS:

Agradeço a FAPERJ pelo financiamento com a Bolsa de Iniciação Científica – IC.





Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

TÍTULO DO PROJETO: O FINANCIAMENTO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL NEOLIBERAL

Autores: Ludmilla Rangel da Silva Trugilho (Estudante-colaborada/bolsista de iniciação científica da FAPERJ); Yan Dantas Amaral (estudante-bolsista PIBIC/CNPq); Robson Roberto da Silva (professor-orientador).

Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Serviço Social de Niterói (SSN)/ Escola de Serviço Social (ESS)

INTRODUÇÃO:

Este trabalho resultou do projeto de pesquisa “O Financiamento da Política de Assistência Social no Brasil Neoliberal”, que também contou com a bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). O projeto de pesquisa buscou identificar as principais tendências do financiamento da política de assistência social no Brasil, considerando as particularidades dos governos nacionais de diferentes matizes neoliberais, que estiveram no poder entre os anos 1990 e 2022. Para alcançar esse objetivo geral, a metodologia da pesquisa orientou-se pelo materialismo histórico-dialético, que considerou os aspectos quantitativos e qualitativos. Tal pesquisa foi realizada a partir do levantamento da legislação sobre o financiamento da política de assistência social nos sites de órgãos públicos; e também a partir do levantamento bibliográfico sobre esse tema produzido pelo Serviço Social, em especial a partir do catálogo de dissertações e teses da

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e dos periódicos online da área do Serviço Social informados na Tabela Qualis da CAPES. Decidiu-se por priorizar essa produção por entender que essa categoria profissional participa do processo de construção e efetivação da legislação sobre a política pública de assistência social e por compreender que ela congrega importantes reflexões sobre o tema.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A área da assistência social, tradicionalmente, foi marcada pela ausência de planejamento fiscal, condicionado à execução de ações à existência de sobras orçamentárias; e pela inexistência, na estrutura orçamentária dos governos nacionais e subnacionais, de uma rubrica específica para o financiamento e de fundos públicos, o que dificultava o controle social democrático (SILVA, 2014). A pesquisa procurou, assim, demonstrar por meio do

levantamento dos principais marco-jurídicos dessa política pública de assistência social, as características centrais do seu financiamento. De um modo geral, essa legislação aponta que o financiamento desta área integra o orçamento da seguridade social e que é de responsabilidade dos três níveis de governo e da sociedade; aponta também que existe a necessidade de criação de fundos para o financiamento compartilhado entre os entes da federação; de critérios de partilha, de transferência e de transparência de recursos; de incentivos financeiros à gestão; de criação e unificação dos blocos de financiamento; e de aplicação de penalidades para o descumprimento de medidas administrativas. Além disso, a pesquisa identificou um significativo aumento da produção bibliográfica no âmbito do Serviço Social, principalmente nos governos estaduais e municipais. Estudo publicado por Silva (2014) chamava atenção para a importância de pesquisas sobre o financiamento nesta área nos governos regionais e locais, pois analisavam mais o financiamento com base no orçamento federal. Na pesquisa constatou-se 1 tese e 8 dissertações sobre o financiamento da política de assistência social nos governos nacionais. Porém, a maioria dos trabalhos trata do financiamento dessa política social nos governos estaduais ou municipais (31 dissertações e 3 teses). Nos periódicos online identificou-se 8 artigos que tratam do financiamento da política de assistência social/SUAS nos governos nacionais. Nos governos estaduais e municipais o número é menor, foram encontrados apenas 4 artigos. Em

síntese, a maioria dos trabalhos analisam o financiamento no momento da criação e implementação do SUAS e/ou no período pós golpe institucional de 2016; e destacam que as medidas de ajuste fiscal vêm impactando o financiamento desse sistema descentralizado e participativo.

CONCLUSÕES:

A partir da pesquisa que originou este trabalho pôde-se notar que a legislação sobre a política pública de assistência social no país, apesar das suas contradições, vem buscando enfrentar as formas tradicionais do financiamento nessa área social. Porém, muitos são os desafios advindos, principalmente, do ajuste fiscal, que prioriza o pagamento de juros e amortizações da dívida pública. No âmbito da produção bibliográfica sobre o financiamento nessa área social identificou-se um aumento de trabalhos sobre as experiências estaduais e municipais, mas o cofinanciamento aparece como um dos principais problemas do SUAS. A participação da União neste cofinanciamento tem sido maior do que as demais esferas de governo, pois é a principal responsável pelos benefícios e programas assistências de transferência monetária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

SILVA, J. A. F. **Fundo público e serviço social: conexão entre a lógica orçamentária e o exercício das competências e atribuições do assistente social no SUAS.** 2014. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de

Serviço Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2014.

AGRADECIMENTOS:

Agradeço à FAPERJ e à UFF; ao professor-orientador; e ao colega, bolsista PIBIC/CNPQ, com quem partilhei essa experiência.



Imagem 1: Imagem PIBIC



Grande área do conhecimento: Direito

TÍTULO DO PROJETO: EDUCAÇÃO E DESCOLONIZAÇÃO: O DIREITO À EDUCAÇÃO INDÍGENA E A REFORMA CURRICULAR DO POVO MUNDURUKU

Autores: Bruna Alves Silva e Wilson Madeira Filho

Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Direito Público/Faculdade de Direito/Universidade Federal Fluminense

INTRODUÇÃO:

A presente pesquisa teve como tema o direito à educação indígena, estando em uma agenda de pesquisas junto ao povo Munduruku realizadas pelo Laboratório de Justiça Ambiental (LAJA), da Faculdade de Direito da UFF. Mais precisamente, a pesquisa contribuiu com revisão de literatura acerca das temáticas do direito à educação indígena, do currículo indígena e da relação entre educação e descolonização, dando subsídios ao trabalho de campo que foi realizado pelo Laboratório de Justiça Ambiental junto ao povo Munduruku.

A terra indígena Munduruku está reconhecida e demarcada, a partir do Decreto 25 de fevereiro de 2004, localizada no município de Jacareacanga/estado do Pará, com área que abrange um total de 2.382 mil ha, dividido em 115 aldeias, com uma população de cerca de 6.518 pessoas, de acordo com dados do Instituto Socioambiental (ISA, 2022), sendo margeada pelos Rios Teles Pires, Jururuena e Tapajós

A pesquisa se dá junto à organização dos professores Munduruku em torno da Associação

Arikico - Associação dos Educadores Indígenas Mundurukus/Alto Tapajós, que têm atuado na reivindicação de seus direitos educacionais indígenas, dentro de uma agenda de lutas empreendida pelos grupos de resistência do povo Munduruku, principalmente no que tange à criação de um Currículo Escolar Indígena e de um Plano Político Pedagógico Indígena para suas escolas, dentro da proposição de uma escola indígena diferenciada e intercultural, prevista na legislação brasileira.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A pesquisa de PIBIC acompanha a agenda de pesquisas do Laboratório de Justiça Ambiental (LAJA) da UFF, junto a pesquisadores de mestrado e doutorado que atuam junto aos Munduruku. Em especial, a bolsista atuou nas etapas de revisão de bibliografia e transcrição e sistematização das entrevistas realizadas em trabalho de campo junto aos educadores Munduruku.

Quanto à etapa de revisão de literatura, foi realizado o levantamento de todos as dissertações e teses de doutorado acerca dos Munduruku, e de temas correlatos, no banco de

teses e dissertações da CAPES. Foram pesquisados trabalhos com o descritor de busca “munduruku”, e com o descritor “Jacareacanga” (município onde está localizado a TI Munduruku). Foram localizados 204 trabalhos, que estando sendo catalogados conforme sua temática (de acordo com as palavras chaves e resumos). O levantamento bibliográfico está sendo utilizado como apoio ao conjunto de pesquisas do Laboratório de Justiça Ambiental junto aos Munduruku.

Além disso, na metodologia de elaboração do currículo indígena desenvolvida pelos Munduruku, um dos tópicos iniciais trata justamente do levantamento bibliográfico das pesquisas e publicações realizadas pelos *pariwat* acerca da história Munduruku. Pretende-se que este levantamento seja entregue como uma devolutiva junto à organização de educadores indígenas Munduruku.

Além do levantamento bibliográfico, a bolsista de PIBIC trabalhou junto a pesquisador de doutorado nas transcrições e sistematizações das entrevistas realizadas junto a educadores Munduruku e outros agentes em trabalho de campo. As entrevistas foram realizadas com o presidente e a vice-presidente da Arikico, - Associação de Educadores Munduruku do Alto Tapajós/PA, com educadores vinculados à associação, e com professores da escola municipal da sede, em Jacareacanga.

CONCLUSÕES:

A pesquisa acompanhou a luta dos educadores indígenas dentro das terras munduruku na cidade de Jacareacanga e nas aldeias do Alto Tapajós, PA, que buscam formular um Plano Pedagógico Indígena e um Currículo Indígena para as escolas das aldeias, um que, diferente do que é observado atualmente e seguindo a premissa da Constituição de 88, garanta espaço para a diversidade cultural dentro da escola, dando espaço para as disciplinas esperadas para um viver indígena.

As entrevistas feitas nessa pesquisa nos mostram um pouco do que é o trabalho dessas lideranças e militantes pela escola indígena de forma que esta perca a face da invasão cultural (Freire, 2019, p. 205-225) e possa tornar-se uma escola instrumento de descolonização. Longe de ser apenas o cumprimento da legislação, a luta dos educadores indígenas se insere em uma agenda de lutas de natureza cosmopolítica (Munduruku; Cordeiro; Sousa, 2022) empreendida pelos movimentos de resistência do povo Munduruku, junto à luta pelo território e contra a exploração de garimpeiros em sua terra. Assim, a pesquisa tem como objetivo geral a compreensão dos processos de resignificação e descolonização da escola através dos direitos educacionais indígenas.

No que tange aos Munduruku, conforme apontado por Ademir Kaba Munduruku, Maria Audirene Cordeiro e João Messias Sousa (p. 138-146), o surgimento das associações modernas dos Munduruku na defesa de seu território envolve estratégias etnopolíticas e cosmopolíticas das lideranças Munduruku,

expressos nos encontros Pusuruduk's, que definiram a centralidade da luta educacional junto às demais lutas pela defesa do território e da vida Munduruku.



AGRADECIMENTOS:

Agradecemos à Edivaldo Poxo Munduruku e Mariza Kaba Munduruku, assim como aos demais educadores Munduruku que contribuíram com a presente pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ISA. Instituto Socioambiental. **Terra indígena Mundurucu**. São Paulo: Instituto Socioambiental, [2022]. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3770#demografia>. Acesso em: 27 out. 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 68. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

MUNDURUKU, Ademir Kaba; CORDEIRO, Maria Audirene de Souza; SOUSA, João Messias da Silva. Por entre os rios da vida e da morte: o movimento indígena dos mundurukus do Alto Tapajós/PA. *In*: MILHOMENS, Lucas (org.). **Comunicação, questão indígena e movimentos sociais: reflexões necessárias**. Embu das Artes: Alexa Cultural; Manaus: EDUA, 2022. p. 131-153).



CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
RECUPERAÇÃO E FALÊNCIA DE INSTITUIÇÕES SIMPLES:
UMA LEITURA DA LEI Nº 11.101/2005 PARA ALÉM DA TEORIA
DA EMPRESA
MATHEUS SANTOS BARRETO
DEPARTAMENTO DO CURSO DE DIREITO DO INSTITUTO DE
CIÊNCIAS DA SOCIEDADE DE MACAÉ

INTRODUÇÃO:

O presente projeto propõe uma releitura da atual Teoria da Empresa adotada pelo ordenamento jurídico brasileiro como fundamento de seu Direito de Empresa. A pesquisa aborda a referida teoria sob o enfoque da Lei nº 11.101/2005 (Lei de Recuperação e Falências), que, conforme redação do seu artigo 1º, aplica-se aos empresários e sociedades empresárias.

Todavia, o projeto busca demonstrar a necessidade de uma revisão do supracitado artigo, com base na tese de que a lei exclui de seu âmbito de aplicação as sociedades que, embora não se enquadrem como empresárias, exercem importante papel no desenvolvimento socioeconômico do país. Desta forma, a partir da problemática exposta, verifica-se uma demanda por uma releitura da atual Teoria da Empresa, no intuito de superar a mera formalidade da definição do conceito de empresário a fim de valorizar e preservar as entidades que possuam

relevância econômica, em atendimento aos princípios da função social da empresa e de seus desdobramentos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Desenvolveu-se, inicialmente, um estudo sobre o conceito de empresário adotado atualmente pelo Direito de Empresa brasileiro, definido no artigo 966 do Código Civil (Lei nº 10.406/2002)¹, bem como do parágrafo único deste artigo².

A pesquisa apontou que os textos destes dispositivos apresentam inconsistências, assentadas no fato de inexistir razão para a presença da expressão “profissão intelectual”, uma vez que toda profissão já presume um grau de intelectualidade para seu exercício, bem como pelo fato de que o legislador não definiu o que significa “elemento de empresa”. Esta investigação inicial já denota para uma fragilidade do conceito de empresário, utilizada como ponto de partida para a problemática geral.

¹ Art. 966. Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.

² Parágrafo único. Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.

Em seguida, o trabalho segue para a etapa da pesquisa que consiste na análise da Lei nº 11.101/2005 (Lei de Recuperação e Falências – LRF), que tem por objeto a tutela dos institutos da recuperação judicial e da falência para os empresários e sociedades empresárias, conforme redação de seu artigo primeiro. Ocorre que tal dispositivo afasta do âmbito de sua aplicação as entidades que não se enquadram como empresárias, hipótese que foi posteriormente confirmada por fontes jurisprudenciais, a exemplo do julgamento da Apelação Cível nº 0366159-63.2008.8.19.0001 pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, bem como da súmula nº 49 editada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, cuja redação afirma expressamente que a LRF não se aplica às sociedades simples (não empresárias). Contudo, por meio de um estudo jurisprudencial, foi possível constatar que, assim como as sociedades empresárias, as sociedades simples ou não empresárias também geram impactos positivos para a sociedade e para economia, a partir da geração de empregos, circulação de capital, manutenção da fonte produtora e dos interesses de seus credores.

A fim de ilustrar esta hipótese, a pesquisa trouxe como exemplos os casos da Casa de Portugal, da Universidade Cândido Mendes e da cooperativa Unimed Petrópolis, instituições não empresárias que tiveram seus pedidos de recuperação judicial deferidos em primeira instância, sob a premissa geral de que a preservação de tais entidades é de interesse social, tendo em vista os reflexos positivos que o seu funcionamento acarreta para a sociedade.

Sendo assim, não seria produtivo restringir o seu acesso ao recurso da recuperação judicial.

Ademais, no mesmo sentido, a pesquisa também concluiu que a proposta de estender o tratamento da Lei nº 11.101/2005 às sociedades não empresárias também está em consonância com os princípios inscritos na própria lei em seu artigo 47, quais sejam, a preservação da empresa, de sua função social e o estímulo à atividade econômica. Portanto, trata-se da tese da interpretação teleológica da norma, que busca se atentar para a real intenção que teve o legislador ao criá-la.

CONCLUSÕES:

Os resultados obtidos foram sintetizados em duas teses principais.

A primeira tese é a de que a atual Teoria da Empresa adotada pelo ordenamento jurídico brasileiro necessita de uma revisão, assentada em reduzir ou mesmo eliminar o distanciamento conceitual entre sociedades empresárias e sociedades simples ou não empresárias, considerando que ambas desenvolvem atividades que geram projeções positivas na economia e na sociedade.

A segunda tese, complementar à primeira, consiste na proposta de reformulação do artigo 1º da Lei nº 11.101/2005 às sociedades não empresárias, para que também sejam estendidas a elas o acesso aos institutos de recuperação judicial e da falência, em conformidade com o próprio espírito da norma, que consagra a preservação da atividade econômica como um de seus princípios basilares, insculpido em seu artigo 47.





Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

TÍTULO DO PROJETO: INVENTÁRIO DE VALORES URBANOS NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO [VIGÊNCIA 2023-2024]

Autoras: Alessandra Borges Barbosa (bolsista)

Ricarda Lucilia Domingues Tavares (orientadora)

Departamento de Arquitetura – TAR/EAU

INTRODUÇÃO:

Este resumo apresenta os resultados do projeto de pesquisa “Inventário de Valores Urbanos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro [vigência 2023-2024]”, que a exemplo de propostas anteriores, aprofunda pesquisas, metodologias e análises da tese de doutorado da proponente (TAVARES, 2016). Em abordagens anteriores, o objeto de estudo dava ênfase à relação entre o formal e o informal na cidade do Rio de Janeiro, a abordagem atual estende o recorte ao município de São Gonçalo, mais especificamente ao conjunto de bairros que compõem o Complexo do Salgueiro. Como instrumentos de reflexão e análise, a elaboração de Mapas de Valores Urbanos, ou seja, sínteses cartográficas com o registro do levantamento de informações oficiais sobre o território estudado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Na pesquisa foram definidos dois recortes geográficos como estudos de caso: o município de São Gonçalo e o Complexo do Salgueiro, localizado no 1º Distrito (Sede). O foco se concentrou no detalhamento dos bairros que o constituem (Palmeiras, Itaoca, Fazenda dos

Mineiros, Salgueiro, Itaúna, Luiz Caçador e Recanto das Acácias), considerando-se diferentes contextos e interações escalares.

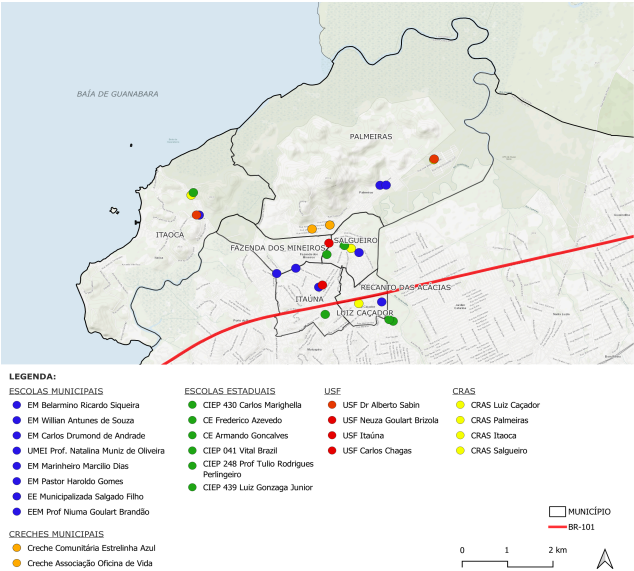
As três escalas territoriais (município, complexo e bairros) foram trabalhadas cartograficamente, com ênfase na distribuição de infraestrutura e na localização e abrangência de equipamentos públicos. Foram levantadas informações para análise do atendimento ou não de demandas nas localidades, e a partir disso, foram produzidos mapas com a localização dos equipamentos públicos em funcionamento (escolas municipais, creches municipais, escolas estaduais, USF e CRAS). Os mapas conferiram materialidade às informações previamente organizadas (oficiais e coletadas *in loco*) e geraram possibilidades de análise dos territórios estudados.

O Complexo do Salgueiro possui uma diversidade de equipamentos distribuídos em seis de seus sete bairros, que proporcionam o acesso a alguns serviços públicos, embora estejam mais concentrados no Salgueiro e em Itaúna. A precariedade da infraestrutura é um dos maiores problemas desse conjunto de bairros.

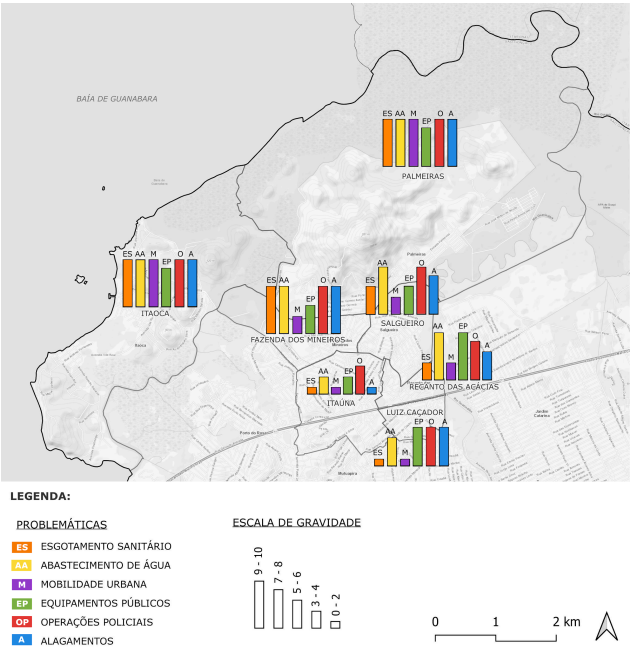
Os mapeamentos produzidos (localização dos equipamentos e síntese das problemáticas urbanísticas) permitiram a visualização das

situações críticas identificadas no Complexo do Salgueiro, avaliadas comparativamente segundo níveis de gravidade crescente, de 0 a 10. É importante reforçar que essa avaliação foi realizada por meio de visitas de campo, do conhecimento empírico prévio dos bairros e, também, a partir de conversas informais com os moradores. O bairro de Itaúna apresenta as melhores condições, enquanto Itaoca e Palmeiras apresentam as situações mais críticas.

Para habitar e resistir em um território historicamente negligenciado pelos poderes públicos, algumas famílias têm implementado tecnologias sociais em suas casas. Além disso, coletivos atuantes na área auxiliam os moradores nesse cotidiano tão hostil, oferecendo soluções práticas e sustentáveis que frequentemente se baseiam em conhecimentos transmitidos de geração em geração.



Distribuição de equipamentos públicos nos bairros do Complexo do Salgueiro.



Mapeamento das problemáticas em infraestrutura, levantadas no Complexo do Salgueiro.

CONCLUSÕES:

Ao final desta vigência da pesquisa, tornam-se relevantes algumas considerações “conclusivas”. No que se refere às dificuldades encontradas, destaca-se o acesso restrito a informações sobre o município de São Gonçalo e os bairros em estudo, pois a prefeitura e demais órgãos locais não disponibilizam de maneira transparente seus dados, ou mesmo não os produzem.

Ademais, é importante a ênfase dada à escala de bairro, no caso, dos bairros do Complexo do Salgueiro, que permitiu observar com maior precisão a qualidade dos equipamentos urbanos distribuídos na área de estudo, no caso, as escolas estaduais e municipais, creches municipais, USF e CRAS, bem como serviços urbanos; sem perder de vista a interação com outras escalas (distrito e município). Por fim, a elaboração dos mapeamentos permitiu aguçar a percepção da estudante envolvida na pesquisa para as desigualdades de acesso a bens e serviços públicos, mas principalmente em relação à ausência ou insuficiência de políticas públicas que possam interferir nessa realidade. Assim, trata-se de uma proposta metodológica visando a potencializar a capacidade de reflexão e atuação na reivindicação de direitos coletivos.

AGRADECIMENTOS:

Os agradecimentos são direcionados aos responsáveis diretos pelo desenvolvimento desta pesquisa. Ao CNPq e à PROPPI-UFF, o meu reconhecimento pelo fomento e divulgação do conhecimento produzido na academia. Por fim, à minha orientadora, Ricarda Tavares, agradeço pela oportunidade, pelos ensinamentos compartilhados durante o processo e principalmente pelo comprometimento em fazer ciência com o objetivo de impactar positivamente a qualidade de vida das pessoas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

TAVARES, R. L. D. *O valor do lugar e o lugar do valor na formação e afirmação das favelas cariocas*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), PPGAU-UFF, Niterói, 2016.





Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

**TÍTULO DO PROJETO: DOCUMENTOS PRIVADOS DE PRESIDENTES DA REPÚBLICA:
MAPEAMENTO DOS ARQUIVOS PRESIDENCIAIS CUSTODIADOS NA CIDADE DO RIO DE
JANEIRO (RJ)**

Autores: Renato de Mattos; Karoline Praça Campos

Departamento/Unidade: GCI/IACS/UFF

INTRODUÇÃO:

A importância dos conjuntos documentais produzidos e acumulados por pessoas físicas é atestada pela legislação brasileira que trata da preservação do patrimônio arquivístico nacional, a exemplo da Lei nº 8.394/1991, que reconhece o interesse público e social dos arquivos privados dos presidentes da República e dispõe sobre a organização e o acesso a esses documentos. No entanto, parte dos arquivos presidenciais está dispersa em instituições públicas e privadas e, por vezes, a documentação de um mesmo titular se encontra fragmentada em arquivos, museus e centros de memória. A inexistência de planos interinstitucionais voltados à divulgação dos acervos é agravada pela ausência de guias, inventários e outros instrumentos de pesquisa capazes de reunir e compilar informações sobre a localização, as características e a composição dos arquivos presidenciais, impondo-se, assim, como um dos principais óbices à difusão do potencial informacional de parcela importante do patrimônio arquivístico nacional. Ao

constatarmos que quase a metade dos acervos presidenciais brasileiros se concentra na capital fluminense, o presente projeto objetiva o mapeamento dos arquivos custodiados por instituições sediadas no município do Rio de Janeiro (RJ) por meio da elaboração de instrumento de pesquisa contendo informações pormenorizadas acerca dos acervos, incluindo o nível de tratamento, a representatividade dos conjuntos documentais, as condições de acesso, bem como as abordagens teórico-metodológicas que fundamentaram as diferentes práticas de conservação, organização e descrição.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Em que pese o estágio preliminar da pesquisa em tela, alguns resultados parciais obtidos assumem importância significativa acerca da temática. Dentre eles, sublinhamos o mapeamento e a identificação dos arquivos presidenciais preservados em instituições sediadas na cidade do Rio de Janeiro. Com efeito, os dados acima reunidos evidenciam a dispersão da documentação de um mesmo

titular em instituições de custódia dotadas de naturezas jurídicas distintas (públicas e privadas) e de perfis distintos (arquivos, museus, centros de memória e bibliotecas).

Conforme já mencionado, a fragmentação das parcelas dos arquivos presidenciais obsta o acesso e a efetiva exploração do potencial informacional dos documentos. Nesse sentido, espera-se que a publicização dos dados relativos aos arquivos presidenciais custodiados pelas instituições sediadas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro concorra para a promoção de atividades voltadas à difusão de parcela relevante do patrimônio histórico-cultural brasileiro. Pretende-se, ainda, que a divulgação e a publicação do potencial informacional dos documentos produzidos e acumulados por titulares de cargos públicos no exercício de seus mandatos por meio de instrumento de pesquisa em formato digital contribua para que os respectivos acervos atendam efetivamente o “interesse público e social” previsto na Lei nº 8.394/1991.

CONCLUSÕES:

Embora os arquivos presidenciais sejam compreendidos como fontes representativas da história da República brasileira, a dispersão e a fragmentação dos conjuntos documentais em distintos órgãos públicos e privados, somado à ausência de planos interinstitucionais voltados à divulgação dos acervos reforçam a “invisibilidade” dos acervos. Nesse sentido, fundamentando-se nas contribuições de Antonia Heredia Herrera (1991) e Heloísa Bellotto

(2006), a proposta parte do pressuposto de que o objetivo primordial dos arquivos é, por meio da aplicação dos princípios teórico-metodológicos da Arquivologia, dar o amplo acesso à informação, seja aquela considerada indispensável ao processo decisório e para o funcionamento das atividades governamentais ou das empresas privadas e pessoas físicas, seja aquela essencial aos cidadãos para a compreensão e (re)construção de sua história e de sua identidade.

Com efeito, segundo Heredia Herrera (1991), a forma mais adequada para que um determinado corpus documental seja acessível é por meio da elaboração de instrumentos de pesquisas capazes de difundir os arquivos para além do universo de interesse de pesquisadores acadêmicos e dos administradores, atraindo, igualmente, um público diversificado, como estudantes do ensino fundamental e médio. Nesse sentido, acredita-se que a construção de instrumento de pesquisa dedicado aos arquivos presidenciais preservados na região metropolitana do Rio de Janeiro faculte não apenas a amplificação das consultas realizadas por usuários especializados, das áreas de História, Ciências Sociais e Direito, entre outros, como, também, a inserção de segmentos da sociedade pouco familiarizados com os arquivos e sua importância social como repositório do patrimônio documental brasileiro e potencial promotor de ações culturais e educativas.

AGRADECIMENTOS:

Agradecemos ao PIBIC/UFF pelo financiamento da pesquisa, bem como aos profissionais

responsáveis pela organização e tratamento dos acervos presidenciais preservados por instituições públicas e privadas sediadas na cidade do Rio de Janeiro (RJ).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CAMARGO, Ana M. de A; GOULART, Silvana. *Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais*. São Paulo: IFHC, 2007.

HEREDIA HERRERA, Antonia. *Archivística General: Teoria y práctica*. 5º ed. Sevilla, Espanha: Diputación Provincial de Sevilla, 1991.

MATTOS, Renato de; PEREIRA, Adriana A. Discussões em torno dos arquivos pessoais face à teoria arquivística. *Biblos*, v.33, p.75-91, 2020.

MATTOS, Renato de. Entre o interesse público e o privado: natureza jurídica e amparo legal dos acervos presidenciais brasileiros. In: MATTOS, R. de; FONSECA, Vitor M. M. da; CAMPO, L. M. C.; FREITAS, L. S. (Org.). *Tendências de pesquisa no PPGCI/UFF: abordagens e perspectivas*. São Paulo: Tikinet, 2020, p. 106-122.

MATTOS, Renato de; MENDES, Juliana M. Arquivos pessoais e patrimônio: a Declaração de Interesse Público e Social como instrumento de patrimonialização de arquivos. *Ágora*, v.31, p.1-21, 2021.





Ciências Sociais Aplicadas

A FORMAÇÃO JURÍDICA: A PRETENSA E A VERDADEIRA CRISE DO ENSINO JURÍDICO

Priscila Petereit de Paola Gonçalves / Bruna da Rocha Jacintho

Departamento de Direito de Macaé (MDI) /ICM

INTRODUÇÃO:

Este projeto de pesquisa propõe-se a abarcar diferentes áreas do conhecimento para apreender a formação jurídica no Brasil na Primeira República, em especial no privilegiado momento de análise da transição entre Império e República. Trata-se, então, de adotar uma preocupação presente para entendê-la à luz da História e verificar sua novidade ou historicidade. Para tanto, será analisado o Projeto de Lei nº 97 de 1894, que tentava regulamentar a unificação do curso de ciências jurídicas e sociais com a extinção dos cursos especiais de Ciências Sociais e de Notariado, e a regulamentação severa das faculdades livres, como um dos pontos de partida para a análise da formação jurídica. Propõe-se a análise do referido Projeto de Lei como um dos pontos de partida para a análise da formação jurídica, mas se pretende aprofundar uma análise sobre sua composição, trajetórias intelectuais dos parlamentares e continuidades das discussões. Desse modo, pretende-se interrogar se crise do ensino jurídico seria atualmente uma depressão passageira numa formação outrora de excelência, da mesma forma como se procura entender como uma formação precária, em tempos pretéritos, foi capaz de garantir a construção do Estado, de uma burocracia

nacional, de intelectuais e atividades profissionais do Direito.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

O Decreto nº 1232h de 1890 promoveu uma nova divisão no curso de Direito, passando este a ser dividido em ciências jurídicas, ciências sociais e notariado. As faculdades livres continuaram a poder conferir aos seus alunos os respectivos títulos de bacharéis em Direito, desde que se obtivessem as aprovações exigidas pelos estatutos de cada instituição. Porém, em outubro de 1894, foi constituída uma comissão na Câmara dos Deputados com o objetivo de debater a qualidade do ensino jurídico. Francisco Veiga (Presidente), Augusto Freitas (relator), Dino Bueno, Pedro Vergne, Gonçalves Ferreira, Augusto Montenegro, Paulino de Sousa Júnior e Anísio Auto de Abreu foram os membros que compuseram a referida comissão. A comissão, instituída para a elaboração de um projeto de reforma do ensino jurídico nas faculdades de Direito, redigiu o Projeto de Lei nº 97 de 1894, a fim de, posteriormente, debetê-lo na Câmara dos Deputados. Resumidamente, o projeto de lei visava reformular o ensino jurídico, principalmente no tocante aos ideais do ensino livre, materializados pelas Reformas de 1879 (Leôncio de Carvalho) e de 1890 (Benjamim

Constant). Para o grupo, o ensino jurídico havia se tornado uma “fantasia”, diante, principalmente, do esvaziamento das faculdades e da deficiência na apreensão dos conteúdos disciplinares, fatos que caracterizariam uma verdadeira crise do ensino do Direito. Neste sentido, o projeto propunha: (i) a unificação do curso de ciências jurídicas e sociais, com a extinção dos cursos especiais de ciências sociais e de notariado; (ii) uma regulamentação mais severa das faculdades livres; (iii) a frequência obrigatória dos alunos matriculados nos cursos de Direito; (iv) criação de novas cadeiras de direito civil e criminal; (v) elevação para seis anos do tempo de formação no curso de Direito.

Ao fim do debate, aprovou-se a Lei nº 314 de 1895, a qual reestruturou o currículo dos cursos de Direito, reorganizando o ensino jurídico. A reforma representou uma maior rigorosidade às disposições das reformas anteriores, como, por exemplo, (i) reestabelecendo a frequência dos alunos, através de um livro especial que ficaria sob a guarda do próprio professor; (ii) prova de frequência mínima de 30 alunos por dois anos; (iii) além de estipular a nomeação pelo Governo de um fiscal para cada Faculdade Livre.

Em resumo, pode-se concluir que, já no início da República, a crise do ensino jurídico foi pauta dos debates legislativos. A questão que fica evidente é que muitos dos componentes elencados como centrais para a crise na formação jurídica na Primeira República são também ainda hoje reivindicados por muitos estudiosos. A baixa frequência dos alunos, a falta de absorção dos conteúdos programáticos, o trânsito entre faculdades na tentativa de

avaliações menos rigorosas, a decadência do professorado e as nomeações “injustas” de professores, são alguns dos exemplos que, de alguma maneira, ainda permeiam a discussão atual sobre o ensino jurídico. É neste sentido que se busca desnaturalizar a ideia de que a crise do ensino jurídico é algo, estritamente, atual, em contraposição a uma formação pretérita de excelência.

CONCLUSÕES:

Foi observado que de fato a crise do ensino jurídico não pode ser elencada como fenômeno exclusivo da atualidade, dada sua antiguidade. Isso não significa que a crise possa ser resumida a uma historicidade linear e monocausal. Muito pelo contrário, cada discurso de crise obedeceu a contextos e interesses próprios e multifacetados. Nos debates parlamentares analisados os tópicos mais imediatamente perceptíveis versam sobre a frequência a aulas, o contato com o professorado. Nas faculdades livres essa interação era reduzida, o que municiava apologistas devido à majoração de formandos, assim como os opositores, que viam aí uma transgressão aos ritos necessários para a formação jurídica.

Elenca-se algumas conclusões da presente pesquisa: (i) a formação em Direito nunca teria sido uma formação de excelência, pois desde o Império brasileiro até a República é possível encontrar narrativas que buscam enfrentar a crise do ensino jurídico no país, o que é confirmado e descrito pelas fontes primárias; (ii) qualquer excelência ou predominância do curso de Direito durante o Império brasileiro ocorreu

dada a necessidade de formação de quadros para a composição da burocracia estatal; (iii) a Primeira República foi marcada por esforços para a expansão do ensino jurídico no país; (iv) com o advento da República e, principalmente, a partir da década de 1930, não somente ocorreu a proliferação de outras faculdades de Direito no país, como também se iniciou um período de ampliação da formação acadêmica maior e mais abrangente; (v) os cursos de Direito, após a década de 1930, sofreram um processo de perda da centralidade na composição de quadros para a burocracia estatal, em especial devido à profissionalização de outras áreas, como contabilidade, economia e administração.





Ciências Sociais Aplicadas

HISTÓRIA DAS AGÊNCIAS DE NOTÍCIAS BRASILEIRAS E DAS AGÊNCIAS DE NOTÍCIAS ESTRANGEIRAS NO BRASIL (1959-2024)

João Pedro de Almeida Sabadini (bolsista); Pedro Aguiar Lopes de Abreu (orientador)

Departamento de Comunicação Social, IACS/UFF

INTRODUÇÃO:

O objetivo da pesquisa é compor uma história das agências de notícias brasileiras e das agências de notícias estrangeiras atuantes no Brasil, de forma a fornecer um referencial coeso a ser incorporado à historiografia do jornalismo no país. Incluem-se aqui dois ramos distintos, porém somados: as agências de notícias estrangeiras que operaram no Brasil e/ou forneceram serviços à imprensa brasileira e as agências de notícias fundadas no Brasil e geridas por brasileiros de 1958 até 2024. A fase anterior, de 1874 a 1958, foi contemplada na vigência do PIBIC 2022/2023.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

O estudo baseia-se em pesquisa hemerográfica, tendo como fontes os acervos da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, pelos quais foram realizadas consultas em busca de informações. O intervalo pesquisado foi dividido em períodos, para os quais se localizaram as seguintes quantidades de registros sobre agências:

- 1959-1969: 17 (brasileiras), 17 (estrangeiras)
- 1970-1979: 14 (brasileiras), 15 (estrangeiras)
- 1980-1989: 11 (brasileiras), 9 (estrangeiras)
- 1990-1999: 17 (brasileiras), 9 (estrangeiras)
- 2000-2009: 3 (brasileiras), 1 (estrangeiras)
- 2010-2019: 0 (brasileiras), 1 (estrangeiras)
- 2020-2024: 0 (brasileiras), 0 (estrangeiras)

Os registros localizados foram tabulados em 14 planilhas, indexados, analisados e embasaram a construção de uma narrativa histórica sobre as agências de notícias operantes no Brasil entre 1959 e 2024.

Durante os anos analisados, eventos cruciais moldaram a trajetória das principais agências de notícias internacionais e brasileiras, destacando tanto o crescimento quanto o declínio de algumas delas. Em junho de 1962, o presidente da Reuters, John L. Burgess, mencionou que a agência havia distribuído telegramas para mais países do que em qualquer outro momento desde sua fundação, em 1841. Esse marco evidencia o grande momento pelo qual a Reuters passava na época, consolidando sua influência global.

Poucos anos depois, em outubro de 1965, o Diário de Notícias resgatou a trajetória de Carlos Lacerda, destacando sua passagem por várias agências noticiosas. Lacerda, em 1942, dirigiu a Agência ADA e, em 1943, estagiou na agência Brasília Press, preparando-se para assumir a Agência Meridional a convite de Assis Chateaubriand. Em julho de 1967, o jornal trouxe novas informações sobre Lacerda, mencionando que ele foi convidado por Chateaubriand para comandar as empresas dos

Diários Associados, consolidando seu nome no cenário jornalístico brasileiro.

Em junho de 1968, o Jornal do Commercio celebrou os 50 anos da United Press International (UPI) no Brasil, ressaltando que a agência começou suas operações no país em 19 de maio de 1918.

Em abril de 1978, uma reunião histórica em Estocolmo reuniu representantes das seis maiores agências de notícias internacionais - AP, UPI, Reuters, TASS, Agência Nova China e AFP - sob o apoio da Unesco, para debater questões relacionadas à infraestrutura da coleta e disseminação de informações globais, marcando uma busca por maior cooperação entre as agências de todo o mundo.

Nos anos 1980, a UPI continuou a ser destaque, inaugurando em fevereiro de 1981 um sistema de distribuição de notícias via satélite, mostrando o avanço tecnológico da agência. Em 1984, foi anunciado um acordo de fusão entre a Reuters e a UPI para criar um serviço fotográfico mundial, fortalecendo ambas as agências. No ano seguinte, uma nota de 1985 confirmou a fundação da AFP em 1835, comemorada com o lançamento de um balão, marcando o sesquicentenário da agência.

Além disso, a AFP expandiu seus serviços fotográficos em 1985, conforme indicado em uma matéria comemorativa de 1995. No Brasil, a Agência Estado se destacou ao ser a primeira agência brasileira a ingressar na internet, com um site criado em 1995. A partir de 1996, seus

serviços passaram a ser acessíveis globalmente através de várias plataformas (www.agemedia.com [nos EUA], www.agemedia.com.br [no BR] e www.embratel.net.br/infoserv/agemedia [na Embratel]), demonstrando a modernização das agências no país.

Por fim, em julho de 1997, o Jornal do Brasil anunciou o encerramento das atividades do bureau da UPI no Rio de Janeiro, devido a irregularidades financeiras. O jornalista Antônio Praxedes, ex-UPI, publicou um texto no mesmo jornal comentando o fim da agência no Brasil.

CONCLUSÕES:

O levantamento feito até agora demonstrou a continuidade institucional na primeira geração de agências de notícias brasileiras (AAT > CTI > SEOP > AA), bem como o envolvimento pessoal do jornalista e político Quintino Bocaiuva nessa linha de sucessão, ambas informações inéditas na literatura da área, em particular na historiografia da imprensa brasileira.

A segunda parte da pesquisa, na vigência 2023/2024, contemplou o intervalo de 1958 até o ano de 2024, quando se deu o sesquicentenário das agências de notícias no Brasil. Na coleta de dados concluída, foi possível verificar o aumento expressivo da reprodução de materiais de agências estrangeiras na imprensa brasileira a partir da Segunda Guerra Mundial, outro dado igualmente inovador. Estas são contribuições a pesquisa para a produção de conhecimento sobre a dinâmica histórica do jornalismo no Brasil.





Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

TÍTULO DO PROJETO: COMUNICAÇÃO PARA A HEGEMONIA POPULAR E O COMUM EM CONTEXTO DE CRISE POLÍTICA NA AMÉRICA LATINA: UM ESTUDO SOBRE AS REDES GLOBAIS DE MOVIMENTOS POPULARES CLOC, VIA CAMPESINA E ALBA MOVIMENTOS

Autores: PABLO NABARRETE BASTOS e GABRYELLA ELOI CÂMARA

Departamento/Unidade/Laboratório: Universidade Federal Fluminense. Instituto de Arte e Comunicação Social. Departamento de Comunicação Social.

INTRODUÇÃO:

O objetivo geral deste projeto de Iniciação Científica é compreender como a CLOC, a Via Campesina e a ALBA Movimentos se articulam como aparelhos populares de hegemonia e atuam em suas lutas proporcionando engajamento com o comum a partir da América Latina, em contexto de crise política. Como objetivos específicos, destacamos: contribuir com uma perspectiva dialética do conceito de engajamento, localizando-o como parte da totalidade e como categoria de análise estratégica para compreender as relações entre a materialidade dos discursos e a vinculação social, afetiva e gustativa dos sujeitos com aparelhos privados de hegemonia, com ênfase em sua organização e circulação em processos de mediatização e platformização; e analisar como as redes de organizações populares CLOC, Via Campesina e ALBA Movimentos utilizam suas plataformas digitais para produzir discursivamente uma noção do comum e como organizam seus discursos, suas lutas e contribuem com a formação da opinião pública em contexto de crise política na América Latina.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Compreendemos como aparelhos populares de hegemonia as “organizações e instituições cujos processos de formação política e produção simbólica contribuem para a construção de um projeto de poder popular” (Bastos, 2023, p. 115). Investigando a presença digital da Via Campesina, de sua instância continental na Coordenação Latino-americana de Organizações do Campo (CLOC-VC) e da ALBA Movimentos em contexto de crise, buscamos registros da mediação teórica e política sendo estabelecida por um projeto popular a guiar suas práticas discursivas e ações, com potencial para superar a condição de insulamento. Tratando o engajamento como um conceito vinculativo (Bastos, 2022) e a noção de engajamento com o comum como núcleo teórico da comunicação (Sodré, 2014), realizamos a análise interpretativa dos resultados da pesquisa empírica.

CONCLUSÕES:

Os esforços dedicados à extensão de seus processos de formação e comunicação política contribuem exponencialmente para a influência da esfera pública, utilizando as plataformas digitais como meio. Se entendemos plataformas

tal qual conceituadas por Poell, Nieborg e van Dijck como “infraestruturas digitais (re)programáveis que facilitam e moldam interações personalizadas entre usuários finais e complementadores, organizadas por meio de coleta sistemática, processamento algorítmico, monetização e circulação de dados” (2020, p. 4), percebemos que uma das problemáticas do uso das plataformas de mídias sociais está nas suas construções algorítmicas para promover a “neutralização das tensões do comum” (Sodré, 2014, p. 233) em favor da monetização de dados, dificultando o deparar do usuário com opiniões adversas à sua própria bolha. Identificamos a “dialética da insularidade” (Bastos, 2023) como a tendência ao insulamento da comunicação comunitária praticada por movimentos sociais. Como forma de superação dessa conjuntura, propõe-se assim a ideia do engajamento com o comum, compreendendo o comum como um princípio político (Dardot; Laval, 2017) e como núcleo ontológico e epistêmico da comunicação (Sodré, 2014) (Bastos, 2024). Nossa pesquisa empírica demonstra que parte do sucesso dessa superação, partindo de uma atuação engajada com o comum, está na soma do *bios* virtual com a vida real, mesmo diante de todas as contradições, e não na exclusão de um ou outro do agir comunicacional. As plataformas de articulação populares, os movimentos de movimentos, enquanto atuam como aparelhos populares de hegemonia, promovendo esta articulação em suas práticas de comunicação. Sem a internet como ferramenta de organização e circulação de suas lutas, partindo de uma atuação ao nível regional, estariam insuladas

entre si pelas fronteiras das nações. Por outro lado, sem os encontros presenciais, a atuação na internet limita-se à autorreferência, insulada por ser uma existência sem experiências de trocas, sem relações e sem formação de vínculos mais concretos e profundos, que possibilitam a articulação em torno de um comum político emancipatório.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BASTOS, P. N. Hegemonia e engajamento em contexto de mediatização e plataformação. **Liinc em Revista**, [S. l.], v. 18, n. 2, p. 2022b.

BASTOS, Pablo Nabarrete. Dialética da insularidade: Notas para compreensão da hegemonia popular. **Compólitica**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 99–120, 2023.

BASTOS, P. N. Os níveis do comum e as disputas por hegemonia. **Revista FAMECOS**, [S. l.], v. 31, n. 1, p. e43812, 2024.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum**. São Paulo: Boitempo, 2017.

POELL, Thomas; NIEBORG, David; VAN DIJCK, José. Plataformização. **Revista Fronteiras – Estudos Midiáticos**. 22(1):2-10 janeiro/abril 2020.

SODRÉ, M. **A ciência do comum**: Notas para o método comunicacional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

AGRADECIMENTOS:

Agradecemos ao CNPq e à UFF pela bolsa, que proporcionou condições adequadas ao desenvolvimento da pesquisa.





Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

TÍTULO DO PROJETO: SUSTENTABILIDADE NO MERCADO DE SEGUROS: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA BRASILEIRA

Autores: Mirian Picinini Méxas e Lucas Melo Rodrigues

Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Ciências

Atuariais e Finanças/ Faculdade de Administração e Ciências Contábeis

INTRODUÇÃO:

A proposta geral desta pesquisa se concentra em analisar importância da sustentabilidade no mercado de seguros no Brasil. Foi apresentada a importância da ESG (*Environmental, Social and Governance*) para o mercado de seguros e identificados os fatores críticos para a implantação da sustentabilidade neste mercado.

METODOLOGIA:

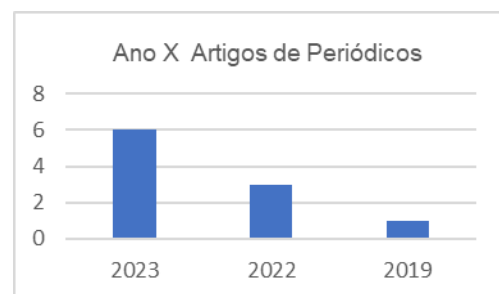
Realizou-se um estudo bibliométrico nas bases *Scopus* e *Web of Science*, entre outubro e dezembro de 2023, sendo selecionados 10 artigos, cuja análise possibilitou identificar a importância do ESG no mercado de seguros e os principais fatores críticos para sua implantação. A partir da análise realizada, criou-se um questionário utilizando a ferramenta *Microsoft Forms*, que foi enviado aos entrevistados através do *link* gerado na própria ferramenta. A entrevista teve como alvo pessoas atuantes no mercado de seguros nos mais diversos segmentos, e foi realizada no período de 10/06 até 15/06 de 2024. A coleta e

análise das respostas aconteceu de forma anônima. A pesquisa de campo reuniu 10 respondentes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Como resultado da análise bibliométrica, observa-se, no Gráfico 1, que o maior número de publicações sobre o tema foi em 2023 (seis artigos), ocorrendo um crescimento no número de publicações sobre este tema.

Gráfico 1 – Publicação por ano



Fonte: Dados de pesquisa (2024)

Com relação aos países de publicação dos artigos, a Itália (5 artigos) e China (4 artigos), seguido de Coreia do Sul (1 artigo), possuem o maior número de artigos sobre o tema aqui estudado.

Após a análise dos artigos selecionados, tornou-se factível listar a importância do ESG no mercado de seguros e os fatores críticos para sua implementação.

Como **importância**, pode-se citar: fundamental para a sustentabilidade dos negócios a longo prazo, a criação de valor compartilhado e o impacto positivo na sociedade e no meio ambiente; melhora da reputação da empresa e enquadramento com as regulamentações.

No que diz respeito aos **fatores críticos**, pode-se destacar: comprometimento da alta administração; desenvolvimento de produtos e serviços sustentáveis; gestão de riscos ambientais e sociais; transparência e comunicação; capacitação e envolvimento dos colaboradores; custo de implementação; políticas fiscais complexas.

Como resultado da pesquisa de campo, referente ao perfil das 10 pessoas que responderam ao questionário, observa-se, quanto ao nível de senioridade dos entrevistados, que a maioria é estagiário (30%), seguido de plenos (20%) e gestores (20%). Quanto à distribuição do tempo em que cada entrevistado está na atual empresa, a maioria está de 1 a 3 anos (40%), pertence à área de resseguros (50%), são das cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Depois foram feitas duas perguntas abertas: a) Quais são as principais vantagens/importância você acredita que as empresas como a que você atua, terão em adotar práticas sustentáveis? b) Quais são os fatores críticos você acredita que empresas como a que você atua, terão que enfrentar em adotar práticas sustentáveis?

Na última parte do questionário se fez uso das vantagens e fatores críticos levantados nas duas questões anteriores e também nos artigos pesquisados na literatura. Foi feita uma classificação baseada na escala *Likert* de cinco pontos de concordância.

A primeira sentença diz sobre a maturidade do setor de seguros ao tema sustentabilidade. A classificação “Concordo parcialmente” recebeu a maioria dos pontos.

Sobre o comprometimento da alta administração da empresa com práticas ESG, observa-se que as respostas “Nem concordo nem descordo”, “Concordo Parcialmente” e “Concordo Totalmente” obtiveram a mesma pontuação.

Sobre o envolvimento dos colaboradores com práticas ESG, a classificação “Nem concordo, nem descordo” recebeu o maior número de pontos.

Em relação à literatura ser robusta quanto ao tema sustentabilidade no mercado de seguros, a maioria dos respondentes respondeu “Nem concordo, nem descordo”.

Sobre as práticas sustentáveis melhorarem a reputação da empresa, a classificação “Concordo Totalmente” recebeu a maioria dos pontos.

Sobre a possibilidade de a sustentabilidade ajudar na criação de valor da empresa junto aos *stakeholders*, a classificação “Concordo Totalmente” recebeu o maior número de votos. Finalmente, a sentença que diz sobre a sustentabilidade ter impacto no valor das ações de uma seguradora, a maioria dos respondentes respondeu “Concordo Totalmente”.

CONCLUSÕES:

Por meio da análise realizada a partir de uma revisão da literatura, observa-se a importância e a atualidade da temática da sustentabilidade no mercado de seguros. Destaca-se uma tendência de crescimento da abordagem desse assunto nos próximos anos, visto que se percebe que essa questão esteve muito mais em evidência nos últimos dois anos e, sobretudo, em 2023. Com o aumento da frequência de eventos climáticos cada vez mais severos, essa discussão tende a aumentar e tomar conta dos fóruns mundiais.

Considera-se que, ao longo dos anos, haja um aumento dessas pesquisas em periódicos científicos e em conferências internacionais nos campos de sustentabilidade e seguros. Nota-se, ainda, que no que tange às publicações, a Itália e China têm se destacado, pela quantidade de artigos dentro dos repositórios pesquisados. Verificou-se também a carência de artigos relacionados a esse tema no Brasil, o que é um alerta para a comunidade acadêmica brasileira se aprofundar nesse assunto.

A partir da análise qualitativa dos artigos selecionados por meio da análise bibliográfica, tem-se o desejo de colaborar com novas concepções e conhecimentos, propiciando a expansão dessa temática no âmbito acadêmico, social e financeiro e sugerindo ações a fim de esclarecer os pontos necessários para minimizar a complexidade da tomada de decisão das empresas.

AGRADECIMENTOS:

Fica aqui o agradecimento ao CNPQ pela concessão de bolsa de Iniciação Científica dentro do Programa Institucional (PIBIC), direcionadas ao graduando, conforme os termos do edital e da Resolução Normativa 017/2006 do CNPq, por meio do EDITAL PIBIC/CNPq/UFF 2023/2024 da PROPPi.





Grande área do conhecimento Ciências Sociais Aplicadas

TÍTULO DO PROJETO: SISTEMAS DE PROTEÇÃO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA: A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA ARGENTINA, BRASIL E MÉXICO EM FOCO

Autores: Lucas de Souza Carvalho, Mônica de Castro Maia Senna (orientadora)

Departamento/Unidade/Laboratório Departamento Serviço Social Niterói (SSN)/ Escola de Serviço Social (ESS), Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social (PPS), Núcleo de Análise e Avaliação de Políticas (NAP)

INTRODUÇÃO:

Este trabalho apresenta parte dos resultados da pesquisa, cujo objetivo geral foi identificar as respostas de governos nacionais para responder às demandas sociais postas a partir da crise econômica instalada em 2008, em meio à crise estrutural do capitalismo, a instabilidades políticas e ao aprofundamento do neoliberalismo. A proposta inicial era examinar as políticas de assistência social dirigidas aos segmentos populacionais pobres e vulneráveis no Brasil, Argentina e México. No processo de desenvolvimento do estudo, porém, a experiência mexicana foi substituída pelo caso escocês. Tal mudança se deve à necessidade percebida em fazer um contraponto das experiências latino-americanas com a realidade de um país com sistema de proteção social consolidado, porém também afetado pela crise econômica de 2008.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Os sistemas de proteção social dos três países têm semelhanças e dissimilaridades igualmente significativas. Demonstram ter sido fortemente

influenciados pela confluência de fatores históricos e políticos que marcam suas formações históricas, sobretudo pelas crises cíclicas do capital, as quais moldam a cultura social, política e econômica, determinando as características de cada aparato estatal voltado ao enfrentamento da questão social.

Na Escócia, a implantação da seguridade social se deu após a Segunda Guerra Mundial. A devastação daí resultante fez o Reino Unido caminhar para a reconstrução econômica e social, o que contribuiu para definir a abrangência do Welfare State desenvolvido no país durante a maior parte do século. O símbolo principal dessa era é o National Health Service (NHS), primeiro sistema universal e integral de saúde no mundo. Cada país que compõe o Reino Unido é responsável pela gestão de seu sistema. Mas anos de governos neoliberais da chamada era Thatcher implantaram reformas pró-mercado. Mesmo a sucessão por um período de governos trabalhistas, apesar de sua oposição ao partido conservador, encontrou um cenário político e social onde o neoliberalismo que marcou a década passada tinha se tornado comum e enraizado. A crise de 2008 levou ao retorno do partido conservador e ao fortalecimento da política neoliberal e da

austeridade e no mar de reformas dos sistemas de proteção social que marcou a década seguinte, na maior parte de teor monetarista.

No Brasil, a instauração da noção de seguridade social pode ser traçada no fim da ditadura nos anos 1980, com a crescente crise do regime e as pressões impostas pelas lutas populares que resultaram no fim da ditadura e na promulgação da Constituição Federal de 1988. A nova Carta Magna é marcada por ampliação de garantias sociais estendidas à população. Os pilares da seguridade social no país são a previdência social, a assistência e a saúde. A saúde é um aspecto particularmente notável do sistema, com a criação do Sistema Único de Saúde, o maior sistema público de saúde universal do mundo e seus princípios de igualdade e integralidade marcam um avanço significativo para a seguridade social no país. A escala dentro do qual esse conjunto opera também fica nítida no programa Bolsa Família, instituído no começo do século XXI e se tornando o maior programa de transferência de renda condicionada do mundo. Esse ciclo é encerrado com o Golpe de 2016, quando o governo Temer, abertamente neoliberal, prontamente deu início a reformas amigáveis às pressões do mercado. Seu sucessor, Jair Bolsonaro, ainda mais explicitamente neoliberal e conservador, teve o governo marcado pelo aprofundamento ainda maior de tais reformas, as quais caminharam em direção a um efetivo desmonte.

No país vizinho, a Argentina, o Estado tem sido fortemente influenciado pelo legado neoliberal das décadas recentes, associado a frequentes crises econômicas em grande parte da segunda

metade do século XX. Até então, grande parte da população era incluída no sistema de proteção social, mas por meio do seguro social atrelado ao mercado formal de trabalho, com características altamente segmentadas, mas progressivamente excludentes com as mudanças no mundo do trabalho, com aumento do desemprego e da informalidade. Em cenário semelhante ao Brasil, o fim da onda rosa dos anos Kirchner foi marcado por crises econômicas significativas e aumento da dependência argentina a órgãos multilaterais financeiros marcadamente neoliberais, impondo reformas restritivas aos sistemas de proteção social.

CONCLUSÕES:

Nesses três cenários fica nítido como o peso de anos e décadas sob o receituário neoliberal resultou em uma cultura social, econômica e política onde essa ideologia é enraizada e viabilizada até durante governos não explicitamente aderentes, restringendo o alcance dos sistemas de proteção social que passam a responder às demandas da lógica de mercado. O estudo de suas histórias é tão relevante para uma análise comparativa de seus sistemas de proteção social quanto os próprios sistemas.

AGRADECIMENTOS:

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e ao programa PIBIC pela concessão da bolsa de iniciação científica.



Ciências Sociais Aplicadas

Digitalização tridimensional e virtualização de acervos culturais Niteroienses

Marcele Queiroz Monteiro (bolsista PIBIC CNPq) e Júlia Rabetti Giannella (orientadora)

Departamento de Design e Tecnologia / Escola de Engenharia / Laboratório de Artefatos Físicos, Digitais e Algorítmicos – Lafda-UFF

INTRODUÇÃO:

O artigo apresenta os resultados de um projeto que investiga a contribuição da Digitalização Tridimensional (DT) para o registro e o acesso ao patrimônio cultural material. O estudo explora aspectos conceituais e metodológicos da DT, além de sua aplicação em diferentes categorias de bens culturais e inclui um experimento de baixo custo realizado na Universidade Federal Fluminense (UFF).

Patrimônio cultural pode ser definido como “[...] o legado de artefatos físicos e atributos intangíveis de um grupo ou sociedade que são herdados de gerações passadas, mantidos no presente e outorgados para o benefício das futuras gerações” (UNESCO, [201-?]). Em um momento em que a humanidade sente a necessidade de proteção à memória e identidade cultural, faz-se necessária a discussão intensificada sobre as possibilidades que as tecnologias oferecem para o registro e a disseminação do patrimônio nacional, abandonado em inúmeras ocasiões e situações. A digitalização é “a conversão de um sinal ou código analógico em um sinal ou código digital” (Lee, 2000). A DT, por sua vez, permite digitalizar objetos 3D a partir da captura de suas propriedades geométricas e visuais. Trata-se de uma tecnologia que possibilita a criação de

réplicas virtuais, e até mesmo físicas, de bens culturais, ampliando significativamente o acesso e a compreensão do patrimônio por parte da sociedade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A pesquisa foi conduzida sob a abordagem iterativa de Pesquisa a Partir do Design – *Research Through Design* (RtD) (Godin; Zahedi, 2014), na qual ciclos de produção teórica e prática são repetidas de forma sistemática. Através da documentação em diários de pesquisa, foi possível acumular conhecimento a cada iteração, permitindo a reformulação contínua do problema e a exploração de novos caminhos projetuais. Estruturamos a pesquisa em 4 fases (Figura 1).

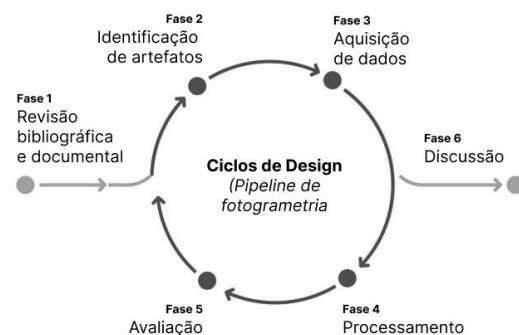


Figura 1: Estrutura metodológica da pesquisa.
Fonte: Os Autores

A fase 1 envolveu revisão bibliográfica e documental para construção de um arcabouço

teórico sobre DT no contexto patrimonial. Com o intuito de avaliar a aplicabilidade da DT em diferentes tipos de patrimônio cultural, realizamos um levantamento de estudos de caso abrangendo as quatro categorias de bens: Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Histórico; Belas-Artes e; Artes Aplicadas. As fases 2 a 4 correspondem a ciclos de design nos quais foram conduzidos experimentos de DT via fotogrametria, adaptando-se o método de Sá *et al.* (2019). A escolha da fotogrametria se dá por ser um método “não intrusivo, de baixo custo, facilmente implementável” (Silva, 2022). A escolha de artefatos para o experimento levou em consideração uma série de oportunidades e desafios observados, chegando-se ao conjunto de máscaras resultantes da disciplina Tópicos Especiais em História da Arte e do Design do curso Desenho Industrial (GDI-UFF) (Figura 2) como acervo ideal para o projeto piloto.



Figura 2: Máscaras do acervo de ensino-aprendizagem. Fonte: Os Autores

As definições de configuração do espaço para o experimento incluíram iluminação controlada por meio de 1 *ring light* e 2 *softboxes* e mesa com fundo infinito para neutralização do objeto (Figura 3). Para a captura das imagens, utilizamos a câmera de um *smartphone* associada ao Polycam, aplicativo para

fotogrametria, um tripé para celular com regulagem de altura e angulação, uma base giratória para rotação do objeto e uma haste para sustentação da máscara.



Figura 3 - Configuração definida para o processo de DT por fotogrametria. Fonte: Os autores

As imagens capturadas foram processadas em modelos 3D no aplicativo Polycam e transferidas para um computador para pós-processamento (remoção de ruídos) por meio do *software* Blender. Buscou-se otimizar os modelos 3D para aplicações em ambientes virtuais (e.g visualizador do Sketchfab).



Figura 4 - Vistas frontal e posterior dos modelos 3D finais de duas, das quatro máscaras digitalizadas. Fonte: Capturas de tela do Blender.

Os resultados da pesquisa foram múltiplos e abrangentes. Além dos modelos 3D das máscaras, foram produzidos um relatório técnico

com revisão bibliográfica e uma documentação detalhada de todas as etapas do processo de digitalização. Um trabalho foi apresentado no 1º Seminário do Laboratório de Artefatos Físicos, Digitais e Algorítmicos: interfaces entre o material e o virtual e os resultados da pesquisa foram sintetizados em um artigo científico, submetido e aprovado no Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design – P&D Design 2024, a ser realizado em Outubro.

CONCLUSÕES:

O estudo permitiu aprofundar o entendimento sobre patrimônio cultural, identificando acervos existentes na UFF e a importância de sua preservação, registro e difusão. Por meio de experimentos empíricos, confirmou-se que, considerando-se saídas virtuais, a fotogrametria é um método satisfatório, versátil e de baixo custo para digitalização 3D de objetos. Contudo, a fotogrametria carece de protocolos padronizados e é pouco praticada por instituições responsáveis pela salvaguarda de bens culturais. O projeto piloto explorou o método de captura com objetos de pequeno porte pertencentes ao acervo institucional da UFF. A partir dos resultados obtidos, estamos elaborando um manual prático público de DT que permitirá a estruturação de um procedimento metodológico mais consistente e detalhado para futuros trabalhos em parceria com museus e/ou outros grupos externos.

AGRADECIMENTOS:

Ao CNPq e à UFF, que proporcionaram apoio financeiro à pesquisa.

REFERÊNCIAS

- GODIN, D.; ZAHEDI, M. **Aspects of Research Through Design: A Literature Review**. In: Lim, Y. et al. (eds.), *Design's Big Debates - DRS International Conference*, p. 16-19 June, Umeå, Sweden. 2014. Disponível em: <<https://dl.designresearchsociety.org/drs-conference-papers/drs2014/researchpapers/85>>. Acesso em mar. 2024.
- LEE, H.-L. What is a collection? **Journal of the American Society for Information Science**, v. 51, n. 12, p. 1106–1113, 2000.
- SÁ, A. M. *et al.* Accessible digitisation and visualisation of open cultural heritage assets. **Proceedings of Eurographics Workshop on Graphics and Cultural Heritage**, pp. 59–68, 2019. Disponível em: <https://cris.brighton.ac.uk/ws/portalfiles/portal/7238946/Digital_Modernismo.pdf>. Acesso em 29 abr. 2023.
- SILVA, E. A. da. **Pipeline de reconstrução 3D de artefatos culturais utilizando diferentes câmeras de profundidade e cor**. 2022. 57 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Computação) Instituto de Computação, Universidade Federal da Bahia, 2022.
- UNESCO. **Tangible Cultural Heritage**. [201–?]. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/en/cairo/culture/tangible-cultural-heritage/>>. Acesso em 29 abr. 2023.